

A segurança nacional da Federação Russa: o papel da securitização do conflito russo-ucraniano

Bruno Alexandre Ortiz Andrez

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

(Especialização em Relações Internacionais)

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Outubro, 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. António Horta Fernandes, pela sua disponibilidade imediata para esclarecer qualquer dúvida que tive durante a realização deste trabalho de investigação.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer à minha mãe por todo o apoio durante este período académico.

A SEGURANÇA NACIONAL DA FEDERAÇÃO RUSSA: O PAPEL DA SECURITIZAÇÃO DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO

BRUNO ALEXANDRE ORTIZ ANDREZ

RESUMO

No dia 24 de fevereiro de 2022, o Presidente Vladimir Putin anunciou que decidiu lançar uma “operação militar especial” (OME) para “desmilitarizar e desnazificar” a Ucrânia, o que constituiu uma violação grosseira da soberania e da integridade territorial desse Estado. A beligerância russa na Ucrânia foi essencialmente motivada pela questão da adesão da Ucrânia à NATO, e pelo conflito armado na região do Donbass. Neste sentido, as negociações de paz para pôr fim à guerra na Ucrânia, deverão acomodar os legítimos interesses de segurança das partes beligerantes. Esta investigação teve como principal objetivo analisar a forma como o processo de securitização do conflito russo-ucraniano – que foi realizado pelos membros do Conselho de Segurança da Federação Russa (CSFR) entre 2014 e 2023 – contribuiu para a proteção da segurança nacional da Rússia. Para a recolha de dados recorreu-se a instrumentos metodológicos qualitativos como a análise documental e a pesquisa bibliográfica, enquanto para o tratamento da informação foi utilizada a análise de discurso (AD). De um modo geral, foi possível concluir que a securitização do conflito russo-ucraniano contribuiu para a salvaguarda da segurança nacional da Federação Russa – i.e., a proteção dos interesses nacionais russos. Especificamente, através da apresentação de várias ameaças (reais ou percebidas) que põem em risco a existência da Federação Russa, o CSFR conseguiu convencer as audiências-alvo (e.g., Assembleia Federal da Federação Russa) a aprovar a implementação de medidas extraordinárias (e.g., OME na Ucrânia) que visam salvaguardar os interesses nacionais russos – em particular os interesses vitais de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito russo-ucraniano; Segurança; Securitização; Complexos Regionais de Segurança; Interesses nacionais da Federação Russa.

THE NATIONAL SECURITY OF THE RUSSIAN FEDERATION: THE ROLE OF SECURITIZATION ON THE RUSSIA-UKRAINE CONFLICT

BRUNO ALEXANDRE ORTIZ ANDREZ

ABSTRACT

On February 24, 2022, President Vladimir Putin announced that he had decided to launch a “special military operation” (SMO) to “demilitarize and denazify” Ukraine, which constituted a gross violation of the sovereignty and territorial integrity of that state. Russian belligerence in Ukraine was essentially motivated by the question of Ukraine's accession to NATO, and by the armed conflict in the Donbass region. In this regard, peace negotiations to end the war in Ukraine must accommodate the legitimate security interests of the belligerent parties. The main objective of this investigation was to analyze how the process of securitization of the Russian-Ukrainian conflict – which was carried out by the members of the Security Council of the Russian Federation (SCRF) between 2014 and 2023 – contributed to the protection of Russia's national security. For data collection, qualitative methodological instruments were used, such as document analysis and bibliographical research, while discourse analysis (DA) was used for data processing. In general, it was possible to conclude that the securitization of the Russian-Ukrainian conflict contributed to safeguarding the national security of the Russian Federation – i.e., the protection of Russian national interests. Specifically, by presenting various threats (real or perceived) that jeopardize the existence of the Russian Federation, the SCRF managed to convince target audiences (e.g., Federal Assembly of the Russian Federation) to approve the implementation of extraordinary measures (e.g., SMO in Ukraine) that aim to safeguard Russian national interests – in particular vital security interests.

KEYWORDS: Russian-Ukrainian Conflict; Security; Securitization; Regional Security Complexes; National interests of the Russian Federation.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Instrumentos metodológicos	3
Estrutura da dissertação	6
Capítulo I – Enquadramento teórico e conceptual	7
1.1. Breve contextualização histórica dos Estudos de Segurança	7
1.2. Conceito de segurança	11
1.3. Conceito de interesse nacional	15
1.4. Escola de Copenhaga: a teoria da securitização e a teoria dos complexos regionais de segurança.....	18
1.4.1. Teoria da securitização	20
1.4.2. Teoria dos complexos regionais de segurança.....	23
1.5. Críticas à Escola de Copenhaga	29
Capítulo II – A Federação Russa: os interesses nacionais, as ameaças à segurança nacional, e os eixos estratégicos da política externa.....	34
2.1. Documentos de planeamento estratégico da Federação Russa	36
2.1.1 “Conceito de Política Externa da Federação Russa” de 2023.....	36
2.1.2. “Fundamentos da Política Estatal para a Preservação e Fortalecimento dos Valores Espirituais e Morais Tradicionais Russos” de 2022	43
2.1.3. “Doutrina Naval da Federação Russa” de 2022.....	47
2.1.4. “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” de 2021.....	50
2.1.5. “Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa” de 2016.....	56
2.1.6. “Doutrina Militar da Federação Russa” de 2014	58
2.2. Síntese conclusiva	64
Capítulo III – Relações Rússia-Ucrânia: uma crise anunciada	67
3.1. Enquadramento histórico: as relações Rússia-Ucrânia	69

3.2. As principais causas do conflito russo-ucraniano	78
3.2.1. A questão da adesão da Ucrânia à NATO	78
3.2.2. A Revolução Euromaidan	82
3.2.3. A anexação unilateral da Crimeia e Sevastopol pela Federação Russa	87
3.2.4. A insurgência na região do Donbass	91
3.2.5. A “Operação Militar Especial” na Ucrânia	97
3.3. Síntese conclusiva	107
Capítulo IV – A securitização do conflito russo-ucraniano: as principais preocupações securitárias do Conselho de Segurança da Federação Russa.....	109
4.1. Narrativas securitárias	109
4.1.1. O alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia.....	109
4.1.2. A proteção das minorias étnicas russas que residem na Ucrânia	114
4.1.3. A defesa dos valores tradicionais russos	118
4.2. Síntese Conclusiva	122
Conclusões.....	124
Referências Bibliográficas	127

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Padrões de Segurança Regional no pós-Guerra Fria	27
Figura 2 - Gastos militares da Rússia de 1993 a 2021 (em bilhões de dólares americanos) ...	34
Figura 3 - Sistema Aegis Ashore na Polónia	54
Figura 4 - "Nova" abordagem para a consecução de objetivos político-militares	63
Figura 5 - Suporte para o idioma russo como a segunda língua do Estado	88
Figura 6 - População ucraniana (por regiões) que votou em Tymoshenko ou Yanukovich nas eleições presidenciais de 2010 (2. ^a volta).....	94

LISTA DE ABREVIATURAS

A2/D2 – *Antiaccess/Area Denial*

AA – Acordo de Associação

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

AD – Análise de discurso

AGNU – Assembleia-Geral das Nações Unidas

Bmc – Biliões de metros cúbicos

BMD – *Ballistic Missile Defense*

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

C2 - Centro de comando e controlo

CACNP – *Center for Arms Control and Non-Proliferation*

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

CNU – Carta das Nações Unidas

COPRI – *Copenhagen Peace Research Institute*

CPEFR – Conceito de Política Externa da Federação Russa

CRS – Complexo Regional de Segurança

CSCE – Conferência de Segurança e Cooperação na Europa

CSFR – Conselho de Segurança da Federação Russa

CSIS – *Center for Strategic and International Studies*

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DCFTA – *Deep and Comprehensive Free Trade Areas*

DDNR – Doutrina de dissuasão nuclear russa

DMFR – Doutrina Militar da Federação Russa

DNFR – Doutrina Naval da Federação Russa

DOD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos

DOS – Departamento de Estado dos Estados Unidos

DPFVTR – Doutrina para a Proteção e Fortalecimento dos Valores Tradicionais Russos

DSIFR – Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa

DUK-PS – Corpo Voluntário Ucrainiano do Setor Direito

EC – Escola de Copenhaga

E.G. – *Exempli gratia* (por exemplo)

EI – Esfera da informação

EMP – Empresas militares privadas

EPAA – *European Phased Adaptive Approach*

ES – Estudos de Segurança

ESNFR – Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa

EUA – Estados Unidos da América

FAFR – Forças Armadas Federação Russa

FAU – Forças Armadas da Ucrânia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GCT – Grupo de Contato Trilateral

GNL – Gás natural liquefeito

GNU – Guarda Nacional da Ucrânia

GRU – Direção Geral do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa

HIMARS – High Mobility Artillery Rocket Systems

IAEA – *International Atomic Energy Agency*

ICBM – Intercontinental Ballistic Missile

I.E. – Id est (isto é)

INF – *Intermediate-Range Nuclear Forces*

LGBT – *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender*

MEAP – Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

MIRV – *Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NED – *National Endowment for Democracy*

NS – *Nord Stream*

OCI – Organização para a Cooperação Islâmica

OCX – Organização para Cooperação de Xangai

OLI – Ordem Liberal Internacional

OM – Oceano Mundial

OME – Operação militar especial

ONG – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OSF – *Open Society Foundations*

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva

OUN – Organização dos Nacionalistas Ucranianos

PGM – *Precision-Guided Munition*

PIB – Produto interno bruto

QC – Questão central

QD – Questão derivada

RI – Relações Internacionais

RIC – Rússia, Índia, China

RMN – Rota Marítima do Norte

RPD – República Popular de Donetsk

RPL – República Popular de Lugansk

RSFSR – República Socialista Federativa Soviética Russa

RSSU – República Socialista Soviética da Ucrânia

SBU – Serviço de Segurança da Ucrânia

SLBM – *Submarine-launched Ballistic Missile*

TI – Tecnologia de informação

TIC – Tecnologia de informação e comunicação

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UA – União Africana

UAE – União Aduaneira da Eurásia

UAM – Unidades de Autodefesa de Maidan

UE – União Europeia

UEE – União Económica da Eurásia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VLS – *Vertical Launching System*

ZAFR – Zona Ártica da Federação Russa

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Introdução

No dia 24 de fevereiro de 2022, o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, evocou o art.º 51 da Carta das Nações Unidas (CNU) – que consagra o direito inerente de legítima defesa –, para justificar a realização de uma OME no território ucraniano, cujos objetivos estratégicos são “desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia” (Putin, 2022a). Não obstante os motivos alegados pela Federação Russa, a Comunidade Euro-Atlântica considerou que a invasão russa da Ucrânia constitui uma violação grosseira da CNU e dos princípios do direito internacional (e.g., princípios da soberania e da integridade territorial), bem como também providenciou assistência militar e financeira para a defesa da Ucrânia. A OME na Ucrânia – uma guerra não declarada pela Federação Russa – representa ainda uma confrontação mais ampla entre o bloco euro-atlântico liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o novo bloco euro-asiático liderado pela Federação Russa e pela República Popular da China.

A invasão russa da Ucrânia e a anexação unilateral de territórios no leste e sul do país – Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporizhzhia – a 30 de setembro de 2022, inviabiliza de facto o retorno ao *status quo ante bellum*. O revisionismo militar e territorial russo – principalmente no seu “estrangeiro próximo” (ou *near abroad*) – é percecionado pelo Ocidente alargado como uma ameaça para toda a arquitetura de segurança europeia estabelecida no pós-Guerra Fria. Por outro lado, o aparelho político-militar russo considera que a atual arquitetura de segurança europeia não respeita o princípio da indivisibilidade da segurança¹, uma vez que põe em risco os legítimos interesses de segurança da Federação Russa. Ou seja, no entendimento do aparelho político-militar russo, o alargamento da infraestrutura militar da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)² à Ucrânia – em particular a possibilidade da construção de bases militares norte-americanas nessa região – é uma “ameaça direta” para a segurança nacional da Federação Russa. De facto, a eventual adesão da Ucrânia à NATO – para além da proteção dos cidadãos de etnia russa da região do Donbass – foi um dos *casus belli* para a ilicitude do ato de agressão da Federação Russa contra a Ucrânia.

¹ O princípio da indivisibilidade da segurança será explanado no capítulo 2, subcapítulo 2.1.

² A NATO foi formada em 1949 no contexto da Guerra Fria. O objetivo da Aliança Atlântica passa por “garantir a liberdade e segurança dos seus membros através de meios políticos e militares”. Atualmente, a NATO é constituída por 31 países: Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chéquia, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Macedónia do Norte, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia, Turquia (NATO, 2023).

Com a realização desta dissertação que se insere no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais (RI), propus-me analisar o conflito russo-ucraniano que se iniciou em 2014, através de quadros analíticos que foram desenvolvidos pela Escola de Copenhaga (EC) – a teoria da securitização e a teoria dos complexos regionais de segurança.

A securitização da EC descreve o processo que envolve uma prática discursiva, na qual uma determinada questão política transforma-se numa questão securitária, não necessariamente devido à existência de uma ameaça real para um objeto referente (e.g., Estado), mas porque essa questão é apresentada pelo ator securitário como uma ameaça. Uma securitização bem-sucedida de um determinado assunto depende de três componentes (ou etapas): (1) as ameaças existenciais; (2) a ação emergencial; (3) os efeitos nas relações entre as unidades que ocorrem após a quebra das regras (Buzan et al., 1998, p. 26). Neste sentido, a securitização de um determinado assunto envolve a apresentação de uma ameaça (real ou percebida) a um determinado objeto referente, que requer a implementação de medidas extraordinárias para a defesa desse objeto. Já a teoria dos complexos regionais de segurança postula que as dinâmicas e os padrões comportamentais entre os Estados que compõem um complexo regional de segurança (CRS) podem ser afetados por potências externas.

Neste trabalho de investigação defini como objeto de estudo a segurança nacional da Federação Russa, que segundo o documento “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” (ESNFR) de 2021, é caracterizada como:

“O estado de proteção dos interesses nacionais da Federação Russa contra ameaças externas e internas, que garante a implementação dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, qualidade e padrão de vida decentes, paz civil e harmonia no país, proteção da soberania da Rússia, da sua independência e integridade nacional, e o desenvolvimento socioeconómico do país” (ESNFR, 2021, p. 2).

De acordo com Santos et al. (2016, p. 44), a delimitação do tema deve ter lugar em três domínios: tempo, espaço e conteúdo. Neste sentido, o tema está delimitado ao período entre 2014 e 2023, à região da Ucrânia, e ao papel da securitização do conflito russo-ucraniano que foi realizada pelo CSFR. Contudo, é importante referir que esta análise diacrónica também abordará o período anterior a 2014 – em particular o início das relações histórico-culturais entre a Federação Russa e a Ucrânia, que remontam ao século IX, com a criação da Rus de Kiev.

A relevância desta dissertação prende-se com a análise aprofundada da securitização do conflito russo-ucraniano que foi realizada pelo CSFR, e o seu contributo para a salvaguarda dos interesses nacionais da Rússia no seu *near abroad*. Como o aparelho político-militar russo

perceciona a guerra na Ucrânia como “quase existencial” (Charap & Priebe, 2023, p. 3) – o que significa que está disposto a utilizar a maioria dos seus instrumentos de segurança nacional – considero relevante analisar as principais preocupações securitárias dos decisores políticos russos – em particular do Presidente Putin e dos membros do CSFR.

O objetivo geral desta dissertação é o de analisar a forma como o processo de securitização do conflito russo-ucraniano realizado pelos membros do CSFR contribuiu para a proteção da segurança nacional da Federação Russa. Para auxiliar o objetivo geral foram estabelecidos três objetivos específicos: (i) identificar os principais interesses nacionais e as ameaças à segurança nacional da Federação Russa; (ii) verificar se as acusações da Federação Russa, de que os EUA e os seus aliados e parceiros cometeram “ações hostis” contra a segurança nacional russa, possuem sustentação factual; (iii) identificar as principais preocupações securitárias do CSFR.

Segundo Santos et al. (2016, p. 51), a “formulação do problema reveste geralmente a forma de uma pergunta”. Neste sentido, foi formulada a seguinte questão central (QC): *De que forma a securitização do conflito russo-ucraniano realizada pelos membros do Conselho de Segurança da Federação Russa (CSFR) – na qual também está incluída a questão da adesão da Ucrânia à NATO – contribuiu para a salvaguarda da segurança nacional russa?* De forma a responder à QC, foram desenvolvidas três questões derivadas:

- i. *Tendo em conta as últimas versões dos principais documentos de planeamento estratégico da Federação Russa, quais são os principais interesses nacionais e as ameaças à segurança nacional russa?*
- ii. *Será que as acusações apresentadas pela Federação Russa, de que os EUA e os seus aliados e parceiros cometeram “ações hostis” contra a segurança nacional russa, possuem sustentação factual?*
- iii. *Quais são as principais preocupações securitárias apresentadas pelos membros do Conselho de Segurança da Federação Russa?*

Instrumentos metodológicos

Para a realização desta dissertação adotou-se uma estratégia de investigação qualitativa, uma vez que esta abordagem trabalha com “valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”, ou seja, permite compreender o “significado atribuído por um indivíduo ou por um grupo, a um determinado problema” (Santos et al., 2016, p. 29). A estratégia de

investigação qualitativa permite um “entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas” (Santos et al., 2016, p. 29). O desenho de investigação adotado foi o estudo de caso do conflito russo-ucraniano, com recurso às teorias da securitização e dos complexos regionais de segurança da EC. Para Santos et al. (2016, p. 39), o “conhecimento originado através de um estudo de caso pode resultar de uma perspetiva interpretativa, segundo a qual se procura compreender o objeto de estudo do ponto de vista dos participantes”. A nível metodológico esta investigação baseia-se no método indutivo que “corresponde a uma operação mental que tem como ponto de partida a observação de factos particulares para, através da sua associação, estabelecer generalizações que permitam formular uma lei ou teoria” (Santos et al., 2016, p.20).

Quanto às estratégias qualitativas utilizadas para a recolha de dados, recorreu-se à análise documental (fontes primárias) e à pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). O *corpus* documental das fontes primárias inclui essencialmente as últimas versões dos principais documentos de planeamento estratégico da Federação Russa (e.g., o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” de 2023, os “Fundamentos da Política Estatal para a Preservação e Fortalecimento dos Valores Espirituais e Morais Tradicionais Russos” de 2022, a “Doutrina Naval da Federação Russa” de 2022, a “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” de 2021, a “Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa” de 2016 e a “Doutrina Militar da Federação Russa” de 2014), os comunicados de imprensa do governo da Federação Russa, do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, da Duma Estatal e do site oficial do Kremlin, bem como a legislação russa, e os discursos e declarações oficiais do Presidente da Rússia e dos membros do CSFR. Também se recorreu a outras fontes primárias que incluem: as declarações do Conselho da União Europeia, da Comissão Europeia e da NATO; os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE); os discursos e declarações de imprensa de líderes ocidentais e ucranianos. Em relação às fontes secundárias, recorreu-se a livros científicos, artigos científicos e peças jornalísticas de agências de notícias ocidentais e russas.

No que concerne ao tratamento da informação, foi utilizado como instrumento metodológico a AD na vertente anglo-saxónica (análise crítica do discurso). Assim, pretendeu-se analisar os comunicados de imprensa e os discursos do Presidente da Federação Russa, dos membros do CSFR, bem como dos líderes políticos ocidentais e ucranianos (e.g., Presidente dos EUA e Secretário-geral da NATO), de modo a identificar as ameaças existenciais, os

objetos referentes e os efeitos nas relações entre os Estados (unidades). A AD é uma “ciência da linguagem que estuda a produção de sentidos que ocorrem entre a língua, o sujeito e a história [...] um dos seus principais objetivos é compreender o conteúdo ideológico dos discursos” (Oliveira, et al., 2021, p. 33). Segundo os mesmos autores, a AD “procura o que está intrínseco na fala do locutor, o que está oculto, tendo o investigador que verificar, dentro deste discurso, a realidade dessa pessoa” (Oliveira et al., 2021, p. 35).

No entendimento de Foucault (1996, p. 10, citado por Oliveira et al., 2021, p. 31), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” Por outro lado, para Maingueneau (1976, p. 23, citado por Oliveira et al., 2021, p. 31), o “discurso é o resultado da articulação de uma pluralidade mais ou menos grande de estruturas transfrásticas, em função das condições de produção”. Neste sentido, Maingueneau (2015, pp. 24-29) defende que o discurso possui as seguintes características: (i) é uma organização além da frase, uma vez que é constituído por unidades transfrásticas – i.e., composto por um encadeamento de frases; (ii) é uma forma de ação, ou seja, por meio do ato da fala exercemos uma ação sobre o outro; (iii) é interativo porque a atividade verbal envolve dois ou mais interlocutores; (iv) é contextualizado, o que permite atribuir um sentido a um enunciado; (v) é assumido por um sujeito, visto que não existe um discurso sem um locutor; (vi) é redigido por normas particulares e universais que regem todas as trocas verbais (e.g., dar informações que sejam apropriadas a uma determinada situação); (vii) adquire sentido por meio de um interdiscurso, ou seja, mediante a relação com outros discursos concorrentes; (viii) constrói socialmente o sentido, por meio de interações orais de dois ou mais interlocutores que se inserem em configurações sociais de diversos níveis.

Fairclough (1992, p. 28, citado por Magalhães, 2001, p. 15) – um dos principais teóricos da análise crítica do discurso – defende ainda que o discurso “é o uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social”. Neste sentido, o ato discursivo abrange a prática discursiva e a prática social, ou seja, o “discurso é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo” que constitui e auxilia a construção dos sistemas de conhecimentos e crenças, das relações sociais, e das identidades sociais (Magalhães, 2001, p. 17). Enquanto a prática discursiva corresponde ao uso da linguagem que inclui os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, a prática social está associada ao poder e à ideologia – i.e., o “discurso é visto numa perspetiva de poder como hegemonia, e de evolução das relações de poder como luta hegemónica” (Magalhães, 2001, p. 17).

Importa também referir que o método de AD envolve três etapas: (i) a “constituição do corpus de análise” inicia-se através da seleção de uma questão discursiva, e é constituído pela ideologia (posicionamento do locutor), história (contexto sócio-histórico) e linguagem (são os elementos textuais que fornecem pistas sobre a intencionalidade do locutor); (ii) a análise *per se*, por meio da sintagmatização do *corpus* de análise, ou seja, o investigador deve estabelecer inter-relações entre as formações discursivas (palavras) que compõem o enunciado; (iii) os resultados da análise revelam a análise do investigador, nomeadamente os efeitos das relações discursivas e os efeitos no sentido da sociedade (Oliveira et al., 2021, pp. 38-39).

Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, para além da introdução e das conclusões. O primeiro capítulo incidiu na contextualização dos estudos da EC, no enquadramento do conceito de segurança, e na apresentação das teorias de securitização e dos complexos regionais de segurança da EC. Como existem outras lentes de análise do processo de securitização, também foram apresentados os contributos de alguns autores da Escola de Paris – e.g., Didier Bigo e Thierry Balzacq – para esta temática.

O segundo capítulo foi dedicado à análise dos principais documentos de planeamento estratégico da Federação Russa, com o objetivo de identificar os principais interesses nacionais russos e ameaças à segurança nacional da Federação Russa. Através desta análise pretendeu-se dar resposta à QD1.

No terceiro capítulo foi realizado um enquadramento histórico sobre as relações entre a Federação Russa e a Ucrânia, que remontam ao século IX. Também foram analisadas as principais causas do conflito russo-ucraniano, nomeadamente a questão da adesão da Ucrânia à NATO, o movimento Euromaidan, a anexação da Crimeia e Sevastopol pela Federação Russa, o conflito predominantemente intraestatal na região do Donbass, e a OME na Ucrânia. Neste capítulo pretendeu-se responder à QD2.

O quarto capítulo teve como principal objetivo analisar as principais preocupações securitárias apresentadas pelos membros do CSFR – i.e., o eventual alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia, a proteção das minorias étnicas russas que vivem na Ucrânia, e a defesa dos valores tradicionais russos. Neste capítulo pretendeu-se responder à QD3. Por fim, a secção das conclusões foi dedicada a responder à QC do estudo, e a expor as considerações finais.

Capítulo I – Enquadramento teórico e conceptual

“Security is, in historical terms, the field where states threaten each other, challenge each other's sovereignty, try to impose their will on each other, defend their independence, and so on” (Wæver, 1995, p. 52).

Na fase inicial do presente capítulo será realizada uma breve contextualização da evolução dos Estudos de Segurança (ES). De seguida, proceder-se-á à apresentação de várias definições do conceito de segurança e segurança nacional, que se inserem nas abordagens neorrealista, sociológica e construtiva da disciplina das Relações Internacionais (RI). Para além disso, também será abordado o conceito de interesse nacional. Nos subcapítulos subsequentes serão apresentados os principais contributos da EC para os ES – a abordagem multissetorial da segurança, a teoria dos complexos regionais de segurança e a teoria da securitização –, uma vez que para a presente dissertação estes quadros teóricos poderão ser os instrumentos mais apropriados para analisar a atual guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia. Por fim, na fase final do capítulo serão expostas algumas críticas à EC que foram identificadas por outras escolas de pensamento das RI (e.g., a Escola de Paris).

1.1. Breve contextualização histórica dos Estudos de Segurança

No entendimento de Schewe (2022), os conceitos de “segurança e soberania suplantaram a guerra e o império, como linguagem conceptual do conflito interestatal”³. Ora, com o desenvolvimento dos departamentos de Ciência Política nas universidades norte-americanas (e.g., Universidade Johns Hopkins), os ES desenvolveram a sua linguagem teórica e conceptual para a disciplina das RI (Schewe, 2022). Assim, os ES como área académico-científica das RI tiveram a sua consolidação no decurso do século XX, em grande parte devido às tensões geopolíticas que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial (Williams, 2008, p. 2).

No período prévio à Segunda Guerra Mundial, eram os *estrategos* militares que se dedicavam à estratégia e aos assuntos militares da nação, e os estudos sobre as questões militares estavam circunscritos à história militar e diplomática (Walt, 1991, p. 213). De facto,

³ Todas as traduções que foram realizadas ao longo do corpo de texto são do autor da dissertação. Os discursos e as declarações dos decisores políticos não serão traduzidas, e serão apresentadas na língua inglesa.

foram as perdas humanas e materiais provocadas pela Primeira Guerra Mundial, que demonstraram que a “guerra era demasiado importante para ser deixada para os generais” (Walt, 1991, p. 214). Por essa razão, os civis começaram a envolver-se, pela primeira vez, no planejamento estratégico militar na Segunda Guerra Mundial, delineando o caminho para a “Era Dourada” dos ES.

De acordo com Baldwin (1995), durante a Guerra Fria⁴ ocorreram três períodos distintos e evolutivos nos ES. O primeiro período ocorreu entre 1945 e 1955, porque vários cursos sobre política externa e política internacional foram adicionados nos currículos universitários. Nesse período, foram fundadas duas escolas totalmente dedicadas aos assuntos internacionais nos EUA – a Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e a Escola dos Assuntos Internacionais da Universidade Columbia –, bem como foram fundadas revistas científicas dedicadas à investigação na área das RI – a *International Organization* em 1947 e a *World Politics* em 1948 (Baldwin, 1995, p. 121). O segundo período – descrito como a Era Dourada dos ES – ocorreu entre 1955 e 1965, e foi dominado pela teoria da dissuasão nuclear e pela disputa geopolítica entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁵ (Baldwin, 1995, p. 123). Por fim, o período de declínio dos ES ocorreu até meados da década de 1970, sobretudo devido à beligerância dos EUA na Guerra do Vietname (Baldwin, 1995, p. 124).

A Era Dourada dos ES foi um período em que os analistas civis desenvolveram relações de proximidade com alguns governos ocidentais, em particular nas áreas da política externa e da segurança internacional. Igualmente, neste mesmo período os governos ocidentais aperceberam-se que uma colaboração estratégica com as instituições académicas poderia gerar benefícios ao nível da inovação conceptual e científica, e na estrutura política, através do recrutamento de académicos (Williams, 2008, p. 3).

⁴ A Guerra Fria (1945-1991) foi um conflito geopolítico e ideológico entre os EUA e a URSS, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Durante este período estabeleceu-se uma ordem mundial bipolar, que foi marcada por grandes tensões geopolíticas (e.g., a crise dos mísseis em Cuba em 1962) entre as duas superpotências responsáveis pela criação de dois blocos ideológicos – o bloco ocidental (capitalista) e o bloco de leste (socialista). No dia 8 de dezembro de 1991, a Guerra Fria termina com os Acordos de Belavezha entre a Rússia, Bielorrússia e a Ucrânia, que formalizaram a dissolução da URSS.

⁵ A URSS foi uma federação constituída por 15 repúblicas – i.e., Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Estónia, Letónia, Lituânia, Geórgia, Arménia, Moldávia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Turquemenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão –, localizadas no leste europeu e no nordeste asiático. Esta federação foi criada como um estado comunista após a revolução bolchevique de 1917. Durante o período bipolar que se formou após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética representou um dos polos de poder do sistema internacional. Devido aos problemas políticos e económicos durante a década de 1980 – que criaram o sentimento nacionalista e a agitação nas repúblicas – o império soviético colapsou e foi dissolvido em 1991 (Isaacs et al., 2003, p. 3738).

Inevitavelmente, a revolução nuclear produziu uma visão apocalíptica que obscureceu o campo dos ES. Neste sentido, os analistas da Era Dourada concentraram esforços em compreender as implicações de uma guerra nuclear. Especificamente, inúmeros académicos e diplomatas (e.g., Thomas Schelling, Glenn Snyder, Henry Kissinger) procuraram responder à seguinte questão central: “how could states use weapons of mass destruction as instruments of policy, given the risk of any nuclear exchange?” (Walt, 1991, p. 214). Assim, ao longo deste período foram produzidos inúmeros trabalhos científicos sobre a dissuasão, a coerção, e a escalada nuclear (e.g., *Nuclear Weapons and Foreign Policy* de 1957), bem como sobre a guerra limitada e o papel das forças convencionais na era nuclear. Além do mais, grande parte da investigação na Era Dourada foi produzida por *think tanks* norte-americanos (e.g., *RAND Corporation*) que, pela sua estreita cooperação com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD), desenvolveram uma visão excessivamente militar dos problemas da segurança nacional (Walt, 1991, p. 214).

Durante o período da Guerra Fria, a abordagem dominante nos ES foi o realismo que se centrou nos *quatro S*: *States, Strategy, Science e Status Quo* (Williams, 2008, p. 3). A longevidade do realismo nas RI pode ser explicada pela consistência interna do seu substrato teórico, pela sua proximidade à prática política, e pelo notável património intelectual (Brandão, 2011). De acordo com a mesma autora, a conceção de segurança do realismo consagrada no século XX, foi consubstanciada nos legados de Maquiavel, Hobbes e Clausewitz: o Estado como ator unitário, objeto e provedor da segurança; a segurança nacional – i.e., a defesa da soberania nacional, da integridade territorial, dos valores culturais e dos interesses nacionais – é o nível mais importante da segurança; o sistema internacional é anárquico devido à competição pelo poder e segurança, e à ausência de uma autoridade supra-estatal; a diplomacia e a força militar são os principais instrumentos utilizados pelo Estado para garantir a sua segurança (Brandão, 2011).

Na década de 1970, o declínio do interesse nos ES surge da interligação de um conjunto de variáveis: (1) os ES que não ofereceram suporte teórico sobre a Guerra do Vietname – i.e., existia pouca informação sobre os movimentos nacionalistas no sudoeste asiático e sobre doutrinas de guerra contrarrevolucionária – porque o meio científico estava dedicado às relações EUA-URSS, à NATO, e à estratégia de dissuasão nuclear; (2) a preocupação excessiva da guerra como instrumento da política nacional menosprezou os aspetos legais, éticos e morais da guerra; (3) a pretensão em ter um papel relevante na política do Estado, levou alguns académicos a relacionarem-se com os formuladores de políticas governamentais, e por isso

deixaram de ser vistos como elementos imparciais; (4) o crescente interesse pelos estudos da paz durante as décadas de 1960 e 1970 (Baldwin, 1995, p.124).

Com a retirada das forças militares dos EUA do Vietname e com a escalada de tensões geopolíticas entre as duas superpotências⁶ no final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreu um novo interesse no meio acadêmico-científico pelos ES, os quais foram substituídos pelos novos Estudos de Segurança Internacional, face à ênfase que foi dada à dimensão internacional (Brandão, 2011). Durante este período também se observou o renascimento do debate acadêmico sobre as armas nucleares, que integrou outras ciências sociais e humanas (e.g., história, psicologia e gestão organizacional), bem como novos métodos de investigação (e.g., estudo de caso, método comparativo e método estrutural) (Baldwin, 1995, p. 125). Apesar de terem surgido novos *insights* nos ES na década de 1980, a preocupação central desta área disciplinar continua a ser a mesma desde 1955: “A utilização dos meios militares para enfrentar as ameaças militares” (Baldwin, 1995, p. 125).

De acordo com Baldwin (1995, p. 126), a Guerra Fria afetou o nível de atividade e o substrato da investigação científica sobre a segurança. De facto, nesse período, foram as ameaças militares à segurança nacional que dominaram as comunidades científica, académica e política. No entanto, com o fim da Guerra Fria iniciaram-se novas discussões sobre a utilização dos recursos destinados a lidar com as ameaças militares, que deveriam ser também utilizados para combater as ameaças não-militares como o crime organizado, a migração internacional, o tráfico de drogas, os problemas ambientais, a escassez de recursos naturais, e a pobreza a nível mundial (Baldwin, 1995, p. 126).

No pós-Guerra Fria, a literatura dos ES baseou-se em torno de três escolas: a tradicionalista, a crítica, e a abrangente (*widener*) (Buzan, 1997, p. 5). A escola tradicionalista é estadocêntrica e enfatiza as questões militares, bem como o uso da força nas questões da segurança (Buzan, 1997, p. 10). Além do mais, esta vertente apresenta uma perspetiva objetivista em relação à análise das ameaças à segurança, mesmo quando existe uma má gestão

⁶ Segundo Buzan e Wæver (2003, pp. 34-35), os critérios para o estatuto de superpotência são exigentes, porque é necessário que esses Estados tenham capacidades de amplo espectro no sistema internacional. Nesse sentido, uma superpotência deve possuir “capacidades político-militares de primeira classe”, bem como uma economia para apoiar essas capacidades. Por outras palavras, uma superpotência deve ter um alcance militar e político a nível mundial. Para além disso, uma superpotência deve ser um ator ativo nos processos de securitização e dessecuritização em todas – ou quase todas – as regiões do mundo. Acresce referir que o comportamento e a retórica dos outros Estados também permite verificar se um determinado ator estatal é percecionado e aceite pelos demais, como tendo esse estatuto de superpotência. Por fim, num sistema internacional estável e aberto, os “valores universais” que sustentam as sociedades internacionais serão provenientes do Estado que alcançou o estatuto de superpotência. Assim, a legitimidade de uma superpotência irá depender substancialmente do seu sucesso em estabelecer a legitimidade desses valores.

– devido a falhas intelectuais ou burocráticas – dos decisores políticos nas questões de segurança (Buzan, 1997, p. 20). Por outro lado, a escola crítica foca-se nas ameaças à segurança humana (e.g., pobreza e desemprego) que são mais importantes que a segurança do Estado, e no conceito de emancipação (Buzan, 1997, p. 19). Ora, Brandão (2011) refere que o “próprio conceito de soberania nacional foi concebido para proteger o indivíduo, que é a razão de ser do Estado, e não o inverso”. Por fim, a escola abrangente – onde se enquadra a EC – centra-se na abordagem multissetorial do conceito de segurança, que inclui as ameaças militares e não militares à segurança (e.g., segurança ambiental ou económica) (Buzan, 1997, p. 9).

1.2. Conceito de segurança

A palavra segurança provém do étimo latino *securus*, que significa “sem preocupações” ou “ausência de perigo ou de medo” (Edelbacher & Norden, 2012, p. 52). Em 1765, o jurista austríaco Joseph Freiherr von Sonnenfels referiu que a “segurança é um estado em que nada temos a temer” (Edelbacher & Norden, 2012, p. 52). Pese embora a segurança ser caracterizada como um conceito abstrato e flexível que apresenta “diferentes significados para diferentes sujeitos”, a maioria dos teóricos das RI concorda com uma definição de segurança que consiste no “alívio das ameaças aos valores estimados, especialmente aqueles que, se não forem controlados, ameaçam a sobrevivência de um determinado objeto referente de segurança num futuro próximo” (Williams, 2008, pp. 1 e 5).

Para os neorrealistas, num sistema anárquico a “segurança é o fim último” dos Estados, e apenas quando a sobrevivência está assegurada, é que os Estados procuram alcançar outros objetivos políticos (e.g., poder) (Waltz, 1979, p. 126). Além do mais, Kenneth Waltz (1996, p. 54) refere que são as interações entre os Estados que formam a arquitetura ou estrutura anárquica do sistema internacional que, em seguida, compele os mesmos a adotar determinadas ações. Neste sentido, como a estrutura do sistema internacional é descentralizada e anárquica – i.e., não existe uma autoridade supra-estatal que assegure o cumprimento das regras da ordem internacional –, os Estados que se encontram ameaçados farão o que for necessário para garantir a sua sobrevivência, o que por sua vez põe em risco a segurança de outros Estados, e leva a uma “competição perpétua” por poder e segurança (Mearsheimer, 2007, p. 75). Desta forma, um Estado ameaçado pode recorrer ao “equilíbrio externo” através da formação de alianças defensivas, e ao “equilíbrio interno” – “a autoajuda no sentido mais puro do termo” –

através do aumento do orçamento da defesa e do recrutamento militar, para impedir que um Estado agressor perturbe o equilíbrio de poder (Mearsheimer, 2001, pp. 156-157). Importa também referir que como os Estados (atores racionais) possuem capacidades militares ofensivas e não têm a certeza sobre as intenções dos demais Estados, o resultado que ocorre é o medo e a “autoajuda” – i.e., um Estado só pode depender de si mesmo para assegurar a sua segurança (Mearsheimer, 2007, pp. 73-74). Posto isto, o medo e a autoajuda levam os Estados a “maximizar o seu poder relativo porque essa é a forma ideal para maximizar a sua segurança” (Mearsheimer, 2001, p. 21).

Ao contrário dos neorrealistas defensivos como Waltz, que referem que os Estados devem preservar o equilíbrio de poder – e não maximizar o seu poder relativo –, os neorrealistas ofensivos, como John Mearsheimer, defendem que os Estados devem maximizar o seu poder relativo e obter a hegemonia⁷, porque essa é a melhor forma de garantir a sua segurança e sobrevivência (Mearsheimer, 2007, p. 75). Ou seja, “quanto mais poderoso um Estado se tornar em relação aos seus rivais, menos provável é que ele seja atacado” (Mearsheimer, 2007, p. 74). Contudo, o mesmo autor também refere que é “virtualmente impossível” alcançar a hegemonia global porque é extremamente “difícil projetar poder através dos oceanos do mundo para o território de uma grande potência rival”, bem como é “difícil alcançar e manter a superioridade nuclear, porque os Estados rivais farão grandes esforços para desenvolver as suas forças de retaliação nuclear” (Mearsheimer, 2001, pp. 41, 141 e 146). Posto isto, o melhor resultado que um Estado pode alcançar é obter a hegemonia na sua região – e.g., os EUA no hemisfério ocidental. Para além disso, quando um Estado alcança a hegemonia na sua região, o mesmo irá prosseguir para outro objetivo estratégico, o de impedir que outras grandes potências consigam também alcançar a hegemonia nas suas regiões. Ora, como um *hegemon* regional não quer disputar o controlo do sistema internacional com outros Estados rivais, ele irá tentar manter as outras regiões divididas entre várias potências, que irão competir entre si pelo poder (Mearsheimer, 2007, p. 83).

Aludindo à ideia sobre o alargamento do conceito de segurança, Rothschild (1995, p. 55) refere que a extensão do conceito pode assumir quatro formas principais. Na primeira, o eixo é descendente porque estende-se da “segurança das nações à segurança dos grupos e indivíduos”. Na

⁷ De acordo com Schake (2017, p. 1), “a hegemonia é a capacidade de definir as regras do envolvimento internacional e de criar ordem entre os Estados ao fazer cumprir essas regras”. Segundo Mearsheimer (2001, p. 40), um “hegemon é um Estado tão poderoso, que consegue dominar os demais Estados do sistema”.

segunda, o eixo é ascendente porque estende-se da “segurança das nações à segurança do sistema internacional, ou ao ambiente físico supranacional”. Como tal, em ambos os casos, a segurança dos diferentes tipos de entidades (e.g., indivíduos, nações ou sistemas) deve ser assegurada. Na terceira, o conceito de “segurança estende-se horizontalmente, ou aos tipos de segurança em questão” (e.g., segurança militar, política, económica, social, ambiental e humana). Na quarta, é a “própria responsabilidade política, pela garantia de segurança, que é alargada”. Assim, a segurança é difundida em todas as direções dos Estados nacionais, ou seja, nas instituições internacionais (eixo ascendente), nos governos regionais ou locais (eixo descendente), bem como nas organizações não-governamentais (ONGs), imprensa e mercados (eixo horizontal).

No entendimento de Huysmans (1998a, p. 228), “o significado de segurança não depende apenas das questões analíticas específicas que levanta, uma vez que também articula entendimentos particulares da nossa relação com a natureza, com seres humanos, e com o nosso *self*”. Como “não existem limites para as definições de segurança”, o mesmo autor defende que a “segurança também se refere a uma estrutura mais ampla de significado (ordem simbólica, cultura ou formação discursiva), dentro da qual são organizadas formas particulares de vida” (Huysmans, 1998a, p. 228). Acresce referir que segundo Huysmans (1998a, p. 249), a relação entre a vida e a morte é mediada pelas políticas de segurança, que também articulam em simultâneo uma dupla problemática ao nível da segurança: a segurança cotidiana e a segurança ontológica (estado mental).

De acordo com McSweeney (1999, p. 1), a “segurança é um termo escorregadio [...] empregue numa variedade desconcertante de contextos e para múltiplos propósitos, por indivíduos, corporações, governos e especialistas académicos”. Não obstante, o mesmo autor também refere que a “segurança é percecionada como estando inextricavelmente relacionada à identidade, e a política de segurança à reconstrução da identidade coletiva. No processo de reprodução da identidade coletiva está a chave para a produção e reprodução da segurança e da política de segurança” (McSweeney, 1999, p. 12). Além do mais, McSweeney (1999, p. 101) afirma que a “segurança não pode ser reduzida à defesa, a um equilíbrio de ameaças e vulnerabilidades, ou a qualquer equação objetiva e material”, uma vez que “a segurança e a insegurança consistem nas qualidades de uma relação, e refletem a estabilidade ou a mudança de identidade das coletividades envolvidas”, bem como também se referem aos interesses que necessitam de ser protegidos (McSweeney, 1999, p. 101).

Por sua vez, Booth (2007, p. 102) defende que a “sobrevivência é uma condição existencial: significa continuar a existir”. Neste sentido, a “sobrevivência não é sinónimo de

viver relativamente bem, e menos ainda de ter condições para prosseguir calmamente com as ambições políticas e sociais”. Posto isto, a segurança é equivalente à “sobrevivência-mais” (*survival-plus*), sendo que o “mais” consiste em ter “alguma liberdade que permite viver uma vida livre de ameaças existenciais e, portanto, abre a possibilidade para as escolhas” (Booth, 2007, p. 102). Por conseguinte, o mesmo autor afirma que a “segurança e a emancipação são os dois lados da mesma moeda”, atendendo a que a emancipação consiste na “libertação de um povo (indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas, que o impede de realizar o que escolheria livremente fazer” (Booth, 1991, p. 319). Assim, a “verdadeira segurança (estável) só pode ser alcançada pelos indivíduos e grupos, se os mesmos não privarem os demais dela” (Booth, 1991, p. 319).

McDonald (2008a, p. 64) refere que a “segurança é uma construção social específica do contexto”. Para os construtivistas é preferível analisar o significado da segurança dentro de um determinado contexto e as suas implicações na prática política, em vez de tentar desenvolver uma conceptualização abstrata do conceito. Neste sentido, os construtivistas defendem que a segurança é um “espaço de negociação” entre líderes políticos e as audiências domésticas, e um “espaço de contestação” entre os diferentes atores do sistema internacional que não compartilham os mesmos valores culturais e formas de agir na política. As abordagens construtivistas – em oposição às abordagens realistas que indicam que a população não exerce nenhum papel na segurança – realçam que o apoio público ou a aquiescência pode influenciar a política externa e as questões de segurança de um Estado (McDonald, 2008a, p. 64).

Com o surgimento do Estado-nação no século XVII, a segurança nacional torna-se central na agenda política devido ao interesse dos Estados na sua sobrevivência nacional (Brandão, 2011). Como tal, é possível identificar a existência de algumas ideias gerais sobre o conceito de segurança nacional. A perspetiva defendida pelos países anglo-saxónicos, inclui termos como *National Security* ou *Security*, e integra concomitantemente o objetivo final a alcançar, bem como os instrumentos para a prossecução desse objetivo (Duarte, 2019, p. 20). Esta visão está presente no *Dictionary of Military and Associated Terms* do DOD, que conceptualiza a segurança nacional como:

“Um termo coletivo que abrange tanto a defesa nacional quanto as relações externas dos EUA, e que tem como objetivo obter: a) uma vantagem militar ou de defesa sobre qualquer nação estrangeira ou grupos de nações estrangeiras; b) criar relações externas favoráveis à posição do Estado; c) uma postura de defesa capaz de resistir com sucesso a ações internas ou externas, abertas ou secretas, hostis e/ou destrutivas” (DOD, 2021, p. 150).

Por sua vez, o Instituto de Defesa Nacional define a segurança nacional como:

“[...] a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania, e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Cardoso, 1981, p. 23).

Por fim, também é importante clarificar o conceito de dilema de segurança para compreender o atual conflito interestatal na Ucrânia. Segundo Herz (1950, p. 157), o dilema de segurança ocorre quando determinados grupos ou indivíduos com receio de serem atacados, dominados ou aniquilados por outros grupos ou indivíduos, intensificam a sua segurança mediante a “aquisição de mais poder para escapar ao impacto do poder dos demais”. Por conseguinte, Herz (1950, p. 157) refere que “uma vez que ninguém se pode sentir totalmente seguro num sistema de unidades concorrentes, o que se assiste é à competição pelo poder, originando um círculo vicioso de segurança e acumulação de poder”. Ou seja, a maximização de poder é a resposta dos Estados – mesmo que isso vá contra os seus desejos –, à “insegurança do sistema anárquico de soberanias múltiplas” (Wolfers, 1962, p. 84). Assim, todos os Estados veem-se compelidos a aumentar a sua segurança o que, por sua vez, conduz a uma maior insegurança no sistema internacional (Wolfers, 1962, p. 84).

1.3. Conceito de interesse nacional

O interesse nacional tem as suas origens no realismo pessimista de Nicolau Maquiavel do século XV, ou seja, representa um “repúdio das fontes ocidentais” como o idealismo helénico, a moralidade bíblica judaico-cristã e o pensamento ético/moral de Tomás de Aquino. Neste sentido, e tal como defende Maquiavel “você pode ter objetivos morais esplêndidos, mas sem poder suficiente e disposição para usá-lo, você não conseguirá nada” (Roskin, 2001, p. 55). Mais tarde no século XIX, na sua obra seminal *On War (Vom Kriege)*, Carl Von Clausewitz – um importante general prussiano – também contribuiu para a abordagem do conceito de interesse nacional: “A guerra é um choque entre grandes interesses, que é resolvido por derramamento de sangue” (Clausewitz, 2007, p. 149).

De acordo com Stolberg (2012, p. 15), “independentemente do governo que esteja no poder, os interesses de um Estado-nação permanecem como componentes fixos do processo de formulação de políticas”. Hans Morgenthau (1952, p. 972) defende que o “interesse é de fato a essência da política e, como tal, não é afetado pelas circunstâncias do tempo e lugar”. Por outras palavras, os

“interesses nacionais geralmente lidam com os objetivos políticos gerais e de longo prazo, e não com estipulações políticas concretas” (Laenen, 2012, p. 21). Deste modo, como os interesses nacionais servem de suporte e direção para a formulação de políticas de um Estado, normalmente existe uma correlação entre os interesses nacionais e a política externa de um Estado (Stolberg, 2012, p. 15).

Na área das RI, o conceito de interesse nacional está associado ao realismo político de Morgenthau. Este autor defende que a política internacional é conduzida pelos interesses dos Estados, que são definidos em termos de poder (Morgenthau, 1985, p. 5). Defende ainda que a “política internacional, como toda e qualquer política consiste numa luta pelo poder” (Morgenthau, 1985, p. 31). Pelo que, segundo este autor, o “homem nasce para procurar poder, mas a sua real condição torna-o escravo do poder dos outros” (Morgenthau, 1947, p. 145). Como tal, o desejo pelo poder – o *animus dominandi* – “manifesta-se como o desejo da própria pessoa em manter o seu alcance em relação aos outros, de aumentá-lo ou de demonstrá-lo” (Morgenthau, 1947, p. 165).

De acordo com Morgenthau (1952, p. 972), o interesse nacional espelha a essência da política internacional: “[...] enquanto o mundo estiver politicamente organizado em nações, o interesse nacional é de fato a última palavra na política internacional”. Devido à competição pelo poder que ocorre entre as nações, as políticas externas de todos as nações devem necessariamente estruturar-se em torno da sobrevivência, enquanto requisito mínimo. Desta forma, os interesses nacionais estão ligados à sobrevivência (ou autopreservação) da nação: “[...] a proteção da sua identidade física, política e cultural contra invasões de outras nações” (Morgenthau, 1952, p. 972). O mesmo autor também refere que os interesses nacionais de um Estado devem não só contemplar os seus interesses, como também os interesses dos outros Estados, uma vez que “num mundo multinacional, isso é um requisito da moralidade política, e numa época de guerra total é também umas das condições de sobrevivência” (Morgenthau, 1952, p. 977).

Para Morgenthau (1962, p. 191, citado por Roskin, 2001, p. 58), existem dois níveis de interesses nacionais: o vital e o secundário. Para salvaguardar o primeiro – que está relacionado com a própria sobrevivência do Estado – não pode existir qualquer tipo de hesitação no recurso à guerra, caso necessário. Os interesses nacionais vitais são relativamente fáceis de identificar, uma vez que normalmente estão relacionados com a integridade territorial, a soberania, a independência e a segurança nacional do país, bem como com a proteção das instituições burocráticas, dos cidadãos e dos valores fundamentais do Estado. Contudo, acresce referir que

os interesses vitais também podem transcender para além do território de um Estado. Por outro lado, os interesses nacionais secundários são mais difíceis de definir porque estes encontram-se situados para além das fronteiras de um Estado e, por conseguinte, não representam nenhuma ameaça à sua independência, soberania e segurança. Pese embora os interesses secundários normalmente envolverem compromissos e negociações entre os Estados, os mesmos também podem ser percecionados pelos decisores políticos como vitais (Roskin, 2001, pp. 58-59).

Apesar de existir alguma ambiguidade sobre o conceito de interesse nacional, é possível encontrar várias definições. No entendimento de Nuechterlein (1976, p. 247), os “interesses nacionais consistem nas necessidades e desejos percecionados por um Estado soberano em relação aos outros Estados soberanos que compõem o ambiente externo”. Von Dyke (1962, pp. 567–576, citado por Yanakiev, 2019, p. 12), por sua vez, refere que o “interesse nacional é aquilo que os Estados procuram proteger ou alcançar em relação aos outros. Significa os desejos por parte dos Estados soberanos”. Por outro lado, Liotta (2014, citado por Yanakiev, 2019, pp. 12-13), apresenta uma definição mais holística do conceito de interesse nacional:

“O interesse nacional requer que um Estado tenha a disposição em defender a sua moral e os seus valores nacionais com o comprometimento do seu sangue, tesouro, tempo e energia, para alcançar fins às vezes específicos. Os interesses nacionais refletem a identidade do povo, i.e., a sua geografia, cultura, preferências políticas, consenso social, bem como os seus níveis de prosperidade económica e composição demográfica. Assim, os interesses nacionais são pouco mais do que um amplo conjunto de diretrizes muitas vezes abstratas, que permitem que uma nação funcione da maneira que acredita que deveria funcionar melhor.”

Nuechterlein (1976, pp. 247-248) considera que é necessário dividir o interesse nacional de um Estado em quatro tipos de interesses: (1) os interesses de defesa consistem na proteção do Estado e dos seus cidadãos contra as ameaças de violência física vindas de outro Estado, e/ou ameaças externas ao seu sistema de governação; (2) os interesses económicos correspondem ao desenvolvimento económico de um Estado mediante as relações ou parcerias que estabelece com outros Estados; (3) os interesses da ordem mundial são alcançados através da manutenção de um sistema político-económico internacional, no qual o Estado se sente seguro, e os seus cidadãos e comércio podem pacificamente atuar fora das suas fronteiras; (4) os interesses ideológicos consistem na proteção e promoção de um conjunto de valores que a população de um Estado compartilha e acredita ser universalmente correto.

Importa ainda referir que segundo Weldes (1996, p. 276), o interesse nacional é importante para a política internacional, sendo que é através desse conceito que os decisores políticos conseguem compreender quais são os objetivos da política externa a serem

alcançados. Neste sentido, Morgenthau (1985, p. 5) parte do pressuposto “que o estadista pensa e age em termos de interesse definido como poder”, e não de acordo com as suas preferências ideológicas. Além do mais, o interesse nacional também funciona como um instrumento retórico através do qual se alcança a legitimidade e o apoio político à ação do Estado, bem como também permite determinar o tipo e a quantidade de poder nacional a ser empregue para implementar uma determinada política ou estratégia nacional (Stolberg, 2012, p. 13).

1.4. Escola de Copenhaga: a teoria da securitização e a teoria dos complexos regionais de segurança

A EC – inicialmente conhecida como *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI) – foi fundada em 1985 com o objetivo de desenvolver, sob uma abordagem construtivista, quadros teóricos mais abrangentes para o campo da segurança internacional. Para esse fim, a EC alicerçou-se em torno dos contributos de dois investigadores: Barry Buzan mais orientado para a abordagem neo-realista centrada no Estado, e Ole Wæver para a abordagem construtivista focada na linguística, mas que combina o pós-estruturalismo e o realismo clássico (Huysmans, 1998b, p. 483). Os estudos da EC focaram-se então no impacto da segurança na política internacional no pós-Guerra Fria, bem como no alargamento e/ou aprofundamento do conceito de segurança, com vista a incluir outros fatores como as alterações ambientais, a pobreza e os direitos humanos – até então negligenciados – na agenda securitária de um Estado (McDonald, 2008a, p. 67).

No entendimento de Huysmans (1998b, p. 482), o alargamento da agenda dos ES pela EC, ocorreu essencialmente devido a dois motivos: o “interesse de carácter empírico para expandir as agendas de segurança na Europa para além das questões militares” e o “interesse académico em formular uma contribuição original para os debates teóricos dos estudos de segurança”. Neste sentido, entre os inúmeros contributos da EC para os ES – compilados na obra *Security: A New Framework for Analysis* publicada em 1998 – destaca-se a abordagem multissetorial da segurança, a teoria da securitização, e a teoria dos complexos regionais de segurança.

Segundo Williams (2008, p. 3), a obra *People, States and Fear* de Barry Buzan, publicada em 1983, contestou o paradigma dos *quatro S* dos estudos de segurança tradicionais, porque o autor da obra referiu que a segurança estava relacionada com todas as coletividades humanas e não apenas com a segurança do Estado, bem como não deveria estar limitada à

esfera militar – i.e., ao uso da força militar. O quadro teórico apresentado por Buzan foi mais tarde refinado na obra *Security: A New Framework for Analysis*, com a abordagem multissetorial ou multidimensional da segurança. Desta forma, Buzan (2016, p. 38) defende que a segurança das coletividades humanas é afetada através de cinco setores: militar, político, económico, societal e ambiental. Importa ainda mencionar que cada setor “possui uma lógica própria, com regras, atores, códigos, discursos e, mais importante, objetos específicos de referência no campo da segurança que, não necessariamente, incluirão o Estado” (Tanno, 2003, p. 58).

De acordo com Buzan et al (1998, pp. 7 e 22), o setor militar está orientado para as relações de força que envolvem coerção, e o objeto referente é, normalmente, o Estado – não excluindo outros tipos de entidades políticas (e.g., Exército). Deste modo, a segurança militar centra-se na interação entre as capacidades ofensivas e defensivas dos Estados, assim como nas percepções sobre as intenções dos outros Estados (Buzan, 2016, p. 38). Por sua vez, o setor político envolve as relações de autoridade, o estatuto do governo e o reconhecimento externo (Buzan et al., 1998, p. 7). Neste setor, o objeto referente é a soberania nacional, no entanto em certos casos a ideologia também pode ser o objeto referente (Buzan et al., 1998, p. 22). A segurança política consiste então na estabilidade interna dos Estados, bem como dos sistemas políticos dos governos e das suas ideologias, que lhes conferem legitimidade (Buzan, 2016, p. 38). Assim, estes dois setores de segurança foram centrais na agenda tradicional dos ES durante o período da Guerra Fria (Buzan, 1997).

Os setores económico, societal e ambiental constituem o alargamento da agenda securitária, que vai para além da visão tradicionalista dos ES. No setor económico os objetos referentes e as ameaças existenciais são mais difíceis de identificar, uma vez que podem ser supranacionais (e.g., o mercado financeiro internacional) (Buzan et al., 1998, p. 22). A segurança económica consiste no acesso aos recursos, às finanças e aos mercados, os quais são necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar da população e poder estatal (Buzan, 2016, p. 38). No setor societal, o objeto referente são as identidades coletivas de larga escala como as nações e religiões, que podem ser independentes do Estado (Buzan et al., 1998, pp. 22-23). Segundo Buzan (2016, p. 38), a segurança societal corresponde à sustentabilidade – dentro de limites aceitáveis – dos padrões tradicionais da língua, cultura, identidade religiosa e nacional, e costumes (Buzan, 2016, p.38). Como tal, a “segurança societal refere-se às situações em que as sociedades percecionam a ameaça em termos de identidade” (Wæver et al., 1993, p. 23, citado por Tanno, 2003, p. 65). Por sua vez, o setor ambiental abrange uma ampla gama de

possíveis objetos referentes, que vão desde a sobrevivência de espécies de seres vivos ou tipos de habitats (e.g., florestas tropicais), até à manutenção do clima e de uma biosfera favorável à existência de vida no planeta (Buzan et al., 1998, p. 23). Importa referir que estes cinco setores atuam de forma integrada – apesar de cada um definir o seu ponto focal e formas de lidar com as ameaças –, o que permite uma análise mais abrangente da segurança (Buzan, 2016, p. 38).

1.4.1. Teoria da securitização

Os conceitos de “securitização” e “dessecuritização” foram inicialmente apresentados por Wæver em 1995, e mais tarde aprofundados na obra seminal *Security: A New Framework for Analysis*. Em oposição ao paradigma tradicionalista, Wæver (1995, pp. 50 e 56) refere que a segurança é um “conceito e uma palavra”, bem como pode ser conceptualizada como um *speech act* (ato discursivo): “O que é então a segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar a “segurança” como um ato de fala”. Para além disso, Wæver (1995, p. 56) também considera que os conceitos de segurança e insegurança não são opostos binários: “Segurança significa uma situação marcada pela presença de um problema de segurança, que envolve a execução de alguma medida em resposta a esse problema. Insegurança é uma situação marcada por um problema de segurança, mas sem a resposta”.

Na obra *People, States and Fear*, Buzan (1993, citado por Wæver, 1995, p. 53) refere que a segurança é “essencialmente um conceito contestado [...] um termo genérico que tem um significado distinto, mas que varia na forma”, porque o seu significado pode variar entre diferentes Estados (Buzan et al., 1998, p. 27). Para os teóricos da EC, a segurança consiste na sobrevivência de um determinado objeto referente (e.g., Estado) face a ameaças existenciais. Ora, de forma a salvaguardar a existência desse objeto referente, poderão ser aprovadas medidas extraordinárias para lidar com essas ameaças (Buzan et al., 1998, p. 27). Importa referir que a segurança também tem sido instrumentalizada para legitimar o uso da força, e a sua invocação abriu caminho para um Estado poder assumir poderes especiais para lidar com as ameaças existenciais. Assim, “tradicionalmente, ao mencionar a palavra segurança, um chefe de Estado declara uma condição de emergência, reivindicando, então, o direito de utilizar quaisquer meios necessários para bloquear o desenvolvimento das ameaças” (Buzan et al., 1998, p. 21).

De acordo com Howell e Richter-Montpetit (2020, p. 5), a teoria da securitização apresenta uma metodologia social-construtivista, uma vez que recorre à teoria dos atos de fala

de J.L. Austin. Para Austin (1990, p. 11), a linguagem é performativa porque é utilizada sobretudo como uma forma de ação, e não como forma de representação ou descrição da realidade. O mesmo autor refere ainda que o ato discursivo pressupõe a existência de três tipos de atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário envolve a pronúncia de uma determinada frase que contém sentido e referência através da fala (Austin, 1990, p. 95). O ilocucionário é um “ato realizado em conformidade com uma convenção”, que “tem uma certa força ao dizer algo” (e.g., informar, ordenar, prevenir) (Austin, 1990, pp. 92, 95 e 103). Por sua vez, o ato perlocucionário produz efeitos numa audiência, por meio da pronúncia de uma sentença (Austin, 1990, p. 103).

No entendimento de Searle (1976, pp. 10-13), os atos ilocucionários podem ser agrupados em cinco categorias: (1) nos assertivos, o locutor está comprometido (em diversos graus) em relação ao valor da verdade ou da falsidade da proposição expressa; (2) nos diretivos, o locutor ordena o locutário a envolver-se numa ação futura; (3) os compromissivos têm como objetivo comprometer o locutor a praticar uma ação futura; (4) nos expressivos, o locutor pretende expressar de forma sincera o seu estado psicológico; (5) nos declarativos, o conteúdo proposicional do locutor permite, caso a atuação seja bem-sucedida, criar a realidade.

O *speech act* – que consubstancia o processo de securitização da EC – é o resultado da combinação dos três atos de fala. Assim, e tal como realça Buzan et al. (1998, p. 26), “o processo de securitização é o que em teoria da linguagem é chamado de ato de fala. Não é interessante como um signo que se refere a algo mais real, é o próprio enunciado que é o ato. Ao dizer as palavras, algo é feito”.

Para uma melhor compreensão do processo de securitização proposto pela EC, é necessário apresentar a evolução dos assuntos que ocorre na esfera política. Para Buzan et al. (1998, p. 24), qualquer assunto político, em teoria, pode ser colocado num *continuum* que vai de não politizado para politizado e, por fim ao securitizado. Um determinado assunto encontra-se no campo não politizado quando não é objeto de debate e/ou decisão pública pelos representantes. Um assunto torna-se politizado quando se insere na agenda de políticas públicas, e quando requer uma decisão governamental e alocação de recursos. Por fim, um assunto torna-se securitizado quando é apresentado como uma ameaça existencial (real ou percebida) que requer a implementação de medidas emergenciais, que se situam para além dos limites do procedimento normal da tomada de decisão política (Buzan et al., 1998, pp. 24-25). Desta forma, a securitização pode ser considerada como a “versão mais extrema da politização” (Buzan et al., 1998, p. 24). Por outro lado, quando um determinado assunto securitizado retorna

à agenda política, pode-se afirmar que ocorreu o processo de dessecuritização (Buzan et al., 1998, p. 4). Especificamente, a dessecuritização ocorre quando um ator securitário “deixa de tratar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente, e reduz ou deixa de exigir a implementação de medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça” (Buzan & Wæver, 2003, p. 489).

A securitização bem-sucedida de uma determinada questão depende de três elementos (ou etapas): (1) as ameaças existenciais que são nomeadas pelo ator securitário; (2) a ação emergencial; (3) os efeitos nas relações entre as unidades, que ocorrem após a quebra das regras (Buzan et al., 1998, p. 26). Além do mais, os mesmos autores também referem que a securitização só será bem-sucedida, se a audiência aceitar o movimento securitário (*securitizing move*). Ou seja, o ator securitário tem de convencer a audiência que é necessária a implementação de medidas emergenciais que têm como objetivo salvaguardar a existência de um determinado objeto referente que se encontra ameaçado (Buzan et al., 1998, p. 26). De facto, Buzan et al. (1998, p. 31) afirmam que “uma securitização bem-sucedida não é decidida pelo securitizador, mas sim pela audiência do *speech act* de segurança”.

O sucesso de um *speech act* político (ou processo de securitização) também depende das “condições facilitadoras”, que se organizam em duas categorias: as internas (e.g., linguístico-gramaticais), e as externas que envolvem aspetos sociais e contextuais. Assim, uma securitização bem-sucedida resulta da interligação das características intrínsecas do discurso do locutor (linguagem) e do grupo que autoriza e reconhece esse discurso (sociedade). No que concerne às condições internas, é necessária uma gramática geral sobre a segurança e a construção de uma narrativa que inclua a ameaça existencial, bem como as possíveis soluções para pôr fim a essa ameaça. Por outro lado, entre as condições externas destaca-se a posição de autoridade do ator securitário, e as características das hipotéticas ameaças que podem promover ou dificultar o processo de securitização (Buzan et al., 1998, pp. 32-33).

De acordo com Buzan et al. (1998, p. 24), a segurança é o resultado de uma prática autorreferencial, na qual uma determinada questão transforma-se numa questão securitária, não necessariamente devido à presença de uma ameaça existencial real, mas porque essa questão é percecionada e tratada como uma ameaça. Como a securitização de uma questão consiste numa construção social e intersubjetiva de uma ameaça existencial (Buzan et al., 1998, p. 31) – e de forma a explicar melhor o processo de securitização – os mesmos autores desenvolveram três unidades de análise da segurança: objeto referente, ator securitário e ator funcional.

Um objeto referente é um elemento (e.g., nação ou um grupo social) que enfrenta uma ameaça que põe em risco a sua própria existência e, por esse motivo, é necessária a implementação de medidas extraordinárias para a sua defesa. Por sua vez, o ator securitário é a entidade política capaz de securitizar uma determinada questão através de um discurso que reforça a ideia de que existe uma ameaça (real ou percebida) a um determinado objeto referente, que pode ser o próprio Estado. Assim, cabe ao ator securitário convencer uma determinada audiência-alvo (e.g., parlamento) para a necessidade da implementação de medidas excepcionais para lidar com essas ameaças existenciais. Já o ator funcional é aquele que tem a capacidade de influenciar significativamente o processo da tomada de decisão num determinado setor de segurança – e.g., empresas poluidoras podem ser consideradas atores funcionais porque afetam o setor ambiental (Buzan et al., 1998, p. 36). No caso do setor militar os atores funcionais podem ser as instituições do setor militar (e.g., Forças Armadas) e as empresas que providenciam os instrumentos de força (e.g., indústrias militares).

1.4.2. Teoria dos complexos regionais de segurança

A década de 1980 foi marcada pelas tensões geopolíticas entre as duas superpotências do sistema internacional, que tinham um alcance de amplo espectro a nível mundial. Por esse motivo, os dilemas de segurança dos EUA e da URSS não diminuíram, apesar da distância geográfica entre os dois Estados. Além do mais, devido aos riscos da “bipolaridade nuclearizada”, os dilemas de segurança das superpotências também alteraram as dinâmicas e os padrões da maioria dos CRSs (Kelly, 2007, p. 208).

Com o fim da bipolaridade do sistema internacional, que marcou o período da Guerra Fria, a segurança a nível regional passou a ocupar um lugar de destaque na política internacional, porque sem a competição constante entre as duas superpotências pelas várias regiões do mundo, os outros Estados obtiveram mais margem de manobra para conduzir as suas agendas securitárias (Buzan & Wæver, 2003, p. 3). Por conseguinte, a estrutura do sistema internacional no pós-Guerra Fria passou a ser unipolar, sendo representada através da seguinte fórmula: 1 + 4 + regiões. Ou seja, os EUA como a única superpotência, e a China, a União Europeia (UE), o Japão e a Rússia como grandes potências (Buzan & Wæver, 2003, p. 446). Acresce referir que as regiões (e.g., Brasil, Irão, África do Sul) são constituídas por Estados inseridos num sistema geograficamente limitado – os *clusters* – que, por sua vez, estão inseridos num sistema maior que possui uma estrutura própria (Buzan & Wæver, 2003, p. 27).

A teoria dos complexos regionais de segurança foi inicialmente desenvolvida por Buzan e apresentada na obra *People, States and Fear*. Na definição inicial de Buzan, “um complexo de segurança é definido como um conjunto de Estados, cujas principais preocupações e percepções de segurança estão tão interligadas, que os seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente” (Buzan et al., 1998, p. 12). Esta definição estadocêntrica acabaria por ser mais tarde refinada na obra *Regions and Powers: The Structure of International Security* publicada em 2003, no sentido de incluir a possibilidade de diferentes atores (estatais ou não-estatais), e de diversos setores de segurança (Buzan & Wæver, 2003, p. 44). Assim, um CRS passa então a ser definido como “um conjunto de unidades, cujos principais processos de securitização, de dessecuritização, ou ambos, estão tão interligados, que os seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente” (Buzan & Wæver, 2003, p. 491).

No entendimento de Buzan et al. (1998, p. 13), os CRSs são “mini-anarquias” porque compartilham as mesmas características que o sistema internacional. Além do mais, os mesmos autores também referem que a estrutura essencial de um CRS é constituída por quatro elementos nucleares: (1) a fronteira, que diferencia um determinado CRS da sua vizinhança; (2) a estrutura anárquica, que determina que um CRS é constituído por duas ou mais unidades autónomas; (3) a polaridade, que se refere à distribuição de poder entre as unidades; (4) a construção social, que envolve os padrões de amizade/inimizade entre os seus membros (Buzan & Wæver, 2003, p. 53).

As dinâmicas dentro de um CRS podem ser afetadas se ocorrerem alterações significativas em qualquer um dos quatro elementos da sua estrutura essencial. Especificamente, existem três possíveis evoluções dentro de um CRS: a manutenção do *status quo*, a transformação interna e a transformação externa. A manutenção do *status quo* pressupõe que não existem mudanças significativas na estrutura essencial de um CRS. Por outro lado, na transformação interna ocorrem alterações na estrutura essencial de um CRS dentro do seu limite externo existente, o que se traduz em mudanças na estrutura anárquica e na polaridade devido à integração ou desintegração regional, e nos padrões dominantes de amizade/inimizade entre as unidades. Por fim, a transformação externa ocorre quando existe uma extensão ou contração das fronteiras do CRS – i.e., essa transformação surge quando existe a fusão de dois CRSs (Buzan & Wæver, 2003, p. 53).

Segundo Buzan e Wæver (2003, pp. 45 e 50), os padrões dominantes de amizade/inimizade são influenciados por fatores históricos, culturais, religiosos e geográficos,

que contribuem para gerar interdependências de segurança. Neste sentido, os padrões dominantes de amizade/inimizade entre os Estados que integram um CRS estão diretamente relacionados com o conceito de adjacência, uma vez que será esse o fator que determinará a capacidade de interação entre as unidades (Buzan et al., 1998, p. 202). Buzan e Wæver (2003, p. 45) referem que a “adjacência é potente para a segurança, visto que muitas ameaças viajam mais facilmente por curtas distâncias do que por longas. O impacto da proximidade geográfica na interação com a segurança é mais forte e mais óbvio no setor militar, político, social e ambiental”. De facto, a interdependência de segurança entre os Estados vizinhos é, geralmente, mais forte em comparação com os Estados geograficamente mais distantes, contudo as superpotências transcendem a lógica da proximidade geográfica e da adjacência física nas suas relações de segurança (Buzan et al., 1998, p. 202).

No seguimento do argumento anterior, Buzan e Wæver (2003, p. 49) defendem que o envolvimento de potências externas dentro de um CRS pode ser analisado através da “penetração” ou do *overlay*. Por um lado, “a penetração ocorre quando as potências externas fazem alinhamentos de segurança com os Estados que fazem parte de um CRS” (Buzan & Wæver, 2003, p. 46). Por outro lado, o fenómeno *overlay* surge quando os interesses das grandes potências transcendem a mera penetração, e passam a dominar uma região de tal forma, que as dinâmicas locais de interdependência securitária deixam, virtualmente, de existir (Buzan & Wæver, 2003, p. 61). Como tal, o “*overlay* ocorre mais facilmente quando é imposto pela força, pela invasão e ocupação de uma região por potências externas” (Buzan & Wæver, 2003, p. 63). Para além do fenómeno *overlay* que impede a formação da estrutura de um CRS, uma região não-estruturada também pode desencadear esse mesmo resultado (Buzan & Wæver, 2003, p. 61). De facto, uma região de segurança não-estruturada pode ocorrer devido aos seguintes fatores: (1) as unidades que compõem o complexo não conseguem projetar o seu poder para além das suas fronteiras devido à falta de capacidades; (2) o isolamento geográfico dificulta a interação entre as unidades – e.g., as ilhas separadas pelos oceanos (Buzan & Wæver, 2003, p. 62).

Quando uma grande potência⁸ intervém numa determinada região, o seu parceiro estratégico também pode explorar essa cooperação com o objetivo de destabilizar o seu rival

⁸ Segundo Buzan e Wæver (2003, p. 33), “uma grande potência é um Estado que tem a capacidade de projetar poder pelo globo e, como resultado, pode intervir em qualquer CRS, sempre que servir os seus interesses”. Assim, uma grande potência tem de possuir determinadas capacidades materiais – principalmente a económica e a militar – que transcendem as potências regionais, bem como tem de obter através dos outros Estados, o reconhecimento formal desse estatuto (Buzan & Wæver, 2003, pp. 35-36). Além do mais, tem o potencial de se tornar, a curto ou médio prazo, uma superpotência (Buzan & Wæver, 2003, p. 35).

regional. Por esse motivo, o *overlay* não é um processo unidirecional, uma vez que através dessa cooperação, um Estado com menos capacidades também pode fazer chantagem (ou *blackmail*), e manipular estrategicamente o seu patrocinador – e.g., o presidente da Coreia do Norte, Kim Il-Sung, conseguiu o apoio dos líderes da China e da URSS para invadir a Coreia do Sul (1950-1953) (Kelly, 2007, p. 200).

De acordo com Buzan e Wæver (2003, p. 37), é o número de potências regionais que determina o tipo de polaridade de um CRS. Deste modo, os CRSs podem ser classificados em “padrão” ou em modo “centrado”. Um CRS padrão é um sistema “vestefaliano em forma de dois ou mais poderes, que tem uma agenda de segurança predominantemente político-militar” (Buzan & Wæver, 2003, p. 55). Neste modelo, a polaridade é definida pelas potências regionais – não existindo potências globais no complexo – e podem variar de unipolar (uma única potência regional) para multipolar. Para além disso, os padrões dominantes de amizade/inimizade de um CRS padrão podem ser de formação de conflitos, de regimes de segurança e de comunidades de segurança⁹ (Buzan & Wæver, 2003, p. 55). Por outro lado, um CRS centrado pode assumir três formas (ou potencialmente quatro): (1) unipolar, mas centrado numa grande potência – e.g., a Federação Russa na Comunidade dos Estados Independentes (CEI); (2) unipolar, mas centrado numa superpotência – e.g., os EUA no hemisfério ocidental; (3) “região integrada por instituições e não por um único poder” – e.g., a UE na Europa; (4) unipolar, mas centrado numa potência regional – e.g., Turquia no Médio Oriente (Buzan & Wæver, 2003, p. 62).

Como observado anteriormente, a estrutura anárquica dos CRSs e as suas delimitações geográficas originam a interdependência de segurança entre as unidades, que pode ser manifestada mediante padrões de amizade/inimizade (Buzan & Wæver, 2003, p. 45). Neste sentido, também é importante apresentar os quatro níveis de análise que compõem a “constelação de segurança”, e como se inter-relacionam: (1) no nível doméstico pretende-se identificar as vulnerabilidades internas de uma unidade dentro do CRS, porque são essas vulnerabilidades que permitem definir as agendas securitárias de um Estado; (2) o nível regional centra-se nas relações entre os Estados que compõem o CRS; (3) o nível inter-regional

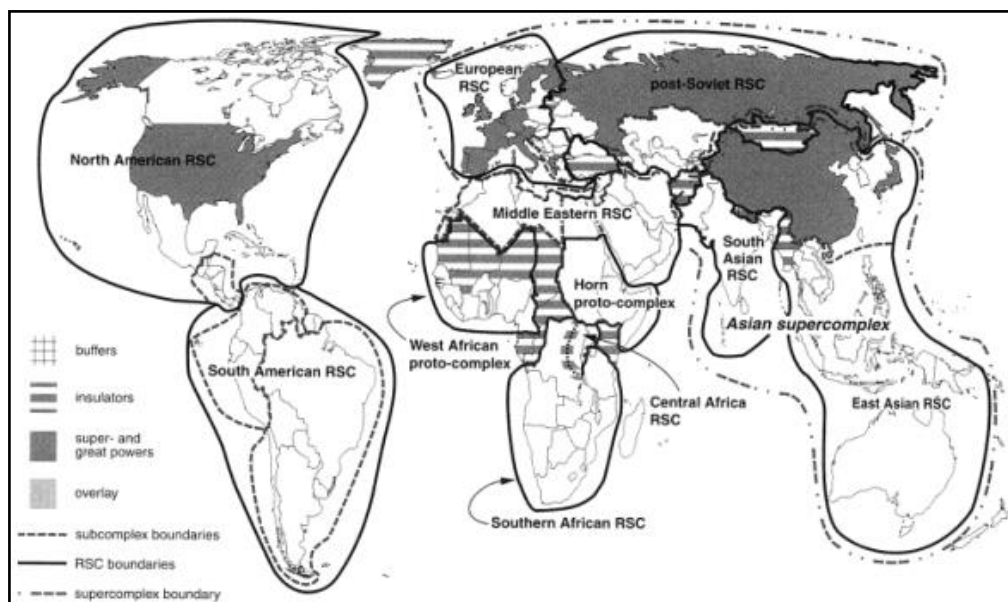
⁹A formação de conflitos envolve um “padrão de interdependência de segurança que é moldado pelo medo da guerra e pelas expectativas do uso da violência nas relações políticas” (Buzan & Wæver, 2003, p. 489). Por sua vez, no regime de segurança existe um “padrão de interdependência de segurança, que continua a ser moldado pelo medo da guerra e pelas expectativas do uso da violência nas relações políticas”, contudo esses medos e expectativas são atenuados por um conjunto de regras de conduta, previamente acordado, e pela expectativa que essas regras serão cumpridas (Buzan & Wæver, 2003, pp. 491-492). Por fim, a comunidade de segurança “consiste num padrão de interdependência de segurança, em que as unidades não esperam e nem se preparam para o uso da força nas suas relações políticas” (Buzan & Wæver, 2003, p. 491).

foca-se nas interações entre regiões adjacentes; (4) no nível global pretende-se analisar as interações entre os níveis regional-global, nomeadamente se as potências globais interferem numa região (Buzan & Wæver, 2003, p. 51).

Com a dissolução da URSS a 26 de dezembro de 1991 – que se iniciou com a celebração dos Acordos de Belavezha entre a Federação Russa, Ucrânia e Bielorrússia no dia 8 de dezembro de 1991 – foi fundada a CEI, com o objetivo de regular as relações entre as ex-repúblicas soviéticas. Treze dias depois, mais oito ex-repúblicas soviéticas aderiram a esta nova organização intergovernamental na Eurásia: Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Para além disso, importa referir que no dia 15 de maio de 1992, foi fundada a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), que englobou a Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão (Nygren, 2008, p. 24).

De acordo com Buzan e Wæver (2003) no pós-Guerra Fria formaram-se cerca de 11 CRSs: América do Norte, Europa, Espaço pós-soviético, Médio Oriente, América do Sul, África Ocidental, Chifre da África, África Central, África Austral, Sul da Ásia e Leste Asiático.

Figura 1 - Padrões de Segurança Regional no pós-Guerra Fria



Fonte: Buzan e Wæver (2003)

O CRS pós-soviético inclui as ex-repúblicas soviéticas – naturalmente com exceção dos países bálticos –, e é centrado (ou liderado) pela Federação Russa. Este CRS faz fronteira com outros CRSs centrados em organizações internacionais e grandes potências: o CRS europeu centrado na UE, o CRS asiático centrado na China e no Japão, e o CRS do Médio Oriente centrado em potências regionais (e.g., Irão, Turquia) (Nygren, 2008, pp. 11-12). Segundo a mesma fonte, o CRS centrado na Federação Russa é constituído por três sub-complexos: (1) o sub-complexo de segurança europeu constituído pela Bielorrússia, Ucrânia e Moldávia; (2) o sub-complexo de segurança do Cáucaso composto pela Arménia, Azerbaijão e Geórgia; (3) o sub-complexo de segurança da Ásia Central formado pelo Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Turquemenistão (Nygren, 2008, pp. 47, 101 e 161).

Lake e Morgan (1997, p. 17, citado por Nygren, 2008, p. 12) referem que a Federação Russa é a “potência dominante” no seu CRS, uma vez que “ajuda a estabilizar a região ao conter e resolver os conflitos entre os Estados”. Contudo, a Federação Russa também é simultaneamente a ameaça mais proeminente à segurança dos Estados que compõem o seu CRS. A importância do CRS pós-soviético para a própria Federação Russa vai muito além das ameaças à segurança nacional dos Estados que compõem o seu CRS e dos 25 milhões de habitantes de etnia russa que vivem no exterior – a diáspora russa. Ou seja, para a liderança política russa, o “CRS não é apenas um fim em si mesmo, é também uma forma de se reintroduzir na arena global” (Nygren, 2008, p. 12).

Quando os países do Báltico – Estónia, Letónia e Lituânia – saíram da esfera de influência da URSS, os países do sub-complexo de segurança europeu passaram a representar o próximo *buffer* geográfico entre a Federação Russa e o Ocidente alargado, ou seja, este sub-complexo passou a ser o centro das disputas entre a Rússia e os EUA após o colapso do império soviético (Nygren, 2008, p. 47). Esse espaço geográfico passou então a ser um *insulater*, que pode ser definido como sendo um “Estado ou mini-complexo que se situa entre os complexos regionais de segurança [...] um espaço geográfico ocupado por uma ou mais unidades, onde as dinâmicas regionais de segurança estão de costas voltadas” (Buzan & Wæver, 2003, p. 490). Além do mais, um *insulater* também difere de um Estado-tampão (ou *buffer state*), uma vez que este último é um “Estado ou mini-complexo que se encontra dentro de um complexo de segurança e no centro de um forte padrão de securitização, cuja principal função é separar potências rivais” (Buzan & Wæver, 2003, p. 489).

1.5. Críticas à Escola de Copenhaga

Em primeiro lugar, a Escola Galesa dos Estudos Críticos de Segurança (ou Escola de Aberystwyth) rejeita a ideia defendida pela EC, de que a “segurança consiste na sobrevivência diante de ameaças existenciais” (Buzan et al., 1998, p. 27), porque do ponto de vista desta escola a “sobrevivência não é sinônimo de segurança” (Booth, 2007, p. 107). Especificamente, a “sobrevivência é uma condição existencial, enquanto a segurança envolve a capacidade em perseguir calmamente ambições políticas e sociais” (Williams, 2008, p. 5).

Booth (2007, p. 100) – um dos principais teóricos da Escola de Aberystwyth – também rejeita o argumento de que a segurança é essencialmente um conceito contestado. A definição básica de segurança – i.e., a “segurança significa a ausência de ameaças” – é constituída por um conjunto de elementos que não são normalmente contestados, porém quando o conceito de segurança está envolvido nos assuntos da política internacional, o seu significado é alargado consoante a emergência ou a queda dos paradigmas sistémicos das diferentes teorias das RI (Booth, 2007, p. 100). Especificamente, segundo Booth (2007, p. 100), a conceptualização básica de segurança pressupõe a existência de três componentes: (1) a existência de um objeto referente; (2) um perigo iminente ou real; (3) o desejo de escapar às ameaças. O mesmo autor também defende que a abordagem da EC é estadocêntrica porque a securitização é centrada no discurso do Estado, apesar de novos atores securitários poderem ser incluídos; elitista porque o poder está concentrado nas elites políticas que são responsáveis pela condução dos movimentos securitários; centrada no *speech act* das elites políticas; e conservadora porque está associada aos conceitos do neorrealismo (e.g., anarquia e poder) (Booth, 2007, pp. 166-167).

Por sua vez, McSweeney (1996, p. 82) refere que a lógica de segurança societal apresentada na obra *People, States and Fear*, não respeita a dimensão macro da análise sociológica sobre as questões relacionadas com a sociedade e a identidade, atendendo a que é objetivista e ainda, realista. O mesmo autor refere ainda que a identidade não pode ser considerada um facto social ou uma realidade objetiva porque “é um processo de negociação entre pessoas e grupos de interesse” (McSweeney, 1996, p. 85). McSweeney (1996, p. 90) também se opõe à ideia de que a sociedade é um facto social, com a mesma objetividade e estatuto ontológico do Estado. Além do mais, segundo o mesmo autor não é possível definir uma identidade coletiva:

“A identidade coletiva não está lá fora à espera de ser descoberta. O que está lá fora é o discurso identitário dos líderes políticos, intelectuais e inúmeros outros, que se envolvem no processo de

construção, negociação e afirmação de uma resposta – por vezes urgente, na maioria ausente – devido à demanda por uma imagem coletiva [...]” (McSweeney, 1996, p. 90).

Relativamente à abordagem multissetorial de segurança da EC, Eriksson (1999, p. 315) sugere que existem contradições no quadro analítico dos autores da EC, porque mantiveram e sintetizaram os paradigmas de segurança do realismo e do construtivismo. Como a segurança é uma construção social “não existem ameaças objetivas, apenas tentativas para criar problemas com implicações na segurança [...] qualquer pessoa que classifique uma questão como um problema de segurança, torna essa questão numa decisão política e não analítica” (Eriksson, 1999, p. 315). Assim, a função de um especialista em segurança não é observar as ameaças, mas sim analisar os atores securitários, o movimento securitário, e as circunstâncias em que determinadas questões são classificadas como ameaças existenciais (Eriksson, 1999, p. 315). Ademais, a abordagem multissetorial – i.e., a divisão da agenda securitária entre os vários setores – leva à “objetivação da segurança e à propagação de conotações negativas, como ameaças e inimigos, nas novas áreas temáticas” (Eriksson, 1999, p. 316). Por esse motivo, segundo o mesmo autor, os teóricos da EC “agem mais como políticos do que como analistas” porque “através da objetivação dos setores, eles adotam o papel de securitizadores” (Eriksson, 1999, p. 316).

No que concerne ao processo de securitização da EC, Balzacq (2011, p. 3) argumenta que a “segurança não é uma prática autorreferencial, mas sim um processo intersubjetivo”. E que o *speech act* reduz a segurança a um mero “procedimento convencional” (Balzacq, 2005, p. 172). Segundo este teórico da Escola de Paris, a securitização é uma prática estratégica (pragmática) que ocorre dentro de uma configuração de circunstâncias que incluem o contexto, a disposição psicocultural da audiência e a sua aceitação, e a interação entre o locutor e a sua audiência (Balzacq, 2005, p. 172). Posto isto, como a securitização é um ato pragmático, Balzacq (2005, p. 179) refere que existem três assunções que aperfeiçoam o *speech act*: (1) “uma securitização eficaz é altamente dependente do contexto”; (2) “uma securitização eficaz é centrada na audiência”; (3) “as dinâmicas de securitização são carregadas de poder”.

De acordo com Balzacq (2005, p. 172), o discurso estratégico (pragmático) difere do *speech act* em pelo menos uma dimensão: enquanto o discurso estratégico trabalha no nível da persuasão e utiliza vários artefactos (e.g., mentiras, emoções, estereótipos, gestos) para atingir os seus objetivos, o *speech act* procura estabelecer os princípios universais da comunicação, independentemente do contexto, da cultura, e do poder relativo dos atores. Com a integração da prática estratégica no processo de securitização, o mesmo autor refere que o seu quadro

analítico “eleva a securitização acima do seu espaço normativo”, uma vez que gera um cenário de lutas pelo poder, em que os atores securitários alinham-se nas questões de segurança para direcionar o apoio da audiência para uma política ou curso de ação (Balzacq, 2005, p. 173). Deste modo, o processo de securitização é definido por este autor como:

“ Um conjunto articulado de práticas em que os artefactos heurísticos (metáforas, ferramentas de política, imagens, analogias, estereótipos, emoções) são mobilizados contextualmente por um ator securitário, que trabalha para incentivar uma audiência a construir uma rede coerente de implicações (sentimentos, sensações, pensamentos e intuições), sobre a vulnerabilidade crítica de um objeto referente, que concorda com as razões do ator securitário para as escolhas e ações [...] ” (Balzacq 2011, p. 3).

Pese embora a EC ressaltar que a audiência alvo deve aceitar que um determinado evento é ameaçador para ser securitizado – ou seja deve concordar com o ator securitário –, a natureza e o estatuto dessa audiência permanecem ignorados (Balzacq, 2005, p. 173). No entendimento de Balzacq, o ator securitário é sensível a dois tipos de suporte de duas audiências distintas: a moral e a formal. De facto, para iniciar uma guerra contra outro Estado, os decisores políticos necessitam de obter o apoio das instituições políticas nacionais (e.g., governo, parlamento) e do público. Contudo, é o apoio formal das instituições políticas que permite a implementação de um conjunto de medidas extraordinárias para lidar com uma ameaça (real ou percebida) (Balzacq, 2011, p. 9).

Bourbeau (2011, p. 41) refere que o papel da audiência no processo de securitização da EC é unidireccional, bem como também existe um tratamento inadequado em relação à audiência porque a mesma permanece no final do processo. O autor sugere que, quando as audiências são colocadas no final do processo, eliminam-se as noções de feedback e a multidireccionalidade entre os agentes securitários e as audiências, e por esta razão argumenta que no processo de securitização a audiência deve localizar-se no centro do processo, e não no final. Para além disso, também referiu que adjectivação da palavra audiência que foi apresentada no livro *Security: A New Framework for Analysis* – i.e., a “audiência significativa” ou “audiência suficiente” –, não está acompanhada por uma explicação que identifique os indicadores quantitativos utilizados pelos autores da EC (Bourbeau, 2011, p. 41).

Segundo Bigo (2008, p. 123) – um dos principais teóricos da Escola de Paris –, a segurança não está restrita à sobrevivência. A “segurança não significa apenas evitar uma forma involuntária de morte porque também se relaciona com a gestão da vida e as suas condições sociais e estruturais”. Por conseguinte, a segurança é percecionada como um valor positivo, e consubstancia-se numa série de diversas práticas que têm como objetivo “proteger

e tranquilizar para permanecer vivo e, se possível, ter uma vida boa” (Bigo, 2008, p. 123). Assim, o processo de (in)securitização não se cinge apenas ao sucesso de um *speech act* político:

“Tem a ver com as decisões burocráticas mais mundanas das políticas quotidianas, com rotinas weberianas de racionalização de gestão de números ao invés da gestão de pessoas e do uso das tecnologias, especialmente aquelas que permitem a comunicação e a vigilância à distância por meio de bases de dados e velocidade na troca de informações” (Bigo, 2008, p. 123).

O processo de (in)securitização é o resultado das práticas rotineiras de segurança realizadas por políticos e profissionais de segurança que gerem as ameaças, e das transformações das tecnologias que os mesmos utilizam, para reduzir os riscos desses ameaças (e.g., câmaras, escutas telefônicas) (Bigo, 2002, pp. 75-76). Ora, as transformações tecnológicas possibilitaram às agências de segurança pública (e.g., forças e serviços de segurança) e às entidades privadas, um vasto leque de práticas de vigilância, de recolha e triagem de informações, de gestão de informações, de dissuasão, e de proteção e pacificação (Bigo, 2000, p. 328; 2008, p. 124).

A (in)securitização envolve, portanto, reivindicações sobre a segurança – que são percecionadas como sendo verdadeiras – realizadas por instituições e especialistas, que são consubstanciadas pelo conhecimento prático (ou *know-how* prático) de várias agências de segurança pública ou privada, e pela narrativa prevalente que ocorre nos meios de comunicação (Bigo, 2002, p. 76). Em síntese, o mesmo autor refere que:

“A securitização é, portanto, o operador de conversão através do qual as preocupações dos discursos políticos – dentro da esfera política, que aumenta ou diminui o valor das ameaças – são validadas como um processo legítimo pelos profissionais que gerem as ameaças, em função das violentas transformações que eles observam, e dos interesses das instituições” (Bigo, 2002, p. 76).

Do ponto de vista de Bigo (2000, p. 328-329), a segurança não está restrita à segurança nacional porque, cada vez mais, engloba também a segurança individual (segurança humana). Atualmente, um Estado não só é responsável por garantir a sobrevivência institucional da coletividade, como também deve garantir a sobrevivência de cada um dos seus membros constitutivos, independentemente da sua localização: “um ataque que ocorra a milhares de quilómetros do território nacional, mas que envolva cidadãos franceses, será considerado uma ameaça inaceitável à segurança” (Bigo, 2000, p. 329).

McDonald (2008b, p. 564) também apresenta três críticas ao quadro analítico da teoria da securitização desenvolvido pela EC. A primeira crítica, consiste na “forma” relativamente

restrita do ato de construção das questões securitárias, que se foca nos discursos de atores dominantes como os decisores políticos que representam as instituições nacionais. Assim, o foco nos discursos de líderes políticos exclui outras formas de representação (e.g., imagens ou práticas materiais). A segunda crítica refere-se ao “contexto” do ato de construção das questões securitárias porque se centra apenas no momento da intervenção, excluindo e negligenciando o processo de construção da segurança ao longo do tempo. Por fim, a terceira crítica está relacionada com a “natureza” do ato de construção das questões securitárias, que é limitada apenas à designação das ameaças à segurança, ignorando a forma como esta pode ser compreendida em contextos particulares.

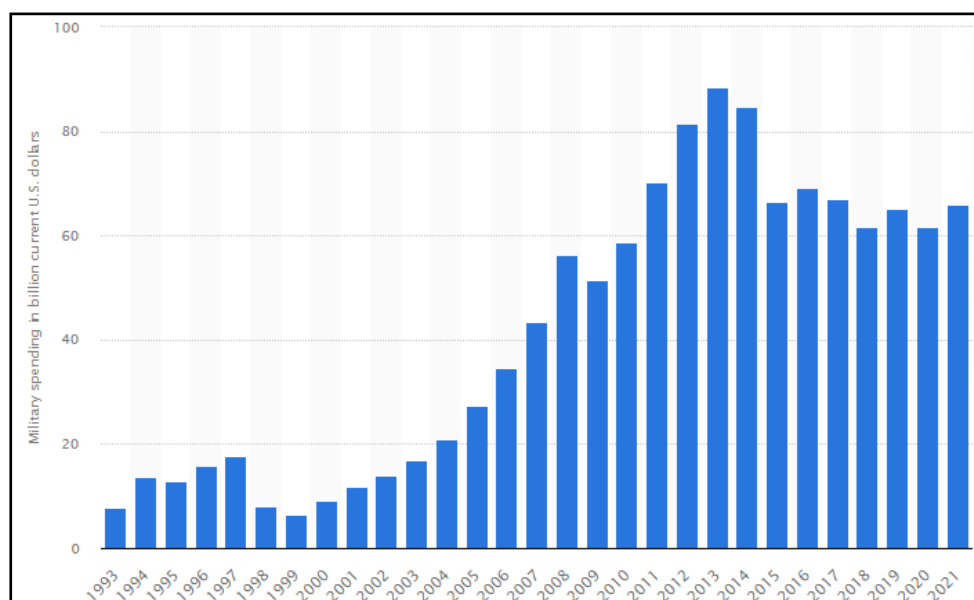
Finalmente, Williams (2003, p. 521) faz uma crítica à ética do processo de securitização da EC, atendendo a que combina o realismo clássico de Carl Schmitt com o construtivismo social que considera que a segurança é uma prática social. Por essa razão, qualquer questão pode ser considerada como uma questão securitária, e qualquer prática política violenta, excludente ou irracional, poderá ser considerada objetivamente como outra forma de um *speech act*. O autor critica ainda o facto de que a teoria da securitização da EC se centra exclusivamente no *speech act* – “a principal forma de ação comunicativa nas práticas de segurança” – numa era onde a comunicação política está cada vez mais ligada às imagens televisivas (Williams, 2003, p. 512).

Capítulo II – A Federação Russa: os interesses nacionais, as ameaças à segurança nacional, e os eixos estratégicos da política externa

“So to the integration of Russia into a global system, it was always problematical. But Russia started more wars, many wars, but it also protected the European equilibrium against Germany, against France, against Sweden in the 18th century. So that special role of Russia needs some recognition - this historical role of Russia” (Kissinger, 2022).

Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder em 2000, a Federação Russa tem vindo a registar um crescimento económico gradual, bem como também se tem (re)posicionado como uma grande potência internacional. De forma a consolidar o seu estatuto de grande potência, a Federação Russa também necessita de preservar a sua influência nos países do espaço pós-soviético (as ex-repúblicas soviéticas) – o seu *near abroad* – e afastá-los da esfera ocidental. Neste sentido, a Federação Russa reiniciou a sua corrida armamentista com o aumento paulatino do seu orçamento de defesa, para contrariar a degradação quantitativa e qualitativa das suas forças militares que ocorreu na década de 1990.

Figura 2 - Gastos militares da Rússia de 1993 a 2021 (em biliões de dólares americanos)



Fonte: Statista Research Department (2022)

De acordo com Allison et al. (2011, p. 17), os principais interesses nacionais da Federação Russa são: “(i) impedir o uso de armas nucleares ou outras armas de destruição massiva contra a Rússia e prevenir a proliferação de armas nucleares e sistemas de entrega no espaço pós-soviético; (ii) manter a capacidade de dissuasão nuclear da Federação Russa como garante da soberania russa e do estatuto de grande potência; (iii) impedir ataques terroristas em grande escala na Rússia; (iv) manter a influência russa no espaço pós-soviético e impedir que outras potências ou alianças oponentes alcancem a capacidade de dominar o espaço pós-soviético; (v) garantir a continuidade dos fluxos das receitas das exportações da Rússia e impedir que outros países sejam capazes de exercer influência sobre as exportações da energia russa; (vi) proteger a segurança e a estabilidade do atual sistema político da Rússia”.

No entendimento do aparelho político-militar russo, o alargamento da infraestrutura militar da NATO à Europa de Leste – nomeadamente a construção de bases militares no seu *near abroad* – e as revoluções coloridas nas ex-repúblicas soviéticas, colocam em risco a segurança nacional da Federação Russa. Neste sentido, o aparelho político-militar russo considera os EUA e os seus “satélites” como “países hostis”, uma vez que estão a promover a “russofobia” e um novo tipo de “guerra híbrida” na Ucrânia, com o objetivo de infringir uma derrota estratégica à Federação Russa (CPEFR, 2023, pp. 5-6). De facto, a *RAND Corporation* publicou um artigo em 2019, intitulado *Overextending and Unbalancing Russia: Assessing the Impact of Cost-Imposing Options*, que indicou que fornecer ajuda letal à Ucrânia “exploraria o maior ponto de vulnerabilidade externa da Rússia”, contudo também poderia “provocar um conflito muito mais amplo no qual a Rússia, por causa da sua proximidade, teria vantagens significativas” (Dobbins et al., 2019, p. 4).

Com o afastamento da Federação Russa da Comunidade Euro-Atlântica, a integração na Comunidade Euroasiática tem vindo a assumir um papel cada vez mais central na política externa russa. Contudo, segundo o filósofo russo Aleksandr Dugin, o Presidente Putin também ambiciona desenvolver relações com uma “Europa independente no contexto de um mundo multipolar, contudo a mesma está de facto completamente comprometida com o *Atlanticismo*, bem como também foi colonizada pelos americanos” (Geopolítica.RU, 2022).

No presente capítulo pretendeu-se responder à QD1: *Tendo em conta as últimas versões dos principais documentos de planeamento estratégico da Federação Russa, quais são os principais interesses nacionais e as ameaças à segurança nacional russa?* Para responder à questão proceder-se-á à análise das últimas versões dos seguintes documentos: o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” de 2023; os “Fundamentos da Política Estatal para a

Preservação e Fortalecimento dos Valores Espirituais e Morais Tradicionais Russos” de 2022; a “Doutrina Naval da Federação Russa” de 2022; a “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” de 2021; a “Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa” de 2016; a “Doutrina Militar da Federação Russa” de 2014; os “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear” de 2020.

2.1. Documentos de planeamento estratégico da Federação Russa

2.1.1 “Conceito de Política Externa da Federação Russa” de 2023

De acordo com Trenin (2014a, p. 20), “o sistema político da Rússia é czarista e Putin é, no presente momento, um monarca absoluto. Mas o presidente russo não está tão distante da realidade como costuma ser retratado na Europa”. Segundo a Constituição da Federação Russa de 1993, o Presidente da Federação Russa é o principal responsável pelo processo de formulação e execução da política externa russa. Os artigos 80.º e 86.º da Constituição da Federação Russa de 1993 indicam que o “Presidente da Federação Russa deve, em conformidade com a Constituição da Rússia e as leis federais, determinar os objetivos básicos da política interna e externa do Estado [...] deve dirigir a política externa da Federação Russa” (Constituição da Federação Russa, 1993). O artigo 114.º da Constituição da Federação Russa de 1993 indica ainda que o Governo da Federação Russa é responsável pela execução da política externa russa, pelo que “deverá adotar medidas para garantir a defesa do país, a segurança do Estado e a implementação da política externa da Federação Russa” (Federação Russa, 1993).

Sob o comando do Presidente Putin, a Federação Russa tem vindo a consolidar o seu estatuto de grande potência no sistema internacional. Mesmo com a dissolução da URSS, o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” (CPEFR) de 2000 descreveu a Federação Russa como uma “grande potência, um dos centros mais influentes do mundo moderno”, cuja “responsabilidade é assegurar a segurança mundial quer a nível global quer a nível regional” (CPEFR, 2000, pp. 1 e 4). Além do mais, o CPEFR de 2000 também indicou que a formação de uma estrutura unipolar de distribuição de poder, na qual os EUA têm domínio económico e militar, é uma ameaça à segurança internacional (CPEFR, 2000, p. 2). De facto, desde o colapso da URSS, o antigo Ministro das Relações Exteriores da Federação Russa, Yevgeny Primakov, realçou a necessidade de restaurar a identidade de grande potência da Federação Russa para poder equilibrar as ambições hegemónicas dos EUA (Tsygankov, 2019, p. xxvii).

No dia 31 de março de 2023, o Presidente Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 229, que aprova a nova versão do CPEFR. Este documento de planeamento estratégico apresenta os interesses nacionais, os objetivos estratégicos e os eixos da política externa da Federação Russa. À semelhança do CPEFR de 2016 que realçou que o “mundo moderno está a atravessar um período de profundas mudanças, cuja essência é a formação de um sistema internacional policêntrico”, o CPEFR de 2023 indica que “a humanidade atravessa uma era de mudança revolucionária. A formação de um mundo mais justo e multipolar continua” (CPEFR, 2016, p. 3; CPEFR, 2023, p. 2).

Segundo a nova versão do CPEFR (2023, p. 3), existe um amplo espectro de instrumentos e métodos ilegais nas relações internacionais para contrariar o curso natural da história: as medidas coercitivas (sanções) que contornam o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); os golpes de Estado e os conflitos militares; as ameaças e chantagens; as operações de influência destinadas a manipular a consciência de nações inteiras; as operações ofensivas e subversivas no espaço de informação – incluindo, a “imposição de atitudes ideológicas neoliberais destrutivas que vão contra os valores espirituais e morais tradicionais”. Neste sentido, as ações hostis de atores estatais e não-estatais que ameacem a soberania e a integridade territorial da Federação Russa – incluindo as sanções económicas ou o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para fins político-militares – serão tratadas pelo aparelho político-militar russo com “medidas simétricas e assimétricas” (CPEFR, 2023, p. 14).

No entendimento do aparelho político-militar russo, como a Federação Russa está a emergir como um dos novos centros de poder do mundo moderno, os “EUA e os seus satélites” estão a utilizar as medidas que foram adotadas pela Federação Russa para proteger os seus interesses na Ucrânia, como justificação para “exacerbar muitos anos de política anti-russa, e desencadear um novo tipo de guerra híbrida” que tem como objetivo enfraquecer a Federação Russa de todas as formas possíveis – incluindo o seu papel civilizacional, o seu poder económico e militar, as suas capacidades tecnológicas, a sua autoridade na política externa e interna, e ainda “destruir a sua integridade territorial” (CPEFR, 2023, pp. 5-6). Não obstante estas alegações, o CPEFR (2023, p. 6) também realça que a “Rússia não se considera inimiga do Ocidente [...] não tem intenções hostis em relação a ele”, bem como também espera que no futuro os países do Ocidente alargado – em particular os EUA – abandonem as suas “ambições hegemónicas”, e “retornem à interação pragmática com a Rússia” baseada nos princípios da igualdade de soberanias e no respeito dos interesses nacionais de cada Estado.

Atualmente, os interesses nacionais da Federação Russa no domínio da política externa são: “(i) proteger a ordem constitucional, a soberania, a independência, o Estado e a integridade territorial da Federação Russa, da influência estrangeira destrutiva; (ii) manter a estabilidade estratégica, e fortalecer a paz e a segurança internacional; (iii) fortalecer os fundamentos jurídicos das relações internacionais; (iv) salvaguardar os direitos, as liberdades e os interesses legítimos dos cidadãos russos, e proteger as organizações russas contra invasões ilegais estrangeiras; (v) desenvolver um espaço de informação seguro para proteger a sociedade russa das informações estrangeiras destrutivas, que têm impacto psicológico; (vi) salvar o povo russo, desenvolver o potencial humano, e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos; (vii) promover o desenvolvimento sustentável da economia russa através de uma nova base tecnológica; (viii) fortalecer os valores tradicionais russos, através da preservação do legado histórico-cultural do povo multinacional da Federação Russa; (ix) proteger o ambiente, conservar os recursos naturais através do seu uso racional, e promover a adaptação às alterações climáticas” (CPEFR, 2023, p. 3).

Neste sentido, as atividades da política externa russa destinam-se a cumprir três objetivos estratégicos: (i) assegurar a segurança da Federação Russa, a sua soberania e a sua integridade territorial; (ii) criar condições externas favoráveis que permitam o desenvolvimento sustentável da Federação Russa; (iii) consolidar a posição da Federação Russa como um dos novos centros de poder no mundo multipolar (CPEFR, 2023, p. 7). Para a consecução destes objetivos estratégicos, a Federação Russa terá de executar as seguintes medidas: (i) criar uma ordem mundial justa e sustentável; (ii) manter a estabilidade estratégica com os EUA, a paz, e a segurança internacional; (iii) providenciar a assistência no desenvolvimento de respostas eficazes aos conflitos e crises regionais; (iv) desenvolver cooperações mutuamente benéficas e igualitárias com Estados estrangeiros; (v) combater as atividades de Estados estrangeiros contra a Federação Russa; (vi) desenvolver boas relações com os Estados vizinhos; (vii) fornecer assistência aos aliados e parceiros da Federação Russa; (viii) divulgar e fortalecer as plataformas regionais multilaterais, nas quais a Federação está inserida; (ix) consolidar a posição da Federação na economia mundial; (x) salvaguardar os interesses nacionais russos no oceano mundial (OM), e nos espaços aéreo e sideral; (xi) construir uma perceção objetiva da Federação Russa no exterior, com vista a fortalecer a sua posição no espaço global de informação; (xii) reforçar o papel da Rússia no espaço humanitário global, bem como promover a língua russa e o seu legado histórico-cultural; (xiii) proteger a diáspora russa; (xiv) desenvolver relações com os cidadãos russos que vivem no exterior (CPEFR, 2023, pp. 7-9).

No entendimento da liderança política russa, o sistema internacional policêntrico emergente deverá consubstanciar-se no princípio da igualdade soberana dos Estados, na cooperação baseada no equilíbrio de interesses, na supremacia do direito internacional sobre as relações internacionais e no princípio da indivisibilidade da segurança¹⁰, bem como deverá rejeitar a hegemonia nos assuntos internacionais, a dualidade de critérios e a ingerência estrangeira nos assuntos internos de outros países (CPEFR, 2023, p. 9). Neste sentido, a liderança política russa considera que para a construção de uma nova ordem mundial multipolar mais justa, a Federação Russa necessita de eliminar os “vestígios do domínio dos EUA e de outros estados hostis na política internacional”, e negar as “ambições neocoloniais e hegemónicas” de qualquer Estado (CPEFR, 2023, p. 10). Para esse efeito, a Federação Russa pretende “restaurar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU)”;¹¹ fortalecer o papel internacional das plataformas multilaterais como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), a CEI, a União Económica da Eurásia (UEE), a OTSC, o RIC (Rússia, Índia, China), e outras organizações internacionais onde existe participação da Federação Russa; apoiar plataformas multilaterais regionais na Ásia-Pacífico, América Latina, África e Médio Oriente; proteger os valores tradicionais e universais, e neutralizar as tentativas de impor “ideologias pseudo-humanistas e neoliberais” (CPEFR, 2023, p. 10).

Desde a dissolução da URSS, o desenvolvimento de novas relações, igualitárias e mutuamente benéficas, entre a Federação Russa e os países do espaço pós-soviético, tem estado entre as principais prioridades da política externa russa (Zonova & Reinhardt, 2014, p. 505). De facto, no CPEFR de 2023 o espaço pós-soviético encontra-se no topo dos eixos regionais da política externa da Federação Russa. Para a segurança, estabilidade, integridade territorial e desenvolvimento socioeconómico da Federação Russa, o Kremlin considera que é necessário o desenvolvimento de relações de boa vizinhança com os Estados-membros da CEI e outros países do espaço pós-soviético, o que por sua vez, também permitirá fortalecer a posição da Federação Russa como um dos novos centros de poder no sistema internacional multipolar (CPEFR, 2023, p. 29). Neste sentido, o aparelho político-militar russo pretende garantir a

¹⁰ O princípio da “indivisibilidade da segurança” foi formalmente apresentado na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE) – atualmente designada de Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) –, realizada em Helsínquia em 1975. A CSCE contou com a participação de 35 Estados que reconheceram a “indivisibilidade da segurança na Europa”, através da assinatura da Ata Final da Conferência de Helsínquia. O princípio da indivisibilidade da segurança realça que a “cooperação é benéfica para todos os Estados participantes, enquanto a insegurança em apenas um Estado participante pode afetar o bem-estar de todos” (Brichambaut, 2010, p. 1). Ou seja, em termos práticos isto significa que os “Estados não devem fortalecer a sua segurança à custa da segurança de outros Estados” (Brichambaut, 2010, p. 3).

estabilidade e segurança no seu estrangeiro próximo, e impedir as “revoluções coloridas”¹¹ ou outras formas de ingerência estrangeira nos países aliados da Federação Russa; fortalecer o seu sistema regional de segurança através de alianças militares como o Estado União – aliança político-militar entre a Federação Russa e a Bielorrússia –, a OTSC, e outros formatos de interação no campo da defesa e segurança entre a Federação e os seus aliados e parceiros; impedir o desenvolvimento de infraestruturas militares de Estados hostis e outras ameaças à segurança nacional da Federação Russa no espaço pós-soviético; e fortalecer as plataformas multilaterais como a CEI e a UEE (CPEFR, 2023, pp.29-30).

Para além deste eixo regional, o fortalecimento das relações bilaterais com os novos centros de poder localizados no continente asiático – a China e a Índia – é de extrema importância para que a Federação Russa consiga alcançar os seus objetivos estratégicos. De facto, a Federação Russa “pretende fortalecer ainda mais a parceria abrangente e a cooperação estratégica com a República Popular da China” e continuará a “construir uma parceria estratégica particularmente privilegiada com a República da Índia (CPEFR, 2023, p. 32). Além do mais, a Federação Russa também pretende formar a “Parceria da Grande Eurásia” através de plataformas multilaterais como a OCX, UEE e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA), tendo sempre em consideração a iniciativa chinesa *One Belt, One Road* (OBOR)¹² (CPEFR, 2023, pp. 32-33).

No que concerne à cooperação estratégica Rússia-China, no dia 4 de fevereiro de 2022, o Presidente Putin e o seu homólogo chinês, Xi Jinping, assinaram uma declaração conjunta em Pequim que indica que “a amizade entre os dois Estados não tem limites, não há áreas de cooperação proibidas [...]” (Kremlin, 2022a). Um ano depois, Xi Jinping fez uma visita de Estado a Moscovo de 20 a 22 de março de 2023, para discutir com o seu homólogo russo o desenvolvimento da parceria estratégica abrangente entre a Federação Russa e a China, e os benefícios do aprofundamento dessa cooperação para o sistema internacional. Nessa visita, os dois líderes assinaram duas declarações conjuntas no dia 21 de março: uma sobre o

¹¹ O termo revolução colorida foi criado para descrever as revoltas que ocorreram no espaço pós-soviético no início do século XXI: Revolução Rosa na Geórgia (2003), a Revolução Laranja na Ucrânia (2004) e a Revolução da Tulipa no Quirguistão (2005). Uma revolução colorida consiste num “protesto em massa ou uma revolta desarmada destinada a substituir, por meio de eleições, o governo em exercício que representa um regime semi/quase democrático” (Baev, 2011, p. 5).

¹² A iniciativa Chinesa OBOR (ou a Nova Rota da Seda), é um dos projetos de infraestruturas mais ambiciosos a nível mundial. Este projeto lançado em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, reuniu um vasto leque de iniciativas de desenvolvimento e investimento, e foi originalmente projetado para conectar o leste asiático e a Europa através de uma infraestrutura física. Contudo na década seguinte, o projeto expandiu-se para a África, Oceânia e América Latina, o que permitirá ampliar significativamente a influência económica e política da China (McBride et al., 2023).

“Aprofundamento da Parceria Estratégica Abrangente de Coordenação para a Nova Era” e outra sobre o “Plano para Promover os Elementos-chave da Cooperação Económica Russo-Chinesa até 2030”. No total, foram assinados 14 acordos económicos de cooperação em várias áreas estratégicas: acordos para aumentar a exportação do gás natural russo para 50 bilhões de metros cúbicos (bmc) por ano, bem como uma iniciativa para construir a *pipeline Power of Siberia 2* na Mongólia, o que permitirá aumentar as vendas de gás russo para 95 bmc/ano até 2030; acordos na área da investigação nuclear entre ministérios e agências russas e chinesas (e.g., parceria para a construção de reatores de neutrões rápidos); acordos de cooperação para a produção conjunta de programas de televisão e de intercâmbio de informações entre as agências estatais de notícias TASS e Xinhua; acordos para transações comerciais em rublos ou yuans, de forma a contrabalançar a hegemonia do dólar norte-americano; acordos na área da agricultura – incluindo a produção de soja (Kremlin, 2023a).

Quanto à cooperação estratégica Rússia-Índia, durante um encontro no Uzbequistão com o Presidente Putin no dia 16 de setembro de 2022, o Primeiro-Ministro Narendra Modi afirmou: “The whole world is aware of the nature of Russian-Indian relations, and the world also knows the deep friendship, in particular the personal friendly ties that bind us” (Modi, 2022). A cooperação bilateral entre os dois países também pode ser explicada pelo facto de a Índia ter uma das maiores economias emergentes a nível mundial, bem como pelo facto de não ter grandes reservas de petróleo e gás. Devido aos elevados níveis de pobreza, a Índia necessita de importar petróleo e gás a preços mais baixos para sustentar o seu acelerado crescimento económico. Assim sendo, a Rússia constituiu-se como um dos seus principais parceiros estratégicos. Só no ano de 2022, a Índia importou 1.2 milhão de barris de petróleo russo – i.e., importou 33 vezes mais barris comparativamente com o ano de 2021 (Frayer, 2023).

O CPEFR de 2023 também apresenta outros eixos regionais da política externa da Federação Russa: Ártico; região da Ásia-Pacífico; Médio Oriente; África; América Latina e Caribe; Europa; EUA e outros Estados anglo-saxões; Antártida. No Médio Oriente, a Federação Russa procura desenvolver uma “interação abrangente e confiável” com o Irão e apoiar de forma abrangente a Síria, bem como também pretende o aprofundamento de uma “parceria multifacetada e mutuamente benéfica” com a Turquia, a Arábia Saudita, o Egipto e outros Estados-membros da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) (CPEFR, 2023, p. 34). Em África, a Federação Russa compromete-se a fortalecer a cooperação russo-africana, e a estreitar laços com a União Africana (UA), por meio do Fórum Económico e Humanitário Rússia-África (CPEFR, 2023, p. 36). Na América Latina e Caribe, a Federação

Russa pretende aprofundar as suas “parcerias multifacetadas e mutuamente benéficas” com o Brasil, Cuba, Nicarágua, Venezuela e outros Estados da América Latina (CPEFR, 2023, p. 37). Por outro lado, no caso da Europa, o Kremlin considera que a maioria dos Estados europeus – os chamados “países hostis”¹³ – estão a conduzir uma “política agressiva” contra o Estado russo com o objetivo de “criar ameaças à segurança e soberania da Federação Russa, de obter vantagens económicas unilaterais, de minar a estabilidade política interna e corroer os valores tradicionais russos, e de criar obstáculos à cooperação entre a Rússia e os seus aliados e parceiros” (CPEFR, 2023, p. 37). A Federação Russa também está disposta a manter a “paridade estratégica” e a “coexistência pacífica” com os EUA, desde que Washington abandone as suas “ambições hegemónicas” e a sua “política anti-russa”. Ou seja, se os países anglo-saxões – em particular os EUA e a Inglaterra – abandonarem o seu “curso hostil em relação à Rússia”, a liderança política russa está disposta a retomar o curso normal das relações com esses países (CPEFR, 2023, pp. 38-39).

Importa referir que o CPEFR (2023, pp. 39-41) também oferece uma perspetiva sobre a formulação e a execução da política externa russa. Para além do Presidente da Federação Russa, existem outros órgãos governamentais responsáveis pela política externa russa: o Governo da Federação Russa; o Conselho da Federação (Câmara Alta da Assembleia Federal da Rússia); a Duma Estatal (Câmara Baixa da Assembleia Federal da Rússia); o Conselho de Segurança da Federação Russa (CSFR); o Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa; a Agência Federal para a Comunidade de Estados Independentes.

O CSFR foi criado em 1992. É presidido pelo Presidente da Federação Russa e constituído por membros permanentes (e.g., Vice-presidente do CSFR, Primeiro-Ministro, Presidente do Conselho da Federação, Presidente da Duma Estatal, Ministro da Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Interior, Diretor do Serviço Federal de Segurança ou FSB, Diretor do Serviço de Inteligência Estrangeira ou SVR, Chefe do gabinete executivo presidencial, Secretário do CSFR e Representante Especial do Presidente para a Proteção Ambiental, Ecologia e Transportes) e por membros não-permanentes (e.g., Ministro da Justiça, Ministro das Finanças, Procurador-geral, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa (FAFR), Governador de Moscovo, Governador de São

¹³ No dia 5 de março de 2022, o Governo da Federação Russa aprovou o Despacho n.º 430-p, que apresenta uma lista de Estados e territórios estrangeiros que estão a cometer “ações hostis” contra a Rússia: Austrália; Albânia Andorra; Grã-Bretanha (incluindo a ilha de Jersey); Anguilla; Ilhas Virgens Britânicas; Gibraltar; Estados-membros da União Europeia; Islândia; Canadá; Liechtenstein; Micronésia; Mónaco; Nova Zelândia; Noruega; República da Coreia; San Marino; Macedónia do Norte; Singapura; EUA; Taiwan (China); Ucrânia; Montenegro; Suíça; Japão (Governo da Federação Russa, 2023).

Petersburgo e Representantes Plenipotenciários do Presidente da Federação Russa para os distritos federais) (Kremlin, 2023b). De acordo com o CPEFR (2023, p. 40), o CSFR é o órgão consultivo do Presidente da Federação Russa, também responsável pela formulação das principais orientações da política externa do Estado, e pelo desenvolvimento de medidas que neutralizam as ameaças à segurança da Federação Russa.

2.1.2. “Fundamentos da Política Estatal para a Preservação e Fortalecimento dos Valores Espirituais e Morais Tradicionais Russos” de 2022

De acordo com Trenin (2014a, p. 10), “pela primeira vez nos tempos modernos, a Rússia rejeitou a Europa, não apenas como mentora, mas também como modelo”. Para o Presidente Putin, o *mainstream* europeu do século XXI – o oposto dos valores tradicionais da velha Europa – fez com que os Estados europeus começassem a “renunciar às suas raízes, incluindo os valores cristãos, que fundamentam a civilização ocidental” (Trenin, 2014a, p. 10). Devido à crescente tendência da internacionalização do movimento político e social LGBT (atualmente LGBTIQA+) ¹⁴ – uma comunidade com grande expressão nas democracias liberais ocidentais –, o Kremlin tem procurado apresentar a Federação Russa como a guardiã dos valores tradicionais conservadores europeus, bem como também tem vindo a projetar a suposta excecionalidade dos valores tradicionais russos que estão enraizados no Cristianismo Ortodoxo (Trenin, 2014a, p. 10). Segundo o mesmo autor, estes valores incluem a santidade da vida familiar e a união entre um homem e uma mulher, o papel central da fé religiosa e das religiões tradicionais enquanto bússolas espirituais, a centralidade do Estado, e o patriotismo.

De forma a consolidar os valores tradicionais na sociedade russa, a liderança política russa tem recorrido à orientação moral fornecida pelas quatro religiões tradicionais aceites pela legislação russa: o Cristianismo Ortodoxo, o Judaísmo, o Islamismo e o Budismo. Naturalmente, tem ocorrido um maior fortalecimento das relações entre o Kremlin e a Igreja Ortodoxa Russa – que vem sendo liderada pelo Patriarca Cirilo I desde 2009 – com o objetivo de construir paulatinamente o “Mundo Russo” (ou *Russkiy Mir*) (Trenin, 2014a, p. 11). O “Mundo Russo” é uma “comunidade imaginada”, que é constituída por povos e nações – localizados predominantemente no espaço pós-soviético – que compartilham a língua, cultura e história russa (Feklyunina, 2016, p. 773). Neste sentido, para o Kremlin esta parceria

¹⁴ A sigla LGBTIQA+ é uma abreviação de lésbica, gay, bissexual, transgénero, queer ou questionador, intersexo, assexual e outras orientações sexuais ou identidades de género de uma pessoa (The Center, 2023).

estratégica é de extrema importância, uma vez que a área geográfica desta comunidade coincide com o território canônico da Igreja Ortodoxa Russa (Trenin, 2014a, p. 11).

No dia 9 de novembro de 2022, o Presidente Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 809 intitulado “Os Fundamentos da Política Estatal para a Preservação e Fortalecimento dos Valores Espirituais e Morais Tradicionais Russos” – a doutrina para a proteção e fortalecimento dos valores tradicionais russos (DPFVTR). Este novo documento estratégico define as metas, os objetivos e os instrumentos que permitem desenvolver uma estratégia para a proteção dos valores espirituais e morais tradicionais da Federação Russa (ou valores tradicionais russos), da cultura e da memória histórica da Federação Russa (DPFVTR, 2022, p. 1). A política estatal para a preservação e fortalecimento dos valores tradicionais russos consiste num conjunto de medidas coordenadas entre o Presidente da Federação Russa e outras autoridades públicas – com o apoio das instituições da sociedade civil –, que visam combater as ameaças socioculturais (ou proteger os valores tradicionais) que põem em risco a segurança nacional da Federação Russa (DPFVTR, 2022, p. 3).

Os valores tradicionais consistem nas diretrizes morais que consubstanciam a visão dos cidadãos russos sobre o mundo. Especificamente, os valores tradicionais são transmitidos de geração em geração, fundamentam e fortalecem a identidade civil e o espaço cultural da Federação Russa, e são alicerçados no “espiritual e no desenvolvimento histórico e cultural do povo multinacional da Rússia”. Ademais, os valores tradicionais são considerados como a “base da sociedade russa, o que torna possível proteger e fortalecer a soberania da Rússia, garantir a unidade multinacional e multiconfessional do país, preservar o povo e desenvolver o potencial humano da Rússia” (DPFVTR, 2022, p. 2). Neste documento e na ESNFR de 2021, os valores tradicionais russos incluem:

“[...] a vida, a dignidade, os direitos humanos e liberdades, o patriotismo, a cidadania, o serviço à Pátria e a responsabilidade pelo seu destino, os altos ideais morais, a família, o trabalho criativo, a prioridade do espiritual sobre o material, o humanismo, a misericórdia, a justiça, o coletivismo, a assistência mútua e respeito mútuo, a memória histórica e a continuidade de gerações, e a unidade dos povos da Rússia” (ESNFR, 2021, p. 35; DPFVTR, 2022, p. 2).

No que concerne à “prioridade do espiritual sobre o material”, Dugin refere que esta mudança provocará um verdadeiro choque cultural e atitudinal na sociedade russa, uma que vez os cidadãos russos estão acostumados com a noção de que o materialismo, o bem-estar e conforto material e o progresso material são os únicos indicadores do nível de sucesso pessoal e do desenvolvimento da sociedade. Ou seja, o mesmo autor refere que “vivemos num mundo

onde o material em todos os lugares – no Estado, na economia, na moral – prevalece sobre o espiritual”. Assim, Dugin realça que essa mudança deve ocorrer sobretudo na natureza do próprio Estado russo, que deverá ter uma missão espiritual superior para passar a ser uma entidade sagrada (Geopolítica.RU, 2023).

À semelhança da ESNFR de 2021, a DPFVTR de 2022 também apresenta como principais ameaças aos valores tradicionais russos, as atividades das organizações terroristas e extremistas, os meios de comunicação estrangeiros, as ações hostis dos EUA e dos seus aliados e parceiros, e as atividades de algumas corporações transnacionais e ONGs estrangeiras (DPFVTR, 2022, p. 3). No entendimento do aparelho político-militar russo, estes agentes externos pretendem implementar um sistema de ideais e valores estranhos – uma “ideologia destrutiva” –, que tem como objetivo destruir a sociedade russa, tendo em conta que tem um impacto negativo a nível ideológico e psicológico nos cidadãos russos. Os valores estranhos e destrutivos para a sociedade russa incluem: o culto do egoísmo, a permissividade, a imoralidade, a negação dos ideais do patriotismo, do serviço à Pátria, da valorização e constituição de uma família numerosa, e a promoção de relações sexuais não-tradicionais (i.e., homossexualidade) (DPFVTR, 2022, p. 4). Por conseguinte, os objetivos da política estatal para a preservação e fortalecimento dos valores tradicionais incluem a “neutralização da propaganda da ideologia destrutiva” ocidental e a “formação na arena internacional de uma imagem do Estado russo como o guardião e defensor dos valores espirituais e morais tradicionais” (DPFVTR, 2022, p. 6).

No entendimento do Kremlin, a disseminação da ideologia ocidental na sociedade russa põe em risco a segurança nacional da Federação Russa: (i) cria condições para a autodestruição da sociedade russa, porquanto enfraquece os laços familiares, as amizades e outros laços sociais; (ii) fortalece a estratificação sociocultural da sociedade russa; (iii) prejudica a “saúde moral” dos cidadãos russos porque impõe ideias que negam a dignidade humana e o valor da vida humana; (iv) introduz estereótipos antissociais comportamentais, bem como incentiva um estilo de vida imoral, a permissividade, a violência e o abuso de álcool e drogas; (v) promove a formação de uma sociedade que negligencia os valores tradicionais; (vi) contribui para a distorção da verdade histórica, bem como também destrói a memória histórica russa; (vii) leva à negação da identidade russa e enfraquece a identidade civil e a unidade do povo da Federação Russa, bem como cria condições para o desenvolvimento de conflitos interétnicos e inter-religiosos; (viii) provoca a diminuição da confiança nas instituições estatais e desvaloriza a convicção de proteger e servir a Pátria (e.g., serviço militar) (DPFVTR, 2022, pp. 4-5).

De forma a preservar e fortalecer os valores tradicionais russos e evitar a disseminação dessas supostas ideologias destrutivas, a Federação Russa compromete-se a realizar profundas reformas no sistema de educação escolar, na cultura, nas ciências e nos meios de comunicação de massa, levando sempre em consideração o seu legado histórico-cultural e as experiências acumuladas pela sociedade russa (DPFVTR, 2022, p. 5). Assim, este documento estratégico apresenta um conjunto de medidas da política estatal a ser implementado: (i) fortalecer a unidade e a identidade civil da Federação Russa, e a harmonia interétnica e inter-religiosa; (ii) salvaguardar a memória histórica da Federação Russa e neutralizar as tentativas que visam falsificar a sua história; (iii) preservar, fortalecer e promover os valores tradicionais familiares – incluindo a proteção da instituição do casamento entre homem e mulher –, para garantir a continuidade das gerações; (iv) implementar uma política de informação estatal destinada a fortalecer o papel dos valores tradicionais e a neutralizar a disseminação da “ideologia destrutiva” ocidental; (v) promover uma educação que respeita os valores tradicionais; (vi) financiar projetos públicos e instituições da sociedade civil no campo da educação patriótica; (vii) apoiar as organizações religiosas tradicionais; (viii) financiar projetos cinematográficos que se destinam a preservar e a popularizar os valores tradicionais russos; (ix) proteger o património cultural (e.g., monumentos históricos) da Federação Russa; (x) apoiar projetos que promovem os valores tradicionais russos no ambiente de informação; (xi) proteger e apoiar a língua russa, e neutralizar o uso excessivo de vocabulário estrangeiro no território russo; (xii) suprimir as atividades destinadas à destruição dos valores tradicionais russos; (xiii) incrementar o papel da Federação Russa no mundo através da promoção dos valores tradicionais russos (DPFVTR, 2022, pp. 6-8).

Conforme realça Boyle (2021, p. 3), na última década as autoridades russas têm promovido e exacerbado o nacionalismo russo através de programas na televisão estatal, e de filmes patrióticos nas salas de cinema. A emergente ideologia do Kremlin combina a glorificação do legado histórico-cultural do Império Russo com os aspetos positivos da URSS. Inclusive, o mesmo autor refere ainda que a promoção da “mitologização da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial” tem vindo a aumentar desde que Vladimir Putin se tornou o presidente da Federação Russa em 2000.

2.1.3. “Doutrina Naval da Federação Russa” de 2022

No dia 31 de julho de 2022, o Presidente Vladimir Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 512, que aprova a nova “Doutrina Naval da Federação Russa” (DNFR). A DNFR de 2022 é um dos documentos estratégicos que complementa a ESNFR e a “Doutrina Militar da Federação Russa” (DMFR). Este documento define os interesses nacionais russos no OM – os oceanos e mares do mundo –, as zonas marítimas e o seu nível de importância para os interesses nacionais russos, as principais ameaças e riscos à segurança nacional da Federação Russa no domínio marítimo, e os vetores da política marítima nacional russa (DNFR, 2022).

A importância do OM para a Federação Russa e para outros Estados irá aumentar significativamente no futuro devido à diminuição dos recursos naturais terrestres do planeta Terra e à necessidade de restabelecer esses recursos, os quais permitem o desenvolvimento e o crescimento económico dos Estados (DNFR, 2022, p. 2). Por conseguinte, a nova doutrina marítima russa prevê um confronto global, uma vez que segundo o Kremlin, os EUA e a NATO estão a tentar impor o seu poder no domínio marítimo ao afirmar os seus interesses nacionais sobre os interesses de todos os outros Estados (Weber, 2022, p. 1). Por essa razão, o Kremlin pretende modernizar e fortalecer as suas capacidades de combate naval, e está disposto a empregar os seus instrumentos militares para salvaguardar os seus interesses estratégicos nas águas internacionais. Posto isto, a doutrina marítima russa de 2022, recomenda quer no setor militar quer no setor civil, uma completa reestruturação da indústria naval russa através de um incremento qualitativo das suas capacidades tecnológicas e produtivas (Rakov, 2022a). A mesma fonte também refere que a nova doutrina marítima russa expressa a determinação do Kremlin em expandir a Rota Marítima do Norte (RMN), pois será uma alternativa ao Canal do Suez, para a exportação de matérias-primas russas para a Ásia (Rakov, 2022a).

No entendimento de Weber (2022, p. 2), a DNFR de 2022 atualiza os interesses nacionais russos com destaque no conflito global e no poder naval russo. Enquanto a linguagem da DNFR de 2015 estava consubstanciada na cooperação global, a linguagem da DNFR de 2022 amplia o espectro das atividades da Rússia no domínio marítimo (Weber, 2022, p. 2). Na DNFR (2022, pp. 4-5), a Federação Russa é descrita como uma grande potência marítima do mundo policêntrico, cujos principais interesses nacionais no domínio marítimo são: (i) salvaguardar a independência, a soberania nacional e a integridade territorial da Federação Russa – incluindo o espaço marítimo e o espaço aéreo russo; (ii) garantir os direitos soberanos sobre a zona económica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental da Federação Russa; (iii) assegurar o estatuto de grande potência marítima para garantir a “estabilidade estratégica no

Oceano Mundial”, bem como desenvolver parcerias estratégicas mutuamente benéficas no domínio marítimo; (iv) melhorar as capacidades de defesa da Marinha da Federação Russa no OM; (v) assegurar o direito de colocar cabos de comunicações eletrônicas e *pipelines* submarinas, e o direito de estudar e explorar os recursos minerais localizados nos fundos marinhos internacionais; (vi) garantir a segurança do transporte de matérias-primas energéticas (e.g., gás e petróleo) através das *pipelines offshores* russas; (vii) assegurar o acesso às rotas marítimas mundiais (e.g., Canal do Suez); (viii) realizar exercícios navais em águas internacionais como forma de proteger os interesses nacionais russos; (ix) desenvolver a zona ártica da Federação Russa (ZAFR) como uma “base de recursos estratégicos”; (x) expandir a RMN como corredor de transporte de matérias-primas russas.

A nova doutrina marítima russa também categoriza todas as zonas marítimas do mundo de acordo com o seu nível de importância para os interesses nacionais da Federação Russa. Ou seja, as zonas marítimas podem ser: vitais, importantes e outras (DNFR, 2022, p. 5). As áreas (zonas) de interesse vital para os interesses nacionais russos no domínio marítimo são aquelas cuja perda de controle colocaria em risco a própria existência da Federação Russa. As zonas de interesse vital incluem as águas territoriais da Federação Russa, a ZEE e a plataforma continental da Federação Russa, a bacia do Ártico adjacente à costa da Federação Russa, a RMN, o Mar de Okhotsk e o setor russo do Mar Cáspio. As áreas importantes para os interesses nacionais russos no domínio marítimo são aquelas que afetam o desenvolvimento econômico, o bem-estar da população russa, a segurança nacional da Federação Russa e a manutenção estratégica regional do Estado. As áreas importantes incluem o Mar Negro e o Mar de Azov, o Mediterrâneo Oriental, os estreitos do Báltico e das Ilhas Curilas, e as linhas de comunicação marítimas – incluindo as linhas da costa asiática e da costa africana. As outras áreas para os interesses nacionais russos no domínio marítimo são aquelas que fazem parte das águas internacionais, mas que não são classificadas como zonas vitais ou importantes (DNFR, 2022, pp. 5-6). Acresce referir que nas áreas de interesse vital, a Federação Russa está disposta a empregar todos os seus instrumentos de segurança nacional – incluindo o uso da força militar (Rakov, 2022b).

De acordo com a DNFR (2022, p. 7), as principais ameaças à segurança nacional da Federação Russa no OM são os EUA e os seus aliados, atendendo a que pretendem “limitar o acesso da Federação Russa aos recursos do OM e às comunicações vitais de transporte marítimo”. A doutrina marítima russa de 2022 também indica que os EUA pretendem “dominar o Oceano Mundial”, bem como alargar a infraestrutura militar da NATO para junto das

fronteiras da Federação Russa, e aumentar o número de exercícios realizados nos mares adjacentes ao território russo (DNFR, 2022, p. 7). Para além disso, os EUA estão a exercer uma “pressão económica, política, jurídica internacional, informativa e militar sobre a Rússia com o objetivo de reduzir a eficácia das suas atividades marítimas” (DNFR, 2022, p.8).

Por outro lado, os principais riscos para as atividades marítimas da Federação Russa são: (i) a escassez e a desatualização tecnológica dos navios da marinha mercante russa; (ii) a dependência significativa do comércio externo e das *pipelines offshores* russas; (iii) as sanções contra as empresas russas de construção naval e empresas de petróleo e gás; (iv) as limitações legais do direito internacional sobre as atividades marítimas no Ártico e no Mar Negro; (v) a falta de bases logísticas fora da Federação Russa para apoiar as atividades marítimas nas áreas remotas do OM; (vi) as alterações climáticas. A doutrina marítima russa de 2022 também identifica as pandemias de doenças perigosas (e.g., Covid19) como novos riscos para as atividades marítimas da Federação Russa (DNFR, 2022, p. 8-9).

A nova doutrina marítima russa indica ainda que o principal eixo estratégico da política marítima nacional russa é a zona do Ártico devido ao seu potencial estratégico de recursos naturais. De facto, o Ártico está a transformar-se numa “região de competição global, não só do ponto de vista económico, como também do ponto de vista militar” (DNFR, 2022, pp. 21-22). Neste sentido, a política marítima nacional russa identificou um conjunto de prioridades que visam: (i) consolidar a posição de liderança da Federação Russa no estudo e desenvolvimento dos espaços marítimos do Ártico; (ii) melhorar as capacidades de combate das Frotas do Pacífico e do Norte; (iii) controlar as atividades navais estrangeiras na RMN; (iv) modernizar as infraestruturas portuárias e costeiras na ZAFR, e as frotas de navios de superfície (e.g., quebra-gelo); (v) criar uma “base industrial, tecnológica e científica” para o desenvolvimento económico da ZAFR; (vi) construir uma linha de comunicação de fibra ótica subaquática na ZAFR (DNFR, 2022, pp. 22-23).

Do ponto de vista de Boulègue (2022), o conjunto de prioridades da DNFR de 2022 na ZAFR está “desconetado da realidade”, visto que as sanções económicas e o isolamento da Federação Russa no sistema internacional – devido à guerra na Ucrânia – irão limitar as ambições nacionais russas. Além do mais, a mesma fonte refere que a guerra na Ucrânia reduziu significativamente as capacidades tecnológicas da Federação Russa, que auxiliam o desenvolvimento de uma base industrial, tecnológica e científica na ZAFR – i.e., “colocação de satélites e tecnologias digitais, estações de sensores autónomos e veículos subaquáticos não tripulados no Ártico” (Boulègue, 2022). Importa referir que para além da zona do Ártico, este

documento estratégico também apresenta outros eixos da política marítima russa: Pacífico, Atlântico (Mares Báltico, Negro, Azov e bacias mediterrâneas), Mar Cáspio, Oceano Índico e o Oceano Antártico (DNFR, 2022, p. 21).

2.1.4. “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” de 2021

Segundo Haas (2011, p. 2), cada Estado soberano tem os seus interesses específicos, e a conversão desses interesses nacionais em objetivos estratégicos é efetuada no nível mais elevado do processo decisório. No caso da Federação Russa, a sua estratégia nacional – que se consubstancia no documento ESNFR – clarifica os interesses nacionais da Federação Russa e as medidas a implementar para lidar com as ameaças que põem em risco o cumprimento dos seus objetivos (Haas, 2011, p.2). Na hierarquia dos documentos oficiais da Federação Russa, a ESNFR é o documento de planeamento estratégico mais importante do Estado, porque é a base sobre a qual se enquadram os outros documentos estratégicos (Cooper, 2021).

No dia 2 de julho de 2021, o Presidente Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 400, que aprova a nova ESNFR. Esta nova versão da ESNFR estabelece os interesses nacionais e as prioridades estratégicas da Federação Russa, bem como define os objetivos da política externa russa (ESNFR, 2021, p. 1-2). No entendimento de Trenin (2021), a atual versão da estratégia de segurança nacional russa é a declaração mais importante do Kremlin, uma vez que abrange não só os assuntos da segurança nacional, como também uma ampla gama de outros assuntos – da economia ao meio ambiente, e dos valores à defesa da nação. Deste modo, o mesmo autor sugere que este documento é “um manifesto para uma nova era” definida pelo “confronto cada vez mais intenso com os EUA e os seus aliados, pelo retorno aos valores tradicionais russos, e pela importância da tecnologia e do clima para o futuro da Rússia” (Trenin, 2021). Por outro lado, Galeotti (2021) refere que a ESNFR de 2021 é uma “carta paranoide [...] marca a mudança progressiva nas prioridades do Kremlin em direção à paranoia, e uma visão de um mundo que considera não só os países estrangeiros como uma ameaça, mas os próprios processos que moldam o mundo moderno”.

Atualmente, está a ocorrer uma profunda transformação no sistema internacional porque estão a emergir novos centros de poder regional e global, que têm alterado significativamente a estrutura, as regras e os princípios da ordem mundial (ESNFR, 2021, p. 3). De facto, a ESNFR de 2015 já realçava o (re)surgimento de uma ordem internacional policêntrica ou multipolar (ESNFR, 2015, p. 3). Para a liderança política russa, o “desejo dos

países ocidentais em manter a sua hegemonia" – em particular os EUA – tem afetado negativamente os modelos e os instrumentos de desenvolvimento económico no mundo moderno, bem como tem aumentado as disparidades no desenvolvimento e na desigualdade social entre os Estados (ESNFR, 2021, p. 3). Neste sentido, o Kremlin considera que a Federação Russa – em coordenação com o CSNU – deve contribuir para a criação de um sistema mais estável nas relações internacionais, baseado no direito internacional e no princípio da “segurança igual e indivisível” (ESNFR, 2021, pp. 3-4).

De acordo com a ESNFR de 2021, os interesses nacionais da Federação Russa no presente momento são: “(i) salvar o povo russo, desenvolver o potencial humano, e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos; (ii) proteger a ordem constitucional, a soberania, a independência, o Estado e a integridade territorial da Federação Russa; (iii) manter a paz e a harmonia civil no país, fortalecer o Estado de direito e erradicar a corrupção, proteger os cidadãos e a propriedade de invasões ilegais, e desenvolver mecanismos de interação entre o Estado e a sociedade civil; (iv) criar um espaço de informação seguro e proteger a sociedade russa contra informações destrutivas que têm impacto psicológico; (v) desenvolver de forma sustentável a economia russa através de uma nova base tecnológica; (vi) proteger o ambiente, conservar os recursos naturais através do seu uso racional, e promover a adaptação às alterações climáticas; (vii) fortalecer os valores espirituais e morais tradicionais da Federação Russa através da preservação do seu legado histórico-cultural; (viii) manter a estabilidade estratégica com os EUA, fortalecer a paz e a segurança internacional, e os fundamentos jurídicos das relações internacionais” (ESNFR, 2021, p. 8).

Em comparação com a ESNFR de 2015, a ESNFR de 2021 apresenta uma nova prioridade estratégica para a Federação Russa: a proteção dos valores tradicionais, a cultura e a memória histórica da Federação Russa (Cooper, 2021). Para o aparelho político-militar russo, os valores tradicionais da Federação Russa estão sob ataque direto dos EUA e dos seus aliados, bem como das corporações transnacionais, das organizações não-governamentais, e das organizações terroristas e extremistas (ESNFR, 2021, p. 35). Ora, a ESNFR (2021, p. 35) indica que os EUA e os seus aliados “estão a disseminar atitudes sociais e morais que contradizem as tradições, as crenças e as convicções dos povos da Federação Russa”, através de campanhas de propaganda¹⁵ que têm um forte “impacto informativo e psicológico na consciência individual,

¹⁵ Segundo o DOD (2010, p. GL-7), a propaganda é definida como “qualquer forma de comunicação adversa, especialmente de natureza tendenciosa ou enganosa, que se destina a influenciar as opiniões, emoções, atitudes ou comportamentos de qualquer grupo, com o objetivo de beneficiar o patrocinador direta ou indiretamente”.

grupal e pública”. Em comparação com a versão da ESNFR de 2015, a nova versão expõe de forma mais explícita que a ocidentalização da cultura russa constitui uma ameaça à “soberania cultural” da Federação Russa (ESNFR, 2021, p. 6). Além do mais, no entendimento da liderança política russa, o “Ocidente coletivo” – os EUA e os seus aliados e parceiros – pretende “falsificar a história russa e a mundial, distorcer e destruir a verdade e a memória histórica, promover conflitos interétnicos e inter-religiosos”, bem como “reabilitar o fascismo” (ESNFR, 2021, pp. 6 e 35).

De acordo com a ESNFR (2021, p. 24), os objetivos da segurança económica da Federação Russa são “fortalecer a soberania económica do país, aumentar a competitividade da economia russa e a sua resistência perante as ameaças externas e internas, e criar as condições para o crescimento económico da Federação Russa”. Para a consecução destes objetivos estratégicos, a Federação Russa pretende reorganizar a estrutura da sua economia através de um conjunto de medidas de política económica: (i) utilizar tecnologias de baixo carbono para aumentar a competitividade e a sustentabilidade em relação aos mercados externos; (ii) desenvolver novas indústrias de alta tecnologia, novos setores da economia e mercados de bens e serviços, bem como superar a dependência de tecnologias e de equipamentos e componentes eletrónicos importados, por meio do desenvolvimento das tecnologias nacionais e da produção nacional; (iii) consolidar a posição de liderança e as vantagens competitivas alcançadas pela Federação Russa, nos setores aeronáutico, naval, aeroespacial, nuclear, e das TICs; (iv) fortalecer o sistema financeiro da Federação Russa, desenvolver infraestruturas nacionais de pagamento (e.g., sistema MIR), superar a dependência das infraestruturas de pagamento de países terceiros, e reduzir o uso do dólar americano nas atividades económicas internacionais; (v) controlar o investimento estrangeiro em setores estratégicos da economia russa, e criar reservas estratégicas suficientes de recursos minerais para suprimir as necessidades a longo prazo da Federação Russa (ESNFR, 2021, pp. 24-27).

Por outro lado, os objetivos da política externa russa traduzem-se na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento socioeconómico da Rússia, bem como para o fortalecimento da sua segurança nacional e consolidação da sua posição no sistema internacional multipolar (ESNFR, 2021, p. 39). Neste sentido, a liderança política russa pretende reforçar a cooperação com os Estados-membros da CEI; formar a “Parceria da Grande Eurásia” através das plataformas multilaterais onde a Federação Russa participa; desenvolver uma “parceria abrangente e de interação estratégica” com a China e uma “parceria estratégica

privilegiada” com a Índia; aprofundar a cooperação com Estados estrangeiros, através de plataformas multilaterais como a OCX, o BRICS e o RIC (ESNFR, 2021, p. 40).

A ESNFR (2021, p. 5) sugere que os EUA e os seus principais aliados conduzem ações que “inspiram processos de desintegração na CEI”, com vista a “destruir os laços entre a Rússia e os seus aliados tradicionais”. Este documento também indica que os “países hostis” têm vindo a explorar os problemas socioeconómicos da Federação Russa com a finalidade de destruir a sua unidade interna, através de métodos indiretos (e.g., as revoluções coloridas) que dividem a sociedade russa e provocam instabilidade a longo prazo no país (ESNFR, 2021, p. 6). Importa referir que a ESNFR de 2015 – ao contrário da ESNFR de 2021 – ainda considerou a possibilidade de uma cooperação bilateral e multilateral com os EUA e os seus aliados (Duclos, 2021). Especificamente, a Federação Russa estava interessada em estabelecer uma “parceria de pleno direito” com os EUA (ESNFR, 2015, p. 25).

No entendimento do aparelho político-militar russo, o alargamento da infraestrutura militar da NATO para junto das fronteiras russas, e o sistema de defesa antimísseis norte-americano *European Phased Adaptive Approach* (EPAA)¹⁶ na Europa – em particular o sistema de defesa antimísseis *Aegis Ashore*¹⁷ –, bem como a eventual instalação de mísseis balísticos americanos de curto-alcance e de intermédio-alcance na Europa e também na região da Ásia-Pacífico, representam uma séria ameaça à estabilidade estratégica e à segurança internacional (ESNFR, 2021, p. 12). Devido à colocação do sistema *Aegis Ashore* na Roménia (2016) e na Polónia (2022) – um sistema que visa proteger a Europa dos mísseis balísticos iranianos – o Kremlin tem vindo a acusar os EUA de violarem o *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty* (Tratado INF)¹⁸ (ESNFR, 2021, p. 12). De facto, a instalação de um sistema de

¹⁶ O sistema EPAA foi desenvolvido pelos EUA com o objetivo de apoiar o sistema de *Ballistic Missile Defense* (BMD) da NATO. Mais especificamente, este sistema de defesa antimísseis foi projetado para proteger a Europa dos mísseis balísticos de curto, médio e intermédio alcance lançados a partir do Irão. Este sistema integra as configurações marítimas e terrestres do sistema *AEGIS BMD*, que está equipado com os interceptores *Standard Missile-3* (SM-3) (Kimball, 2022).

¹⁷ O *Aegis Ashore* – a configuração terrestre do sistema *Aegis BMD* da Marinha dos EUA – é um sistema de defesa intermédia contra mísseis balísticos de médio-alcance (1000-3000 km) e de intermédio-alcance (3000-5500 km). Este sistema é constituído pelas versões terrestres dos vários componentes do sistema *Aegis* utilizado nos navios de guerra norte-americanos, nomeadamente o compartimento do convés, o radar AN/SPY-1, o sistema *Martin Marietta's MK-41 Vertical Launching System* (VLS) e os mísseis interceptores SM-3. De acordo com o *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), o *Aegis Ashore* é a “peça central” para as fases II e III do sistema de defesa antimísseis *European Phased Adaptive Approach* (EPAA) (CSIS, 2021a).

¹⁸ No dia 8 de dezembro de 1987, o Presidente norte-americano Ronald Reagan e o líder soviético Mikhail Gorbachev assinaram o Tratado INF, que exigiu que os EUA e a URSS eliminassem totalmente todos os seus mísseis balísticos e de cruzeiro (capazes de transportar ogivas convencionais ou nucleares) com um alcance de 500 a 5.500 km, que são lançados a partir do solo (Kimball, 2019).

defesa antimísseis a cerca de 1.000 km de Moscovo para proteger a Europa de um ataque de mísseis balísticos iranianos não convenceu o Kremlin (Branco, 2020, p. 71).

Figura 3 - Sistema *Aegis Ashore* na Polónia



Fonte: Lopez (2021)

Nesse sentido, a desconfiança do aparelho político-militar russo consubstancia-se em torno de dois fatores: (i) os radares do sistema *Aegis Ashore* não tinham alcance suficiente para detetar e seguir os mísseis balísticos iranianos, o que inviabiliza o lançamento dos mísseis interceptores; (ii) o sistema pode ser adaptado para lançar o míssil balístico de cruzeiro *BGM-109 Tomahawk*, ou outros mísseis ofensivos (Branco, 2020, p. 71). De facto, o site oficial da *Lockheed Martin* – o fabricante do sistema *Aegis Ashore* –, indica que o upgrade *Martin Marietta's MK-41 VLS* que foi introduzido no sistema *Aegis* em 1986, transformou este sistema numa “formidável arma de primeiro ataque” contra alvos terrestres, uma vez que pode ser adaptado para lançar o míssil *Tomahawk* – um míssil de cruzeiro que pode transportar uma ogiva convencional ou nuclear (Lockheed Martin, 2023). Além do mais, importa referir que o *Center for Arms Control and Non-Proliferation* (CACNP) estimou que em 2021, haveria cerca de 100 ogivas nucleares dos EUA em cinco Estados-membros da NATO: Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda e Turquia (CACNP, 2021).

Por outro lado, os EUA também acusam a Federação Russa de violar os termos do Tratado INF desde 2014, porque a companhia russa *NPO Novator* desenvolveu e testou o míssil

9M729 (ou SSC-8) – um míssil de cruzeiro com um alcance até 2.500 km, que tem a capacidade de transportar uma ogiva convencional ou nuclear até 450 kg (CSIS, 2022). Por conseguinte, no dia 2 de agosto de 2019, os EUA retiraram-se formalmente do Tratado INF, após um aviso de 6 meses. Ora, o ex-Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, afirmou: “Russia’s noncompliance under the treaty jeopardizes U.S. supreme interests as Russia’s development and fielding of a treaty-violating missile system represents a direct threat to the United States and our allies and partners” (Pompeo, 2019).

De acordo com Rumer e Sokolsky (2022, pp. 7-8), a Federação Russa e a República Popular da China percebem os sistemas BMD dos EUA como uma ameaça direta à estabilidade estratégica global, visto que esses sistemas reduzem as suas capacidades de dissuasão e retaliação nuclear (ou *second strike*) como resposta a um ataque nuclear. Neste sentido, a Federação Russa desenvolveu a sua tecnologia de mísseis hipersônicos. De facto, durante o seu discurso diante da Assembleia Federal da Rússia, no dia 1 de março de 2018, o Presidente Putin anunciou que a Comissão Militar Industrial da Federação Russa desenvolveu uma nova geração de mísseis balísticos hipersônicos – o *Kh-47M2 Kinzhal* (míssil balístico de médio-alcance), o *RS-28 Sarmat* (míssil balístico intercontinental) e o *Avangard* (veículo planador hipersónico) – capazes de transportar ogivas nucleares e de penetrar o escudo de defesa antimíssil dos EUA (Putin, 2018). Segundo o CSIS, o *Avangard* é capaz de transportar uma ogiva nuclear até duas megatoneladas e de percorrer uma distância até 6.000 km a uma velocidade superior a Mach 20 (i.e., pelo menos a 21.240 km/h) (CSIS, 2021b). Para além disso, a Federação Russa também tem vindo a instalar recursos substanciais *Antiaccess/Area Denial* (A2/AD)¹⁹ nas regiões do Mar Báltico e do Mar Negro, ou seja, posicionou sistemas de defesa antiaérea S400 e sistemas de mísseis de curto alcance *Iskander-M* em Kaliningrado e, segundo fontes ucranianas, também no território da Crimeia (Boyle, 2021, p. 4).

Devido às capacidades (*soft e hard power*)²⁰ e à presença global dos EUA – existem cerca de 750 bases militares norte-americanas no exterior distribuídas por mais de 80 países

¹⁹ Segundo o documento *Joint Operational Access Concept*, a A2 refere-se às ações e capacidades, geralmente de longo alcance, que são projetadas para impedir que uma força opositora entre numa área operacional. Por outro lado, a AD consiste nas ações e capacidades, geralmente de curto alcance, que são projetadas para limitar a liberdade de ação de uma força opositora que já se encontra na área operacional (DOD, 2012, p. i).

²⁰ De acordo com Nye (2011, p. 16), o *hard power* consiste na “capacidade de se obter os resultados desejados por meio da coerção e do pagamento”. Por outras palavras, é a “capacidade de fazer com que os outros ajam de forma contrária às suas preferências e estratégias iniciais” (Nye, 2011, p. 16). Neste sentido, o *hard power* combina o uso do poder militar e do poder económico para coagir os outros Estados a adotar um curso de ações que beneficia os interesses nacionais do Estado que emprega esses meios. Por outro lado, o *soft power* consiste na “capacidade de se obter os resultados desejados através de meios cooptáveis de enquadramento da agenda, persuasão e atração” (Nye, 2011, p. 16). O *soft power* normalmente conta com instrumentos de influência (fatores

(McBrien, 2023) –, a Federação Russa e a República Popular da China têm um adversário comum que põe em risco os seus legítimos interesses de segurança nas suas zonas de influência. Além do mais, a parceria estratégica entre a Rússia e a China baseia-se na complementaridade política entre os dois governos autoritários, bem como na complementaridade económica entre a indústria chinesa e o grande potencial de recursos naturais no território russo (Rumer & Sokolsky, 2022, p. 7). Acresce referir que nos *think tanks* ocidentais existe um amplo consenso que, a longo prazo, a China representa o desafio mais abrangente para a ordem liberal internacional (OLI)²¹ e que, a curto prazo, o principal desafio da segurança internacional continuará a ser a Federação Russa (Boyle, 2021, p. 1).

2.1.5. “Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa” de 2016

A mais recente versão da “Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa” (DSIFR) foi aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 646 de 5 de dezembro de 2016. Este documento estratégico expressa o ponto de vista oficial sobre a gestão da segurança nacional da Federação Russa na “esfera da informação” (EI) (DSIFR, 2016, p. 1). Especificamente, a doutrina descreve os interesses nacionais da Federação Russa na EI, as principais ameaças à segurança da informação, e as medidas que salvaguardam a segurança da informação (DSIFR, 2016). Neste documento, a EI é definida como:

“[...] um conjunto de informações, objetos de informatização, sistemas de informação, sites da rede de Internet, redes de comunicação, tecnologias de informação, entidades cujas atividades estão relacionadas com a formação e processamento de informações, com o desenvolvimento e uso dessas tecnologias, garantindo a segurança da informação, bem como um conjunto de mecanismos de regulação das relações sociais relevantes” (DSIFR, 2016, p. 1).

Muitos dos problemas das sociedades contemporâneas (e.g., *fake news*) são causados pelas transformações tecnológicas ligadas à revolução da informação da era digital – as tecnologias disruptivas (e.g., Internet, redes sociais). Como esses problemas também são de natureza política, cada Estado – em particular as grandes potências – tem os seus próprios

intangíveis) como as instituições, as ideias, os valores, a cultura, e a legitimidade percebida das políticas (Nye, 2011, p. 19).

²¹ A OLI foi instaurada na década 1990, devido à nova distribuição de poder unipolar que se formou após o colapso da URSS, tendo os EUA como ator dominante (ou *hegemon*). A OLI é uma ordem, porque é constituída por um grupo de organizações internacionais (e.g., ONU) que regulam e/ou medeiam as relações entre os Estados-membros; é internacional porque é composta por grandes potências; e é liberal porque o modelo político adotado pelo Estado dominante é uma democracia liberal. Além do mais, também é importante referir que esta ordem tem como principais objetivos: espalhar a democracia liberal no mundo; promover a abertura do sistema económico; aumentar a sua estrutura com a integração de mais Estados (Branco, 2020, p. 15).

métodos para transformar o seu sistema político, e lidar com os desafios da revolução da era digital. De facto, a proteção dos instrumentos de informação (e.g., económico-financeiros) no ciberespaço global tornou-se uma das principais prioridades da segurança nacional de cada Estado. Neste sentido, é necessário um esforço multinacional e multissetorial de vários atores para a criação de normas jurídicas internacionais de cibersegurança, que assegurem os interesses dos Estados e atores não-estatais (Sharikov, 2018).

As negociações sobre a política de cibersegurança têm vindo a ser realizadas na ONU desde o final da década de 1990. A abordagem russa da política de cibersegurança difere significativamente dos pressupostos da abordagem da Comunidade Euro-Atlântica, atendendo a que é baseada na responsabilidade do governo russo em proteger não só a infraestrutura, como também a própria informação. Ou seja, os países ocidentais consideram que a soberania da informação é um incentivo à troca de informações a nível global, ao passo que o Kremlin considera a soberania na era digital como a “não proliferação” de informações estrangeiras entre os cidadãos russos (Sharikov, 2018).

De acordo com a DSIFR (2016, pp. 3-4), os interesses nacionais da Federação Russa na EI são: (i) salvaguardar os direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos em relação à obtenção e utilização da informação, à privacidade na utilização das tecnologias de informação (TIs), bem como apoiar as instituições democráticas e os mecanismos de interação entre o Estado e a sociedade civil, e preservar os valores tradicionais da Federação Russa através das TIs; (ii) assegurar o funcionamento estável e contínuo da infraestrutura de informação crítica da Federação Russa e da Internet, em tempos de paz e guerra; (iii) desenvolver as TIs e a indústria eletrónica da Federação Russa, bem como aprofundar a investigação técnico-científica na área da segurança da informação; (iv) fornecer ao público russo e à comunidade internacional informações confiáveis sobre a política russa e a sua posição oficial sobre acontecimentos socialmente significativos na Federação Russa e no mundo; (v) apoiar a formação de um sistema internacional de segurança da informação destinado a combater as ameaças provenientes do uso das TIs.

Para o aparelho político-militar russo, a informação é potencialmente uma ameaça existencial à segurança nacional da Federação Russa. Apesar desta visão ter dominado a comunidade militar e os serviços de inteligência russos, a esfera digital na Rússia permaneceu relativamente livre porque a liderança política russa inicialmente preocupou-se em controlar a televisão nacional russa, negligenciando a Internet e o seu potencial multiplicador. Contudo, com a “Primavera Árabe” e as manifestações em Moscovo em 2011-2012, o governo russo

propôs a criação da “Lei da Internet Soberana” e outras medidas para controlar as informações na Internet (Pallin & Hjelm, 2021, p. 1).

Atualmente, as TIs estão a ser amplamente utilizadas por Estados e organizações internacionais para atingir objetivos geopolíticos e político-militares. Neste sentido, o Kremlin considera que os serviços de inteligência de certos Estados individuais – em conjunto com ONGs e entidades religiosas – estão a utilizar as TIs como instrumentos de influência psicológica para “desestabilizar a situação política e social em várias regiões do mundo” (DSIFR, 2016, p. 5). Além do mais, para a liderança política russa, estes atores estatais e não-estatais recorrem às TIs para implementar ações que se destinam a “minar a soberania, a estabilidade política e social, e a integridade territorial da Federação Russa e seus aliados (DSIFR, 2016, p. 6).

Apesar da DSIFR de 2016, por razões óbvias, só apresentar as ameaças à segurança nacional da Federação Russa na EI e as medidas programadas para lidar com essas ameaças, existem evidências de que a Federação Russa também conduz operações cibernéticas ofensivas²² (e.g., ciberataques) no exterior, com o objetivo de moldar o espaço de informação como um todo a favor da Rússia. Apesar da Federação Russa negar qualquer envolvimento neste tipo de operações – uma vez que supostamente o Kremlin é contra a ingerência estrangeira nos assuntos internos de outros Estados –, os mesmos autores referem que quer os atores estatais quer as empresas de segurança da informação que foram alvo de ciberataques, têm acusado a Rússia de patrocinar esses ataques, especialmente após as eleições presidenciais norte-americanas de 2016. Contudo, a mesma fonte refere que a “atribuição das operações cibernéticas é complexa e raramente absoluta” (Pallin & Hjelm 2021, pp. 2-3).

2.1.6. “Doutrina Militar da Federação Russa” de 2014

De acordo com Haas (2011, p. 3), a doutrina militar russa é mais abstrata e tem mais orientações políticas do que as doutrinas militares dos países ocidentais, que normalmente se concentram nas orientações para as ações militares. Apesar da doutrina refletir o processo de mudança na política externa e na política de segurança e defesa da Rússia, o Presidente Putin afirmou que a DMFR de 2014 permanece defensiva: “Nevertheless, our military doctrine does

²² As operações cibernéticas ofensivas são “missões destinadas a projetar poder no e através do ciberespaço” (DOD, 2021, p. 158).

not change, it is known to be of an exclusively defensive nature, but we will defend our security in a consistent and tough manner” (TASS, 2014).

Aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 2976 de 25 de dezembro de 2014, a mais recente versão da DMFR contém as principais orientações de política militar e assistência económica-militar para a defesa do Estado, com base na análise dos riscos e ameaças militares enfrentadas pela Federação Russa (DMFR, 2014, p. 1). Neste documento, os riscos militares são “fatores que, sob certas condições, poderiam originar uma ameaça militar”, enquanto as ameaças militares são eventos que podem provocar a “possibilidade real de um conflito militar entre lados opostos” (DMFR, 2014, p. 2).

Devido à instabilidade política e económica a nível regional e global – e.g., crises económicas e as revoluções populares –, o equilíbrio estratégico mundial está a alterar-se a favor dos novos centros de poder económico e político. Ora, do ponto de vista do aparelho político-militar russo, os conflitos regionais perto das fronteiras russas – em particular o conflito na Ucrânia – representam a “intensificação da competição global”, bem como uma “rivalidade de orientações de valores e modelos de desenvolvimento” (Trenin, 2014b). Além do mais, neste novo sistema multipolar, existe uma “tendência de transferir os riscos e as ameaças militares para o espaço de informação e para a esfera interna da Federação Russa” (DMFR, 2014, p. 4). Por outras palavras, a guerra de informação e a ingerência estrangeira nos assuntos internos da Rússia passaram a ocupar um lugar de destaque no planeamento militar russo (Trenin, 2014b).

A DMFR de 2014 expressa a estreita relação entre as perceções de ameaças externas e internas. As ameaças externas estão relacionadas com a NATO e com os EUA, enquanto as ameaças internas consistem nas preocupações do Kremlin com as revoluções coloridas no território russo e dos seus aliados. De forma a evitar as revoluções coloridas e preservar a sua esfera de influência no seu *near abroad*, o aparelho político-militar russo está a desenvolver os seus instrumentos estratégicos para poder conduzir “guerras não-lineares” ou “guerras híbridas”. De acordo com Klein (2015, pp. 1-2), a DMFR de 2014 também parece estar alinhada à tendência da elite política russa em securitizar os problemas internos da Federação Russa. De facto, o Kremlin descreveu a “Primavera Árabe” e as revoluções coloridas como processos desestabilizadores instigados pelo Ocidente. Assim, a construção desta narrativa securitária serve como instrumento político para suprimir qualquer dissidência interna, e para “externalizar a culpa pelos fracassos políticos e económicos” da Federação Russa.

A DMFR de 2014 apresenta uma lista de riscos militares (externos e internos) e ameaças enfrentadas pela Federação Russa. Os principais riscos militares externos são: (i) o alargamento da NATO para perto das fronteiras russas; (ii) o reforço de contingentes militares de atores externos nos países e nos mares adjacentes ao território russo e dos seus aliados; (iii) os sistemas BMD dos EUA que afetam a estabilidade estratégica global, bem como a colocação de armas no espaço sideral e a instalação de sistemas com *precision-guided munition* (PGM); (iv) o terrorismo global e outras formas de extremismo violento; (v) as atividades de grupos extremistas e das empresas militares privadas (EMP) estrangeiras nos países adjacentes ao território russo e dos seus aliados; (vi) a utilização das TICs para fins político-militares contra a soberania, a independência política e a integridade territorial dos Estados; (vii) a mudança de regime nos países que compartilham fronteiras terrestres com a Federação Russa, e a instalação de forças políticas nesses países que ameaçam os interesses nacionais russos; (viii) as operações encobertas realizadas pelos serviços de inteligência e as forças de operações especiais de atores externos contra a Federação Russa (DMFR, 2014, pp. 5-6). Por outro lado, os principais riscos militares internos são: (i) as atividades que se destinam a mudar o sistema constitucional da Federação Russa, a desestabilizar a situação política e social interna do país, e a interromper o funcionamento dos órgãos governamentais e infraestruturas críticas russas; (ii) as atividades de indivíduos e organizações terroristas contra a soberania, a independência e a integridade territorial da Rússia; (iii) as atividades subversivas no ambiente de informação contra a população russa – em particular contra os jovens cidadãos russos – com o objetivo de corromper as tradições históricas, espirituais e patrióticas da Rússia (DMFR, 2014, pp. 6-7). Por fim, entre as principais ameaças militares à segurança nacional russa, destacam-se: (i) a desestabilização do normal funcionamento das forças nucleares estratégicas russas, dos sistemas de monitoramento do espaço sideral, das centrais nucleares e das indústrias químicas e farmacêuticas; (ii) os grupos armados ilegais no território russo e dos seus aliados; (iii) a realização de exercícios militares conjuntos da NATO nos países adjacentes ao território russo e dos seus aliados; (iv) a intensificação das atividades das forças armadas dos países que têm fronteira com a Rússia – incluindo a mobilização parcial/total e o desenvolvimento de centros de comando e controlo (C2)²³ para operarem em condições de guerra (DMFR, 2014, p. 7).

A guerra moderna (ou guerra híbrida) envolve a utilização integrada de instrumentos militares (convencionais ou não-convencionais), políticos, económicos e informacionais, bem

²³ O DOD (2021, p. 40) define o C2 como “o exercício da autoridade e direção por um comandante devidamente designado e ligado às forças atribuídas no cumprimento da missão”.

como a utilização de outros instrumentos não militares como a oposição política e as manifestações antigovernamentais. Este tipo de guerra também se caracteriza pela utilização de armas modernas como as PGMs, os mísseis balísticos hipersónicos, e os equipamentos de guerra eletrónica (i.e., o uso do espectro eletromagnético), bem como as aeronaves e veículos marítimos não-tripulados. Para além disso, uma das características da guerra moderna é a elevada manobrabilidade das forças militares, e a utilização de grupos armados irregulares e EMPs (DMFR, 2014, p. 7-8).

Não obstante estes instrumentos de guerra híbrida, as forças de dissuasão nuclear da Federação Russa continuarão a desempenhar um papel central na prevenção de um conflito convencional ou nuclear. De facto, em janeiro de 2023, o Ministro da Defesa da Federação Russa, Sergey Shoigu, realçou a necessidade de modernizar e fortalecer a tríade nuclear russa – i.e., uma estrutura militar que permite lançar mísseis que transportam ogivas nucleares a partir da terra, do mar e do ar: “We will continue to develop the nuclear triad and maintain its combat readiness, as the nuclear shield had always been the main guarantor of the sovereignty and territorial integrity of the Russian Federation” (Shoigu, 2023a).

Atualmente, a Federação Russa possui supostamente um inventário de 5.977 armas nucleares, das quais 1.588 estão ativamente instaladas na sua tríade nuclear. No domínio terrestre, tem à sua disposição 306 intercontinental ballistic missile (ICBMs) – equipados com um sistema conhecido como *multiple independently targetable reentry vehicle* (MIRV) ou múltiplas ogivas nucleares – que podem carregar até 1.185 ogivas nucleares. No domínio marítimo, tem uma frota de 11 submarinos nucleares de mísseis balísticos (e.g., classes *Delta* e *Borei*). Cada submarino destas classes pode transportar até 16 *submarine-launched ballistic missile* (SLBM) que também possuem o sistema MIRV. Para a classe *Delta* foi desenvolvido o *SLBM R-29RM Shtil* (ou *SS-N-23 “Skiff”*) capaz de transportar até 4 ogivas nucleares, enquanto para a classe *Borei* o *SLBM RSM-56 Bulava* (ou *SS-N-32*) que pode transportar até 10 ogivas nucleares. A Federação Russa conta ainda com 26 submarinos nucleares de ataque e de mísseis de cruzeiros, bem como está atualmente a construir outros 10 submarinos nucleares de mísseis balísticos da classe *Borei* melhorados. No domínio aéreo, tem aproximadamente 68 bombardeiros estratégicos operacionais, que estão divididos pelos modelos Tu-160 e Tu-95MS. Cada bombardeiro Tu-95MS pode transportar até 16 mísseis de cruzeiro Kh-55 – míssil capaz de carregar uma ogiva nuclear de 200-250kt (CACNP, 2022).

No que concerne à utilização das forças de dissuasão nuclear russas *per se*, o Presidente Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 355 de 2 de junho de 2020 intitulado “Princípios

Básicos da Política Estatal da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear”, que aprova a nova doutrina de dissuasão nuclear russa (DDNR). Na DDNR (2022, p.5) são identificadas quatro condições em que a Federação Russa poderá utilizar as suas forças de dissuasão nuclear: “(1) transmissão de dados confirmados sobre o lançamento de mísseis balísticos contra o território da Federação Russa e/ou dos seus aliados; (2) uso de armas nucleares ou outro tipo de armas de destruição massiva contra a Federação Russa e/ou os seus aliados; (3) ataques contra as infraestruturas críticas governamentais e/ou militares da Federação Russa, cuja interrupção prejudicaria as ações de resposta das forças nucleares russas; (4) agressão contra a Federação Russa com o uso de armas convencionais que põem em risco a própria existência do Estado”.

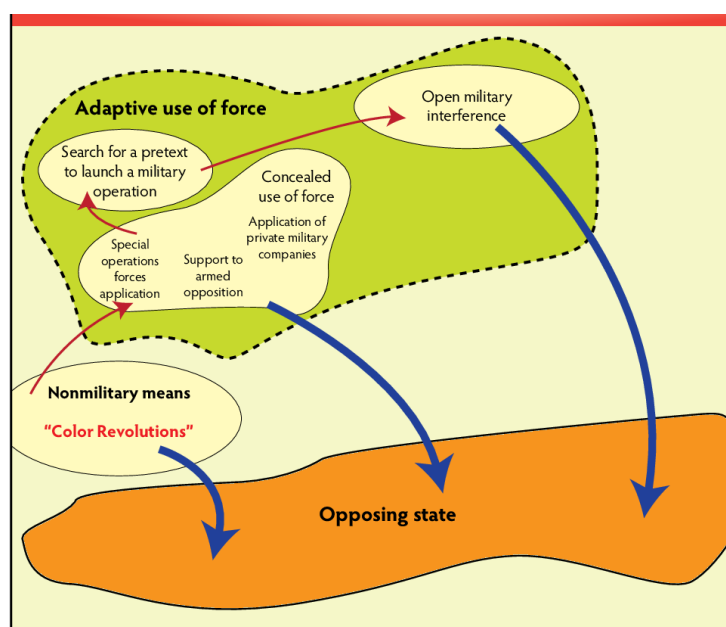
As características da guerra moderna apresentadas na DMFR de 2014 parecem estar relacionadas com a análise do Chefe do Estado-Maior das FAFR, o Marechal Vitaly Gerasimov, sobre a nova geração da guerra russa que foi apresentada no artigo *The Value of Science Is in the Foresigh*, de 2013. Neste artigo – mais conhecido como a “Doutrina Gerasimov” – o Marechal Gerasimov afirmou: “The very ‘rules of war’ have changed. The role of nonmilitary means of achieving political and strategic goals has grown, and, in many cases, they have exceeded the power of force of weapons in their effectiveness”. Importa também realçar que as observações de Gerasimov foram alicerçadas na atuação dos EUA no Afeganistão, no Iraque e na Líbia (Gerasimov, 2013).

No entendimento de Gerasimov (2013), as operações militares “are becoming more dynamic, active and productive”. De facto, através das novas TIs, as lacunas espaciais, temporais e informacionais entre as forças militares e os centros C2 têm sido reduzidas de forma significativa. As ações assimétricas levadas a cabo pelas forças de operações especiais e pela oposição política, bem como a guerra de informação, permitem neutralizar a superioridade do oponente no conflito armado, e criar uma frente de combate permanente em todo o território do Estado oponente (Gerasimov, 2013).

Nesse sentido, o Marechal Gerasimov defende que no decorrer de um conflito é necessária a utilização integrada de instrumentos diplomáticos (e.g., pressão política e diplomática), informacionais (e.g., plataformas de redes sociais), militares (e.g., forças militares, EMPs e forças de manutenção da paz) e económicos (e.g., sanções económicas e bloqueios económicos), bem como outros instrumentos não-militares (e.g., humanitários, revoluções coloridas e oposição política). De forma a alcançar os objetivos políticos, a Federação Russa também passou a integrar novas formas e métodos: (i) as operações de paz; (ii) as operações de combate de elevada manobrabilidade conduzidas por pequenos grupos; (iii)

a rápida destruição das infraestruturas críticas (militares e civis) para reduzir o potencial militar-económico do Estado; (iv) a utilização em larga escala de PGMs, de forças de operações especiais e de veículos aéreos e marítimos não-tripulados (e.g., drones); (v) a guerra em todos os ambientes físicos (e.g., terra, mar, ar) e no ambiente de informação; (vi) as atividades encobertas de ONGs; (vii) a criação de um espaço de informação unificado entre os centros C2 e as forças militares (Bartles, 2016, pp. 34-36).

Figura 4 - "Nova" abordagem para a consecução de objetivos político-militares



Fonte: Gerasimov (2013, citado por Bartles, 2016, p. 34)

No que concerne às ONGs, importa referir que no dia 8 de julho de 2015 – após o Presidente Putin ter assinado uma Lei sobre “organizações indesejáveis” –, o Conselho da Federação elaborou uma *patriotic stop-list*, e solicitou ao Ministério Público e aos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores que investigassem as atividades de 12 ONGs estrangeiras: *National Endowment for Democracy (NED)*, *Open Society Foundations (OSF)*, *International Republican Institute*, *MacArthur Foundation*, *Freedom House*, *National Democratic Institute for International Affairs*, *Charles Stewart Mott Foundation*, *Education for Democracy Foundation*, *Ukrainian World Congress*, *Centre for Eastern European Democracy*, *Ukrainian World Coordinating Council*, *Crimean Field Mission on Human Rights* (TASS, 2015).

No final de julho de 2015, o NED – uma organização sem fins lucrativos financiada pelo Congresso dos EUA – tornou-se a primeira ONG estrangeira a ser banida do território russo. Segundo o Gabinete do Procurador-Geral da Federação Russa, o NED “representa uma ameaça à ordem constitucional da Federação Russa, e à capacidade defensiva e segurança do governo” (Luhn, 2015). Por conseguinte, se os dirigentes e os colaboradores desta ONG mantivessem as suas atividades no território russo estariam sujeitos a punições administrativas até 500.000 rublos, e em caso de reincidência a uma pena de prisão até seis anos (TASS, 2015). Para além disso, o NED também foi demonizado pelos meios de comunicação estatais russos. Por exemplo, a agência de notícias *RIA Novosti* publicou um artigo em julho de 2015 que indicou que o NED investiu aproximadamente 14 milhões de dólares no “projeto ucraniano” entre 2011 e 2014, o qual culminou na Revolução Euromaidan e na remoção do Presidente Viktor Yanukovich a 22 de fevereiro de 2014 (Luhn, 2015). Acresce referir que todas as ONGs da *patriotic stop-list* foram consideradas ilegais, e devido à guerra na Ucrânia mais de 90 ONGs estrangeiras foram banidas da Federação Russa.

A DMFR de 2014 destaca ainda a Bielorrússia como o aliado mais próximo da Federação Russa. De facto, as forças militares bielorrussas estão praticamente integradas nas FAFR. Os Estados-membros da OTSC também assumem um papel cada vez mais essencial na segurança do espaço pós-soviético porque concordaram em coordenar as suas políticas de defesa com a Federação Russa, bem como formaram forças de reação rápida para a execução de vários planos de contingência que visam dirimir as ameaças provenientes do Afeganistão. Na região do Cáucaso, a Chechénia também emergiu como um reduto da segurança e um instrumento paramilitar do aparelho político-militar russo. Com a integração das forças da Abcásia e da Ossétia do Sul, a Federação Russa completou o seu perímetro de defesa no final de 2014 (Trenin, 2014b).

2.2. Síntese conclusiva

No presente capítulo pretendeu-se identificar os principais interesses nacionais russos, os eixos estratégicos da política externa russa, e as perceções do aparelho político-militar russo sobre as principais ameaças à segurança nacional da Federação Russa. Para a liderança política russa, o mundo moderno atravessa um período de profunda transformação na estrutura, nas regras e nos princípios da ordem internacional, devido ao surgimento de novos centros de poder que colocam em risco as ambições hegemónicas dos EUA. Para além das oportunidades que emergem da globalização e da nova distribuição de poder multipolar, o aparelho político-

militar russo também tem vindo a identificar novas ameaças transnacionais, e métodos para salvaguardar a segurança nacional da Federação Russa.

Tendo em consideração os documentos estratégicos supracitados, pode-se considerar que os principais interesses nacionais da Federação Russa são: (i) proteger a Constituição da Federação Russa, a soberania política, o Estado e a integridade territorial da Federação Russa; (ii) salvar o povo russo, incluindo a diáspora russa (uma comunidade global russa) e desenvolver o potencial humano; (iii) modernizar e fortalecer as forças nucleares estratégicas – a tríade nuclear – e as forças convencionais da Federação Russa, como garante da sua soberania nacional e manutenção do seu estatuto de grande potência; (iv) impedir o uso de armas de destruição massiva (químicas, biológicas e nucleares) contra a Federação Russa, bem como a proliferação de armas de destruição massiva e sistemas de mísseis balísticos no espaço pós-soviético; (v) proteger e promover a identidade nacional russa e o legado histórico-cultural da Federação Russa; (vi) manter a influência russa nos países e mares (e.g., Mar Negro) do espaço pós-soviético através de plataformas multilaterais (e.g., CEI, UEE) e alianças militares (e.g., Estado União e OTSC), bem como impedir que outras potências ou alianças rivais consigam dominar o espaço pós-soviético; (vii) desenvolver a economia da Federação Russa através das novas tecnologias emergentes (e.g., comunicações móveis de quinta-geração, computadores quânticos, inteligência artificial e biotecnologia), e garantir a continuidade das receitas com as exportações de matérias-primas russas (e.g., gás, petróleo e metais); (viii) assegurar o acesso contínuo às importantes rotas marítimas mundiais como garante da projeção do poder naval russo no OM.

Como descrito no CPEFR de 2023, o espaço pós-soviético (exceto os países bálticos) continua a ser o principal eixo estratégico da política externa russa. No entendimento do aparelho político-militar russo, a manutenção da influência russa no seu *near abroad* salvaguarda a segurança nacional da Federação Russa, e assegura o seu estatuto de grande potência. Para além disso, o Kremlin também pretende fortalecer as “parcerias estratégicas” com os novos centros de poder na Ásia – a China e a Índia – através de plataformas multilaterais como a OCX, a RIC, e o BRICS.

O CPEFR de 2023 e a DNFR de 2022, descrevem o Ártico como uma importante região para os interesses estratégicos da Federação Russa devido ao seu potencial de matérias-primas energéticas (e.g., gás e petróleo). Inclusive, o CPEFR de 2023 também apresenta outros eixos regionais da política externa como o Médio Oriente, a África, e a América Latina e Caribe. No Médio Oriente, o Kremlin procura desenvolver uma “interação abrangente e confiável” com o

Irão e apoiar a Síria, bem como pretende desenvolver “parcerias multifacetadas e mutuamente benéficas” com a Turquia, a Arábia Saudita, o Egito e outros Estados-membros da OCI. No caso de África, procura estreitar laços com a UA, e na América Latina e Caribe pretende aprofundar “parcerias multifacetadas” com o Brasil, Cuba, Nicarágua, Venezuela.

No entendimento do aparelho político-militar russo, os EUA e os seus aliados (e.g., Estados-membros da NATO) e parceiros são “países hostis”, visto que estão a conduzir um novo tipo de guerra híbrida no teatro de operações da Ucrânia com o objetivo de infringir uma derrota estratégica à Rússia. O Kremlin também considera que a principal ameaça à Rússia é o alargamento da infraestrutura militar da NATO para junto das fronteiras russas. Ou seja, o sistema *Aegis Ashore* – que pode ser configurado para lançar o míssil de cruzeiro *Tomahawk* – e as ogivas nucleares norte-americanas armazenadas no território europeu, comprometem seriamente a segurança nacional da Federação Russa e a estabilidade estratégica com os EUA, porque esses sistemas reduzem as capacidades de dissuasão e retaliação nuclear da Federação Russa.

De acordo com a DMFR de 2014, existem ainda outras ameaças à segurança nacional da Federação Russa: os exercícios militares conjuntos de interoperabilidade entre a NATO e os países do espaço pós-soviético – em particular os exercícios de natureza ofensiva (e.g., *Rapid Trident*); a intensificação das atividades das forças armadas – incluindo o aumento do efetivo militar – dos países que fazem fronteira com a Rússia; os ataques contra as infraestruturas críticas da Federação Russa (e.g., forças nucleares estratégicas); os grupos terroristas no território russo e dos seus aliados; as atividades encobertas de ONGs e serviços de inteligência estrangeiros no território russo e dos seus aliados – e.g., as revoluções coloridas no espaço pós-soviético.

No que concerne às revoluções coloridas, o aparelho político-militar russo tem vindo a acusar os EUA e os seus aliados de ingerência nos países do espaço pós-soviético – em particular na Ucrânia –, através de ONGs estrangeiras como o NED. Além do mais, o Kremlin também acusa o Ocidente coletivo de disseminar uma “ideologia destrutiva” dirigida sobretudo aos jovens cidadãos russos. Neste sentido, no entendimento da liderança política russa está a ser conduzida uma guerra cultural destinada a subverter a identidade nacional russa. Desta forma considera-se que foi respondida a QD1.

Capítulo III – Relações Rússia-Ucrânia: uma crise anunciada

“Since war is not an act of senseless passion but is controlled by its political object, the value of this object must determine the sacrifices to be made for it in magnitude and also in duration. Once the expenditure of effort exceeds the value of the political object, the object must be renounced and peace must follow” (Clausewitz, 2007, p. 34).

De acordo com Marshall (2015), as lideranças políticas do Ocidente parecem ter dificuldades em decifrar os motivos para as ações da Federação Russa na Ucrânia. Desde a anexação da Crimeia e Sevastopol pela Federação Russa em 2014, o Presidente Putin tem sido acusado de ser irracional e de querer reconstruir o império soviético. Pelo contrário, para Mearsheimer (2014, p. 84), o Presidente Putin é um “estrategista de primeira classe que deve ser temido e respeitado por qualquer um que o desafie na política externa”.

As intervenções da Federação Russa na Ucrânia deveriam ser analisadas a partir da tentativa dos decisores políticos russos em lidar com a geografia do seu país (Marshall, 2015). Neste sentido, o mesmo autor refere que duas preocupações securitárias – a vulnerabilidade terrestre e a falta de acesso a portos de águas quentes – levaram à intervenção da Federação Russa na Ucrânia em 2014. De facto, o território russo foi invadido nos últimos 500 anos a partir da planície europeia por diversos Estados – a República das Duas Nações em 1605, a Suécia em 1707, a República da França em 1812 e a Alemanha em 1914 e em 1941 –, uma vez que esta planície tem poucas barreiras naturais, tais como montanhas e grandes rios. Por esse motivo, por diversas vezes os russos tentaram ocupar os territórios da planície europeia – em particular a Polónia – para impedir o avanço dos seus inimigos (Marshall, 2015).

Desde a invasão napoleónica de 1812, a Ucrânia serviu com uma zona-tampão entre o Ocidente e a Rússia (Bermúdez, 2022). Assim, enquanto um governo pró-Rússia estiver em Kiev, a Federação Russa salvaguarda a sua zona-tampão, que por sua vez permite assegurar a proteção do seu território contra as ameaças vindas do Ocidente (Marshall, 2015). Por outras palavras, a região da Ucrânia é de importância vital para a existência da Federação Russa porque proporciona um importante escudo defensivo para a sua segurança (Branco, 2020, p. 155). Neste sentido, devido à remoção inconstitucional do Presidente ucraniano Viktor Yanukovych em fevereiro de 2014 e à nova força política que se instalou em Kiev, a Federação

Russa decidiu anexar unilateralmente a Crimeia e Sevastopol para salvaguardar os seus interesses na região – em particular a base naval de Sevastopol.

Em 2014, Mearsheimer publicou um artigo na revista científica *Foreign Affairs* intitulado *Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin*. Pese embora a “sabedoria predominante no Ocidente” considerar que a crise na Ucrânia é quase da inteira responsabilidade do Presidente Putin porque pretende ressuscitar o império soviético, o autor deste artigo argumenta que os EUA e os seus aliados são os principais responsáveis pela crise na Ucrânia (Mearsheimer, 2014, p. 77). Ora, para defender este argumento, Mearsheimer (2014, p. 77) recorre a três premissas centrais: (i) o alargamento da NATO a leste; (ii) a expansão da UE a leste; (iii) a promoção da democratização na Ucrânia, que foi instigada pelo Ocidente pela primeira vez com a “Revolução Laranja” em 2004-2005.

Imediatamente após a anexação unilateral da Crimeia pela Federação Russa, duas províncias ucranianas da região do Donbass – Donetsk e Lugansk – proclamaram a sua independência da Ucrânia. No entanto, só passado oito anos de uma guerra na região do Donbass, é que Federação Russa reconheceu a soberania das autoproclamadas República Popular de Donetsk (RPD) e República Popular de Lugansk (RPL), e decidiu intervir diretamente na Ucrânia ao lançar uma OME, para salvaguardar os seus interesses de segurança.

Com a invasão da Ucrânia, a Federação Russa tem vindo a ser retratada como uma ameaça para toda a arquitetura de segurança europeia. Contudo, e tal como realça o Major-General Carlos Branco, quando se realiza a avaliação do potencial estratégico de um Estado, é necessário ter em consideração critérios como o tamanho da população, o PIB, e o orçamento da defesa (Branco, 2020, p. 121). Neste sentido, a Alemanha com 84.2 milhões de habitantes e a França com 68 milhões de habitantes, juntas superam a Federação Russa que tem uma população de 146.4 milhões de habitantes (CEIC Data, 2022). Quanto ao poder económico, o site da *Central Intelligence Agency* (CIA) indica que a Federação Russa registou no ano de 2021, um PIB real (paridade do poder de compra) de 4.078 triliões de dólares americanos (6.^a posição mundial), que se encontra abaixo do PIB real da Alemanha com 4.424 triliões de dólares (CIA, 2021). Em relação ao orçamento da defesa, os gastos militares da Federação Russa foram de 86.4 biliões de dólares no ano de 2022, os quais representam uma soma substancialmente inferior quando comparados com os gastos militares dos EUA (877 biliões de dólares) ou dos Estados-membros da NATO (1.232 biliões de dólares) no mesmo ano (SIPRI, 2023). Neste sentido, Branco (2020, p. 122) refere que a “Rússia não é nem será uma potência global. Não tem recursos para isso (económicos, demográficos, tecnológicos, etc.)”.

Através do presente capítulo pretendeu-se responder à QD2: *Será que as acusações apresentadas pela Federação Russa, de que os EUA e os seus aliados e parceiros cometeram “ações hostis” contra a segurança nacional russa, possuem sustentação factual?* Posto isto, neste capítulo será realizada uma contextualização histórica das relações Rússia-Ucrânia, bem como serão analisados os principais fatores que contribuíram para o conflito interestatal na Ucrânia – i.e., a questão da adesão da Ucrânia à NATO, a Revolução Euromaidan, a anexação da Crimeia e Sevastopol pela Rússia, o conflito armado no Donbass, e a OME na Ucrânia.

3.1. Enquadramento histórico: as relações Rússia-Ucrânia

Os laços históricos, culturais e económicos entre a Federação Russa e a Ucrânia remontam ao século IX, com a formação do primeiro Estado eslavo – a Rus de Kiev. Este Estado – antecessor de três Estados eslavos orientais modernos – abrangia o centro e o noroeste da Rússia europeia, a metade setentrional da Ucrânia e toda a região da Bielorrússia. A capital da Rus estava situada em Kiev, na atual capital da Ucrânia moderna (Bushkovitch, 2014, p.25).

A origem da Rus de Kiev está envolta em mitos, uma vez que supostamente os seus fundadores eram mercadores guerreiros da Escandinávia (ou vikings), mais conhecidos como varegues. Esta lenda – registada na Crónica Primária Russa escrita por Nestor – narra a história que as tribos eslavas orientais fizeram um convite aos varegues para governarem a sua região, devido aos constantes conflitos entre as tribos eslavas e à inexistência de uma unidade político-administrativa central: “A Nossa terra é grande e rica, mas não existe ordem. Venham governar e reinar sobre nós” (Kort, 2008, p. 6). Contudo, o mesmo autor também refere que a veracidade deste convite tem sido objeto de debate histórico porque poderá ter servido para legitimar a dinastia principesca que se estabeleceu entre as tribos eslavas orientais naquele período.

O nascimento da Rus de Kiev ocorreu em 862, quando um grupo de vikings sob a liderança do Príncipe Rurique I (reinado até 879), assumiu o poder em Novgorod, que era um importante centro comercial que se estendia até ao Mar Báltico (Kort, 2008, p. 6). Com a morte de Rurique I em 879, Olegue torna-se regente de Novgorod até 912, uma vez que o filho e sucessor de Rurique I ainda era menor. Em 882, Olegue conquistou Kiev e estabeleceu-se como príncipe dessa região, bem como também declarou, segundo a Crónica Primária Russa, que doravante Kiev seria a nova capital da Rus: “A mãe de todas as cidades russas” (Kubicek, 2008, p. 21). Assim, Kiev torna-se o centro de um sistema político descentralizado, ou seja, uma confederação de cidades-Estado que se estendia do Mar Báltico até ao Mar Negro.

O sucessor de Rurique I, o Grão-Príncipe de Kiev, Igor I (r. 913-945), viria a consolidar as relações entre a Rus de Kiev e o Império Bizantino, e a sua mulher, a Princesa Olga, governou como regente da Rus de Kiev até 962. Em 955, Olga converteu-se ao Cristianismo, tendo sido posteriormente a primeira mulher a ser canonizada como Santa pela Igreja Ortodoxa Russa. No ano 980, Vladimir I, (r. até 1015) torna-se o Grão-Príncipe de Kiev, e em 988 converteu-se ao Cristianismo Ortodoxo, dando origem ao processo de Cristianização da Rus de Kiev. Esta conversão, para além de unificar as várias tribos com várias crenças (e.g., paganismo) por via de uma única religião, também ofereceu à Rus de Kiev a sua primeira língua escrita – o eslavo eclesiástico –, que se baseou no alfabeto cirílico. Assim, os primeiros materiais religiosos que foram produzidos pelos clérigos ortodoxos da Rus de Kiev em eslavo eclesiástico, constituíram a primeira literatura russa. Apesar da Igreja Ortodoxa Russa ter desempenhado um papel significativo na unificação da Rus de Kiev, ao mesmo tempo também dividiu o mundo cristão: a Ocidente a Igreja Católica Romana, e a Oriente a Igreja Ortodoxa (Kort, 2008, p. 7-9).

A Rus de Kiev foi uma confederação de cidades-Estado, governadas por vários príncipes que prestavam vassalagem ao Grão-Príncipe de Kiev. Contudo, após a morte do Grão-Príncipe Vladimir II Monómaco em 1125 e do seu filho o Grão-Príncipe Mstislau I em 1132, a Rus de Kiev entrou em declínio devido à descentralização do sistema político e às disputas internas entre os príncipes que procuravam autonomia para as regiões que estavam sob o seu controlo. Assim, ao longo do século XII, vários centros regionais de poder na Rus de Kiev (e.g., Galícia-Volínia, Vladimir, Chernigov, Novgorod e Smolensk) obtiveram de facto a sua independência (Kubicek, 2008, p. 26).

A invasão da Rus de Kiev em 1237 pelas forças mongóis (ou tártaros) lideradas por Batu Khan – o neto de Genghis Khan –, assinala o golpe final para a desintegração da Rus de Kiev (Kubicek, 2008, p. 26). Ora, entre 1237 e 1240, o exército mongol destruiu e conquistou as cidades-Estado de Riazã (1237), Vladimir (1238) e Kiev (1240) (Kort, 2008, p. 15). Com a vitória das forças mongóis em Kiev, os habitantes desta cidade-Estado foram exterminados ou vendidos como escravos, e a maioria das igrejas de Kiev foram queimadas (Bushkovitch, 2014, p. 44). Com a destruição da Rus de Kiev, a capital foi transferida em 1299 para Vladimir, e posteriormente para o Grão-Principado de Moscovo (Kubicek, 2008, p. 26).

Segundo Kort (2008, p. 16), após a invasão da Rus de Kiev, os russos descrevem os próximos 250 anos como o “jugo mongol-tártaro”. Por conseguinte, a partir do século XIV, os antigos territórios da Rus de Kiev foram divididos e anexados por três potências regionais: a

Horda Dourada do Império Mongol, o Grão-Ducado da Lituânia (e.g., região leste da Volínia, Kiev, Chernigov, Smolensk, Minsk, Briansk e Polócia) e o Reino da Polónia (e.g., oeste da Volínia) (Gulevych, 2021, p. 368). A maioria dos territórios da atual Ucrânia foi anexada pelo Grão-Ducado da Lituânia, e mais tarde compartilhada com o Reino da Polónia mediante a formação da República das Duas Nações ou Comunidade Polaco-Lituana (1569-1795).

A Horda Dourada foi um Estado nómada do Império Mongol, que se estendia desde a Roménia até ao interior da Sibéria. A capital deste Estado situava-se em Sarai (baixo Volga) – uma cidade próxima da região que viria a ser Estalinegrado. Para além disso, a Horda Dourada incluía os territórios do Império Búlgaro no Volga, a Crimeia e os principados da Rus de Kiev a Sudeste e a Nordeste (e.g., Novgorod e Moscovo) (Bushkovitch, 2014, pp. 44-45).

A ocupação mongol também rompeu muitos dos laços económicos e culturais entre a Rus de Kiev e o Império Bizantino, mas sobretudo, com a Europa Ocidental. Assim, nos séculos posteriores ocorreu um retrocesso no desenvolvimento sociocultural na sociedade eslava, enquanto a cultura da Europa Ocidental floresceu através do Humanismo Renascentista. Além do mais, também houve uma divisão tripartida dos eslavos orientais da Rus de Kiev: os grão-russos (atuais russos) prestaram homenagem ao Império Mongol, e os pequenos russos (atuais ucranianos) e russos brancos (atuais bielorrussos) tornaram-se súbditos do Grão-Ducado da Lituânia e do Reino da Polónia (Kort, 2008, p. 17).

Com o colapso da Rus de Kiev ocorreu a ascensão de Moscovo – inicialmente uma aldeia que fazia parte do Principado de Vladimir –, que acabaria por tornar-se um principado em 1301. Foi durante o reinado do Grão-Príncipe Dmitry Donskoi (1359-1389), que o Grão-Ducado de Moscovo conseguiu aumentar o seu poder na região, e destruir o mito da invencibilidade do Império Mongol, ao derrotar os tártaros na Batalha de Culicovo em 1380 (Kort, 2008, pp. 18-21). E, foi no reinado do Grão-Príncipe Ivan III, o Grande, (1462-1505), que o Grão-Ducado de Moscovo alcança de facto a sua independência ao derrotar – juntamente com o Canato da Crimeia (Estado tártaro) – as forças da Horda Dourada na Batalha Ugrá em 1480. Esta batalha assinalou o fim da Horda Dourada que deixou de existir em 1502 (Maiorov & Hautala, 2021, p. 8).

No início do século XVI, o Grão-Ducado da Lituânia começou a perder os seus territórios (e.g., Chernihiv e Starodub) devido à ascensão do Grão-Ducado de Moscovo e dos tártaros da Crimeia. Com a perspectiva de perder mais territórios, o Grão-Ducado da Lituânia solicitou a assistência ao Reino da Polónia, que decidiu auxiliar, caso os lituanos concordassem

com a união entre os dois Estados, sob a liderança de um único rei polaco. Deste modo, através da União de Lublin (1569) foi criada a República das Duas Nações, que foi a maior força política e o maior Estado territorial da Europa, uma vez que incluía os territórios de vários Estados atuais: Polónia, Lituânia, Letónia, Bielorrússia, Rússia (Oblast de Smolensk e Kaliningrado) e Ucrânia (exceto as regiões do Canato da Crimeia). Com esta união, os polacos conseguiram derrotar as forças moscovitas em várias campanhas militares (e.g., Batalha de Wenden), bem como conseguiram que o filho do Rei da Polónia, Sigismundo III Vasa, fosse eleito Czar da Rússia em 1610, até ter sido substituído por Mikhail Romanov em 1613 (Kubicek, 2008, p.34).

Em 1648 iniciou-se uma guerra civil – a Revolta de Khmelnytsky – na República das Duas Nações entre as forças da república e os cossacos ucranianos liderados pelo *Hetman* Bohdan Khmelnytsky. Os cossacos (ou homens livres) não eram considerados um grupo étnico porque incluíam os eslavos (maioria) e os dissidentes polacos, moldavos, gregos, judeus e tártaros. Uma das principais causas dos cossacos era a defesa da Igreja Ortodoxa – a religião predominante entre os camponeses ucranianos e bielorrussos – contra a opressão do Catolicismo Romano – a religião predominante entre a nobreza polaca (Kubicek, 2008, p. 38).

Em 1649, o comandante Khmelnytsky assegurou o controlo do território central da atual Ucrânia – incluindo Kiev –, levando à formação de um quase-Estado cossaco que foi batizado de Hetmanato (Kubicek, 2008, p. 40). Contudo, com o fim da revolta em 1654, a liderança cossaca procurou consolidar a sua soberania nos territórios recém-conquistados através de uma aliança estratégica com o Czarado Russo (1547-1721). Esta aliança viria a ser estabelecida através do Tratado de Pereslávia (1654), no qual o Czar Aleixo I se comprometeu a proteger o Hetmanato caso fosse atacado pela República das Duas Nações (Bushkovitch, 2014, pp. 89-90). Assim, o Hetmanato tornou-se um protetorado russo, o que originou uma nova guerra que duraria 13 anos entre o Czarado Russo e a República das Duas Nações, e só terminaria com o Tratado de Andrusovo em 1667. Por conseguinte, o território da atual Ucrânia foi dividido entre as duas potências a partir do rio Dniepre, nomeadamente a região a leste do rio Dniepre – incluindo a cidade de Kiev – ficou sob o controlo dos russos (Kort, 2008, p. 44).

Durante o reinado da Imperatriz Catarina II (r. 1762-1796), o Império Russo (1721-1917) implementou um programa de políticas opressivas no território da atual Ucrânia após o Hetmanato ter sido abolido em 1764, o qual ficou conhecido como russificação (Kort, 2008, p. 66). Como os pequenos russos eram culturalmente e linguisticamente semelhantes aos grão-russos, os czares russos consideravam os territórios da margem direita do rio Dniepre –

incluindo Kiev e os territórios do Canato da Crimeia que foram anexados pelo Império Russo em 1783 – como historicamente russos, apesar de nunca terem sido governados pelo Grão-Ducado de Moscovo. No entanto, as pessoas desta nova região do Império Russo – a *Novorossiya* – não falavam o russo propriamente dito nem eram cristãos ortodoxos, o que levou as autoridades russas a promover a religião ortodoxa, a cultura e a língua russa. De forma a russificar a população ucraniana, a educação nas instituições de ensino formais (e.g., Universidade Nacional de Kharkov) passou a ser ministrada na língua russa. Importa também referir que não existiu um programa abrangente para transformar os camponeses daquelas regiões em russos, uma vez que as autoridades russas acreditavam que os pequenos russos iriam abraçar a cultura dos grão-russos (Kubicek, 2008, pp. 54-55). Deste modo, Yekelchuk (2007, citado por Kubicek, 2008, p. 55), refere que “em vez de tentar assimilar as massas camponesas, as autoridades preocuparam-se em impedir que os nacionalistas e radicais [que surgiram na segunda metade do século XIX] chegassem às aldeias”.

A Revolução Bolchevique de 1917 assinala o fim do Império Russo e a criação da República Popular da Ucrânia que viria a tornar-se um Estado independente a 25 de janeiro de 1918, através do Decreto-Lei *Quarta Universal* que foi emitido pelo Rada Central (parlamento unicameral da Ucrânia entre 1917-1918): “A República Popular da Ucrânia torna-se um Estado independente, livre e soberano, do povo ucraniano, não sujeito a ninguém” (Plokhy, 2017). Inicialmente, o Rada Central – “um órgão de coordenação das organizações políticas e culturais ucranianas” – alinou-se ao Partido Bolchevique liderado por Vladimir Lenin para derrotar as forças do Governo Provisório que se formaram após a remoção do Czar Nicolau II Romanov em março de 1917 (Plokhy, 2017). No entanto, a cooperação entre o Rada Central e o Partido Bolchevique não se consolidou porque as forças bolcheviques invadiram Kiev. Assim, e por forma a consolidar a soberania da República Popular da Ucrânia (1918-1921), o líder do Rada Central, Mykhailo Hrushevsky, procurou estabelecer uma aliança com o Império Alemão e o Império Austro-Húngaro, no sentido de proteger a Ucrânia contra as forças bolcheviques (e.g., Guarda Vermelha) (Plokhy, 2017).

No dia 9 de fevereiro de 1918 foi assinado um tratado de paz em Brest entre as Potências Centrais – Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano e a Bulgária – e a República Popular da Ucrânia, em que foi reconhecida a independência ucraniana e garantida a proteção das suas fronteiras pelas Potências Centrais. Por conseguinte, as forças das Potências Centrais entraram no território ucraniano e expulsaram as forças bolcheviques de Kiev em março de 1918. Cerca de um mês depois, a 3 de março, é assinado o Tratado Brest-Litovski

entre as Potências Centrais e a República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR), onde se estipula, entre várias condições, a retirada das forças russas da Primeira Guerra Mundial e o reconhecimento formal da República Popular da Ucrânia. Contudo, com a derrota das Potências Centrais na Primeira Guerra Mundial, os Aliados consideraram inválido o Tratado Brest-Litovski (Zimmerman, 2022).

Em novembro de 1918, a Polónia decidiu invadir a República Popular da Ucrânia porque considerava que Lviv era território polaco. Contudo, para combater a RSFSR, a República Popular da Ucrânia e a Polónia decidem formar uma aliança político-militar através do Tratado de Varsóvia de 1920. Neste tratado, a Polónia reconheceu a soberania da República Popular da Ucrânia, e o governo ucraniano também reconheceu a soberania polaca sobre a Galícia Oriental e a Volínia Ocidental. Não obstante, com o fim da Guerra Soviético-Polaca (1919-1921) – firmado no Tratado de Riga de 1921 – a República Popular da Ucrânia deixa de existir enquanto Estado, e passa doravante a ser designada como República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU) (Zimmerman, 2022).

Na década de 1930, a URSS sob a liderança de Joseph Estaline desenvolveu um “programa totalitário de extermínio em massa” contra os camponeses ucranianos – os *kulaks* –, que ficou conhecido como o *Holodomor* – a Grande Fome de 1932-1933 (Gaspar, 2013, p. 41). Como os camponeses ucranianos (ricos, médios e pobres) se opuseram à coletivização da produção agrícola e à russificação, as brigadas comunistas deslocavam-se às aldeias ucranianas para confiscar ou expropriar as reservas de alimentos – em particular as reservas de cereais – e os meios de produção. Como resultado, o programa estalinista provocou entre seis e onze milhões de mortos na RSSU. De acordo com o mesmo autor, este “plano quinquenal” de construção do socialismo visou “impor o regime comunista à nação camponesa, com a destruição das estruturas sociais tradicionais nos campos, a liquidação física de milhões de agricultores, e uma aceleração brutal dos processos de urbanização” (Gaspar, 2013, pp. 42-43).

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Alemanha decide invadir a URSS no dia 22 de junho de 1941 – a chamada Operação Barbarossa. Inicialmente, os alemães foram recebidos pelas organizações nacionalistas ucranianas como os “libertadores” da opressão bolchevique. De facto, estas organizações vislumbravam a possibilidade da criação de um Estado ucraniano nos mesmos moldes do Estado Independente da Croácia (Himka, 2006, p. 490). No dia seguinte, a 23 de junho, a facção da Organização dos Nacionalistas Ucranianos²⁴

²⁴ Fundada em 1929, a Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN) foi um movimento político da extrema-direita ucraniana, constituído por vários grupos nacionalistas, antissemitas e fascistas – incluindo veteranos de

liderada por Stepan Bandera²⁵ (OUN-B) enviou um memorando de 14 páginas a Adolph Hitler, no qual se pode ler: “As tropas alemãs que entrarem na Ucrânia serão saudadas no início como libertadoras, mas essa atitude pode mudar em breve, se a Alemanha entrar na Ucrânia sem as promessas apropriadas [...] de restabelecer o Estado Ucrâniano” (Hunczak, 2006, p. 3).

A OUN foi influenciada pela ideologia nacionalista do escritor ucraniano Dmytro Dontsov, e pelas ideias do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, bem como pelo fascismo italiano e pelo nacional-socialismo alemão (Rudling, 2011, p. 3). O mesmo autor também refere que a propaganda da OUN identificava o povo ucraniano em termos genéticos, mas com conotações bíblicas: “Os ucranianos são aqueles que são sangue do nosso sangue e osso dos nossos ossos. Apenas os ucranianos têm direito às terras ucranianas, aos nomes ucranianos e às ideias ucranianas” (Rudling, 2011, p. 5). Além do mais, a ideologia nacionalista e antissemita também pode ser observada através das diretrizes da OUN-B em 1941: “Ucrânia para os ucranianos! [...] Morte à comuna moscovita-judaica! Derrotem os comunistas, e salvem a Ucrânia!” (Rudling, 2011, pp. 3 e 6).

No dia 30 de junho de 1941, a liderança da OUN-B – Stepan Bandera e Yaroslav Stetsko – emitiu o “Ato de Restauração do Estado Ucrâniano” em Lviv, que declara a independência do Estado ucraniano:

“Pela vontade do povo ucraniano, a Organização dos Nacionalistas Ucranianos sob a liderança de Stepan Bandera proclama a restauração do Estado ucraniano, pelo qual gerações inteiras dos melhores filhos da Ucrânia sacrificaram as suas vidas [...]. O recém-formado Estado ucraniano trabalhará em estreita colaboração com a Grande Alemanha nacional-socialista, que sob a liderança de Adolf Hitler, está a

guerra que se encontravam insatisfeitos por não terem conseguido estabelecer um Estado ucraniano em 1917-1920 (Rudling, 2011, p. 2). Esta organização cooperou estreitamente com vários Estados e seus movimentos fascistas: Itália, Japão, Espanha e Alemanha. A OUN também foi responsável pelo assassinato de vários políticos polacos (e.g., Tadeusz Hołówko em 1931 e Bronisław Pieracki em 1934), bem como prestou assistência no assassinato do Rei Alexandre I da Jugoslávia e do Ministro das Relações Exteriores da França, Louis Barthou (Rudling, 2011, p. 7). Após a morte do seu líder, Yevhen Konovalets, esta organização foi dividida em 1941 entre uma ala mais radical, a OUN-B liderada por Stepan Bandera, e uma ala mais conservadora, a OUN-M liderada por Andrii Mel'nyk. É importante realçar que a OUN-B e as suas forças armadas, o Exército Insurgente Ucraniano (UPA), levaram a cabo os massacres étnicos (ou *pogroms*) – por exemplo, dos polacos na Volínia e na Galícia Oriental (1942-1944), e dos judeus na Vinnytsia (1941) (Rudling, 2011, pp. 1, 3, 9 e 12).

²⁵ Stepan Bandera nasceu a 1 de janeiro de 1909 em Staryi Uhryniv, na Ucrânia. Foi um político “ultranacionalista e quasi-fascista”, líder da organização paramilitar OUN(b)-UPA e colaborador nazi durante a invasão alemã da URSS (Kluth, 2022). Também foi um preso político do Terceiro Reich entre 1941-1944, uma vez que não renunciou à declaração da OUN(b) de 30 de junho de 1941 (Hunczak, 2006, p. 7). No dia 15 de outubro de 1959, Bandera foi assassinado pelo KGB junto à sua residência em Munique. Depois do colapso da URSS, a mitologia em torno de Stepan Bandera foi novamente reavivada – em particular no território ocidental da Ucrânia. Estátuas e monumentos (e.g., Lviv) foram erguidos em nome de Stepan Bandera, e longas marchas com tochas começaram a ocorrer em Kiev a partir de 2006, para festejar o seu aniversário (Kluth, 2022).

formar uma nova ordem na Europa e no mundo, e está a ajudar o povo ucraniano a libertar-se da ocupação moscovita” (Lvivcenter, 2023).

A declaração da OUN-B foi uma surpresa para os nazis, que se opuseram de imediato à criação de um Estado ucraniano soberano e independente. Como tal, no dia 5 de julho de 1941, a Polícia de Segurança alemã – a SiPo – captura e envia Stepan Bandera para Berlim, para ser interrogado. Como Bandera e Stetzko não renunciaram ao “Ato de Restauração do Estado Ucraniano”, a SiPo decide transferi-los para a principal prisão em Alexanderplatz, no dia 15 de setembro de 1941, e mais tarde, em janeiro de 1942, seriam transferidos para o Campo de Concentração de Sachsenhausen. Além do mais, a SiPo também conduziu uma operação em larga escala em Krakow e Lviv que resultou na detenção de centenas de seguidores de Bandera. A maioria dos presos foi enviada para campos de concentração, ao passo que outros foram executados (Hunczak, 2006, pp. 5-7). Acresce referir que no Campo de Concentração de Sachsenhausen, Bandera e Stetzko foram colocados num bloco de celas – o *Zellenbau* – relativamente confortável. Após ter sido libertado em outubro de 1944, Bandera retomou a sua colaboração com os nazis (Rudling, 2011, p. 10).

Após ter sido assimilado pela OUN-B, o Exército Insurgente Ucraniano (UPA) – uma força paramilitar – envolveu-se diretamente na implementação do Holocausto na Ucrânia e na Bielorrússia. Ou seja, os combatentes do UPA serviram como polícias auxiliares nos grupos de extermínio das *Waffen-SS* – os *Einsatzgruppen* – que foram responsáveis pelas campanhas de limpeza étnica dos polacos, judeus e outras minorias étnicas. Para além disso, os líderes da OUN(b)-UPA receberam formação militar das forças alemãs para conduzir operações não-convencionais (e.g., terrorismo) contra o Exército Vermelho. Estima-se que a OUN(b)-UPA tenha sido responsável pelo genocídio de 88.700 polacos na Volínia e na Galícia Oriental entre 1942 e 1944 (Rudling, 2011, pp. 10-11). Acresce referir que em abril de 1943 também foi criada uma divisão das *Waffen-SS* com cerca de 20.000 voluntários ucranianos da região da Galícia – a 14.^a Divisão da SS Galícia (Himka, 2006, p. 491).

A década de 1950, foi marcada por um acontecimento na URSS que viria a gerar futuras tensões entre a Federação Russa e a Ucrânia. Especificamente, a 19 de fevereiro de 1954, o Presidium do Soviete Supremo da URSS – um órgão executivo governamental – realizou uma reunião, na qual autoriza a transferência territorial do Oblast da Crimeia para a RSSU. De acordo com os documentos desclassificados sobre esta reunião, esta transferência territorial foi “um grande ato amigável que demonstra a confiança ilimitada e o amor do povo russo pelo povo ucraniano, para comemorar o “300.º aniversário da reunificação da Ucrânia com a

Rússia” – uma clara referência ao Tratado de Pereslávia de 1654 (Kramer, 2022). Para o Presidium do Soviete Supremo da URSS, a autorização desta transferência foi também uma consequência natural da “semelhança da economia, da proximidade territorial e dos estreitos laços económicos e culturais entre o Oblast da Crimeia e a República Socialista Soviética da Ucrânia” (Kramer, 2022).

De acordo com Kramer (2022), as justificações do Presidium do Soviete Supremo da URSS não resistem ao escrutínio porque não existe uma relação direta entre o Oblast da Crimeia e o Tratado de Pereslávia de 1654. Os laços culturais entre a Crimeia e a RSSU que foram apresentados pela liderança soviética são exagerados, uma vez que na década de 1950 a população da Crimeia – cerca de 1.1 milhão de habitantes – era de aproximadamente 75% de etnia russa e 25% de etnia ucraniana. A Crimeia também foi o lugar de uma concentração significativa de tártaros até maio de 1944 – resquícios do Estado do Canato da Crimeia –, que seria deportada em massa pelo regime estalinista para a Ásia central (Kramer, 2022). Ora, a transferência territorial da Crimeia para a RSSU pode ter sido uma estratégia política de Nikita Khrushchev para terminar com a guerra civil na Ucrânia Ocidental – em particular nas regiões da Galícia e Volínia –, e consolidar o controlo soviético sobre a RSSU (Kramer, 2022).

Com a dissolução da URSS a 26 de dezembro de 1991, a Ucrânia torna-se de facto um Estado soberano e independente. Para a recém-formada Federação Russa, o controlo físico do arsenal nuclear soviético estacionado na Ucrânia tornou-se uma das principais prioridades do presidente Boris Yeltsin. Ou seja, com o colapso do império soviético, a Ucrânia herdou o terceiro maior arsenal nuclear a nível mundial – supostamente cerca 1.900 armas nucleares estratégicas, 4.000 armas nucleares táticas, 176 ICBMs e 44 bombardeiros estratégicos (Gomez, 2022; Guest, 2022). Além do mais, também importa referir que segundo as declarações oficiais da Agência de Redução de Ameaças de Defesa dos EUA, “os códigos de lançamento pré-planeados permaneceram nos centros subterrâneos de comando e controle das forças de foguetes [...]. Ninguém negou que a autoridade para lançar as forças nucleares, a terceira maior do mundo, permaneceu em Moscovo” (Gomez, 2022).

No dia 5 de dezembro de 1994, os líderes dos EUA, Reino Unido, Federação Russa e Ucrânia reuniram-se em Budapeste, na Hungria, para discutir a transferência das armas nucleares que se encontravam no território ucraniano para a Federação Russa, e a adesão da Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1968. Após árduas negociações, a Ucrânia concordou em devolver as armas nucleares, em troca de garantias de segurança da Federação Russa, dos EUA, e do Reino Unido

(Gomez, 2022). Com a assinatura do Memorando de Budapeste, as três potências “reafirmam o seu compromisso com a Ucrânia, de acordo com os princípios da Ata Final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)²⁶, de respeitar a independência e soberania, e as fronteiras existentes da Ucrânia”, bem como “reafirmam a sua obrigação de abster-se da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia [...] exceto em legítima defesa ou de outra forma de acordo com a Carta das Nações Unidas” (CSNU, 1994). Por conseguinte, as ogivas nucleares foram enviadas para a Federação Russa e os mísseis balísticos intercontinentais foram destruídos com a assistência financeira dos EUA (Gomez, 2022). As últimas ogivas nucleares saíram da Ucrânia em 1996 (Nygren, 2008, p. 50).

Quanto à questão da Península da Crimeia, as tensões entre a Federação Russa e a Ucrânia foram parcialmente reduzidas através da assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria de 1997, no qual o Kremlin reconheceu oficialmente a Crimeia como parte do território ucraniano, em troca da concessão de utilização da Base de Sevastopol – a base da Frota do Mar Negro – que foi finalmente acordada em 1999 (Nygren, 2008, p. 50).

3.2. As principais causas do conflito russo-ucraniano

3.2.1. A questão da adesão da Ucrânia à NATO

De acordo com George F. Kennan (1997, citado por Goldgeier, 1999) – o arquiteto da estratégia norte-americana de contenção da URSS –, o alargamento da NATO à Europa de Leste foi “the most fateful error of American policy in the entire post-Cold War era”. Ora, em junho de 1990, o líder da URSS, Mikhail Gorbachev, concordou com a integração da Alemanha reunificada na NATO (Lough, 2021), porque o então Secretário de Estado norte-americano, James Baker, assegurou que “not an inch of NATO’s present military jurisdiction will spread in an eastern direction” (Baker, 1990). Não obstante, também é importante referir que Gorbachev não pediu nem recebeu garantias formais dos EUA, de que não haveria mais alargamentos da Aliança Atlântica para além do território da Alemanha reunificada (Lough, 2021).

²⁶ Na Ata Final da CSCE de 1975 foram acordados 10 princípios: “(i) igualdade soberana, respeito pelos direitos inerentes à soberania; (ii) abstenção da ameaça ou uso da força; (iii) inviolabilidade das fronteiras; (iv) integridade territorial dos Estados; (v) resolução pacífica das disputas; (vi) não intervenção nos assuntos internos; (vii) respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença; (viii) igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; (ix) cooperação entre os Estados; (x) cumprimento de boa-fé das obrigações decorrentes do direito internacional (CSCE, 1975).

Imediatamente após o colapso da URSS, o principal foco da política externa de Yevgeny Primakov foi a questão do alargamento da NATO a leste, e a adaptação da Federação Russa a esta nova realidade (Tsygankov, 2019, p. 105). Neste sentido, como Yevgeny Primakov reconheceu que a Federação Russa teria de adaptar-se ao alargamento da NATO – em vez de resistir –, não houve outra opção senão trabalhar no desenvolvimento das relações diplomáticas com a Aliança. Assim, foi assinado o *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security* entre a NATO e a Federação Russa em 1997 (Tsygankov, 2019, p. 106).

O alargamento da NATO à Europa de Leste iniciou-se durante a Administração Clinton, com a integração da Hungria, Polónia e República Checa na Aliança em 1999. A segunda ronda ocorreu em 2004, com a integração de sete países da Europa de Leste – incluindo três ex-repúblicas soviéticas: Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia. De facto, a Federação Russa não conseguiu evitar o alargamento da Aliança Atlântica a leste, uma vez que se encontrava muito degradada na década de 1990 (Mearsheimer, 2014, p. 78). Acresce referir que até ao momento já ocorreram mais quatro rondas de alargamento da NATO a leste (2009, 2017, 2020, 2023).

Quando Vladimir Putin se tornou presidente da Federação Russa em 2000, ficou claro que a defesa dos interesses nacionais russos seria afetada pelo alargamento da NATO a leste. De facto, na Conferência de Segurança de Munique em 2007, o Presidente Putin referiu que a expansão da NATO “represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust” (Putin, 2007).

No final da Cimeira de Bucareste de 2008, os Estados-membros da NATO – exceto a França e a Alemanha – concordam com a possibilidade da Ucrânia e da Geórgia integrarem a Aliança Atlântica: “NATO Allies welcomed Ukraine's and Georgia's Euro-Atlantic aspirations for membership and agreed that these countries will become members of NATO” (NATO, 2008). Face a esta declaração, o Presidente Putin realçou que a expansão da infraestrutura militar da NATO para leste representa uma “direct threat” para a Federação Russa (Putin, 2008).

A invasão militar russa da Geórgia em 2008, deveria ter dissipado quaisquer dúvidas sobre a determinação do Presidente Putin em impedir a integração da Geórgia e da Ucrânia na NATO (Mearsheimer, 2014, p. 79). De facto, na sequência da Cimeira de Bucareste de 2008, o então Embaixador dos EUA em Moscovo, Williams Burns (atual Diretor da CIA), enviou

um memorando para a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, que descreveu o pensamento da elite política russa sobre a questão da adesão da Ucrânia à NATO:

“Ukrainian entry into NATO is the brightest of all red lines for the Russian elite (not just Putin). In my more than two-and-a-half years of conversations with key Russian players [...]. I have yet to find anyone who views Ukraine in NATO as anything other than a direct challenge to Russia’s interest” (Mearsheimer, 2022).

A neutralidade da Ucrânia nunca inviabilizou a sua cooperação com a NATO, que ocorreu através da *Parceria para a Paz* em 1994 – um programa desenvolvido pela Aliança para se relacionar sobretudo com a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas –, e mais tarde, mediante o estatuto de *Distinctive Partnership* em 1997. Pelo contrário, este estatuto especial possibilitou que a Ucrânia participasse nas atividades da NATO destinadas aos seus parceiros, i.e., nos exercícios NATO *Response Force* e nas missões da NATO no Kosovo, Afeganistão e Golfo de Adem (Branco, 2020, pp. 155-156). Além do mais, a NATO também sai reforçada através do *Distinctive Partnership*. A este respeito, o filantropo e fundador da OSF, George Soros, afirmou: “The combination of manpower from Eastern Europe with the technical capabilities of NATO would greatly enhance the military potential of the Partnership because it would reduce the risk of body bags for NATO countries, which is the main constraint on their willingness to act” (Soros, 1993).

Não obstante o aparelho político-militar russo considerar que a entrada da Ucrânia na NATO é uma linha vermelha, imediatamente após a destituição do Presidente Yanukovych a 22 de fevereiro de 2014, o Primeiro-Ministro interino Yatsenyuk referiu que “the government is entering a bill to Verkhovna Rada [parliament] about the cancellation of Ukraine's non-bloc status and resumption of Ukraine's course for NATO membership” (BBC News, 2014a). Já em julho de 2017, durante a conferência de imprensa conjunta com o Presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, o Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, afirmou: “The focus now in Ukraine is on reform and I welcome that because regardless of membership I welcome the fact that Ukraine is moving steadily towards meeting NATO standards and more interoperability meaning the ability to work together” (Stoltenberg, 2017). Em fevereiro de 2019, o Presidente Poroshenko voltou a insistir que “only full membership in the European Union and NATO ultimately and irrevocably guarantees our state independence, our national security” (Poroshenko, 2019). Quatro meses depois, durante a sua primeira visita oficial à sede da NATO, o recém-eleito Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, referiu que “the strategic

course of Ukraine is aimed at full membership in the EU and NATO. This is enshrined in the Constitution of Ukraine and remains our unwavering foreign policy priority” (Zelensky, 2019).

Como a Federação Russa perdeu a sua influência na Ucrânia no seguimento do Euromaidan, então parece lícito deduzir que os exercícios militares entre as forças ucranianas e as forças da Aliança – o *Rapid Trident* – realizados sobretudo desde 2014 na base militar ucraniana em Yavoriv, são percecionadas pela liderança política russa como ações hostis contra a Federação Russa. Segundo o Major-General Carlos Branco, no *Rapid Trident 21* que foi realizado entre 20 de setembro e 1 de outubro, a Ucrânia abriu o seu espaço aéreo para que os aviões de reconhecimento estratégico e os drones de reconhecimento (e.g., *MQ-9 Reaper*) norte-americanos pudessem participar nos exercícios e monitorizar o território russo (Branco, 2022).

No entendimento de Branco (2020, p. 129), se considerarmos a possibilidade de uma guerra entre a NATO e a Federação Russa, faz todo o sentido recorrer à síndrome de Cassandra, que se aplica nos casos em que os avisos e/ou as indicações sobre a possibilidade da ocorrência de determinado acontecimento são desacreditizados e ignorados deliberadamente. Neste sentido, e aludindo ao supracitado, o General do Exército dos EUA e Comandante Supremo Aliado para a Europa (até maio de 2019), Curtis Scaparrotti, alertou durante uma entrevista à Associated Press que “during the Cold War, we understood each other’s signals. We talked [...]. I’m concerned that we don’t know them as well today [...]. I personally think communication is a very important part of deterrence” (Burns, 2019; Branco, 2020, p. 129).

Dois meses antes do lançamento da OME na Ucrânia, a 17 de dezembro de 2021, o Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa publicou duas propostas de acordos sobre garantias de segurança: uma entre a Federação Russa e a NATO, e outra entre a Federação Russa e os EUA. Na primeira proposta, a Federação Russa exigiu garantias legais dos Estados-membros da NATO de que não irão ocorrer mais rondas de alargamentos da Aliança à Europa de Leste – incluindo a Ucrânia e outros países que fizeram parte da URSS – , bem como não irão envolver-se em atividades militares no território da Ucrânia, Europa Oriental, Transcaucásia e Ásia Central (Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 2021a). Na segunda proposta, a Federação Russa exigiu garantias legais dos EUA de que se comprometem a recusar a entrada das ex-repúblicas soviéticas na NATO, bem como também não irão instalar bases militares no território desses Estados, nem desenvolver parcerias militares (Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 2021b). No dia 26 de janeiro de 2022, a NATO e os EUA emitiram separadamente duas declarações, que

reafirmam a sua posição em não rescindir da “política de portas abertas” da NATO (Crowley & Sanger, 2021).

Um dos *casus belli* apresentados pelo Kremlin para justificar o lançamento da OME na Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022, foi porque a Federação Russa não recebeu garantias dos Estados-membros da NATO, de que a Ucrânia não seria admitida na Aliança. De facto, após um ano de guerra na Ucrânia, o Secretário-geral Stoltenberg insistiu – antes de iniciar a reunião do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia²⁷ – que “all NATO Allies have agreed that Ukraine will become a NATO member” (Stoltenberg, 2023). Contudo, Pifer (2017) refere que “até que o conflito latente no Donbass e o conflito congelado na Crimeia sejam resolvidos, a Ucrânia tem poucas perspectivas de adesão” à NATO, uma vez que essa adesão poderia levar imediatamente à invocação do artigo 5.º da Aliança²⁸ contra a Federação Russa.

Apesar da NATO manter uma “política de portas abertas” e da Ucrânia ter manifestado o seu interesse em integrar a Aliança, existem cinco requisitos que um Estado deve cumprir para entrar na NATO: (i) os “novos membros devem defender a democracia, o que inclui tolerar a diversidade; (ii) os novos membros devem estar no meio do progresso em direção a uma economia de mercado; (iii) as forças militares das nações devem estar sob firme controlo civil; (iv) as nações devem ser boas vizinhas e respeitar a soberania fora das suas fronteiras; (v) as nações devem estar a trabalhar para a compatibilidade com as forças da NATO” (Cronk, 2022).

3.2.2. A Revolução Euromaidan

No dia 21 de novembro de 2013 iniciou-se um movimento antigovernamental na Praça da Independência (*Maidan Nezalezhnosti*) em Kiev – a Revolução Euromaidan – porque o governo ucraniano anunciou a suspensão dos preparativos para a celebração do Acordo de Associação (AA) com a UE – incluindo o *Deep and Comprehensive Free Trade Areas* (DCFTA) –, por razões de segurança e pela necessidade de restaurar as relações comerciais com a Federação Russa e os Estados-membros da CEI (Comissão Europeia, 2014). Devido ao

²⁷ O Grupo de Contato de Defesa da Ucrânia é um grupo com mais de 50 Estados – incluindo todos os Estados-membros da NATO –, que sob a liderança dos EUA coordena a entrega de equipamentos militares para a Ucrânia.

²⁸ O artigo 5.º da NATO consagra o princípio da defesa coletiva: “As Partes concordam que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da CNU, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e em conjunto com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte” (NATO, 1949).

anúncio desta decisão, no dia 24 de novembro, reuniram-se entre 50.000 a 100.000 pessoas na Praça da Independência – a maior mobilização desde a Revolução Laranja de 2004-2005 – para protestar contra o Presidente pró-Rússia, Viktor Yanukovych, e o governo ucraniano liderado pelo Primeiro-Ministro Mykola Azarov (Paniotto, 2014). Ou seja, os manifestantes pretendiam que o presidente ucraniano mudasse de ideias e decidisse assinar o AA entre a Ucrânia e a UE na próxima Cimeira da Parceria Oriental, que seria realizada em Vilnius, na Lituânia, nos dias 28-29 de novembro de 2013.

Apesar de não ter assinado o AA com a UE, o Presidente Yanukovych insistiu durante a sua intervenção na sessão plenária da Cimeira da Parceria Oriental, que a Ucrânia ainda pretendia assinar o acordo: “I confirm Ukraine’s intention in the nearest perspective to sign an association agreement” (Gorchinskaya, 2013). Segundo Pawlak e Croft (2013), o presidente da Ucrânia adiou a assinatura do AA porque considerou que a oferta inicial de assistência financeira de 600 milhões de euros da UE era “humilhante”, visto que seria insuficiente para estabilizar a frágil economia ucraniana. Como as negociações durante a cimeira não corresponderam às expectativas, o Presidente Yanukovych propôs que se iniciassem conversações trilaterais que incluíssem a UE e a Federação Russa. Face a este intento, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, afirmou: “When we make a bilateral deal, we don’t need a trilateral agreement [...] the times for limited sovereignty are over in Europe” (Al Jazeera America, 2013).

A suspensão do AA com a UE interrompeu a trajetória da Ucrânia rumo à integração europeia, em favor do fortalecimento das relações com a Federação Russa e a União Aduaneira da Eurásia (UAE). Esta mudança da política externa do governo ucraniano resultou não só da pressão exercida pelo Kremlin, como também da situação interna da Ucrânia. De facto, desde meados de 2012, que a economia e a produção industrial ucraniana se encontravam em declínio – e.g., em 2013 o PIB diminuiu 1%. Além do mais, o pagamento da sua dívida externa (aproximadamente 10 biliões de dólares em 2013 e 8 biliões de dólares em 2014) levou a uma redução significativa nas divisas estrangeiras da Ucrânia (de 32 biliões de dólares para 20 biliões de dólares no espaço de um ano) (Konończuk, 2013).

No que concerne ao AA entre a Ucrânia e a UE *per se*, o governo ucraniano declarou que não poderia assinar nem implementar as disposições do acordo porque segundo as suas estimativas, numa fase inicial, as reformas exigidas pelo acordo (e.g., abolição das barreiras tarifárias, abertura do mercado e as normas e padrões da UE) poderiam desestabilizar ainda mais a economia ucraniana (Konończuk, 2013). Para além disso, um dos termos do AA, exigia

que o governo ucraniano abordasse o tratamento da questão da “justiça seletiva”, uma exigência que poderia estar relacionada com a libertação da ex-Primeira-Ministra e candidata às eleições presidenciais da Ucrânia em 2010, Yulia Tymoshenko, que tinha sido condenada a sete anos de prisão por abuso de poder em 2011 (Pawlak & Croft, 2013). Yulia Tymoshenko acabaria por ser libertada da prisão a 22 de fevereiro de 2014.

De acordo com Konończuk (2013), a Ucrânia necessitava de cerca de 15 biliões de dólares em crédito para estabilizar a sua economia. Ora, o governo ucraniano encontrava-se em negociações com o FMI, que não pretendia abandonar as suas exigências contratuais para a concessão do empréstimo. Para o governo ucraniano as condições do FMI eram inaceitáveis devido aos elevados custos sociais – e.g., uma das condições era o aumento do preço do gás em 40% para clientes individuais. Por conseguinte, o governo ucraniano procurou apoio financeiro – em forma de empréstimo – junto da Federação Russa. Para além do empréstimo para estabilizar a economia, o governo de Yanukovych também pretendia obter gás natural russo a um preço mais baixo, e o apoio político da liderança política russa nas próximas eleições presidenciais (Konończuk, 2013).

Em virtude de não ter ocorrido a celebração do AA entre a Ucrânia e a UE, aproximadamente 2.000 polícias da *Berkut* – o corpo de intervenção – foram mobilizados no dia 29 de novembro de 2013, para dispersar as centenas de manifestantes que se encontravam na Praça da Independência (BBC, 2013a). Face aos confrontos que ocorreram na madrugada de 30 de novembro, os líderes dos partidos da oposição política – Arseniy Yatsenyuk do Partido *Batkyvshchyna*, Vitali Klitschko do Partido *Udar* e Oleh Tyahnybok do Partido *Svoboda* – exigiram no dia 1 de dezembro, a renúncia do Presidente Yanukovych e do seu governo. Neste sentido, o líder do Partido *Udar* afirmou: “If this government does not want to fulfil the will of the people, then there will be no such government, there will be no such president. There will be a new government and a new president” (Zinets & Polityuk, 2013). No mesmo dia, os militantes do *Svoboda* e do *Batkyvshchyna* ocuparam a Câmara Municipal de Kiev e o edifício dos sindicatos, que passaria a ser a sede do Euromaidan (Zinets & Polityuk, 2013). Junto ao edifício da Administração Presidencial ocorreram violentos confrontos entre os membros do Setor Direito²⁹ (*Pravyi Sektor*) – uma aliança de organizações nacionalistas ucranianas de

²⁹ O Setor Direito foi fundado no dia 28 de novembro de 2013 através da fusão entre duas alas – a nacionalista ultraconservadora e a social-nacionalista – do movimento de extrema-direita ucraniano. A primeira ala era representada por duas organizações ultranacionalistas: o *Tryzub* em homenagem a Stepan Bandera, e a Assembleia Nacional Ucraniana – Autodefesa Popular Ucraniana. Estas duas organizações político-paramilitares operavam “semiclandestinamente” desde a década de 1990, apoiadas na ideologia do nacionalismo integral de Dmytro Dontsov e nas organizações ultranacionalistas ucranianas que conduziram operações durante a Segunda

extrema-direita que compunham as Unidades de Autodefesa de Maidan (UAM) – e os elementos da *Berkut* (Kudelia, 2018, pp. 507-508). Os adeptos das claques de futebol do Dínamo de Kiev e do Karpaty Lviv também se juntaram às UAM para participar nos confrontos (Fisun, 2014).

No dia 8 de dezembro de 2013, cerca de 800.000 manifestantes reuniram-se na Praça da Independência para exigir a renúncia do governo ucraniano, e a retomada das negociações para a celebração do AA entre a Ucrânia e a UE. Para além de carregarem bandeiras da Ucrânia e da UE, os manifestantes também derrubaram uma estátua do líder soviético, Vladimir Lenin, localizada na avenida Shevchenko (BBC, 2013b). Como demonstração de apoio, a Secretária Adjunta do Departamento de Estado dos Estados Unidos (DOS), Victoria Nuland, deslocou-se a Kiev no dia 11 de dezembro para se encontrar com o Presidente Yanukovich porque acreditava que ainda era possível salvar “Ukraine's European future” (Mommott, 2013). A 15 de dezembro, os Senadores norte-americanos, John McCain e Chris Murphy, também se deslocaram a Kiev para realizar um discurso na Praça da Independência. Nesse discurso, o Senador John McCain referiu que “we are here to support your just cause, the sovereign right of Ukraine to determine its own destiny freely and independently. And the destiny you seek lies in Europe” (The Guardian, 2013). No mesmo dia, numa entrevista à CNN, McCain também afirmou: “There's no doubt that Ukraine is of vital importance to Putin” (The Guardian, 2013).

Com o objetivo de estabilizar a economia ucraniana, o Presidente Yanukovich reuniu-se com o seu homólogo russo em Moscovo no dia 17 de dezembro de 2013. No final do encontro, o Presidente Putin concordou em comprar 15 biliões de dólares da dívida externa ucraniana, bem como também concordou em reduzir num terço o preço que a Ucrânia deveria pagar pelo gás natural russo – de 400 dólares por 1000 metros cúbicos para 268 dólares (Walker, 2013). A 24 de dezembro, o ex-Presidente e Primeiro-Ministro da Rússia, Dmitry Medvedev, anunciou o pagamento da primeira parcela da dívida ucraniana: “The first tranche of Ukrainian sovereign debt was acquired for \$3 billion” (Dyomkin, 2013).

Como resultado deste acordo entre a Federação Russa e a Ucrânia, iniciaram-se novos confrontos entre os manifestantes e as forças de segurança ucranianas na Praça da Independência em janeiro de 2014. Por esse motivo, o Parlamento ucraniano (ou *Verkhovna*

Guerra Mundial - a OUN(b)-UPA. A segunda ala foi representada pela Assembleia Nacional-Social e a sua organização paramilitar - Patriota da Ucrânia. A Assembleia Nacional-Social e a Patriota da Ucrânia eram lideradas pelo ex-membro da Tryzub de Kharkiv, Andriy Biletsky, que foi o fundador e líder do Batalhão Azov. Acresce referir que Dmytro Yarosh - o líder da Tryzub – tornou-se também o líder do Setor Direito (Kudelia, 2018, p.8).

Rada) aprovou a 16 de janeiro de 2014, um conjunto de novas leis em relação à participação em protestos (e.g., a utilização de máscaras que impeçam a identificação dos participantes) que iriam restringir as liberdades civis. Estas leis incluíam ainda procedimentos administrativos contra jornalistas independentes (e.g., pena de dois anos de prisão pela disseminação de *fake news*) e ONGs estrangeiras (e.g., imposto de renda de 18%) (UkraineWorld, 2018).

Os violentos confrontos atingiram o seu clímax entre 18 e 20 de fevereiro de 2014. Segundo o relatório *Accountability for killings in Ukraine from January 2014 to May 2016*, a violência durante as manifestações na *Maidan Nezalezhnosti* e em outras cidades ucranianas, resultou na morte de 121 pessoas – incluindo 13 elementos das forças de segurança ucranianas (ACNUDH, 2016, p. 3). De forma a cessar os violentos conflitos em Kiev, o Presidente Yanukovych acabaria por chegar a um acordo com os líderes dos três partidos da oposição no dia 21 de fevereiro. O acordo foi mediado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Polónia, Alemanha e França, e por um enviado especial russo. Os termos do acordo envolviam a restauração da Constituição da Ucrânia de 2004, e a realização das eleições presidenciais até dezembro de 2014 (The Guardian, 2014a).

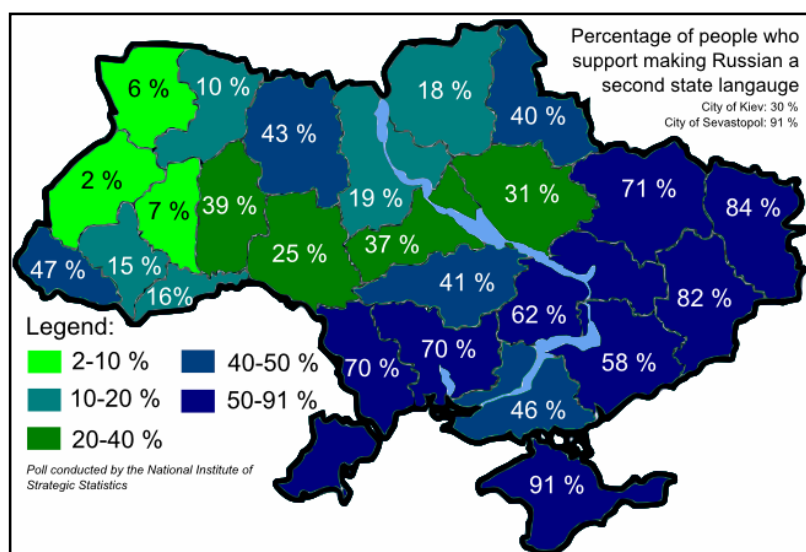
Pese embora o Presidente Yanukovych ter concordado com os termos do acordo, o Parlamento ucraniano iniciou o processo de destituição de Yanukovych a 22 de fevereiro de 2014. De acordo com o artigo 110.º da Constituição da Ucrânia de 1996 (revista em 2019), “o Presidente da Ucrânia pode ser destituído do cargo pelo Parlamento da Ucrânia em conformidade com um processo de destituição se cometer traição ou outro crime”. O mesmo artigo indica ainda que para remover o Presidente da Ucrânia é necessário que pelo menos três quartos dos membros do Parlamento ucraniano concordem com essa decisão (The Cabinet of Ministers of Ukraine, 2022). Ora, a resolução do Parlamento ucraniano para destituir o Presidente Yanukovych não foi apoiada pelos três quartos dos membros do parlamento, uma vez que apenas 328 deputados votaram a favor. Ou seja, como o parlamento é constituído por 450 deputados seria necessário o apoio de 338 deputados (Sindelar, 2014). A Revolução Euromadain termina com a saída de Yanukovych de Kiev no dia 22 de fevereiro de 2014. Como resultado, foi formado um novo governo interino com Oleksandr Turchynov como Presidente interino, e Arseniy Yatsenyuk como Primeiro-Ministro. Em 28 de fevereiro, Yanukovych reaparece na cidade russa, Rostov-on-Don, e perante um grupo de jornalistas afirmou: “No one has deposed me. I was forced to leave Ukraine because of the threat to my life and the lives of my relatives” (Lally, 2014).

No que concerne às várias alegações do Kremlin sobre a ingerência dos EUA nos assuntos internos da Ucrânia, a então Secretária adjunta para os assuntos europeus e euro-asiáticos, Victoria Nuland, referiu em dezembro de 2013, que os EUA investiram mais de 5 bilhões de dólares desde 1991, para ajudar a Ucrânia a alcançar "the future it deserves" (Mearsheimer, 2014, p. 80). Como parte deste esforço, o NED financiou mais de 60 projetos (e.g., *Telekritika project*) que se destinaram a promover a democracia na Ucrânia, e o então presidente desta organização, Carl Gershman, admitiu que a Ucrânia representa "the biggest prize" (Mearsheimer, 2014, p. 80). Por outro lado, numa entrevista à CNN em maio de 2014, o filantropo George Soros também afirmou que a OSF desempenhou um papel importante no movimento Euromaidan: "Well, I set up a foundation in Ukraine before Ukraine became independent of Russia. And the foundation has been functioning ever since. And it played a — an important part in events now" (CNN, 2014). Além do mais, a 6 de fevereiro de 2014, foi publicada no Youtube a gravação de uma conversa telefônica entre Victoria Nuland e o então Embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt, na qual os dois discutem as suas preferências sobre quem deveria fazer parte do governo interino pós-Yanukovych. De facto, nesta conversa, Victoria Nuland afirmou: "I don't think Klitsch should go into the government [...]. I think Yats (Yatsenyuk) is the guy who's got the economic experience, the governing experience. He's the... what he needs is Klitsch and Tyahnybok on the outside [...]" (BBC News, 2014b).

3.2.3. A anexação unilateral da Crimeia e Sevastopól pela Federação Russa

Imediatamente após a destituição do Presidente Yanukovych, o Parlamento ucraniano tentou revogar a "Lei sobre os Princípios da Política da Língua do Estado" – mais conhecida como a "Lei da Língua Kivalov-Kolesnichenko de 2012" –, que concedeu ao idioma russo o estatuto de língua regional (Ogarkova, 2018). Ora, o *Report on the human rights situation in Ukraine* de 15 de abril de 2014 indicou que esta tentativa de "tornar o ucraniano a única língua do Estado em todos os níveis, foi vista como um movimento hostil contra a minoria de língua russa" (ACNUDH, 2014, p. 3). Apesar do Presidente interino Turchynov ter-se recusado a aprovar a decisão do parlamento ucraniano, a Lei da Língua Kivalov-Kolesnichenko de 2012 viria a tornar-se inconstitucional pelo Tribunal Constitucional da Ucrânia em março de 2018 (ACNUDH, 2014, p. 3; Pidkuimukha, 2020).

Figura 5 - Suporte para o idioma russo como a segunda língua do Estado



Fonte: National Institute of Strategic Research (2005, citado em New Cold War–Know Better, 2015)

Face às posições assumidas pela nova força política em Kiev, a Federação Russa decidiu empregar as suas forças militares para assumir o controlo do Parlamento da Crimeia no dia 27 de fevereiro de 2014 (Galeotti, 2015, p. 159). Em seguida, foi realizada uma sessão de emergência para dissolver o governo regional da Crimeia e eleger como Primeiro-Ministro da Crimeia o deputado Sergei Aksyonov – um membro do Partido Rússia Unida (Charron, 2016, p. 229). No dia seguinte, as forças russas ocuparam dois aeroportos da Crimeia – o Aeroporto Internacional de Simferopol e o Aeroporto Militar de Sevastopol (BBC News, 2014c). Para além disso, as forças russas também bloquearam e ocuparam outros pontos estratégicos na Crimeia, tais como bases militares e pontos de acesso (Norberg, 2014).

No dia 1 de março de 2014, o Presidente Putin solicitou ao Conselho da Federação da Rússia, a utilização das forças russas no território ucraniano devido à “extraordinary situation that has developed in Ukraine and the threat to citizens of the Russian Federation” (Kremlin, 2014a). Imediatamente após esta solicitação, o Conselho da Federação realizou uma sessão especial, na qual aprovou o seu pedido (BBC News, 2014d). Um dos motivos que levou a Federação Russa a recorrer ao uso da sua força militar, foi para salvaguardar os seus interesses na Ucrânia, nomeadamente a base naval de Sevastopol que abriga a Frota russa do Mar Negro. Especificamente, esta base é de importância vital para a projeção do poder naval russo no Mar Mediterrâneo e no Oceano Atlântico – uma vez que a maioria dos seus portos estão em águas

que congelam várias vezes por ano (i.e., Ártico) –, e para a defesa do porto de Novorossisk, que é o maior porto comercial da Federação Russa (Campos et al., 2018, p. 128).

As ações do governo interino em Kiev na península da Crimeia foram condicionadas devido à operação de decepção (ou *maskirovka*)³⁰ da Federação Russa. Apesar das forças militares possuírem equipamentos individuais de combate e armas ligeiras de origem russa (e.g., AK-47), a falta de insígnias nos seus uniformes e o uso de máscaras por esses soldados – os chamados “homenzinhos verdes” –, bem como a negação da liderança política russa sobre o envolvimento da Federação Russa na Crimeia, permitiram uma ação militar cinética das forças russas e dos seus aliados locais, que contribuiu substancialmente para o processo de anexação da Crimeia e Sevastopol, sem uma única vítima fatal (Galeotti, 2015, pp. 159-160). Importa também referir que segundo o Presidente interino Turchynov, apenas 3.900 militares das Forças Armadas da Ucrânia (FAU) – dos 13.000 estacionados na Crimeia – permaneceram leais ao novo governo interino (Stepaniuk, 2022, p. 90). Só no dia 17 de abril de 2014, durante a conversa anual com os cidadãos russos – a “Linha Direta” –, é que o Presidente Putin viria a reconhecer a utilização das forças russas na Crimeia: “Of course, the Russian servicemen did back the Crimean self-defence forces” (Putin, 2014a).

No dia 16 de março de 2014 foram realizados referendos sobre o estatuto político da Crimeia e Sevastopol. O boletim de voto do referendo ofereceu aos eleitores da Crimeia duas opções: a reunificação da Crimeia e Sevastopol com a Rússia, ou a restauração da constituição da Crimeia de 1992 que permitiria uma maior autonomia regional (BBC News, 2014e). Os resultados oficiais do referendo que foram anunciados pelas autoridades da Crimeia revelaram que supostamente a maioria da população da Crimeia foi a favor da reunificação: na República Autónoma da Crimeia 96.8% dos eleitores votaram a favor (participação eleitoral de 80.42%), e em Sevastopol 95.6% (participação eleitoral de 85.56%) (Charron, 2016, p. 229). Por conseguinte, a 17 de março de 2014, o Parlamento da Crimeia solicitou formalmente à Federação Russa que “admitisse a República da Crimeia como um novo sujeito com o estatuto de república” (Varsovic & Croft, 2014). No dia seguinte, o Presidente Putin e os representantes da “República da Crimeia” assinaram um acordo de adesão que reconheceu a Crimeia como parte da Federação Russa (Kremlin, 2014b). É importante também realçar que no censo

³⁰ Segundo o Ministério da Defesa da Federação Russa (2023), a ação militar *Maskirovka* (máscara) fornece “apoio às operações de combate e atividades diárias das forças”. Uma *Maskirovka* envolve a combinação integrada de “medidas organizacionais, tático-operacionais e técnicas de engenharia”, que são realizadas para ocultar e enganar o inimigo em relação à localização, composição e condição das forças e instalações, e aos planos do comando militar, ações e intenções das forças, mantendo ao mesmo tempo a capacidade de combate. Esta ação abrange vários elementos: secretismo, camuflagem, decepção, imitação, ocultação, desinformação e diversão.

ucraniano de 2001 – o último censo na Ucrânia –, a população combinada da República Autônoma da Crimeia e da Cidade Federal de Sevastopol era de 2.401.200 habitantes, dos quais 60.4 % eram de etnia russa, 24.01% de etnia ucraniana, 10.21% de etnia tártara e 5.37% de outras etnias (Charron, 2016, p. 226).

O presidente da Federação Russa viria a oficializar a anexação unilateral da Crimeia e de Sevastopol no dia 18 de março de 2014. Durante o seu discurso de anexação, o Presidente Putin realçou o “well-known Kosovo precedent” e o “right of nations to self-determination” (Putin, 2014b). Contudo, os governos ocidentais consideram que os referendos violaram grosseiramente a Constituição da Ucrânia, e os princípios gerais do direito internacional. Ora, segundo Bellinger III (2014), “o direito internacional prefere preservar a integridade territorial dos Estados e limitar o direito à autodeterminação popular porque os movimentos de secessão minoritários, se permitidos sem limites, não refletem as opiniões da maioria dos cidadãos de um Estado, e podem levar ao colapso do sistema internacional”.

De acordo com Burke-White (2014, p. 2), a Federação Russa explorou as ambiguidades legais compartilhadas entre a Crimeia e o Kosovo, que surgem da tensão entre dois princípios conflitantes que são fundamentais no direito internacional desde 1945. O princípio da integridade territorial, expresso no artigo 2.º(4) da CNU, indica que “todos os Membros deverão abster-se, nas suas relações internacionais, da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma incompatível com os Propósitos das Nações Unidas” (ONU, 1945). Já o princípio da autodeterminação dos povos está previsto no artigo 1.º do *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais* que se encontra em vigor desde 3 de janeiro de 1976: “Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural” (ACNUDH, 2023). Para além disso, Pifer (2019) refere que a Rússia violou grosseiramente os seus compromissos do Memorando de Budapeste de 1994, os princípios da Ata Final da CSCE de 1975, e o Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria de 1997.

No que concerne à legitimidade dos referendos *per se*, o Conselho da UE não reconheceu a sua legalidade e os seus resultados, uma vez que foram realizados na presença de soldados armados que poderão ter intimidado os ativistas cívicos e os jornalistas, bem como também houve uma obstrução do tráfego civil que condicionou a entrada e saída na Crimeia, e um bloqueio dos canais de televisão ucranianos. Inclusive, foi negado o acesso à península da Crimeia aos representantes da ONU e da OSCE, que foram convidados pelo governo provisório

da Ucrânia (Conselho da União Europeia, 2014, p. 7). Além do mais, no dia 27 de março de 2014, a Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a Resolução 68/262, intitulada “Integridade territorial da Ucrânia”, que considerou o referendo na Crimeia como inválido, após 100 votos a favor, 11 contra e 58 abstenções (AGNU, 2014).

No entendimento de Branco (2020, p. 142), a anexação da Crimeia e Sevastopol serviu de suporte para a promoção da narrativa da “agressão russa” e “dar uma nova vida à NATO”, que após três décadas do fim da Guerra Fria identifica novamente uma ameaça (real ou percebida), e uma razão para a sua existência. Contudo, segundo Mearsheimer (2014, p. 84), o argumento de que a Federação Russa é uma ameaça para a Europa Ocidental não resiste ao escrutínio. Especificamente, a Rússia não tinha (ou tem) capacidades para conquistar e anexar com facilidade o leste da Ucrânia, muito menos ocupar totalmente a Ucrânia. Mesmo com uma poderosa força militar e uma economia robusta, a Federação Russa provavelmente não seria capaz de pacificar todo o território ucraniano porque, sobretudo, na zona ocidental da Ucrânia, a população iria resistir a uma ocupação russa. Para consubstanciar este argumento, basta observar as intervenções da URSS e dos EUA no Afeganistão, para verificar que as ocupações militares normalmente não terminam da melhor forma (Mearsheimer, 2014, p. 84).

Apesar de “Washington não gostar da posição de Moscovo”, pelo menos deveria entender a lógica por detrás da sua intervenção na Ucrânia (Mearsheimer, 2014, p. 84). Ou seja, as grandes potências são sensíveis a potenciais ameaças no seu *near abroad*. Ora, os EUA não iriam tolerar que uma grande potência de outra região projetasse as suas forças militares no hemisfério ocidental, muito menos junto às suas fronteiras. A Doutrina Monroe claramente alerta para essa situação. De facto, os EUA iriam sentir-se ameaçados se o seu principal rival – a China – criasse uma aliança militar colossal e tentasse incluir os seus vizinhos – o Canadá e o México – nessa organização (Mearsheimer, 2014, p. 84).

3.2.4. A insurgência na região do Donbass

Na sequência da mudança de poder em Kiev e da anexação unilateral da Península da Crimeia pela Federação Russa, a região do Donbass viria a ser o centro de uma guerra predominantemente intraestatal, entre as forças separatistas apoiados por Moscovo e as forças ucranianas, a partir de 2014. A guerra no Donbass iniciou-se no dia 6 de abril de 2014, quando os separatistas tomaram o controlo de vários edifícios governamentais em Donetsk, Lugansk e Kharkiv. Em Lugansk, centenas de separatistas invadiram a sede regional do Serviço de

Segurança da Ucrânia (SBU) e apreenderam as armas de fogo que se encontravam nesse edifício (Balmforth & Kushch, 2014). No Oblast de Donetsk, os separatistas invadiram não só a sede do SBU, como também ocuparam o edifício da Administração Regional, onde foi proclamada a independência de Donetsk, e anunciada a realização de um referendo sobre a independência dessa região para o dia 11 de maio de 2014 (BBC News, 2014f). Além do mais, durante a leitura do “Ato da proclamação de um Estado independente, a República Popular de Donetsk”, os separatistas também solicitaram à Federação Russa, o envio de soldados de manutenção da paz para protegê-los contra uma possível “ação agressiva das autoridades ilegítimas de Kiev” (Balmforth & Kushch, 2014). Por conseguinte, o Presidente interino Turchynov descreveu estes acontecimentos como a “segunda vaga” da operação russa para “desmembrar” a Ucrânia (BBC News, 2014f).

Pese embora as autoridades ucranianas terem conseguido assumir o controlo do edifício da Administração Regional em Kharkiv, a situação na região do Donbass – em Donetsk e Lugansk – continuou a deteriorar-se significativamente (BBC News, 2014f). Especificamente, a 12 de abril de 2014, um grupo de separatistas liderado por um ex-Coronel do FSB, Igor Girkin, conseguiu ocupar uma esquadra da Polícia local da cidade de Slavyansk (Simes, 2022). Mais tarde, outro grupo armado também conseguiu ocupar a sede do SBU de Slavyansk (The Guardian, 2014b). Assim, iniciou-se a Batalha de Slavyansk, que foi “o tiro de abertura da Guerra do Donbass” (Simes, 2022).

Devido à insurgência armada no Donbass, o Presidente interino Turchynov anunciou no dia 15 de abril de 2014, a realização de uma “operação antiterrorista” contra os separatistas pró-russos (BBC News, 2014g). Stepaniuk (2022, p. 91) refere que quando se iniciou a rebelião separatista no Donbass, as FAU contavam apenas com cerca de 5.000 militares aptos para combate. A situação também se agravou quando os elementos das FAU desertaram para o lado das forças separatistas, levando as suas armas e os veículos blindados de combate (Luhn, 2014). Como as forças de segurança e as FAU não conseguiram resolver o conflito no Donbass, a Guarda Nacional da Ucrânia (GNU) – que tinha sido formada em março de 2014 – começou a ter um papel cada vez mais ativo na guerra no Donbass (Puglisi, 2015, p. 10).

A GNU contou inicialmente com cerca de 20.000 voluntários – incluindo os membros das UAM (Puglisi, 2015, p. 11). Para além da GNU, foram formados batalhões de voluntários para combater a insurgência no Donbass. O primeiro batalhão de voluntários – o Dnipro 1 – foi criado em maio de 2014, com um investimento inicial de 10 milhões de dólares do bilionário e governador regional de Dnipropetrovsk, Ihor Kolomoisky (Cohen & Green, 2016, p. 66).

Outros batalhões de voluntários – que mais tarde viriam a ser transformados em “Regimentos de Propósitos Especiais” – foram criados nos meses seguintes: o Batalhão Donbass, o Batalhão Azov, o Batalhão Aidar e o Corpo Voluntário Ucraniano do Setor Direito (DUK-PS). Para dar assistência às operações militares ucranianas no Donbass foram criados num espaço de seis meses, mais de 44 batalhões de defesa territorial (sob a autoridade do Ministério da Defesa), 32 batalhões de polícia especial (sob a autoridade do Ministério do Interior), três batalhões voluntários da Guarda Nacional e três batalhões independentes (Cohen & Green, 2016, p. 66). No espaço de um ano, os batalhões de voluntários – com exceção do DUK-PS – viriam a ser extintos ou incorporados nas FAU (Puglisi, 2015, p. 11).

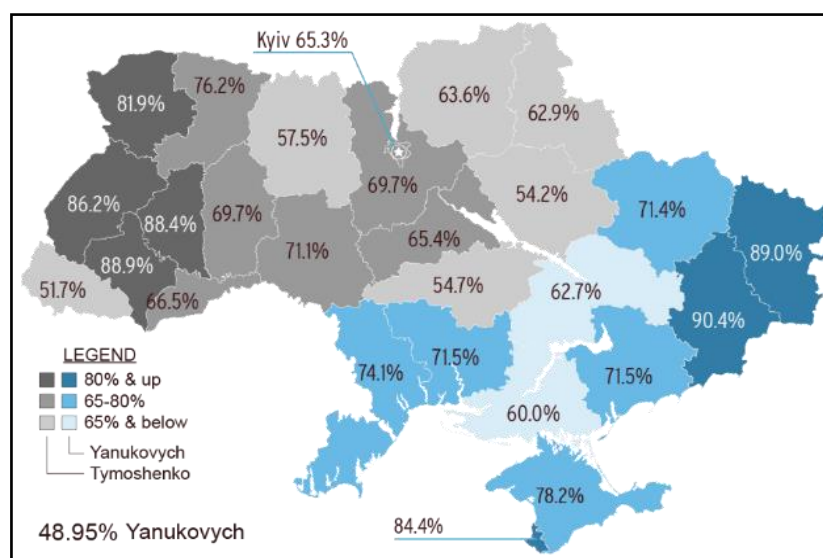
De acordo com o Centro de Segurança e Cooperação Internacional da Universidade de Stanford, o Batalhão Azov é uma “rede nacionalista de extrema-direita de organizações militares, paramilitares e políticas” (Stanford University, 2022). O seu fundador e líder (até outubro de 2014), Andriy Biletsky, é “uma figura radical da extrema-direita” ucraniana (Cohen & Green, 2016, p. 66). Apesar de ser uma força de combate efetiva, o Batalhão Azov tem um “histórico de tendências neonazis”, que não foi totalmente extinto com a sua integração na GNU em novembro de 2014 (John & Lister, 2022). Por esse motivo, o Batalhão Azov “representa um alvo óbvio” para o Kremlin (John & Lister, 2022). Esta unidade militar ganhou notoriedade internacional porque foi responsável pela derrota dos separatistas na cidade de Mariupol em junho de 2014. Contudo, durante a Batalha de Mariupol em 2014, o Batalhão Azov também se destacou pela sua “iconografia neonazi”, uma vez que o símbolo do batalhão incluía o *Wolfsangel* invertido (símbolo rúnico utilizado pela 2.^a Divisão Panzer SS Das Reich) sobreposto ao Sol Negro (símbolo do misticismo nazi) (Stanford University, 2022).

Para além da insurgência no Donbass, a cidade de Odessa também foi o palco de violentos confrontos no dia 2 de maio de 2014, entre ativistas “pró-unidade” – incluindo os membros do Setor Direito e das claques de futebol – e ativistas “pró-federalismo” (pró-russos) (BBC News, 2014h; ACNUDH, 2016, p. 10). Segundo o relatório *Accountability for killings in Ukraine from January 2014 to May 2016*, seis pessoas foram mortas com armas de fogo na Praça Hretska, e 42 pessoas morreram durante o incêndio na Casa dos Sindicatos de Odessa – todas as vítimas eram pró-federalismo (ACNUDH, 2016, pp. 25-26).

As manifestações dos ativistas pró-federalismo também podem ser explicadas através do censo ucraniano de 2001. Neste censo foi registada uma população de 48.457.000 de habitantes, entre os quais 8.334.100 fazem parte das minorias étnicas russas que se encontram predominantemente no leste e sul da Ucrânia. Estas minorias russas estão concentradas – para

além da Crimeia – no Oblast de Lugansk (39% da população), no Oblast de Donetsk (38.2%), no Oblast de Kharkiv (25.6%), no Oblast de Zaporizhzhia (24.7%) e no Oblast de Odessa (20.7%) (State Statistics Committee of Ukraine, 2001). Esta concentração das minorias étnicas russas também pode ser observada através dos resultados por regiões da segunda volta das eleições presidenciais ucranianas de 2010, em que o candidato pelo Partido das Regiões, Viktor Yanukovych, obteve 48.95% dos votos, vencendo a sua oponente e candidata pelo Partido Batkivshchyna, Yulia Tymoshenko, que obteve 45.47% dos votos (OSCE, 2010, p. 31).

Figura 6 - População ucraniana (por regiões) que votou em Tymoshenko ou Yanukovych nas eleições presidenciais de 2010 (2.ª volta)



Fonte: Central Election Commission of Ukraine (2010, citado em Brookings, 2015)

Os resultados dos referendos em Lugansk e Donetsk, a 11 de maio de 2014, sobre a autonomia administrativa para estas regiões, indicaram que supostamente 96.2% dos eleitores de Lugansk votaram a favor da autonomia regional (participação eleitoral de 81%), e em Donetsk 89.07% (participação eleitoral de 75%) (Wierzbowska-Miazga et al., 2014). Duas semanas mais tarde, a 25 de maio de 2014, também foram realizadas as eleições presidenciais antecipadas na Ucrânia, que ditaram uma clara vitória para o empresário pró-europeu, Petro Poroshenko, com 56% dos votos (Walker & Luhn, 2014). No dia 27 de junho, o Presidente Poroshenko assinou em Bruxelas o AA com a UE, e em declarações referiu que foi o “most importante day” desde que a Ucrânia recuperou a sua independência em 1991 (Pifer, 2014).

De forma a tentar cessar as hostilidades entre as partes beligerantes do conflito no Donbass foi estabelecido o Formato da Normandia (N4)³¹ – um agrupamento diplomático constituído pela França, Alemanha, Federação Russa e Ucrânia –, e formado o Grupo de Contato Trilateral (GCT) em junho de 2014. O GCT foi criado pelos membros do N4 como um órgão de consultas técnicas regulares para a criação de um plano para a paz no Donbass. Este grupo foi formado por representantes da Rússia, da Ucrânia e da OSCE, bem como também contou com a participação dos representantes das RPD e RPL. O trabalho conjunto do GCT foi decisivo para o desenvolvimento dos Acordos de Minsk (Lohsen & Morcos, 2022).

O Protocolo de Minsk assinado pelos representantes do GTC no dia 5 de setembro de 2014, previa a implementação de 12 pontos: (i) cessar-fogo imediato entre as partes envolvidas; (ii) monitorização e verificação do cessar-fogo pela OSCE; (iii) transferência de poder (descentralização) e determinação de uma estatuto provisório – a promulgação da Lei sobre o Estatuto Especial – para as regiões de Donetsk e Lugansk; (iv) estabelecimento de uma área de segurança ao longo da fronteira russo-ucraniana, que seja monitorizada pela OSCE; (v) libertação imediata de todos os reféns e pessoas que foram detidas ilegalmente; (vi) promulgação de uma lei de amnistia para as pessoas envolvidas nos conflitos em Donetsk e Lugansk; (vii) continuação de um diálogo nacional; (viii) medidas destinadas a melhorar a situação humanitária no Donbass; (ix) eleições locais antecipadas em Donetsk e Lugansk; (x) proibição de unidades armadas ilegais – incluindo militantes e mercenários – no território ucraniano; (xi) criação de um programa de reconstrução económica para o Donbass; (xii) garantias de segurança para os participantes das negociações (UN Peacemaker, 2014).

Como não ocorreu um cessar-fogo imediato no Donbass, novas negociações tiveram lugar em Minsk em 11 e 12 de fevereiro de 2015. Desta vez, houve negociações diretas entre o Presidente Putin e o seu homólogo ucraniano, Petro Poroshenko, que foram mediadas pela Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e pelo Presidente da França, François Hollande. Após 16 horas de negociações, as partes beligerantes concordaram no cessar-fogo no Donbass, e na implementação do “Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk”. O pacote de medidas viria a ser assinado a 12 de fevereiro, pelos representantes do GCT e das autoproclamadas RPD e RPL (Financial Times, 2015). Este pacote definiu as medidas e passos concretos para a implementação do Protocolo de Minsk até ao final de 2015.

³¹ O N4 foi criado durante as comemorações do 70º aniversário do desembarque dos Aliados na Normandia (ou Dia-D), tendo contado com a presença dos líderes da França, da Alemanha, da Federação Russa e da Ucrânia.

Não obstante os intensos esforços diplomáticos, os Acordos de Minsk não foram implementados porque as partes envolvidas não concordaram com a sequência das medidas militares e políticas. Os principais pontos de discórdia foram sobre as eleições locais na RPD e na RPL, a descentralização de poder e o reconhecimento do estatuto especial para essas regiões através da alteração da Constituição da Ucrânia, bem como o restabelecimento do controlo total da fronteira russo-ucraniana pelas autoridades ucranianas (Fischer, 2019, p. 12).

O mandato de cinco anos do Presidente Poroshenko foi marcado sobretudo pela continuação do conflito na região do Donbass, por escândalos de corrupção, e pela grave crise económica na Ucrânia. Neste sentido, no final de 2018, o humorista Volodymyr Zelensky anunciou a sua candidatura às eleições presidenciais ucranianas de 2019. Através de uma campanha eleitoral focada na luta contra a corrupção e na promessa de paz para a região do Donbass, na segunda volta das eleições presidenciais realizada a 21 de abril de 2019, Volodymyr Zelensky obteve 73.2% dos votos, vencendo de forma esmagadora o Presidente Poroshenko que obteve 24.5% dos votos (BBC News, 2019).

No dia 1 de outubro de 2019, os membros do GCT assinaram um documento que ficou conhecido como a “Fórmula Steinmeier” – um documento consubstanciado nos Acordos de Minsk –, que previa as eleições locais nas autoproclamadas RPD e RPL em conformidade com a legislação ucraniana, e o reconhecimento da autonomia administrativa para essas regiões (Sorokin & Ponomarenko, 2019). Imediatamente após o Presidente Zelensky ter anunciado que assinou a Fórmula Steinmeier, milhares de ucranianos protestaram nas ruas de Kiev e gritaram “não à capitulação”, uma vez que esse acordo violaria a integridade territorial da Ucrânia (Lynch, 2019). Além do mais, a antiga Vice-Primeira-Ministra e deputada do partido da oposição ucraniana Solidariedade Europeia, Ivanna Klymush-Tsintsadze, também afirmou: “Autonomy is not something that we would support” (Lynch, 2019).

No decorrer do conflito armado no Donbass – mais concretamente entre 14 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2021 –, o ACNUDH (2022, p. 3) estima entre 14.200 e 14.400 o número total de mortes (3.404 civis, 4.400 militares das FAU e 6500 elementos de grupos armados), e de 37.000 a 39.000 o número total de feridos (7.000-9.000 civis, 13.800-14.200 militares das FAU e 15.800-16.200 elementos de grupos armados). Não obstante a natureza do conflito na Ucrânia – intraestatal ou interestatal –, o mesmo também é sobretudo uma expressão do confronto mais amplo entre dois atores geoestratégicos: os Estados Unidos e a Federação Russa (Branco, 2020, p.155). De facto, tendo em conta a visão geopolítica do antigo Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Zbigniew Brzezinski, a Ucrânia é um importante

pivô geopolítico. Ora, um pivô geopolítico é um Estado cuja importância não deriva do seu poder, mas sim da sua localização geográfica e do seu potencial para afetar os padrões comportamentais dos atores geoestratégicos (Branco, 2020, p.155). Neste sentido, Zbigniew Brzezinski afirmou: “It cannot be stressed strongly enough that without Ukraine, Russia ceases to be an empire, but with Ukraine suborned and then subordinated, Russia automatically becomes an empire” (Brzezinski, 1994, p. 80).

No que concerne à implementação dos Acordos de Minsk, Angela Merkel referiu numa entrevista ao jornal *Die Zeit* em dezembro de 2022 que “the 2014 Minsk Agreement was an attempt to buy time for Ukraine. Ukraine used this time to become stronger, as you can see today. Ukraine in 2014-2015 and Ukraine today are not the same” (Modern Diplomacy, 2022). Igualmente, no mesmo mês, François Hollande, também afirmou: “Since 2014, Ukraine has strengthened its military posture. Indeed, the Ukrainian army was completely different from that of 2014. It was better trained and equipped. It is the merit of the Minsk agreements to have given the Ukrainian army this opportunity” (The Kyiv Independent, 2022).

3.2.5. A “Operação Militar Especial” na Ucrânia

No dia 21 de fevereiro de 2022, o Presidente Putin assinou duas ordens executivas sobre o reconhecimento da soberania das RPD e RPL. No mesmo dia, também assinou com cada líder das “repúblicas”, o “Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua” (Kremlin, 2022b). Três dias depois, a 24 de fevereiro de 2022, o presidente russo evocou o artigo 51.³² da CNU, para anunciar que tomou a decisão de lançar uma OME, cujos objetivos são “demilitarise and denazify Ukraine [...] they did not leave us any other option for defending Russia and our people, other than the one we are forced to use today” (Putin, 2022a). Segundo o Ministério da Defesa da Federação Russa (2022), uma OME pode ser definida como “um conjunto de ações especiais de forças coordenadas em termos de objetivos, tarefas, local e tempo, realizadas de acordo com um único plano que visa atingir determinados objetivos”.

³² Segundo o artigo 51.º da CNU, “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva se ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacional. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança e não deverão afetar de forma alguma, a autoridade e a responsabilidade do Conselho de Segurança sob a presente Carta de tomar a qualquer momento, as medidas que julgar necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacional” (ONU, 1945).

No entendimento de Clausewitz (2007, pp. 7 e 30), “a guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios [...] um elemento subordinado, enquanto instrumento de política, que o torna sujeito apenas à razão”. Por sua vez, Vitaly Gerasimov (2013) refere que “in the 21st century, there is a tendency to blur the distinction between the state of war and peace. Wars are no longer declared, and once started, they do not go according to the pattern we are used to”.

De acordo com o Coronel Vladimir Kvachkov – um ex-comandante das forças especiais (*Spetsnaz*) da Direção Geral do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa (GRU) –, o objetivo estratégico de uma OME pode ser alcançado através de uma única operação decisiva conduzida por uma formação de armas combinadas. Ora, os objetivos político-militares podem ser atingidos sem recurso às operações estratégicas que podem envolver a mobilização total do Estado – i.e., mobilização militar, económica e social que normalmente ocorre numa guerra. Além do mais, uma OME envolve ainda a utilização integrada de instrumentos militares e não-militares (indiretos), com o objetivo de coagir a liderança político-militar do adversário a aceitar condições desfavoráveis, ao contrário de uma guerra que pode eventualmente levar à capitulação total do adversário. Acresce referir que uma OME tem uma duração relativamente curta (i.e., de 10 a 15 dias) (McDermott & Bartles, 2022).

Na fase inicial da OME, a Federação Russa empregou uma força de 150.000-190.000 militares (120 grupos táticos de batalhão) – incluindo forças regulares e irregulares – para invadir a Ucrânia (Bowen, 2023, p. 1; Jones, 2022). Nesta primeira fase, as forças terrestres russas lançaram um ataque simultâneo em quatro frentes: (1) a frente norte em direção a Kiev a partir da Bielorrússia; (2) a frente nordeste em direção a Kiev a partir da Federação Russa; (3) a frente oriental em direção a Kharkiv a partir da Federação Russa; (4) a frente sul em direção a Odessa, Zaporizhzhia e Mariupol a partir da Crimeia e do Mar Negro (Jones, 2022).

A Ucrânia tem um território que abrange uma área de 600.000 km quadrados, e tinha uma população de 48 milhões de habitantes segundo o censo ucraniano de 2001. Como tal, Jones (2022) sugere que as forças russas empregues na OME seriam insuficientes para pacificar o território ucraniano, e por esse motivo, provavelmente, o principal objetivo político da Federação Russa era “derrubar o governo de Kiev numa operação militar tipo blitzkrieg”. Neste sentido, a ofensiva militar russa parece ter sido planeada com base em informações incorretas sobre o estado das FAU – que no início da ofensiva russa contavam com 196.000 soldados no ativo e 900.000 reservistas –, e na reação do Ocidente Alargado (Dewan, 2022; Jones, 2022).

Face à invasão russa da Ucrânia, os EUA ofereceram-se para evacuar o Presidente Zelensky de Kiev, uma vez que o mesmo poderia ser capturado ou morto pelas forças especiais russas. No entanto, o Presidente Zelensky rejeitou a oferta e transmitiu a seguinte mensagem aos EUA: “The fight is here; I need ammunition, not a ride” (Braithwaite, 2022). Inclusive, no dia 26 de fevereiro de 2022, o presidente ucraniano publicou um vídeo, no qual afirmou: “I am here. We are not putting down arms. We will be defending our country, because our weapon is truth, and our truth is that this is our land, our country, our children, and we will defend all of this” (Braithwaite, 2022). No dia seguinte, o Presidente Zelensky também convocou os cidadãos de países estrangeiros para servir na Legião Internacional de Defesa Territorial da Ucrânia. Após duas semanas, as autoridades ucranianas anunciaram que mais de 20.000 voluntários estrangeiros haviam chegado ao território ucraniano (Tang, 2022).

Na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia, realizou-se uma sessão especial de emergência na AGNU a 2 de março de 2022, para condenar esta violação flagrante à soberania e integridade territorial da Ucrânia. Nesta sessão foi aprovada a Resolução ES-11/1, na qual 141 Estados-membros (de 193) votaram a favor, 5 contra e 35 abstiveram-se na votação – incluindo a China e a Índia (AGNU, 2022). Para a Comissão Europeia (2022a), a OME representa uma “guerra de agressão injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia”.

Em março de 2022, as forças militares russas capturaram a central nuclear de Zaporizhzhia – a maior central nuclear europeia –, que antes da OME na Ucrânia produzia cerca de 30% da eletricidade ucraniana. Assim, estas instalações tornaram-se alvo de vários ataques de artilharia – principalmente em agosto de 2022 –, pelos quais quer a Federação Russa quer a Ucrânia se acusam mutuamente. Face ao risco de um desastre nuclear iminente, a *International Atomic Energy Agency* (IAEA) enviou uma equipa de 14 especialistas para avaliar o estado da central nuclear de Zaporizhzhia. Em setembro de 2022, a IAEA publicou um relatório que indicou que, apesar dos bombardeamentos em torno da central nuclear “ainda não terem desencadeado uma emergência nuclear”, os mesmos continuam a “representar uma ameaça constante à segurança e proteção nuclear [...]” (Security Council Report, 2022).

De 23 a 26 março de 2022, o Presidente dos EUA, Joseph Biden, descolou-se à Europa para discutir com os seus aliados o futuro da guerra na Ucrânia. Face à beligerância da Federação Russa contra a Ucrânia, durante o seu discurso em Varsóvia, na Polónia, no dia 26 de março de 2022, o presidente dos EUA afirmou: “The Kremlin wants to portray NATO enlargement as an imperial project aimed at destabilizing Russia. Nothing is further from the truth. NATO is a defensive alliance” (Biden, 2022). O Presidente Biden também referiu que

“we’ve aimed at the heart of Russia’s economy [...] as a result of these unprecedented sanctions, the ruble almost is immediately reduced to rubble [...] It takes about 200 rubles to equal one dollar” (Biden, 2022). O presidente norte-americano termina o seu discurso afirmando: “For God’s sake, this man cannot remain in power” (Biden, 2022).

A ofensiva militar russa em Kiev cessou no final de março de 2022. Como não foi possível alcançar uma vitória decisiva, a Federação Russa teve de adaptar-se ao facto de a Ucrânia resistir à invasão, bem como também teve de redirecionar os objetivos estratégicos da OME no sul e leste da Ucrânia. Neste sentido, durante a segunda fase da OME, a região de Donetsk – em particular a cidade costeira de Mariupol – passou a ser um dos principais objetivos militares. Após intensos combates urbanos e bombardeamentos na fábrica siderúrgica de Azovstal, as forças ucranianas que se encontravam cercadas há semanas acabariam por render-se entre 16 e 20 de maio após terem recebido ordens de Kiev, e seriam evacuadas para as áreas controladas pela Rússia. Com a captura de Mariupol, as forças russas – incluindo as forças especiais tchetchenas Akhmat, os destacamentos do Grupo Wagner PMC³³ e as forças da RPD e RPL – concentraram os seus esforços na captura de importantes áreas urbanas em Donetsk (e.g., Siversk, Bakhmut e Soledar) e Lugansk (e.g., Severodonetsk e Lysychansk) (Bowen, 2022, pp. 6-10). A região do Donbass passou então a ser o centro de constantes barragens de fogos dos sistemas de artilharia – principalmente em Bakhmut – que são típicos numa guerra de atrição³⁴. De facto, Jones et al. (2023) referem que a guerra russo-ucraniana

³³ O Grupo Wagner foi fundado em 2014 pelo empresário russo, Yevgeny Prigozhin, e pelo Tenente-Coronel e ex-comandante das *Spetsnaz* GRU, Dmitry Utkin (nome de guerra Wagner) (CSIS, 2020). Este grupo é descrito como sendo uma EMP, que opera por meio de ligações não oficiais com o governo russo - em particular o GRU (serviço de inteligência militar) -, o que permite a chamada negação plausível. Nos últimos anos, a Federação Russa tem utilizado cada vez mais as EMPs (e.g., Grupo Wagner) como um instrumento de guerra irregular para atingir os seus objetivos geopolíticos, militares e económicos. As EMPs ligadas ao governo russo fornecem habitualmente treino e serviços operacionais para expandir a influência e a presença militar da Federação Russa, e o acesso aos recursos naturais (e.g., ouro, pedras preciosas e reservas de energia) ou outros tipos de ganhos económicos (Doxsee, 2022, pp. 1-2). De acordo com o “Grupo de Guerra Assimétrico do Exército dos EUA”, “as EMPs russas são usadas como um multiplicador de força para alcançar objetivos tanto para o governo quanto para os interesses privados alinhados à Rússia, minimizando os custos políticos e militares” (Doxsee, 2022, p. 1). Como as EMPs são ilegais segundo o artigo 359.º do Código Penal Russo de 1996, as mesmas oficialmente não existem. Desde 2014, que os destacamentos do Grupo Wagner têm conduzido operações na Europa de Leste (e.g., Ucrânia, Bielorrússia e Sérvia), em África (e.g., Guiné-Bissau, Líbia, Chade, Nigéria, Sudão, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Moçambique e Madagáscar), no Médio Oriente (e.g., Síria, Afeganistão, Iraque e Iémen), na Ásia (e.g., Arménia, Azerbaijão e Sri Lanka) e na América Latina (e.g., Venezuela) (Doxsee, 2022, p. 4). Apesar do Grupo Wagner ser habitualmente considerado um grupo “mercenário”, os “seus membros também não são propriamente mercenários” (Marten, 2020, p. 7). Ou seja, apesar de lutarem por dinheiro, “o grupo é ferozmente patriótico” (Marten, 2020, p. 7). Acresce referir que no decurso da OME na Ucrânia, o Grupo Wagner começou a fazer o seu recrutamento militar nas prisões russas.

³⁴ Uma guerra de atrição pode ser descrita como o “processo contínuo de desgastar o inimigo de modo a forçar o seu colapso físico, por meio de perdas contínuas de pessoal, equipamento e suprimentos ou desgastá-lo de tal forma que a sua vontade de lutar colapsa” (Murray, 2016).

tornou-se numa guerra de atrição porque envolve “forças entrincheiradas, trincheiras, ataques de ondas humanas, barragens de fogo de artilharia e baixas significativas em ambos os lados”.

Segundo a BBC News (2022), no final de junho de 2022, as forças ucranianas começaram a utilizar os sistemas HIMARS (*High Mobility Artillery Rocket Systems*) que foram fornecidos pelos EUA. Com a assistência da plataforma de inteligência norte-americana – satélites e drones de vigilância e reconhecimento – e dos sistemas HIMARS, as forças ucranianas lançaram, em setembro de 2022, uma contraofensiva em Kharkiv que penetrou as linhas defensivas russas, tendo culminado com a recuperação de cerca 2.000 km quadrados de território ucraniano (Dylan et al., 2022). Em simultâneo, as forças ucranianas também conduziram uma contraofensiva em Kherson, que só terminou com a retirada estratégica das forças russas para a margem esquerda do rio Dnieper a 11 de novembro de 2022.

Com a previsão do prolongamento da guerra na Ucrânia, o Presidente Putin assinou o Decreto Presidencial n.º 575 de 25 de agosto de 2022, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2023. Em comparação com o Decreto Presidencial n.º 555 de 17 de novembro de 2017, que tinha estabelecido o efetivo das FAFR em 1.902.758 elementos – dos quais 1.013.628 eram militares –, o atual decreto prevê um aumento dos quadros das FAFR para 2.039.758 efetivos, onde se inclui 1.150.628 militares – i.e., as FAFR contarão com mais 137.000 militares (Kremlin, 2017; Kremlin, 2022c). Para além disso, o presidente russo também anunciou no dia 21 de setembro de 2022, a mobilização parcial de cidadãos russos que se encontravam na reserva militar para combater na Ucrânia. Imediatamente após o anúncio, o Ministro da Defesa Shoigu indicou que seriam mobilizados 300.000 militares na reserva (Reuters, 2022a).

Com a nomeação do Coronel-General Sergei Surovikin como novo comandante da OME na Ucrânia, as FAFR transitaram para uma estratégia defensiva. Neste sentido, o alto comando militar russo pretendeu travar o ímpeto ofensivo das forças ucranianas por via da consolidação das linhas defensivas russas (quase 1.000 km), e de bombardeamentos massivos aéreos contra infraestruturas energéticas críticas da Ucrânia. Assim, as interrupções no fornecimento de eletricidade diminuíram a capacidade das forças ucranianas para conduzir as suas operações militares no sul e leste da Ucrânia (Frolov, 2022).

De 23 a 27 de setembro de 2022 foram realizados referendos em Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporizhzhia, sobre a integração destas regiões na Federação Russa. Como esperado, os resultados dos referendos foram favoráveis às anexações unilaterais: 99.23% em Donetsk, 98.2% em Lugansk, 93.1% em Zaporizhzhia e 87.05% em Kherson (Tenisheva,

2022). No dia 30 de setembro de 2022 foi formalizada a anexação unilateral dessas regiões à Federação Russa, e reforçada a posição intransigente do presidente russo em relação à anexação: “I want the Kiev authorities and their true handlers in the West to hear me now, and I want everyone to remember this: the people living in Lugansk and Donetsk, in Kherson and Zaporozhye have become our citizens, forever” (Putin, 2022b). Em resposta à anexação unilateral de regiões ucranianas pela Federação Russa, o Presidente Zelensky assinou o Decreto Presidencial n.º 679/2022 de 30 de setembro, no qual se lê: “O Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia decidiu: Declarar a impossibilidade de conduzir negociações com o Presidente da Federação Russa V. Putin” (Official website of the President of Ukraine, 2022). Importa referir que desde o início da OME na Ucrânia, já tinham sido realizadas várias rondas de negociações diplomáticas entre a Federação Russa e a Ucrânia, nomeadamente em fevereiro e março de 2022, que foram mediadas pela Bielorrússia e Turquia, mas que terminaram sem qualquer tipo de compromisso diplomático.

O conflito russo-ucraniano viria a expandir-se para além do território ucraniano com o ato de sabotagem das duas linhas do *Nord Stream 1* (NS1) e uma linha do *Nord Stream 2* (NS2) no dia 26 de setembro de 2022. Como o NS1 ficou inoperacional, a Federação Russa já não poderá utilizar o setor energético como arma geopolítica contra a Europa – e.g., o gás natural russo representava 45.3% (de 90%) das importações de gás da UE em 2021 (Comissão Europeia, 2022b). Para eliminar a dependência dos combustíveis fósseis russos até 2030 – em particular o gás natural russo –, a UE implementou um programa *REPowerEU* que visa “diversificar o fornecimento de gás, por meio de maiores importações de gás natural liquefeito (GNL), e importações através de fornecedores não russos” (Comissão Europeia, 2022b). Em outubro de 2022, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (2022) afirmou: “Russian gas supplies have decreased from 40% to now down to 7.5% of pipeline gas. We have compensated this reduction by increased imports of LNG and pipeline gas, mainly from our reliable suppliers like the US and Norway”.

Quanto aos rumores de que a Federação Russa foi responsável pela sabotagem das *pipelines* subaquáticas russas, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou: “We see the huge profits of the U.S. suppliers of liquefied natural gas, who increased their supplies many-fold to the European continent” (Reuters, 2022b). De facto, no dia 7 de fevereiro de 2022, durante um encontro na Casa Branca com o Chanceler alemão, Olaf Scholz, o Presidente Biden, admitiu que “if Russia invades [...] there will be no longer a *Nord Stream 2*. We will bring an end to it [...]. I promise you we will be able to do it” (Hersh, 2023). Para além disso, em janeiro

de 2023, durante uma audiência na Comissão das Relações Exteriores do Senado dos EUA, a Subsecretária de Estado, Victoria Nuland, também referiu: “Like you, I am, and I think the Administration is, very gratified to know that *Nord Stream 2* is now, as you like to say, a hunk of metal at the bottom of the sea” (Hersh, 2023).

Apesar de ainda não existirem resultados oficiais da investigação sobre os ataques ao NS1 e NS2³⁵, Seymour Hersh – um jornalista premiado com o prémio *Pulitzer* – publicou um artigo em fevereiro de 2023, no qual acusa os EUA e a Noruega de estarem envolvidos neste ato terrorista. Hersh refere que esta operação foi organizada pelo DOS e conduzida por um grupo de mergulhadores profissionais do Centro de Mergulho e Salvamento da Marinha dos EUA, que colocou explosivos C4 a 79 metros de profundidade nas pipelines durante o exercício militar da NATO – o *BALTOPS22*. Estes explosivos viriam a ser acionados três meses depois por uma boia sonar, lançada por um avião de vigilância da Marinha Norueguesa (Hersh, 2023).

Devido à agressão militar da Federação Russa contra a Ucrânia, a Comunidade Euro-Atlântica impôs sanções económicas sem precedentes contra a Federação Russa: sanções individuais a 1386 indivíduos e 171 entidades; mais de 300 biliões de dólares (de 643 biliões de dólares) em divisas estrangeiras do banco central russo foram congeladas; interdição de bancos russos (Otkritie Bank, Novikombank, Promsvyazbank, Rossiya Bank, Sovcombank, Vnesheconombank e VTB Bank) e bielorrussos para aceder ao SWIFT – um serviço de mensagens que facilita o intercâmbio de informações entre bancos; proibição da exportação de tecnologias de ponta (e.g., computadores quânticos, semicondutores avançados) da UE para a Federação Russa; limite máximo do preço do petróleo bruto russo para 60 dólares por barril; e suspensão das atividades e licenças de radiodifusão dos meios de comunicação russos (e.g., *Sputnik*, *RT*, *Rossiya RTR*, *Rossiya 24*) (Conselho da União Europeia, 2023a).

Mesmo com a pressão dos sucessivos pacotes de sanções económicas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reportou que a economia russa teve uma contração de apenas 2.1% no seu PIB de 2022. No entanto as previsões do FMI também projetam um crescimento

³⁵ O NS1 é um sistema que compreende duas linhas subaquáticas de 1.224 km de distância, que se estendem desde Vyborg, (Federação Russa) até Lubmin (Alemanha) através do Mar Báltico, com uma capacidade de transporte de 55 bmc de gás natural por ano. Este sistema pertence ao consórcio Nord Stream AG – uma empresa sediada na Suíça –, que é controlada maioritariamente pela empresa russa de gás, a Gazprom (51% do seu capital social), e por outras empresas como a Wintershall Dea (15,5%), PEG Infrastruktur AG (PEGI/E.ON) (15,5%), Gasunie (9%) e ENGIE (9%) (Nord Stream, 2016, pp. 1-2). O NS2 – apesar de nunca ter entrado em funcionamento – é um sistema que compreende duas linhas subaquáticas de 1.234 km de distância que seguem a mesma rota do NS1, com uma capacidade de transporte de 55 bmc/ano. Este projeto de 9.5 biliões de euros tem como único acionista a Gazprom que se comprometeu com o financiamento de 50% dos custos do projeto (Wettengel, 2023).

da economia russa de 0.3% em 2023 e de 2.1% em 2024 (FMI, 2023a). Além do mais, apesar da imposição destas sanções económicas, o nível de popularidade do Presidente Putin tem vindo a aumentar paulatinamente: de 71% em fevereiro de 2022 para 83% em fevereiro de 2023 (Statista Research Department, 2023).

Segundo o Secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, os EUA “want to see Russia weakened to the degree that it can’t do the kinds of things that it has done in invading Ukraine” (Ryan & Timsit, 2022). Por esse motivo, desde o início da invasão russa, o Congresso dos EUA já aprovou mais de 113.1 biliões de dólares em assistência económica e militar para a Ucrânia. Dos 113.1 biliões de dólares, 67.1 biliões foram alocados para necessidades de defesa, e 46 biliões para necessidades não relacionadas com a defesa (Committee for a Responsible Federal Budget, 2023). O relatório do Bureau of the Political-Military Affairs do DOS de 24 de fevereiro de 2023, indicou que os EUA já enviaram – para além de milhões de munições de artilharia de vários tipos de calibres – grandes quantidades de equipamentos militares para a defesa da Ucrânia: 1.600 sistemas de mísseis antiaéreos Stinger; 8.500 sistemas de mísseis antitanque Javelin; 700 drones Switchblade; 160 obuses (Howitzer) de 155mm e 72 obuses de 105mm; 304 veículos táticos; 38 sistemas HIMARS; 8 *National Advanced Surface-to-Air Missile System* (NASAMS); 30 sistemas de morteiros de 120mm; 1 Bateria Patriot; 12 sistemas de defesa aérea Avenger; 20 helicópteros MI-17; 45 tanques T-72B; 31 tanques M1 Abrams; 109 veículos Bradley; 1700 veículos Humvee; 44 camiões e 88 reboques; 90 veículos Stryker; 300 veículos M113; 250 veículos M1117; 15 drones Scan Eagle; 108 radares; 58 barcos de patrulha costeira; 350 geradores; serviços SATCOM e 4 antenas de comunicações via satélite (Bureau of Political-Military Affairs, 2023). Importa também referir que entre 28 de fevereiro de 2022 e 2 de fevereiro de 2023, a contribuição total da UE para as FAU ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) foi de 4.6 biliões de euros (Conselho da União Europeia, 2023b). Inclusive, através do MEAP, a UE espera vir a treinar 30.000 militares das FAU na Polónia e na Alemanha até ao final do ano de 2023 (EU NEIGHBOURS EAST, 2023).

Devido à grande quantidade de *hardware* militar enviado para a defesa da Ucrânia e ao treino fornecido pelo Ocidente às FAU, o Ministro das Relações Exteriores da Federação Russa, Sergey Lavrov, afirmou: “United States has created a coalition of nearly all European member states of NATO and the EU and is using Ukraine to wage a proxy³⁶ war against Russia

³⁶ Uma guerra por procuração (ou *proxy*) pode ser definida como o “envolvimento indireto em um conflito por terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico”. Neste tipo de guerra existe uma “relação entre um patrocinador, que é um ator estatal ou não estatal externo à dinâmica de um conflito existente, e seus representantes escolhidos que são o canal para armas, treinamento e financiamento do patrocinador” (Mumford, 2013, p. 11).

with the old aim of finally solving the “Russian question” (Lavrov, 2023). Já o Secretário do CSFR, Nikolai Patrushev (2022a) referiu que o Ocidente utiliza a Ucrânia “as a testing ground for the disposal of obsolete weapons. By fueling hostilities, the United States pumps money into its military-industrial complex, again, as in the wars of the 20th century”.

A guerra na Ucrânia também reforça a ideia de que um conflito prolongado poderá materializar-se numa guerra industrial. As guerras industriais dependem de uma indústria de defesa que seja capaz de fabricar munições, armas e vários tipos de equipamentos em número suficiente, para substituir as reservas de *hardware* militar esgotadas (CSIS, 2023). Ora, durante o Fórum Económico Internacional de São Petersburgo de 2023, o Presidente Putin destacou que a Rússia “increased military production by 2.7 times during the last year. Our production of the most critical weapons has gone up ten times and keeps increasing”. Neste fórum, o presidente russo também anunciou o envio de armas nucleares táticas para a Bielorrússia: “The first nuclear warheads have been delivered to Belarus, but only the first batch” (Putin, 2023a).

Para além da mobilização dos reservistas russos e do aumento dos quadros nas FAFR, o Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, comunicou em outubro de 2023 que “since the beginning of the year, over 335,000 people have signed up for military service under contract and in volunteer units” (Shoigu, 2023b). Por outro lado, também não se pode ignorar que desde que o Presidente Zelensky decretou a Lei Marcial na Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, já ocorreram sete rondas de mobilização geral, que preveem o recrutamento para o serviço militar de todos os cidadãos ucranianos dos 18 aos 60 anos, desde que estejam aptos para cumprir o serviço militar (FOCUS.UA, 2023).

O ataque com drones contra o Palácio do Kremlin a 3 de maio de 2023 – caso tenha sido da autoria do SBU – reforça a ideia de que a Ucrânia também consegue conduzir operações encobertas e em profundidade no território russo. Neste sentido, o jornal *The New York Times* indicou que os serviços de inteligência norte-americanos não sabem quem realizou ao certo o ataque contra o Kremlin, “mas sugerem que ele fez parte de uma série de operações secretas orquestradas pelos serviços de segurança da Ucrânia” (Barnes et al., 2023). Por outro lado, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou: “We are well aware that decisions on such actions and such terrorist attacks are not made in Kyiv, but in Washington. And Kyiv is already executing what it is told to do” (Regan & Kesaieva, 2023).

No início de junho de 2023, as forças ucranianas iniciaram a tão antecipada contraofensiva. A fase inicial desta contraofensiva envolveu pelo menos três eixos de ataque:

Orikhivm, Velika Novosilka e Backmut (Zafra & McClure, 2023). No entanto, no dia 23 de junho, a CNN publicou uma peça jornalística, na qual um “funcionário ocidental” referiu que a contraofensiva ucraniana “não está a corresponder às expetativas em nenhuma frente”, uma vez que as forças ucranianas estão “vulneráveis” aos campos minados e às forças russas “competentes” que estão nas linhas de defesa (Sciutto, 2023).

No dia 24 de junho de 2023, a Federação Russa foi o palco de um motim militar realizado pelos líderes do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin e Dmitry Utkin. Na noite anterior, Yevgeny Prigozhin publicou uma série de mensagens áudio na sua conta do Telegram, acusando o exército russo de atacar as bases do Grupo Wagner situadas na retaguarda das linhas defensivas: “Today they carried out a rocket strike on our rear camps, and a huge number of our comrades got killed”. Numa das suas mensagens, Prigozhin também referiu que “this is not a military coup, but a march of justice” (Associated Press, 2023).

Este motim militar poderá ter sido motivado pelas rivalidades pessoais já existentes entre Prigozhin, de um lado, e Sergey Shoigu e Vitaly Gerasimov, do outro, que se intensificaram quando foi anunciado pelo Ministro da Defesa, que os elementos do Grupo Wagner teriam de assinar contratos com o Ministério da Defesa até ao dia 1 de julho. Às 07:h30 do dia 24 de junho, Prigozhin publicou outro vídeo que anunciou que as forças do Grupo Wagner tinham tomado controlo de Rostov-on-Don – uma cidade situada a mais de 1.000 km de distância de Moscovo, onde se localiza um importante centro logístico para as operações militares russas na Ucrânia. Além do mais, parte das forças do Grupo Wagner começaram a mover-se na direção de Moscovo (Associated Press, 2023).

Face a este motim militar, o Presidente Putin realizou um discurso dirigido à nação, no qual afirmou: “This is a knife in the back of our country and our people [...]. What we are facing is essentially a betrayal. Inflated ambitions and personal interests have led to treason” (Putin, 2023b). Apesar dos combatentes do Grupo Wagner estarem envolvidos no motim, o presidente da Federação Russa referiu-se aos elementos do grupo como os “heroes who liberated Soledar and Artyomovsk (Bakmut), towns and villages in Donbass, fought and gave their lives for Novorossiia and the unity of the Russian world” (Putin, 2023b). Imediatamente, a Guarda Nacional da Rússia (*Rosgvardia*) foi mobilizada para Moscovo, e foi anunciado o lançamento de uma “operação antiterrorista” na capital. Cerca de 3.000 combatentes das forças especiais tchetchenas Akhmat também se dirigiram para Rostov-on-Don (Pavlova, 2023). Na noite de 24 de junho, após negociações mediadas pelo Presidente da Bielorrússia, Aleksandr Lukashenko, o líder do Grupo Wagner acabou por sair de Rostov-on-Don, e ordenou às suas

forças que chegaram à região de Voronezh – cerca de 5.000 combatentes – que se deslocassem para as suas bases (Sauer, 2023). Como parte do processo de negociação, Dmitry Peskov afirmou: “As for the rest of the fighters [those who took part in the mutiny], nobody will persecute them given their achievements on the frontline” (TASS, 2023).

No dia 26 de junho de 2023, o Presidente Putin volta a dirigir-se aos elementos do Grupo Wagner: “Today, you have the opportunity to continue your service to Russia by signing a contract with the Defence Ministry or other law enforcement or security agency or return home. Those who want to are free to go to Belarus. I will keep my promise” (Putin, 2023c). Dois dias depois, o Presidente Lukashenko confirmou que Yevgeny Prigozhin tinha chegado à Bielorrússia: “Yes, indeed, he is in Belarus today” (Krebs et al., 2023).

3.3. Síntese conclusiva

Em virtude da destituição inconstitucional de Viktor Yanukovich em fevereiro de 2014, a Ucrânia deixa de servir como uma zona-tampão entre a NATO e a Federação Russa, e passa então a ser percecionada pelo aparelho político-militar russo como uma séria ameaça à segurança nacional da Rússia. Como resultado das posições políticas dos sucessivos governos ucranianos pós-Euromaidan, a Federação Russa decidiu recorrer a todos os seus instrumentos da segurança nacional – em particular o uso da força militar – para salvaguardar os seus interesses vitais, nomeadamente aqueles que estão relacionados com as questões securitárias.

Como o conflito russo-ucraniano não se iniciou em 2022, foi possível verificar que as alegações apresentadas pelos membros do CSFR – de que os EUA e os seus aliados e parceiros cometeram “ações hostis” contra a segurança nacional russa – indiciam alguma sustentação factual, pese embora parte dessas ações seja sobretudo uma resposta à invasão russa. Em primeiro lugar, no entendimento do aparelho político-militar russo, os EUA foram os principais responsáveis pelo Euromaidan porque financiaram a oposição política ucraniana, com o objetivo de instalar um novo governo anti-russo e ultranacionalista na Ucrânia após a remoção de Yanukovich. Mediante as alegações do Kremlin, não se deve ignorar o investimento do NED – uma ONG financiada pelo Congresso dos EUA – na Ucrânia, bem como a conversa telefónica, na qual Victoria Nuland realçou que Arseniy Yatsenyuk – que viria ser a ser o Primeiro-Ministro da Ucrânia de fevereiro de 2014 a abril de 2016 – deveria fazer parte do novo governo pós-Yanukovich.

O alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia é uma das linhas vermelhas para o aparelho político-militar russo porque é percecionado como uma ameaça para a própria sobrevivência da Federação Russa. Por sua vez, os sucessivos governos ucranianos pós-Euromaidan têm manifestado o seu interesse em aderir à Aliança. Não obstante as legítimas preocupações securitárias da Federação Russa, a NATO tem continuado a alargar a sua infraestrutura militar para leste, bem como tem vindo a conduzir exercícios militares de interoperabilidade com a Ucrânia no território ucraniano. Uma vez que existem disputas territoriais entre a Federação Russa e a Ucrânia pela região da península da Crimeia, e uma guerra civil numa região ucraniana predominantemente povoada por minorias étnicas russas, e sem a obtenção de garantias de que a Ucrânia não seria admitida na NATO, a liderança política russa poderá ter considerado que não tinha outra opção senão invadir o território da Ucrânia.

É inegável que a Federação Russa violou o direito internacional quando invadiu a Ucrânia. Em virtude da beligerância russa, o Ocidente alargado impôs duros pacotes de sanções económicas contra a Federação Russa, que podem ser considerados instrumentos de guerra económica. De facto, uma crise económica pode criar as condições para uma mudança de regime. Ora, as declarações do Presidente Biden na Polónia em março de 2022 – “we’ve aimed at the heart of Russia’s economy [...] for God’s sake, this man cannot remain in power” – podem reforçar a ideia de que existe uma tentativa de remover o Presidente Putin através do colapso da economia russa. Para além disso, como os EUA aumentaram as suas exportações de GNL para a Europa – e a Federação Russa interrompeu o seu fornecimento de gás –, as declarações do Presidente Biden e de Victoria Nuland sobre o NS1 e NS2, têm vindo a gerar um debate sobre os autores da sabotagem das *pipelines* e, claramente, reforçado a perceção do CSFR de que o Ocidente pretende colapsar a economia russa.

Importa referir que desde o início da OME na Ucrânia, a Comunidade Euro-Atlântica tem fornecido assistência militar e financeira, treino militar, e os seus serviços de inteligência para a defesa da Ucrânia. Neste sentido, o CSFR considera que os EUA e os seus principais aliados estão a utilizar a Ucrânia para conduzir uma guerra *proxy*, com o objetivo de infligir uma “derrota estratégica” à Federação Russa. Ora, as declarações de Angela Merkel e de François Holland sobre os Acordos de Minsk poderão ter consubstanciado ainda mais a perceção do aparelho político-militar russo. Desta forma considera-se que foi respondida a QD2.

Capítulo IV – A securitização do conflito russo-ucraniano: as principais preocupações securitárias do Conselho de Segurança da Federação Russa

“Tectonic shifts caused by global changes in zones of influence, the rapid social and economic development of several regions of the planet, and the disruption of the global balance of power have led to the creation of a new multipolar world order” (Medvedev, 2022a).

De acordo com Buzan et al. (1998, p. 24), a segurança consiste numa prática autorreferencial, na qual uma determinada questão transforma-se num assunto securitário, não necessariamente devido à presença de uma ameaça existencial real, mas porque essa questão é apresentada como uma ameaça pelo ator securitário. Os mesmos autores também referem que o “processo de securitização é o que em teoria da linguagem é chamado de ato de fala” (Buzan et al., 1998, p. 26). Neste sentido, um assunto torna-se securitizado quando é apresentada uma ameaça existencial (real ou percebida) a um determinado objeto referente (e.g., grupo étnico), que obriga à implementação de medidas emergenciais que devem ser aceites pelas audiências-alvo (Buzan et al., 1998, pp. 24-25).

Com este capítulo, pretendeu-se dar resposta à QD3: *Quais são as principais preocupações securitárias apresentadas pelos membros do Conselho de Segurança da Federação Russa?* Para responder à QD3 foram apresentadas partes das declarações de imprensa e discursos do Presidente Vladimir Putin em vários eventos (e.g., cerimónias de anexação, encontros anuais no Valdai Club, cerimónias anuais sobre o Estado da Nação), bem como as declarações e os discursos dos membros do CSFR.

4.1. Narrativas securitárias

4.1.1. O alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia

A questão do alargamento da Aliança Atlântica à Europa de Leste tem estado no topo da agenda política russa desde o colapso da URSS. Na Cimeira de Bucareste de 2008 – que reuniu os líderes dos Estados-membros e parceiros da NATO –, o Presidente Putin afirmou que a questão da adesão da Geórgia e da Ucrânia à NATO é um assunto que “concerns not only security issues” (UNIAN, 2008). De facto, no caso da Ucrânia, o presidente da Federação Russa referiu que “one third are ethnic Russians. Out of forty-five million people, in line with

the official census, seventeen million are Russians. There are regions, where only the Russian population lives, for instance, in the Crimea. 90% are Russians” (UNIAN, 2008). O Presidente Putin referiu ainda que a “Ukraine is a very complicated state [...] if we introduce into it NATO problems, other problems, it may put the state on the verge of its existence” (UNIAN, 2008). No final desta cimeira, o Presidente Putin afirmou de forma inequívoca que o alargamento da NATO para junto das fronteiras russas é percecionado como uma “direct threat to the security” da Federação Russa (Putin, 2008).

A destituição do Presidente Yanukovych em fevereiro de 2014 e as ambições políticas do governo interino da Ucrânia ao nível da sua segurança e defesa, poderão ter contribuído para a decisão do Presidente Putin em anexar a Crimeia e Sevastopol, uma vez que o mesmo considera que um eventual alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia “would have meant that NATO’s navy would be right there in this city of Russia’s military glory, and this would create not an illusory but a perfectly real threat to the whole of southern Russia” (Putin, 2014b).

No dia 27 de setembro de 2014, na 69.^a sessão da AGNU, Sergey Lavrov (2014) referiu que “US and the EU supported the coup in Ukraine”. Nesta sessão, o chefe da diplomacia russa referiu ainda que a proposta russa para a construção de uma nova arquitetura de segurança europeia foi rejeitada, uma vez que “we were told directly that only the members of the North Atlantic Alliance could have the legally binding guarantees of security, and NATO expansion to the East continued in spite of the promises to the contrary given previously” (Lavrov, 2014).

Como já referido anteriormente, uma das principais preocupações securitárias da Rússia – que foi expressa pelo Presidente Putin no seu discurso sobre o Estado da Nação em 2018 – diz respeito à instalação do sistema *Aegis Ashore* dos EUA na Europa de Leste, uma vez que esse sistema compromete a estabilidade estratégica entre os EUA e a Rússia:

“Despite our numerous protests and pleas, the American machine has been set into motion, the conveyer belt is moving forward [...] as a result of NATO’s expansion to the east, two new missile defence areas were created in Western Europe: one has already been created in Romania, while the deployment of the system in Poland is now almost complete [...]. Let me recall that the United States is creating a global missile defence system primarily for countering strategic arms that follow ballistic trajectories. These weapons form the backbone of our nuclear deterrence forces, just as of other members of the nuclear club” (Putin, 2018).

Nesse sentido, e devido à instalação do sistema *Aegis* na Europa de Leste, o Presidente Putin anunciou que a Comissão Militar-Industrial russa desenvolveu a próxima geração de

mísseis balísticos hipersónicos – o *Kinzhal*, o *Sarmat* e o *Avangard*. Com o desenvolvimento destes novos sistemas, o presidente da Federação Russa considera que “deploying missile defences and bringing NATO infrastructure closer to the Russian border become ineffective in military terms and entail unjustified costs” (Putin, 2018).

Na sessão de encerramento do 18.º encontro anual do Clube de Discussão Valdai – um *think tank* russo –, o Presidente Putin afirmou: “One does not need to be a NATO member to have US or British military infrastructure deployed in Ukraine. I believe this process is already underway [...] and this really poses a threat to the Russian Federation” (Putin, 2021). Além do mais, o presidente da Federação Russa voltou a insistir que a instalação do sistema *Aegis Ashore* na Roménia e na Polónia é uma ameaça à segurança nacional da Federação Russa:

“They deployed ABM (anti-missile) systems in Poland and Romania, using Aegis launchers, where Tomahawks can be loaded, strike systems. This can be done easily, with the click of a button. Just change the software – and that is it, no one will even notice. Medium and short-range missiles can also be deployed there” (Putin, 2021).

Um dos motivos para a realização de uma OME na Ucrânia deveu-se ao facto de a Federação Russa não ter obtido garantias de segurança em relação ao estatuto de neutralidade para a Ucrânia – i.e., que a Ucrânia não seja utilizada como uma potencial plataforma de ataque contra a Rússia. Na reunião com os membros permanentes do CSFR realizada no dia 21 de fevereiro de 2022 – três dias antes do início da OME –, o Presidente Putin realçou que a adesão da Ucrânia à NATO é uma ameaça à segurança nacional da Federação Russa: “[...] the threat against our country will increase because of Article 5 of the North Atlantic Treaty that clearly states that all countries in the alliance must fight on the side of their co-member in the event of an aggression against it”. Inclusive, o presidente russo também afirmou: “[...] since nobody recognises the will expressed by the people of Crimea and Sevastopol, and Ukraine continues to insist that it is Ukrainian territory, there is a real threat that they will try to take back the territory they believe is theirs using military force” (Putin, 2022c). Por sua vez, Dmitry Medvedev referiu que a “NATO and the United States’ attempts to definitively redraw the map of the world in their favour, advance to our borders and practically put us in a hopeless situation” (Medvedev, 2022b). Por sua vez, Nikolai Patrushev (2022b) referiu que nos documentos de planeamento estratégico norte-americano, os EUA “calls Russia an enemy, just like China, and practically everywhere they are operating from this standpoint”.

No dia 21 de fevereiro de 2022, o Presidente Putin realizou outro discurso, mas desta vez dirigido à nação russa. Nesta ocasião, o presidente da Federação Russa referiu que “one

glance at the map is enough to see to what extent Western countries have kept their promise to refrain from NATO's eastward expansion. They just cheated" (Putin, 2022d). De facto, desde a dissolução da URSS ocorreram "five waves of NATO expansion, one after another – Poland, the Czech Republic and Hungary were admitted in 1999; Bulgaria, Estonia, Latvia, Lithuania, Romania, Slovakia and Slovenia in 2004; Albania and Croatia in 2009; Montenegro in 2017; and North Macedonia in 2020" (Putin, 2022d). Além do mais, o presidente russo referiu ainda que "ukrainian troop control system has already been integrated into NATO", i.e., "this means that NATO headquarters can issue direct commands to the Ukrainian armed forces [...] their regular joint exercises are obviously anti-Russian. Last year alone, over 23.000 troops and more than a thousand units of hardware were involved" (Putin, 2022d).

Para o Presidente da Federação Russa, a "Ukraine's accession to NATO and the subsequent deployment of NATO facilities has already been decided and is only a matter of time" (Putin, 2022d). No entendimento do Presidente Putin, como os documentos de planeamento estratégico dos EUA "confirm the possibility of a so-called preemptive strike at enemy missile systems" e como a NATO "declare our country to be the main threat to Euro-Atlantic security", a Ucrânia irá servir como uma "advanced bridgehead for such a strike" (Putin, 2022d). Ademais, o Presidente Putin também afirmou: "Finally, after the US destroyed the INF Treaty, the Pentagon has been openly developing many land-based attack weapons, including ballistic missiles that are capable of hitting targets at a distance of up to 5,500 km" (Putin, 2022d). Neste sentido, a instalação desses sistemas na Ucrânia poderia rapidamente atingir a capital russa: "The flying time of Tomahawk cruise missiles to Moscow will be less than 35 minutes; ballistic missiles from Kharkov will take seven to eight minutes; and hypersonic assault weapons, four to five minutes. It is like a knife to the throat" (Putin, 2022d).

No dia 24 de fevereiro de 2022 – o dia do início da OME na Ucrânia –, o Presidente Putin voltou a insistir que a estratégia de contenção dos EUA e dos seus aliados e parceiros, através do alargamento da Aliança Atlântica para junto das fronteiras russas, "is a matter of life and death, a matter of our historical future as a nation [...]. It is not only a very real threat to our interests but to the very existence of our state and to its sovereignty" (Putin, 2022a).

Desde o início da OME na Ucrânia surgiram alegações vindas do aparelho político-militar russo sobre a existência de laboratórios biológicos no território ucraniano que foram financiados pelo DOD. Face a estas alegações, durante uma audiência na Comissão das Relações Exteriores do Senado dos EUA no dia 8 de março de 2022, a Subsecretária de Estado Victoria Nuland admitiu: "The Ukraine has biological research facilities which, in fact, we are

now quite concerned Russian troops, Russian forces, may be seeking to gain control of” (Qiu, 2022). Três dias depois, o Embaixador russo na ONU, Vassily Nebenzia, realçou que o Ministério da Defesa da Federação Russa tinha na sua posse documentos que “confirm that Ukraine developed a network of at least 30 biological laboratories that host extremely dangerous biological experiments, aimed at enhancing the pathogen properties of plague, anthrax, tularemia, cholera, and other lethal diseases with the help of synthetic biology”. O embaixador russo também referiu que esta investigação foi “funded and directly supervised by the Defense Threat Reduction Agency (DTRA) of the United States” (Nebenzia, 2022). A alegada existência deste tipo de laboratórios volta a ser discutida durante um encontro entre os ministros da defesa da OCX em agosto de 2022, no qual Sergei Shoigu afirmou: “The documents we disclosed confirm that the Pentagon financed more than 30 Ukrainian bio-laboratories. The high-risk research was carried out secretly, with the participation and guidance of US specialists [...]. Such actions pose a direct threat to SCO countries” (Shoigu, 2022a). A 2 de novembro de 2022, o CSNU informou que não iria investigar este caso, uma vez que as alegações da Federação Russa “não têm evidência” (CSNU, 2022).

Em dezembro de 2022, Dmitry Medvedev realçou que a Federação Russa foi forçada a lançar uma OME na Ucrânia: “It was not only about the protection of the fraternal republics of Donbass, but also about the security and sovereignty of Russia itself. Let's put it bluntly - about her survival” (Center for Strategic Assessments and Forecasts, 2022). No entendimento de Dmitry Medvedev, “it was impossible to delay any further. This became obvious already at the end of 2021, when the North Atlantic Alliance refused to give guarantees that Ukraine would not join NATO” (Center for Strategic Assessments and Forecasts, 2022). Em relação à assistência militar que o Ocidente coletivo tem providenciado à Ucrânia, Dmitry Medvedev referiu na sua conta de Telegram que “the defeat of a nuclear power in a conventional war may trigger a nuclear war [...]. Nuclear powers have never lost major conflicts on which their fate depends” (Faulconbridge & Light, 2023).

No seu discurso sobre o Estado da Nação a 21 fevereiro de 2023, o Presidente Putin referiu que os EUA pretendem infringir “a strategic defeat on Russia”, bem como também acusou os EUA e a NATO de “deployed their army bases and secret biological laboratories near Russian borders” (Putin, 2023d). Dois dias depois, no feriado do Dia do Defensor da Pátria, o líder russo referiu que a Rússia irá focar-se no fortalecimento da sua tríade nuclear:

“[...] we will put our focus on strengthening the nuclear triad. This year, the first Sarmat missile system launchers with the new heavy missile will be put on combat duty. We will continue full production

of the Kinzhal air-launched hypersonic systems and begin mass deployment of Tsirkon sea-launched hypersonic missiles [...]. With the Borei-A nuclear-powered submarine Emperor Alexander III becoming operational in the Navy, the share of modern weapons and equipment in the naval strategic nuclear forces will reach 100 percent” (Putin, 2023e).

Face à possibilidade da integração da Finlândia e da Suécia na Aliança Atlântica, o Presidente Putin referiu, em junho de 2022, que “we do not have such problems with Sweden and Finland as we have, regrettably, with Ukraine. We do not have territorial issues or disputes with them [...]. If Sweden and Finland want to join NATO, let them do it” (Putin, 2022e). No entanto, o Presidente Putin também alertou a Finlândia para a instalação da infraestrutura military da NATO no seu território: “[...] if military contingents and infrastructure are deployed in their territory now, we will have to take mirror-like actions and create the same threats for them that are created for us” (Putin, 2022e). Por sua vez, Nikolai Patrushev também já tinha referido que “in the event of the expansion of the military infrastructure of the alliance on the territory of Finland and Sweden, Russia will perceive this as a direct threat to its own security and will be obliged to respond” (Patrushev, 2022a).

4.1.2. A proteção das minorias étnicas russas que residem na Ucrânia

A narrativa securitária sobre a proteção dos cidadãos russos que vivem no exterior está consubstanciada no facto de que, após a dissolução da URSS, milhões de pessoas de etnia russa continuaram a viver nas ex-repúblicas soviéticas. Como tal, esta situação promoveu o conceito de “Mundo Russo”, ou seja, uma comunidade que compartilha os mesmos valores culturais, mas que se encontra separada por fronteiras geográficas. Assim, no entendimento do Presidente Putin e do CSFR, a proteção da diáspora russa justifica as práticas intervencionistas da Federação Russa – em particular nos países do espaço pós-soviético.

Nesse sentido, durante a cerimónia da anexação da Crimeia e de Sevastopol, o Presidente Putin referiu que no seguimento da dissolução da URSS, “millions of people went to bed in one country and awoke in different ones, overnight becoming ethnic minorities in former Union republics, while the Russian nation became one of the biggest, if not the biggest ethnic group in the world to be divided by borders” (Putin, 2014b). Nesta cerimónia, o presidente da Federação Russa também realçou que as novas autoridades em Kiev apresentaram um projeto-lei para revogar a Lei Kivalov-Kolesnichenko de 2012, que era uma “direct infringement on the rights of ethnic minorities” (Putin, 2014b). No entanto, esse projeto de lei não foi inicialmente aprovado porque segundo Putin (2014b), as “Kiev authorities were

immediately ‘disciplined’ by the foreign sponsors [...] we can all clearly see the intentions of these ideological heirs of Bandera, Hitler’s accomplice during World War II”.

De acordo com o Presidente Putin, o “golpe de Estado” na Ucrânia em 2014 foi executado pelas organizações de extrema-direita ucranianas: “They resorted to terror, murder and riots. Nationalists, neo-Nazis, Russophobes and anti-Semites executed this coup” (Putin, 2014b). Por conseguinte, como a população ucraniana de etnia russa – que se encontra predominantemente concentrada na Crimeia e na região do Donbass – opôs-se à destituição de Viktor Yanukovich, imediatamente a mesma foi ameaçada pela nova força política em Kiev:

“Those who opposed the coup were immediately threatened with repression. Naturally, the first in line here was Crimea, the Russian-speaking Crimea. In view of this, the residents of Crimea and Sevastopol turned to Russia for help in defending their rights and lives in preventing the events that were unfolding and are still underway in Kiev, Donetsk, Kharkov and other Ukrainian cities [...] we could not abandon Crimea and its residents in distress” (Putin, 2014b).

Tal como já referido anteriormente, o Donbass tornou-se o local de uma insurgência armada imediatamente após o Euromaidan. Pese embora os Acordos de Minsk não terem sido implementados, durante a sua intervenção no encontro anual do Clube de Discussão Valdai em 2015, o Presidente Putin voltou a insistir que só através da implementação destes acordos é que seria possível o cessar-fogo no conflito no Donbass: “I believe that there is no other way if we want to achieve lasting peace in the southeast of Ukraine and restore the country’s territorial integrity, there is no other way but to comply with the Minsk Agreements” (Putin, 2015).

Na Conferência de Segurança de Munique, a 19 de fevereiro de 2022, o Presidente Zelensky avisou que a manutenção dos compromissos do Memorando de Budapeste de 1994 poderia estar comprometida: “Ukraine has received security guarantees for abandoning the world's third nuclear capability. We don't have that weapon. We also have no security [...]. Ukraine will have every right to believe that the Budapest Memorandum is not working and all the package decisions of 1994 are in doubt” (Zelensky, 2022). Dois dias depois das declarações do Presidente Zelensky, o seu homólogo russo convocou os membros do CSFR para uma reunião no Kremlin, que teve como principal objetivo reconhecer a soberania das autoproclamadas RPD e RPL. Para justificar o reconhecimento destas “repúblicas”, a Presidente do Conselho da Federação da Rússia, Valentina Matviyenko, referiu que durante sete anos uma “humanitarian catastrophe has been unfolding before our eyes in the centre of Europe. All these years we witnessed genocide, blockade, non-payment of pensions and benefits, and shelling [...] the residents of Donetsk and Lugansk have become hostages

to this anti-Russian project” (Matviyenko, 2022). Já o representante plenipotenciário do presidente da Federação Russa para o Distrito Federal Central, Igor Shchegolev, referiu que os “Ukrainian Nazis [...] directly threaten to destroy them and subject them to vetting and physical execution” (Shchegolev, 2022).

No mesmo dia, e imediatamente após a reunião com o CSFR, o presidente da Federação Russa realizou um discurso dirigido à nação, no qual acusou o Ocidente coletivo de ingerência na Ucrânia, como também de encobrimento do genocídio contra a população de etnia russa da região do Donbass:

“Meanwhile, the so-called civilised world, which our Western colleagues proclaimed themselves the only representatives of, prefers not to see this, as if this horror and genocide, which almost 4 million people are facing, do not exist. But they do exist and only because these people did not agree with the West-supported coup in Ukraine in 2014 and opposed the transition towards the Neanderthal and aggressive nationalism and neo-Nazism which have been elevated in Ukraine [...]” (Putin, 2022d).

Neste discurso dirigido à nação, o Presidente Putin também afirmou que a Ucrânia foi uma criação dos Bolcheviques, e o resultado de erros políticos de alguns líderes soviéticos:

“I would like to emphasise again that Ukraine is not just a neighbouring country for us. It is an inalienable part of our own history, culture and spiritual space [...] Ukraine actually never had stable traditions of real statehood [...] modern Ukraine was entirely created by Russia or, to be more precise, by Bolshevik, Communist Russia [...]. This process started practically right after the 1917 revolution, and Lenin and his associates did it in a way that was extremely harsh on Russia – by separating, severing what is historically Russian land [...]. Stalin incorporated in the USSR and transferred to Ukraine some lands that previously belonged to Poland, Romania and Hungary [...] and in 1954, Khrushchev took Crimea away from Russia for some reason and also gave it to Ukraine” (Putin, 2022d).

Importa referir que o Presidente Putin também expressou a sua preocupação sobre as declarações do Presidente Zelensky na Conferência de Segurança de Munique em 2022:

“Ukraine intends to create its own nuclear weapons, and this is not just bragging. Ukraine has the nuclear technologies created back in the Soviet times and delivery vehicles for such weapons, including aircraft, as well as the Soviet-designed Tochka-U precision tactical missiles with a range of over 100 kilometers [...] acquiring tactical nuclear weapons will be much easier for Ukraine than for some other states I am not going to mention here, which are conducting such research, especially if Kiev receives foreign technological support” (Putin, 2022d).

No dia 24 de fevereiro de 2022, o Presidente Putin anunciou que decidiu lançar uma OME na Ucrânia, no sentido de proteger as minorias étnicas russas que vivem na Ucrânia: “The purpose of this operation is to protect people who, for eight years now, have been facing humiliation and genocide perpetrated by the Kiev regime. To this end, we will seek to

demilitarise and denazify Ukraine [...]” (Putin, 2022a). Para a consecução destes objetivos estratégicos, Patrushev (2022a) referiu que “we are not chasing deadlines. Nazism must either be 100% eradicated, or it will rear its head in a few years, and in an even uglier form”.

No desfile militar na Praça Vermelha, que celebrou o 77.º aniversário da vitória na Grande Guerra Patriótica (1941-1945), o Presidente Putin voltou a insistir que as FAFR “are fighting for our people in Donbass, for the security of our Motherland, for Russia” (Putin, 2022f). Além do mais, para justificar o lançamento da OME, o presidente russo também indicou que estava em curso uma operação militar das FAU, com o objetivo de reconquistar a Crimeia e o Donbass: “Another punitive operation in Donbass, an invasion of our historic lands, including Crimea, was openly in the making” (Putin, 2022f).

Em outubro de 2022, Dmitry Medvedev publicou uma mensagem na sua conta no Telegram que apelou à mudança de regime em Kiev, uma vez que a atual configuração do governo ucraniano constitui uma “ameaça direta e clara” para a população de etnia russa no Donbass e para a segurança nacional da Federação Russa:

“The Ukrainian state in its current configuration, with its Nazi political regime, will pose a constant, direct and clear threat to Russia. Therefore, in addition to providing protection for our people and defending the country's borders, the goal of our future actions, in my opinion, should be the complete dismantling of Ukraine's political regime” (TASS, 2022).

Numa entrevista sobre o filme *Nazism on Trial*, em novembro de 2022, Sergey Lavrov referiu que imediatamente após a Revolução Euromaidan, “the Kiev regime's neo-Nazi nature was clear from the start and has not changed a bit”. Para reforçar o seu argumento, o chefe da diplomacia russa também afirmou: “One of the coup leaders and head of the Right Dmitry Yarosh said that Russians will never think like Ukrainians, will not speak Ukrainian and will not honour Ukrainian heroes, so the Russians must be pushed out of Crimea” (Lavrov, 2022a).

Em janeiro de 2023, Sergey Lavrov voltou a insistir que desde a Revolução Euromaidan, o governo ucraniano “immediately declared its anti-Russia goals and its commitment to the Nazi theory and practices by bombing Donetsk and Lugansk” (Lavrov, 2023). Ou seja, imediatamente após a destituição de Yanukovich, as novas autoridades em Kiev manifestaram as suas intenções mediante violentas ações contra a população russófona:

“The putschists who came to power said they would expel Russians from Crimea. When Crimea and eastern Ukraine refused to obey the people who came to power illegally after staging a bloody coup, the coup organisers declared war on them [...]. They burned 48 people alive in Odessa's Trade Union House. There is video evidence out there for everyone to see” (Lavrov, 2023).

O chefe da diplomacia russa, Sergey Lavrov, também realçou que os líderes dos países que estiveram envolvidos nos Acordos de Minsk (exceto o Presidente Putin) nunca tiveram interesse no cumprimento destes acordos: “Germany, France and Poroshenko, who signed these agreements, have recently said that they did it to gain time for more weapons to be sent to Ukraine and for it to be better prepared for the next stage in the war” (Lavrov, 2023).

No dia 21 de fevereiro de 2023, o Presidente Putin realizou o seu discurso anual sobre o Estado da Nação, no qual voltou a frisar que a OME teve como objetivos proteger os habitantes de etnia russa que se encontravam nos territórios históricos da *Novorossiya*, e salvaguardar a segurança nacional da Federação Russa da ameaça do “regime neonazi” ucraniano: “[...] to protect the people in our historical lands, to ensure the security of our country and to eliminate the threat coming from the neo-Nazi regime that had taken hold in Ukraine after the 2014 coup, it was decided to begin the special military operation” (Putin, 2023d).

A narrativa promovida pela liderança política russa sobre a presença de elementos neonazis no atual governo ucraniano saiu recentemente reforçada quando durante uma visita do Presidente Zelensky ao Parlamento do Canadá, a 22 de setembro de 2023, o veterano nazi que serviu na 14.^a Divisão da SS Galícia, Yaroslav Hunka, foi ovacionado de pé pela maioria dos deputados canadianos, pelo Primeiro-ministro Justin Trudeau e pelo Presidente Zelensky. Face a este acontecimento, durante a sua intervenção no encontro anual do Clube de Discussão Valdai em 2023, o Presidente Putin afirmou: “It looked absolutely disgusting that everyone applauded this Nazi, especially the president of Ukraine, who has Jewish blood in his veins” (The Times of Israel, 2023).

4.1.3. A defesa dos valores tradicionais russos

Com o declínio da hegemonia dos EUA, a Federação Russa tem uma nova oportunidade de se (re)posicionar como um dos novos centros de poder na ordem mundial policêntrica emergente. Neste sentido, a defesa dos valores tradicionais russos contra a “ideologia destrutiva” da Comunidade Euro-Atlântica liderada pelos EUA, constitui uma nova prioridade estratégica da Federação Russa, atendendo a que esses valores estão intrinsecamente relacionados com a identidade da nação russa – incluindo a sua cultura, história, língua e religião. Ou seja, para o Kremlin, o Ocidente coletivo pretende implementar um conjunto de

valores e ideais estranhos e destrutivos (e.g., ideologia LGBT), que tem como objetivo subverter todas as sociedades do sistema internacional.

No encontro anual do Clube de Discussão Valdai em 2013, o Presidente Putin referiu que para além da força militar, da base tecnológica industrial e da economia, o que determina o sucesso de uma nação é a “intellectual, spiritual and moral strength” dos cidadãos e da sociedade (Putin, 2013). Ou seja, o sucesso depende dos níveis de identificação dos cidadãos de uma determinada nação com a sua própria história, valores e tradições (Putin, 2013). Assim, a “question of finding and strengthening national identity really is fundamental for Russia” (Putin, 2013). Neste encontro, o presidente da Federação Russa também referiu que muitos dos países do Ocidente têm vindo a rejeitar os seus valores cristãos, em prol do Satanismo:

“[...] Euro-Atlantic countries are actually rejecting their roots, including the Christian values that constitute the basis of Western civilisation. They are denying moral principles and all traditional identities: national, cultural, religious and even sexual. They are implementing policies that equate large families with same-sex partnerships, belief in God with the belief in Satan” (Putin, 2013).

De acordo com o Presidente Putin (2013), “without the values embedded in Christianity and other world religions, without the standards of morality that have taken shape over millennia, people will inevitably lose their human dignity. We consider it natural and right to defend these values”. No entanto, numa nação multiétnica é “clearly impossible to identify oneself only through one’s ethnicity or religion” (Putin, 2013). Neste sentido, para a manutenção da unidade da nação, os cidadãos devem desenvolver uma “civic identity on the basis of shared values, a patriotic consciousness, civic responsibility and solidarity, respect for the law, and a sense of responsibility for their homeland’s fate, without losing touch with their ethnic or religious roots” (Putin, 2013). Como tal, a educação assume um papel de destaque para a implementação desses valores: “[...] in order to educate an individual, a patriot, we must restore the role of great Russian culture and literature” (Putin, 2013).

Em 2014, no programa Linha Direta, o presidente da Federação Russa referiu que as decisões que toma nos momentos críticos dependem da sua experiência pessoal e dos seus valores morais: “in critical moments, one relies on his or her own personal experience and moral values [...]. As for me, you know that the decisions we take in a critical situation depend on our experience and values” (Putin, 2014a). Além do mais, o Presidente Putin também afirmou: “Russia’s values do not differ dramatically from European values. We belong to the same civilisation. We are different, and we have some features that are unique to us, but we

have the same ingrained values” (Putin, 2014a). Por esse motivo, o presidente da Federação Russa insistiu na criação de uma Eurásia aberta e/ou unida de Lisboa a Vladivostok:

“I believe that we must certainly strive to create a greater Europe from Lisbon to Vladivostok [...]. If we accomplish this task, we will be able to take our rightful place in the future world. But if we choose a different path, if we divide Europe, European values and people, if we promote separatism in the broad meaning of the word, this will make us all insignificant and mediocre players who will have no influence over their own development, let alone global development” (Putin, 2014a).

No encontro anual do Clube Internacional de Discussão Valdai em 2021, o Presidente Putin sugeriu que no atual “modern fragile world”, o desenvolvimento das sociedades depende de uma sólida base de valores morais e éticos: “In point of fact, values are a product, a unique product of cultural and historical development of any nation” (Putin, 2021). Não obstante o “mutual interlacing of nations” enriquecer os valores de uma nação – uma vez que esta interação fornece um novo ângulo sobre as próprias tradições –, o presidente da Federação Russa também afirmou: “Any attempts to force one’s values on others with an uncertain and unpredictable outcome can only further complicate a dramatic situation and usually produce the opposite reaction and an opposite from the intended result” (Putin, 2021).

No dia em que o Presidente Putin anunciou que tomou a decisão de lançar uma OME na Ucrânia” para proteger a população de etnia russa da região do Donbass e a existência da Federação Russa, o mesmo também acusou o Ocidente coletivo de tentar destruir a identidade nacional russa:

“[...] they sought to destroy our traditional values and force on us their false values that would erode us, our people from within, the attitudes they have been aggressively imposing on their countries, attitudes that are directly leading to degradation and degeneration, because they are contrary to human nature” (Putin, 2022a).

Por sua vez, o Ministro da Defesa da Federação Russa, Sergei Shoigu, também afirmou que a elite política norte-americana em Washington utiliza os valores liberais para expandir a infraestrutura militar dos EUA nas várias regiões do globo, e para impedir o desenvolvimento e soberania dos Estados: “Liberal values, whose adherence is seen by the US as agreeing to live in a world based on their rules, in fact mask the true objective - to build up a military presence by blocking the possibility of sovereign development of states” (Shoigu, 2022a).

No desfile militar, a 9 de maio de 2023, que comemorou o 77.º aniversário da vitória russa na Grande Guerra Patriótica, o Presidente Putin afirmou: “Russia has a different character. We will never give up our love for our Motherland, our faith and traditional values,

our ancestors customs and respect for all peoples and cultures” (Putin, 2022f). Nesta cerimónia oficial, o presidente da Federação Russa também realçou que o Ocidente parece estar disposto a falsificar a história sobre a Segunda Guerra Mundial para promover a russofobia: “Such moral degradation underlies the cynical falsifications of World War II history, escalating Russophobia, praising traitors, mocking their victims’ memory and crossing out the courage of those who won the Victory through suffering” (Putin, 2022f).

Entretanto, na cerimónia que formalizou a anexação unilateral de Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporizhzhia, o Presidente Putin afirmou: “The West is ready to cross every line to preserve the neo-colonial system which allows it to live off the world, to plunder it thanks to the domination of the dollar and technology” (Putin, 2022b). Do ponto de vista do presidente da Federação Russa, a preservação da hegemonia norte-americana explica “their aggression towards independent states, traditional values and authentic cultures” (Putin, 2022b). Além do mais, o Presidente Putin também referiu que as elites ocidentais estão a promover a religião satânica em todas as sociedades do sistema internacional:

“Let me repeat that the dictatorship of the Western elites targets all societies, including the citizens of Western countries themselves. This is a challenge to all. This complete renunciation of what it means to be human, the overthrow of faith and traditional values, and the suppression of freedom are coming to resemble a ‘religion in reverse’ – pure Satanism” (Putin, 2022b).

Na sessão de encerramento do 19.º encontro anual do Clube de Discussão Valdai, no dia 27 de outubro de 2022, o presidente da Federação Russa referiu que a ideologia liberal se dissociou do liberalismo clássico: “It has reached the absurd point where any alternative opinion is declared subversive propaganda and a threat to democracy” (Putin, 2022g). Inclusive, o Presidente Putin também realçou que as elites ocidentais não têm o direito de impor as suas “ideias estranhas e modernas” sobre as outras culturas:

“If the Western elites believe they can have their people and their societies embrace what I believe are strange and trendy ideas like dozens of genders or gay pride parades, so be it. Let them do as they please. But they certainly have no right to tell others to follow in their steps” (Putin, 2022g).

Nesse sentido, é importante realçar que no 5 de dezembro de 2022, foi promulgada a Lei Federal n.º 478-FZ – após ter sido aprovada pela Duma Federal por maioria absoluta (88.2%) no dia 24 de novembro de 2022 – que proíbe “materiais que promovem relações ou preferências sexuais não tradicionais, pedofilia e mudança de sexo” entre pessoas de qualquer idade (Duma Estatal, 2022; Portal oficial de informação jurídica da Internet, 2022). Deste modo, esta nova lei alargou a Lei Federal n.º 135-FZ de 29 de junho de 2013, que proibia a

“propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores” (Portal oficial de informação jurídica da Internet, 2013). Posto isto, quem divulgar este tipo de materiais na Federação Russa poderá estar sujeito a pesadas coimas (até 10 milhões de rublos) e os estrangeiros poderão ser expulsos do país. (Duma Estatal, 2022). Por exemplo, segundo o artigo 6.º(21) do Código das Contraordenações da Federação Russa, a “promoção de relações ou preferências sexuais não tradicionais” (e.g., homossexualidade) através dos meios de comunicação de massa – incluindo a internet, a televisão, a rádio, o cinema e os jornais – é punida com uma coima até 5 milhões de rublos para pessoas jurídicas (Código da Federação Russa Sobre Violações Administrativas, 2023). Para o Presidente da Duma Estatal, Vyacheslav Volodin, esta decisão “will help protect our children, the future of the country from the darkness spread by the United States and European states” (Duma Estatal, 2022).

4.2. Síntese Conclusiva

No presente capítulo pretendeu-se identificar os argumentos das principais narrativas securitárias que têm vindo a ser promovidas pelo aparelho político-militar russo para justificar a invasão da Ucrânia. A partir da análise que foi efetuada aos discursos e às declarações dos membros do CSFR verificou-se a existência de três narrativas securitárias centrais: o alargamento da infraestrutura militar da NATO à Ucrânia, a proteção das minorias étnicas russas que vivem na Ucrânia, e a defesa dos valores tradicionais russos.

O alargamento da infraestrutura militar da Aliança Atlântica à Ucrânia, é percecionado pelo aparelho político-militar russo como uma “ameaça direta” à Federação Russa, porque levaria imediatamente à ativação do artigo 5.º da Aliança devido às disputas territoriais entre a Ucrânia e a Rússia pela Península da Crimeia e pela região do Donbass. Contudo, esta “linha vermelha” também é do conhecimento de Washington, visto que o atual Diretor da CIA, Williams Burns, referiu que a adesão da Ucrânia à NATO “is the brightest of all red lines” para a liderança russa. No que concerne à infraestrutura militar da aliança transatlântica *per se*, o Presidente Putin tem manifestado que o sistema global de defesa antimísseis dos EUA – o *Aegis Ashore* – instalado na Roménia e na Polónia é uma ameaça à segurança nacional da Federação Russa. Especificamente, estes sistemas diminuem as capacidades de dissuasão e resposta das forças nucleares estratégicas russas. Para além disso, o Presidente Putin e os membros do CSFR também securitizaram os exercícios militares de interoperabilidade entre a NATO e a Ucrânia – uma vez que esses exercícios criam as condições para uma integração das capacidades de C2

entre as forças militares da NATO e as FAU – e os supostos laboratórios de armas biológicas na Ucrânia que foram financiados pelos EUA. Face aos riscos de um confronto direto entre a Federação Russa e a NATO, o CSFR considera necessário criar uma nova arquitetura de segurança europeia, consubstanciada no princípio da indivisibilidade de segurança e no respeito dos interesses nacionais dos Estados soberanos.

No que concerne à narrativa securitária sobre a proteção das minorias étnicas russas no exterior, o CSFR considera que a atual configuração do governo ucraniano – um “regime neonazi” – é uma “ameaça direta” aos cidadãos de etnia russa, e aos interesses vitais da Federação Russa. Para o CSFR, desde o Euromaidan, a principal missão do governo ucraniano é remover ou eliminar a população de etnia russa que reside no território ucraniano, bem como apagar qualquer tipo de vestígios do legado histórico-cultural da Federação Russa na Ucrânia – incluindo a língua russa e o papel da Igreja Ortodoxa Russa. O CSFR também tem vindo a realçar que os EUA financiaram as organizações nacionalistas de extrema-direita ucranianas, que foram as responsáveis pelo “golpe de Estado” em 2014. Por outro lado, importa referir que cinco dias antes do início da guerra na Ucrânia, o Presidente Zelensky questionou durante a Conferência de Segurança de Munique, a manutenção do estatuto não-nuclear do seu país porque a Federação Russa já tinha violado a integridade territorial da Ucrânia ao anexar, unilateralmente, a Crimeia e Sevastopol. Face a estas declarações e às atitudes dos governos ucranianos pós-Euromaidan em relação à população de etnia russa do Donbass e ao estatuto de neutralidade para a Ucrânia, o CSFR considerou que tinha legitimidade para invadir a Ucrânia.

No que respeita à narrativa securitária sobre a proteção dos valores tradicionais russos, o CSFR tem procurado apresentar a Federação Russa como a guardiã dos valores conservadores europeus. Neste sentido, o CSFR assume o compromisso – juntamente com o apoio da Igreja Ortodoxa Russa e do sistema de educação escolar russo – de defender os valores tradicionais russos (e.g., patriotismo, coletivismo, família, matrimónio entre o homem e a mulher), o legado histórico-cultural da Federação Russa, e o “Mundo Russo”. De facto, o aparelho político-militar russo defende que a Comunidade Euro-Atlântica liderada pelos EUA, tem conduzido uma guerra cultural e ideológica, no sentido de impor uma “ideologia destrutiva” – e.g., o movimento LGBT – em todas as sociedades do sistema internacional, para salvaguardar as suas “ambições hegemónicas”. Além do mais, no entendimento do Presidente Putin, a maioria dos países do Ocidente alargado tem vindo a rejeitar as suas raízes socioculturais consubstanciadas nos valores cristãos, e a adotar um sistema de crenças inversas a esses valores – o Satanismo. Desta forma considera-se que foi respondida a QD3.

Conclusões

A guerra na Ucrânia formaliza a rotura entre a Federação Russa e a Comunidade Euro-Atlântica, bem como também assinala a transição para uma nova ordem mundial multipolar. Independentemente de o Presidente Putin alegar que a Federação Russa não teve outra opção senão invadir o território ucraniano no dia 24 de fevereiro de 2022 – uma vez que os instrumentos diplomáticos falharam – a OME representa de facto uma violação grosseira da soberania e da integridade territorial da Ucrânia. Ainda assim, mesmo que não seja possível regressar ao *status quo ante bellum* – nomeadamente à situação que existia na Ucrânia antes da OME –, a Federação Russa e a Ucrânia terão de negociar um *modus vivendi*, para impedir que esta guerra possa escalar para um confronto mais amplo e direto entre a NATO e a Federação Russa.

Esta dissertação teve como principal objetivo responder à seguinte questão central: *De que forma a securitização do conflito russo-ucraniano realizada pelos membros do Conselho de Segurança da Federação Russa (CSFR) – na qual também está incluída a questão da adesão da Ucrânia à NATO – contribuiu para a salvaguarda da segurança nacional russa?* De forma a responder à questão de partida, recorreu-se aos principais quadros teóricos da EC, nomeadamente a teoria da securitização e a teoria dos complexos regionais de segurança. Com base nos documentos de planeamento estratégico da Federação Russa e nos discursos e declarações de imprensa dos membros do CSFR – o ator securitário –, foram identificadas como principais ameaças à segurança nacional da Federação Russa, a parceria NATO-Ucrânia, os exercícios de interoperabilidade entre a NATO e os países do espaço pós-soviético, as atividades encobertas dos serviços de inteligência estrangeiros no território russo e dos seus aliados (e.g., revoluções coloridas no espaço pós-soviético), e o atual alinhamento do governo ucraniano com o Ocidente alargado. Já os objetos referentes são o Estado russo, a população russa – incluindo a diáspora russa – e os valores tradicionais russos.

De um modo geral, foi possível verificar que o processo de securitização bem-sucedido do conflito na Ucrânia contribuiu para a proteção dos principais interesses nacionais da Federação Russa, uma vez que através da apresentação de um conjunto de ameaças (reais ou percebidas) que põem em risco a própria existência do Estado russo, o CFSR conseguiu convencer a Assembleia Federal da Federação Russa a aprovar a implementação de várias

medidas emergenciais (e.g., OME), que no entendimento do aparelho político-militar russo salvaguardam a segurança nacional do seu país.

Devido à securitização do alargamento da infraestrutura militar da NATO para leste – em particular a instalação do sistema de defesa antimísseis *Aegis Ashore* –, a Federação Russa tem vindo a fortalecer e a modernizar as suas forças nucleares estratégicas, nomeadamente a tecnologia de mísseis hipersónicos e os submarinos nucleares de mísseis balísticos, que salvaguardam a manutenção do seu estatuto de grande potência mundial, e a estabilidade geoestratégica com os EUA. Já os eventos que ocorreram imediatamente após o Euromaidan – i.e., a anexação unilateral da Crimeia e de Sebastopol pela Federação Russa, e o conflito na região do Donbass – permitiram que a Federação Russa mantivesse a sua influência na região da Ucrânia e do Mar Negro, e em simultâneo inviabilizou a possibilidade da Ucrânia aderir à NATO devido às disputas territoriais entre a Federação Russa e a Ucrânia pela Crimeia, e ao conflito armado na região do Donbass que se iniciou em abril de 2014. Além do mais, com a anexação da Crimeia – o local onde se encontra localizada a Frota do Mar Negro –, a Federação Russa também assegura a projeção do seu poder naval no Mar Mediterrâneo e no Oceano Atlântico através da ligação dos estreitos do Bósforo.

No entendimento do Presidente Putin e dos membros do CSFR, a OME na Ucrânia assegura a proteção da população de etnia russa residente na Ucrânia, e a própria existência da Federação Russa. Como a Federação Russa não obteve garantias de segurança sobre a entrada da Ucrânia na NATO, a OME também diminuiu a probabilidade de no presente momento a Ucrânia aderir à Aliança. De facto, se essa adesão ocorresse poderia levar a um confronto direto entre a NATO e a Federação Russa – o Estado com o maior arsenal nuclear mundial – através da invocação do artigo 5.º da Aliança. Acresce referir que do ponto de vista do aparelho político-militar russo, a OME assegura ainda a manutenção do estatuto-não nuclear da Ucrânia, que foi questionado pelo Presidente Zelensky na Conferência de Segurança de Munique em 2022.

Em virtude da previsão do prolongamento da OME na Ucrânia, a Federação Russa também aumentou os quadros permanentes nas suas forças armadas em 137.000 militares através do Decreto Presidencial n.º 575 de 25 de agosto de 2022. Para além disso, também foi comunicado pelo Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, que entre janeiro e outubro de 2023, cerca de 335.000 pessoas decidiram alistar-se nas FAFR em regime contratual. Por outro lado, o Presidente Putin anunciou que a produção militar da Federação Russa aumentou 2.7 vezes, e as “armas mais críticas” em 10 vezes, no ano de 2022.

Apesar da OME salvaguardar no presente momento os interesses nacionais da Federação Russa, importa referir que o aparelho político-militar russo partiu de falsas assunções de que a Ucrânia e a NATO iriam ceder imediatamente às exigências da Federação Russa – em particular às garantias do estatuto de neutralidade para a Ucrânia e à autonomia regional para a RPD e RPL –, e que a Comunidade Euro-Atlântica não iria providenciar a assistência militar e financeira como se tem verificado. Posto isto, a OME na Ucrânia também poderá ser uma espécie de “Cavalo de Tróia” para a Federação Russa.

No que concerne à proteção dos valores tradicionais russos (e.g., patriotismo, cidadania, serviço à Pátria, família, coletivismo e memória histórica) e à preservação do legado histórico-cultural da Federação Russa, a securitização da “ideologia destrutiva” ocidental que tem como objetivo subverter toda a sociedade russa – em particular os jovens cidadãos russos – possibilitou que as autoridades russas obtivessem um maior controlo sobre as ONGs estrangeiras no território russo a partir de 2015, e sobre as informações na Internet. De facto, algumas ONGs que operavam no território russo (e.g., NED, *National Democratic Institute*, *International Republican Institute*) são financiadas pelo Congresso dos EUA, e por isso, são percecionadas pela liderança política russa como uma das principais ameaças à identidade nacional russa. Neste sentido, de forma a proteger a identidade nacional russa, o Parlamento russo aprovou a “Lei da Internet Soberana” de 2019, e a Lei Federal n.º 478-FZ que proíbe a promoção da “propaganda LGBT” entre pessoas de qualquer idade no território russo.

As sanções do Ocidente alargado contra a Federação Russa – em resposta à invasão da Ucrânia – contribuíram para uma contração de 2.1% do PIB russo em 2022, porque afetaram as importações e as exportações russas. Devido à cisão com o Ocidente, a Federação Russa não teve outra opção senão voltar-se para o mercado euro-asiático, aumentando as suas exportações de matérias-primas para a Índia e para a China. Inclusive, também aumentou as suas importações de tecnologias de ponta (e.g., microchips e semicondutores) da China. Desta forma assegurou a continuidade das suas receitas com as exportações de matérias-primas, bem como o seu desenvolvimento socioeconómico. Desta forma considera-se que foi respondida a QC.

Por fim, importa realçar que este trabalho de investigação tem como principal limitação, o recurso exclusivo às informações disponíveis em fontes abertas. Por outras palavras, sem o recurso a informações classificadas torna-se difícil realizar uma análise mais minuciosa da guerra na Ucrânia. Além do mais, como este conflito é também uma guerra híbrida, onde o instrumento informacional atua como um multiplicador de força, é necessária alguma prudência e uma interpretação cuidada da informação, na análise deste conflito.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

ACNUDH (2014). *Report on the human rights situation in Ukraine 15 April 2014*. Disponível em: [https://reliefweb.int/report/ukraine/report-human-rights-situation-ukraine-15-april-2014#:~:text=GENEVA%20\(15%20April%202014\)%20%E2%80%93,rights%20report%20issued%20on%20Tuesday](https://reliefweb.int/report/ukraine/report-human-rights-situation-ukraine-15-april-2014#:~:text=GENEVA%20(15%20April%202014)%20%E2%80%93,rights%20report%20issued%20on%20Tuesday) [Acedido a 04 de fevereiro de 2023]

ACNUDH (2016). *Accountability for killings in Ukraine from January 2014 to May 2016*. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/ukraine/accountability-killings-ukraine-january-2014-may-2016> [Acedido a 03 de fevereiro de 2023]

ACNUDH (2022). *Conflict-related civilian casualties in Ukraine*. Disponível em: <https://ukraine.un.org/en/168060-conflict-related-civilian-casualties-ukraine> [Acedido a 08 de fevereiro de 2023]

ACNUDH (2023). *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights> [Acedido a 11 de julho de 2023]

AGNU (2014). *General Assembly Adopts Resolution Calling upon States Not to Recognize Changes in Status of Crimea Region*. Disponível em: <https://press.un.org/en/2014/ga11493.doc.htm> [Acedido a 30 de janeiro de 2023]

AGNU (2022). *General Assembly Overwhelmingly Adopts Resolution Demanding Russian Federation Immediately End Illegal Use of Force in Ukraine, Withdraw All Troops*. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/ga12407.doc.htm> [Acedido a 18 de fevereiro de 2023]

Biden, J. (2022). *Remarks by President Biden on the United Efforts of the Free World to Support the People of Ukraine*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/03/26/remarks-by-president-biden-on-the-united-efforts-of-the-free-world-to-support-the-people-of-ukraine/> [Acedido a 01 de março de 2023]

Código da Federação Russa Sobre Violações Administrativas (2023). *Artigo 6.21.: Promoção de relações sexuais não tradicionais e (ou) preferências, redesignação de gênero*. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/901807667> [Acedido a 27 de março de 2023]

Comissão Europeia (2014). *ENP Country Progress Report 2013 – Ukraine*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/MEMO_14_234 [Acedido a 18 de janeiro de 2023]

Comissão Europeia (2022a). *Joint Statement by President von der Leyen and President Biden*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_22_2007 [Acedido a 28 de março de 2023]

Comissão Europeia (2022b). *REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1511 [Acedido a 02 de março de 2023]

Committee for a Responsible Federal Budget (2023). *Congress Approved \$113 Billion of Aid to Ukraine in 2022*. Disponível em: <https://www.crfb.org/blogs/congress-approved-113-billion-aid-ukraine-2022> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]

Conselho da União Europeia (2014). *Press release - 3304th FOREIGN AFFAIRS Council meeting - Brussels, 17 March 2014 (PDF)*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/28722/141614.pdf> [Acedido a 06 de fevereiro de 2023]

Conselho da União Europeia (2023a). *EU sanctions against Russia explained*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/sanctions-against-russia-explained/> [Acedido a 14 de abril de 2023]

Conselho da União Europeia (2023b). *Ammunition for Ukraine: Council agrees €1 billion support under the European Peace Facility*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/ammunition-ukraine-council-agrees-%E2%82%AC1-billion-support-under-european-peace-facility_en [Acedido a 14 de abril de 2023]

- CPEFR (2000). *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/901764263> [Acedido a 28 de novembro de 2022]
- CPEFR (2016). *On approval of the Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. Disponível em: <http://kremlin.ru/acts/bank/41451/page/1> [Acedido a 28 de novembro de 2022]
- CPEFR (2023). *On the Approval of the Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/70811> [Acedido a 31 de março de 2022]
- CSCE (1975). *Helsinki Final Act*. Disponível em: <https://www.osce.org/helsinki-final-act> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]
- CSNU (1994). *Memorandum on Security Assurances in Connection with Ukraine's Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_1994_1399.pdf [Acedido a 17 de janeiro de 2023]
- CSNU (2022). *Security Council Rejects Text to Investigate Complaint Concerning Non-Compliance of Biological Weapons Convention by Ukraine, United States*. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/15095.doc.htm> [Acedido a 01 de julho de 2023]
- DMFR (2014). *Military Doctrine of The Russia Federation*. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/47334> [Acedido a 02 de dezembro de 2022]
- DNFR (2022). *On Approval of the Naval Doctrine of the Russian Federation*. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/48215/page/1> [Acedido a 10 dezembro de 2022]
- DDNR (2020). *On Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence*. Disponível em: <http://static.kremlin.ru/media/events/files/ru/IlTKhAiabLzOBjIfBSvu4q3bcl7AXd7.pdf> [Acedido a 09 de dezembro de 2022]
- DOD (2010). *Joint Publication 3-13.2: Psychological Operations*. Disponível em: <https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3-13-2.pdf> [Acedido a 23 de novembro de 2022]
- DOD (2012). *Joint Operational Access Concept (JOAC)*. Disponível em: https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf [Acedido a 23 de novembro de 2022]

- DOD (2021). *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington: U.S. Department of Defense. Disponível em: <https://irp.fas.org/doddir/dod/dictionary.pdf> [Acedido a 09 de dezembro de 2022]
- DPFVTR (2022). *Fundamentals of the State Policy on the Preservation and Strengthening of Traditional Russian Spiritual and Moral Values*. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/48502> [Acedido a 15 de março de 2022]
- DSIFR (2016). *Information Security Doctrine of the Russian Federation*. Disponível em: <http://kremlin.ru/acts/bank/41460/page/1> [Acedido a 14 de dezembro de 2022]
- Duma Estatal (2022). *Promotion of non-traditional sexual relations is prohibited*. Disponível em: <http://duma.gov.ru/news/55838/> [Acedido a 27 de março de 2023]
- ESNFR (2015). *National Security Strategy of the Russian Federation*. Disponível em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf> [Acedido a 21 de novembro de 2022]
- ESNFR (2021). *Strategy of National of the Russian Federation*. Disponível em: <http://actual.pravo.gov.ru/text.html#pnum=0001202107030001> [Acedido a 08 de novembro de 2022]
- Federação Russa (1993). *Constituição da Federação Russa*. Disponível em: <http://archive.government.ru/eng/gov/base/54.html> [Acedido a 28 de novembro de 2022]
- FMI (2023a). *Global inflation will fall in 2023 and 2024 amid subpar economic growth*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]
- Governo da Federação Russa (2023). *The government approved the list of countries and territories unfriendly to Russia*. Disponível em: <http://government.ru/news/44745/> [Acedido a 03 de abril de 2023]
- Kremlin (2014a). *Vladimir Putin submitted appeal to the Federation Council*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20353> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]
- Kremlin (2014b). *Agreement on the accession of the Republic of Crimea to the Russian Federation signed*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20604> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]

- Kremlin (2017). *Decree of the President of the Russian Federation of November 17, 2017 No. 555: On establishing the staff strength of the Armed Forces of the Russian Federation*. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/42477> [Acedido a 18 de março de 2023]
- Kremlin (2022a). *Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770> [Acedido a 18 de novembro de 2022]
- Kremlin (2022b). *Signing of documents recognising Donetsk and Lugansk People's Republics*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67829> [Acedido a 09 de fevereiro de 2023]
- Kremlin (2022c). *Decree of the President of the Russian Federation of August 25, 2022 No. 575: On establishing the staff strength of the Armed Forces of the Russian Federation*. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/48266> [Acedido a 18 de março de 2023]
- Kremlin (2023a). *Russian-Chinese talks: Vladimir Putin and President of the People's Republic of China Xi Jinping are holding talks at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/70748> [Acedido a 22 de março de 2023]
- Kremlin (2023b). *Security Council structure*. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/structure/security-council/members> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Lavrov, S. (2014). *Address by Russian Foreign Minister Sergey Lavrov to the 69th session of the UN General Assembly, New York, 27 September 2014*. Disponível em: <https://russiaeu.ru/en/news/address-russian-foreign-minister-sergey-lavrov-69th-session-un-general-assembly-new-york-27-sep> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Lavrov, S. (2022a). *Foreign Minister Sergey Lavrov's interview for the film, Nazism on Trial, Moscow, November 26, 2022*. Disponível em: https://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/1840230/ [Acedido a 10 de março de 2023]
- Lavrov, S. (2023). *Foreign Minister Sergey Lavrov's remarks and answers to media questions at the news conference on the performance of Russian diplomacy in 2022, Moscow*,

- January 18, 2023. Disponível em: https://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/1848395/ [Acedido a 11 de março de 2023]
- Leyen, U. V. D. (2022). *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary on Russia's escalation of its war of aggression against Ukraine*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_22_5964 [Acedido a 02 de março de 2023]
- Lockheed Martin (2023). *AEGIS, Shield of the Fleet*. Disponível em: <https://www.lockheedmartin.com/en-us/news/features/history/aegis.html> [Acedido a 31 de março de 2022]
- Matviyenko, V. (2022). *Security Council meeting: The President held a meeting of the Russian Federation Security Council at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67825> [Acedido a 06 de março de 2023]
- Medvedev, D. (2022a). *Plenary Session. Law in a Multipolar Word*. Disponível em: <https://www.legalforum.info/en/news/plenarnoe-zasedanie-pravo-v-mnogopoljarnom-mire/> [Acedido a 12 de abril de 2023]
- Medvedev, D. (2022b). *Security Council meeting: The President held a meeting of the Russian Federation Security Council at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67825> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa (2021a). *Agreement on Security Measures for the Russian Federation and the Member States of the North Atlantic Treaty Organization*. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/ [Acedido a 21 de abril de 2023]
- Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa (2021b). *Treaty between the Russian Federation and the United States of America on Security Guarantees*. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/ [Acedido a 21 de abril de 2023]
- Modi, N. (2022). *Meeting with Prime Minister of India Narendra Modi*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/69362> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]
- NATO (1949). *The North Atlantic Treaty: Washington D.C. - 4 April 1949*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]

- NATO (2008). *NATO decisions on open-door policy*. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/update/2008/04-april/e0403h.html> [Acedido a 27 de fevereiro de 2023]
- NATO (2023). *WHAT IS NATO?* Disponível em: <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Nebenzia, V. (2022). *Statement by Permanent Representative Vassily Nebenzia at UNSC briefing on biological laboratories in Ukraine*. Disponível em: https://russiaun.ru/en/news/110322n_u [Acedido a 01 de julho de 2023]
- Nord Stream (2016). *Nord Stream's Twin Pipelines: Part of the Long-Term Solution for Europe's Energy Security*. Disponível em: <https://www.nord-stream.com/download/document/10/?language=en> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- Official website of the President of Ukraine (2022). *DECREE OF THE PRESIDENT OF UKRAINE No. 679/2022*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/6792022-44249> [Acedido a 27 de junho de 2023]
- ONU (1945). *United Nations Charter*. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-1> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]
- OSCE (2010). *Ukraine, Presidential Election, 17 January and 7 February 2010: Final Report*. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/elections/ukraine/67844> [Acedido a 05 de fevereiro de 2023]
- Patrushev, N. (2022a). *"The truth is on our side." Nikolay Patrushev - about the timing of the special operation*. Disponível em: https://aif.ru/politics/world/pravda_na_nashey_storone_nikolay_patrushev_o_srokh_specoperacii [Acedido a 03 de março de 2023]
- Patrushev, N. (2022b). *Security Council meeting: The President held a meeting of the Russian Federation Security Council at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67825> [Acedido a 06 de março de 2023]
- Pompeo, M. R. (2019). *U.S. Withdrawal from the INF Treaty on August 2, 2019*. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/u-s-withdrawal-from-the-inf-treaty-on-august-2-2019/index.html> [Acedido a 16 de maio de 2023]

- Poroshenko, P. (2019). *Full-Fledged Membership in the EU and NATO Ultimately Guarantees Ukraine's state Independence, National Security, Freedom and Prosperity*. Disponível em: <https://gur.gov.ua/en/content/povnopravne-chlenstvo-v-ies-ta-nato-ostatochno-harantuie-derzhavnu-nezalezhnist-ukrainy-natsionalnu-bezpeku-svobodu-i-dobrobut.html> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Portal oficial de informação jurídica da Internet (2013). *Sobre a introdução de emendas ao artigo 5 da Lei Federal "Sobre a proteção das crianças contra informações prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento" e certos atos legislativos da Federação Russa para proteger as crianças de informações que promovem a negação dos valores familiares tradicionais*. Disponível em: <http://actual.pravo.gov.ru/text.html#pnun=0001201306300001>. [Acedido a 27 de março de 2023]
- Portal oficial de informação jurídica da Internet (2022). *"Sobre alterações à Lei Federal 'Sobre informações, tecnologias da informação e proteção da informação' e certos atos legislativos da Federação Russa"*. Disponível em <http://actual.pravo.gov.ru/text.html#pnun=0001202212050019> [Acedido a 27 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2007). *Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034> [Acedido a 27 de fevereiro de 2023]
- Putin, V. V. (2008). *Press Statement and Answers to Journalists' Questions Following a Meeting of the Russia-NATO Council*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24903> [Acedido a 23 de abril de 2023]
- Putin, V. V. (2013). *Meeting of the Valdai International Discussion Club: Vladimir Putin took part in the final plenary meeting of the Valdai International Discussion Club. The theme of the club's anniversary session is Russia's Diversity for the Modern World*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/19243> [Acedido a 23 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2014a). *Direct Line with Vladimir Putin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20796> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]
- Putin, V. V. (2014b). *Address by President of the Russian Federation*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]

- Putin, V. V. (2015). *Meeting of the Valdai International Discussion Club: Vladimir Putin took part in the final plenary session of the 12th annual meeting of the Valdai International Discussion Club*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/50548> [Acedido a 06 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2018). *Presidential Address to the Federal Assembly: The President of Russia delivered the Address to the Federal Assembly. The ceremony took place at the Manezh Central Exhibition Hall*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/56957> [Acedido a 24 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2021). *Valdai Discussion Club meeting: Vladimir Putin took part in a plenary session of the 18th annual meeting of the Valdai International Discussion Club*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66975> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2022a). *Address by the President of the Russian Federation*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843> [Acedido a 09 de fevereiro de 2023]
- Putin, V. V. (2022b). *Signing of treaties on accession of Donetsk and Lugansk people's republics and Zaporozhye and Kherson regions to Russia*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/69465> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- Putin, V. V. (2022c). *Security Council meeting: The President held a meeting of the Russian Federation Security Council at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67825> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2022d). *Address by the President of the Russian Federation*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2022e). *Vladimir Putin answered journalists' questions*. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/68783> [Acedido a 04 de abril de 2023]
- Putin, V. V. (2022f). *Victory Parade on Red Square*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/68366> [Acedido a 10 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2022g). *Valdai International Discussion Club meeting: The President took part in the final plenary session of the 19th meeting of the Valdai International Discussion Club*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/69695> [Acedido a 24 de março de 2023]

- Putin, V. V. (2023a). *Plenary session of the St Petersburg International Economic Forum*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71445> [Acedido a 20 de junho de 2023]
- Putin, V. V. (2023b). *Address to citizens of Russia*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71496> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Putin, V. V. (2023c). *Address to citizens of Russia*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71528> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Putin, V. V. (2023d). *Presidential Address to Federal Assembly: Vladimir Putin delivered his Address to the Federal Assembly. The ceremony took place in Gostiny Dvor, Moscow*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/70565> [Acedido a 11 de março de 2023]
- Putin, V. V. (2023e). *Congratulations on the occasion of Defender of the Fatherland Day*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/70575> [Acedido a 16 de março de 2023]
- Shchegolev, I. (2022). *Security Council meeting: The President held a meeting of the Russian Federation Security Council at the Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67825> [Acedido a 22 de junho de 2023]
- Shoigu, S. (2022a). *Russian Defence Minister Sergei Shoigu attends meeting of Shanghai Cooperation Organisation defence ministers*. Disponível em: https://eng.mil.ru/en/news_page/country/more.htm?id=12435180@egNews [Acedido a 01 de março de 2023]
- Shoigu, S. (2023a). *Russian Defence Minister General of the Army Sergei Shoigu holds special teleconference*. Disponível em: https://eng.mil.ru/en/news_page/country/more.htm?id=12451006@egNews [Acedido a 16 de março de 2023]
- Shoigu, S. (2023b). *Russian Defence Minister holds teleconference with leadership of Armed Forces*. Disponível em: https://eng.mil.ru/en/news_page/country/more.htm?id=12480792@egNews [Acedido a 10 de outubro de 2023]
- Stoltenberg, J. (2017). *Joint press: conference with NATO Secretary General Jens Stoltenberg and the President of Ukraine, Petro Poroshenko*. Disponível em:

- https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_145865.htm [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Stoltenberg, J. (2023). *Doorstep: by NATO Secretary General Jens Stoltenberg at Ramstein Air Base prior to the Ukraine Defense Contact Group meeting*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_214043.htm [Acedido a 22 de abril de 2023]
- The Cabinet of Ministers of Ukraine (2022). *Constitution of Ukraine (official translation)*. Disponível em: https://www.kmu.gov.ua/storage/app/imported_content/document/110977042/Constitution_eng.doc [Acedido a 21 de janeiro de 2023]
- UN Peacemaker (2014). *Protocol on the results of consultations of the Trilateral Contact Group (Minsk Agreement)* Disponível em: <https://peacemaker.un.org/UA-ceasefire-2014> [Acedido a 07 de fevereiro de 2023]
- Zelensky, V. (2019). *The course towards full membership in the EU and NATO remains the unwavering foreign policy priority of Ukraine - Volodymyr Zelenskyy*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/en/news/kurs-na-povnopravne-chlenstvo-u-yes-i-nato-zalishayetsya-nez-55745> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Zelensky, V. (2022). *Zelensky's full speech at Munich Security Conference*. Disponível em: <https://kyivindependent.com/national/zelenskys-full-speech-at-munich-security-conference> [Acedido a 01 de março de 2023]

Fontes Secundárias

- Al Jazeera America (2013). *EU leaders turn to Cold War scorn as Russia scuppers Ukraine deal*. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/articles/2013/11/29/ukraine-eu-deal-ditchedunderpressurefromrussia.html> [Acedido a 18 de janeiro de 2023]
- Allison, G. T., Blackwill, R. D., Simes, D. K., & Saunders, P. J. (2011). *Russia and US National Interests: Why Should Americans Care?* Washington, DC: Belfer Center for Science and International Affairs and Center for the National Interest.
- Associated Press (2023). *Russian mercenary chief says his forces are rebelling, some left Ukraine and entered city in Russia*. Disponível em: <https://apnews.com/article/ukraine->

- [war-russia-nuclear-647a545db4e4628676ff7db5b1bded34](#) [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Austin, J. L. (1990). *Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação*. (D.M. Filho Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baev, P. K. (2011). A Matrix for Post-Soviet ‘Color Revolutions’: Exorcising the Devil from the Details. *International Area Studies Review*, 14(2), pp. 3-22. <https://doi.org/10.1177/223386591101400201>
- Baker, J. (1990). *Record of conversation between Mikhail Gorbachev and James Baker in Moscow (Excerpts)*. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/16117-document-06-record-conversation-between> [Acedido a 27 de fevereiro de 2023]
- Baldwin, D. A. (1995). Security Studies and the End of the Cold War. *World politics*, 48(1), pp. 117-141. <https://doi.org/10.1353/wp.1995.0001>
- Balmforth R., & Kushch, L. (2014). *Pro-Moscow protesters seize arms, declare republic; Kiev fears invasion*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-protesters-idUSBREA360TI20140407> [Acedido a 31 de janeiro de 2023]
- Balzacq, T. (2005). The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European journal of international relations*, 11(2), pp. 171-201. <https://doi.org/10.1177/1354066105052960>
- Balzacq, T. (2011). *Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve*. Londres: Routledge.
- Bartles, C. K. (2016). Getting Gerasimov Right. *Military Review*, 96(1), pp. 30-38.
- BBC News (2013a). *Ukraine protests after Yanukovich EU deal rejection*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-25162563> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- BBC News (2013b). *Ukraine's capital Kiev gripped by huge pro-EU demonstration*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-25290959> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- BBC News (2014a). *Ukraine to seek Nato membership, says PM Yatsenyuk*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27275383> [Acedido a 01 de março de 2023]
- BBC News (2014b). *Ukraine crisis: Transcript of leaked Nuland-Pyatt call*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26079957> [Acedido a 21 de janeiro de 2023]

- BBC News (2014c). *Ukraine crisis: 'Russians' occupy Crimea airports*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26379722> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]
- BBC News (2014d). *Russian parliament approves troop deployment in Ukraine*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26400035> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]
- BBC News (2014e). *Crimea referendum: What does the ballot paper say?* Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26514797> [Acedido a 27 de janeiro de 2023]
- BBC News (2014f). *Ukraine crisis: Protesters declare Donetsk “republic”*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26919928> [Acedido a 01 de fevereiro de 2023]
- BBC News (2014g). *Ukraine says Donetsk 'anti-terror operation' under way*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26919928> [Acedido a 01 de fevereiro de 2023]
- BBC News (2014h). *How did Odessa's fire happen?* Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27275383> [Acedido a 04 de fevereiro de 2023]
- BBC News (2019). *Ukraine election: Comedian Zelensky wins presidency by landslide*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-48007487> [Acedido a 26 de junho de 2023]
- BBC News (2022). *Ukraine: What are Himars missiles and are they changing the war?* Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-6251268> [Acedido a 18 de março de 2023]
- Bellinger III, J.B. (2014). *Why the Crimean Referendum Is Illegitimate*. Disponível em: <https://www.cfr.org/interview/why-crimean-referendum-illegitimate> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]
- Bermúdez, A. (2022). *3 fatores que explicam por que Ucrânia é tão importante para Rússia*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60201700> [Acedido a 03 de junho de 2023]
- Bigo, D. (2000). *When Two Become One: Internal and External Securitisations in Europe*. In M. Kelstrup, & M. Williams (Eds.), *International Relations Theory and The Politics of*

- European Integration. Power, Security and Community* (pp. 320 - 360). New York: Routledge.
- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives*, 27(1), pp. 63-92. <https://doi.org/10.1177/03043754020270S105>
- Bigo, D. (2008). International Political Sociology. In P. D. Williams (Ed.), *Security Studies: An Introduction* (pp. 116-129). Abingdon: Routledge.
- Booth, K. (1991). Security and emancipation. *Review of International studies*, 17(4), pp. 313-326. <https://doi.org/10.1017/S0260210500112033>
- Booth, K. (2007). *Theory of World Security*. New York: Cambridge University Press.
- Boulègue, M. (2022). No. 17 | *The Arctic Component of Russia's New Maritime Doctrine*. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/no-17-arctic-component-russias-new-maritime-doctrine> [Acedido a 13 de dezembro de 2022]
- Bourbeau, P. (2011). *The Securitization of Migration: A study of movement and order*. New York: Routledge.
- Bowen, A. S. (2023). Russia's War in Ukraine: Military and Intelligence Aspects. *Congressional Research Service*, pp. 1-31.
- Boyle, B. (2021). *Confronting Russia's Continuing Geopolitical and Ideological Challenges - Preliminary Draft General Report*. Disponível em: <https://www.nato-pa.int/document/020-pc-21-e-rev-1-russia-draft-report-boyle> [Acedido a 21 de novembro de 2022]
- Braithwaite, S. (2022). Zelensky refuses US offer to evacuate, saying 'I need ammunition, not a ride'. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/02/26/europe/ukraine-zelensky-evacuation-intl/index.htm> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Branco, C. (2020). *Do fim da Guerra Fria a Trump e à Covid19: as promessas traídas da ordem liberal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Branco, C. (2022). *Guerra não evitada, escalada evitável*. Disponível em: <https://jornaleconomico.pt/noticias/guerra-nao-evitada-escalada-evitavel860599-860599/> [Acedido a 07 de novembro de 2023]

- Brandão, A. P. (2011). Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos estudos de segurança. *OBSERVARE - Universidade Autónoma de Lisboa*. <http://hdl.handle.net/11144/3278> [Acedido a 18 de outubro de 2022]
- Brichambaut, M. P. (2010). *The Indivisibility of Euro-Atlantic Security: In Speech at the 18th Partnership for Peace Research Seminar, Vienna Diplomatic Academy*. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/5/f/41452.pdf> [Acedido a 02 de dezembro de 2022]
- Brookings (2015). *10 maps that explain Ukraine's struggle for independence*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/brookings-now/2015/05/21/10-maps-that-explain-ukraines-struggle-for-independence/> [Acedido a 05 de fevereiro de 2023]
- Brzezinski, Z. (1994). The premature partnership. *Foreign affairs*, 73(2), pp. 67-82. <https://doi.org/10.2307/20045920>
- Bureau of Political-Military Affairs (2023). *U.S. Security Cooperation with Ukraine*. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-security-cooperation-with-ukraine/> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]
- Burke-White, W. W. (2014). Crimea and the international legal order. *Survival*, 56(4), pp. 65-80. <https://doi.org/10.1080/00396338.2014.941548>
- Burns, R. (2019). *US-Russia chill stirs worry about stumbling into conflict*. Disponível em: <https://apnews.com/article/moscow-north-america-ap-top-news-international-news-nuclear-weapons-b0d2b33596fc4604b2cd4384c9e2bd32> [Acedido a 10 de junho de 2023]
- Bushkovitch, P. (2014). *História Concisa da Rússia* (J.I. Neto Trad.) (1.^a ed.). São Paulo: Edipro.
- Buzan, B. (1997). Rethinking Security after the Cold War. *Cooperation and conflict*, 32(1), pp. 5-28. <https://doi.org/10.1177/0010836797032001001>
- Buzan, B., Wæver, O., & Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. New York: Cambridge University Press.

- Buzan, B. (2016). *People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Colchester: ECPR Press.
- CACNP (2021). *Fact Sheet: U.S. Nuclear Weapons in Europe*. Disponível em: <https://armscontrolcenter.org/fact-sheet-u-s-nuclear-weapons-in-europe/> [Acedido a 29 de março de 2023]
- CACNP (2022). *Fact Sheet: Russia's Nuclear Inventory*. Disponível em: <https://armscontrolcenter.org/fact-sheet-russias-nuclear-inventory/> [Acedido a 17 de março de 2023]
- Campos, F. L. S., Lobo, I. E., & de Azevedo, B. M. (2018). O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 5(2), pp.113-136.
- Cardoso, L. (1981). Defesa Nacional - Segurança Nacional. *Nação e Defesa*, n.º 17, pp. 9-24. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/3522>
- CEIC Data (2022). *Population*. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/population> [Acedido a 10 de junho de 2023]
- Center for Strategic Assessments and Forecasts (2022). "Our people, our land, our truth": Deputy Chairman of the Security Council of the Russian Federation Dmitry Medvedev - on the results of 2022, which changed the world order. Disponível em: <http://csef.ru/en/politica-i-geopolitica/326/nashi-lyudi-nasha-zemlya-nasha-pravda-zamestitel-predsedatelya-soveta-bezopasnosti-rf-dmitrij-medvedev-ob-itogah-2022-goda-kotoryj-izmenil-miroporyadok-9561> [Acedido a 03 de março de 2023]
- Charap, S., & Priebe, M. (2023). *Avoiding a Long War U.S. Policy and the Trajectory of the Russia-Ukraine Conflict*. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PEA2510-1.html> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]
- Charron, A. (2016). Whose is Crimea? Contested Sovereignty and Regional Identity. *Region*, 5(2), pp. 225–256. <http://www.jstor.org/stable/24896628>
- CIA (2022). *Country Comparisons: Real GDP (purchasing power parity)*. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/real-gdp-purchasing-power-parity/country-comparison> [Acedido a 10 de junho de 2023]

- Clausewitz, C.V. (2007). *On War* (M. Howard & P. Paret, Trans.) New York: Oxford University Press Inc.
- CNN (2014). *Soros on Russian ethnic nationalism*. Disponível em: <https://cnnpressroom.blogs.cnn.com/2014/05/25/soros-on-russian-ethnic-nationalism/> [Acedido a 14 de junho de 2023]
- Cohen, M., & Green, M. (2016). Ukraine's Volunteer Battalions. In R. A. Eno, & M. J. Rowan (Eds.), *Infantry: April-July 2016* (pp. 66-69). Fort Benning: Infantry. https://www.benning.army.mil/infantry/magazine/issues/2016/APR-JUL/pdf/A-J16_whole%20mag.pdf
- Cooper J. (2021). *Russia's updated National Security Strategy*. Disponível em: <https://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=704&lang=fr> [Acedido a 18 de novembro de 2022]
- Cronk, T. M. (2022). *Nations Undergo Rigorous Process to Join NATO*. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3052427/nations-undergo-rigorous-process-to-join-nato/> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Crowley, M., & Sanger, D.E. (2021). *U.S. and NATO Respond to Putin's Demands as Ukraine Tensions Mount*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/01/26/us/politics/russia-demands-us-ukraine.html> [Acedido a 21 de abril de 2023]
- CSIS (2020). *Band of Brothers: The Wagner Group and the Russian State*. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/post-soviet-post/band-brothers-wagner-group-and-russian-state> [Acedido a 27 de junho de 2023]
- CSIS (2021a). *Aegis Ashore*. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/defsyst/aegis-ashore/> [Acedido a 01 de junho de 2023]
- CSIS (2021b). *Avangard*. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/avangard/> [Acedido a 24 de março de 2023]
- CSIS (2022). *9M729 (SSC-8)*. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/ssc-8-novator-9m729/> [Acedido a 16 de maio de 2023]
- CSIS (2023). *The U.S. Defense Industrial Base Is Not Prepared for a Possible Conflict with China*. Disponível em: <https://features.csis.org/preparing-the-US-industrial-base-to-deter-conflict-with-China/> [Acedido a 28 de junho de 2023]

- Dewan, A. (2022). *Ukraine and Russia's militaries are David and Goliath. Here's how they compare*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/02/25/europe/russia-ukraine-military-comparison-intl/index.html> [Acedido a 18 de fevereiro de 2023]
- Dobbins, J., Cohen, R. S., Chandler, N., Frederick, B., Geist, E., DeLuca, P., Morgan, F. E., Shatz, H. J., & Williams, B. (2019). *Overextending and Unbalancing Russia: Assessing the Impact of Cost-Imposing Options*. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB10014.html [Acedido a 23 de janeiro de 2023]
- Doxsee, C. (2022). *Putin's Proxies: Examining Russia's Use of Private Military Companies*. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/putins-proxies-examining-russias-use-private-military-companies> [Acedido a 27 de junho de 2023]
- Duarte, A. P. (2019). A Humanidade Demiúrgica sob o Signo do Aniquilamento: uma Reflexão Holística sobre o Conceito de Estratégia de Segurança Energética. In L. Cunha (Ed.), *SEGURANÇA ENERGÉTICA E ECONOMIA DO GÁS* (pp. 9-48). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Duclos, M. (2021). *Russia's National Security Strategy 2021: the Era of "Information Confrontation"*. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/analysis/russias-national-security-strategy-2021-era-information-confrontation> [Acedido a 09 de dezembro de 2022]
- Dylan, H., Gioe, D. V., & Littell, J. (2022). *The Kherson Ruse: Ukraine and the Art of Military Deception*. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/the-kherson-ruse-ukraine-and-the-art-of-military-deception/> [Acedido a 21 de fevereiro de 2023]
- Dyomkin, D. (2014). *UPDATE 1-Ukraine receives first tranche of Russian bailout*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ukraine-russia-idUKL6N0K320B20131224> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- Edelbacher, M., & Norden, G. (2012). Development toward a “Security Society”: The Case of Austria. In M. Edelbacher, P. C. Kratcoski, & M. Theil (Eds.), *Financial Crimes: A Threat to Global Security* (pp. 51-68). Florida: Taylor & Francis Group.
- Eriksson, J. (1999). Observers or Advocates? On the Political Role of Security Analysts. *Cooperation and Conflict*, 34(3), pp 311-330. <https://doi.org/10.1177/00108369921961889>

- EU NEIGHBOURS EAST (2023). *EU to train more than 11,000 Ukrainian soldiers by the end of March*. Disponível em: <https://euneighbourseast.eu/news/latest-news/eu-to-train-more-than-11000-ukrainian-soldiers-by-the-end-of-march/> [Acedido a 14 de abril de 2023]
- Faulconbridge, G., & Light, F. (2023). *Putin ally warns NATO of nuclear war if Russia is defeated in Ukraine*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/putin-ally-medvedev-warns-nuclear-war-if-russia-defeated-ukraine-2023-01-19/> [Acedido a 06 de março de 2023]
- Feklyunina, V. (2016). Soft power and identity: Russia, Ukraine and the ‘Russian world (s)’. *European Journal of International Relations*, 22(4), pp. 773-796. <https://doi.org/10.1177/1354066115601200>
- Financial Times (2015). *Full text of the Minsk agreement*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/21b8f98e-b2a5-11e4-b234-00144feab7de> [Acedido a 07 de fevereiro de 2023]
- Fischer, S. (2019). *The Donbas Conflict Opposing: Interests and Narratives, Difficult Peace Process*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik - Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit. <https://doi.org/10.18449/2019RP05>
- Fisun, O. (2014). *Ukrainian Nationalism, Soccer Clubs, and the Euromaidan*. Disponível em: <https://www.ponarseurasia.org/ukrainian-nationalism-soccer-clubs-and-the-euromaidan-d78/> [Acedido a 21 de janeiro de 2023]
- FOCUS.UA (2023). *General mobilization in Ukraine: when the conscription will end*. Disponível em: <https://focus.ua/world/575042-shchelknul-vyklyuchatelem-uborshchik-v-ssha-sluchayno-unichtozhil-25-let-issledovaniy-za-odnu-noch> [Acedido a 28 de junho de 2023]
- Frayner (2023). *A year into the Ukraine war, the world's biggest democracy still won't condemn Russia*. Disponível em: <https://www.npr.org/2023/02/20/1156478956/russia-india-relations-oil-modi-putin> [Acedido a 24 de fevereiro de 2023]
- Frolov, V. (2022). *New Commander, New Goals for Russia in Ukraine*. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/politika/88301> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]

- Galeotti, M. (2015). 'Hybrid War' and 'Little Green Men': How It Works, and How It Doesn't. In A. Pikulicka-Wilczewska, & R. Sakwa (Eds.), *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives* (pp. 156-164). Bristol: E-international Relations.
- Galeotti, M. (2021). *New National Security Strategy Is a Paranoid's Charter*. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2021/07/05/new-national-security-strategy-is-a-paranoids-charter-a74424> [Acedido a 18 de novembro de 2022]
- Gaspar, C. (2013). A Grande Fome na Ucrânia (1932-1933). In B. Cieszyńska, & J. E. Franco (Eds.), *Holodomor A Desconhecida Tragédia Ucrâniana (1932-1933)* (pp. 41-46). Coimbra: CompaRes e Grácio Editor.
- Geopolítica.RU (2022). *ALAIN DE BENOIST ENTREVISTA ALEKSANDR DUGIN: "QUEM É VLADIMIR PUTIN?"* Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/pt-br/article/alain-de-benoist-entrevista-aleksandr-dugin-quem-e-vladimir-putin> [Acedido a 18 de março de 2023]
- Geopolítica.RU (2023). *ABC dos valores tradicionais: (e)spírito e (b)ondade*. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/pt-br/article/abc-dos-valores-tradicionais-espirito-e-bondade> [Acedido a 18 de março de 2023]
- Gerasimov, V. (2013). *The value of science is in the foresight: New challenges demand rethinking the forms and methods of carrying out combat operations*. Disponível em: https://vpk.name/news/85159_cennost_nauki_v_predvidenii.html [Acedido a 08 de dezembro de 2022]
- Goldgeier, J. (1999). *The U.S. Decision to Enlarge NATO: How, When, Why, and What Next?* Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-u-s-decision-to-enlarge-nato-how-when-why-and-what-next/> [Acedido a 02 de fevereiro de 2023]
- Gomez, E. (2022). *Soviet Nukes in Ukraine: A Bargaining Chip, Not a Deterrent*. Disponível em: <https://www.cato.org/blog/soviet-nukes-ukraine-bargaining-chip-not-deterrent> [Acedido a 17 de janeiro de 2023]
- Gorchinskaya, K. (2013). *With Yanukovych in charge, Ukraine leaves Vilnius empty-handed*. Disponível em: <https://www.kyivpost.com/article/opinion/op-ed/with-yanukovych-in-charge-ukraine-comes-away-empty-handed-in-vilnius-332637.html> [Acedido a 18 de janeiro de 2023]

- Guest, C. (2022). *Would Russia have invaded Ukraine if Soviet nuclear weapons had remained on Ukrainian soil?* Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/would-russia-have-invaded-ukraine-if-soviet-nuclear-weapons-had-remained-on-ukrainian-soil> [Acedido a 17 de janeiro de 2023]
- Gulevych, V. (2021). The Grand Duchy of Lithuania, the Kingdom of Poland, and the Tatar World in the Fifteenth Century. In A. V. Maiorov, & R. Hautala (Eds.), *The Routledge Handbook of the Mongols and Central- Eastern Europe* (pp. 368-388). Abingdon: Routledge.
- Haas, M. D. (2011). Russia's Military Doctrine Development (2000-10). In S. J. Blank (Ed.), *Russian Military Politics and Russia's 2010 Defense Doctrine* (pp. 1-62). US Army War College Press. <https://press.armywarcollege.edu/monographs/584> [Acedido a 18 de novembro de 2022]
- Hersh, S. (2023). *How America Took Out The Nord Stream Pipeline*. Disponível em: <https://seymourhersh.substack.com/p/how-america-took-out-the-nord-stream> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- Herz, J. H. (1950). Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, 2, n.º 2, pp. 157-180. <https://doi.org/10.2307/2009187>
- Himka, J.-P. (2006). The Basic Historical Identity Formations in Ukraine: A Typology. *Harvard Ukrainian Studies*, 28(1/4), pp. 483–500. <http://www.jstor.org/stable/41036976>
- Howell, A., & Richter-Montpetit, M. (2020). Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the Copenhagen School. *Security Dialogue*, 51(1), pp. 3-22. <https://doi.org/10.1177/0967010619862921>
- Hunczak, T. (2006). OUN-Between Collaboration and Confrontation with Nazi Germany. *Ukrainian Quarterly*, 62(2), pp.1-14.
- Huysmans, J. (1998a). Security! What do you mean? From concept to thick signifier. *European journal of international relations*, 4(2), pp. 226-255. <https://doi.org/10.1177/1354066198004002004>
- Huysmans, J. (1998b). Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe. *European journal of international relations*, 4(4), pp. 479-505. <https://doi.org/10.1177/1354066198004004004>

- Isaacs, A., Alexander F., Law J., & Martin, E. (Eds.) (2003). *A Dictionary of World History* (2^a ed.). Oxford University Press.
- John, J., & Lister, T. (2022). *A far-right battalion has a key role in Ukraine's resistance. Its neo-Nazi history has been exploited by Putin.* Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/03/29/europe/ukraine-azov-movement-far-right-intl-cmd/index.html> [Acedido a 02 de fevereiro de 2023]
- Jones, S.G. (2022). *Russia's Ill-Fated Invasion of Ukraine: Lessons in Modern Warfare.* Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russias-ill-fated-invasion-ukraine-lessons-modern-warfare> [Acedido a 18 de fevereiro de 2023]
- Jones, S. G., McCabe, R., & Palmer, A. (2023). *Ukrainian Innovation in a War of Attrition.* Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/ukrainian-innovation-war-attrition> [Acedido a 02 de março de 2023]
- Kelly, R. E. (2007). Security theory in the “new regionalism”. *International Studies Review*, 9(2), pp. 197-229. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2007.00671.x>.
- Kimball, D. (2019). *The Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty at a Glance.* Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/INFtreaty> [Acedido a 16 de maio de 2023]
- Kimball, D. (2022). *The European Phased Adaptive Approach at a Glance.* Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Phasedadaptiveapproach> [Acedido a 01 de junho de 2023]
- Kissinger, H. A, Haass, R (2022). *Meeting: A Conversation With Henry A. Kissinger.* Disponível em: <https://www.cfr.org/event/conversation-henry-kissinger> [Acedido a 02 de dezembro de 2022]
- Klein, M. (2015). *Russia's New Military Doctrine: NATO, the United States, and the Colour Revolutions.* Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/42331> [Acedido a 05 de dezembro de 2022]
- Kluth, A. (2022). *Ukraine Has Better Heroes Than This Friend of Fascism.* Disponível em: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2022-07-07/stepan-bandera-is-the-wrong-hero-in-ukraine-s-valiant-flight-against-russia?leadSource=uverify%20wall> [Acedido a 13 de janeiro de 2023]

- Konończuk, W. (2013). *Ukraine withdraws from signing the Association Agreement in Vilnius: The motives and implications*. Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2013-11-27/ukraine-withdraws-signing-association-agreement-vilnius-motives-and> [Acedido a 19 de janeiro de 2023]
- Kort, M. (2008). *A Brief History of Russia*. New York: Facts On File.
- Kramer, M (2022). *Why Did Russia Give Away Crimea Sixty Years Ago?* Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/why-did-russia-give-away-crimea-sixty-years-ago> [Acedido a 14 de janeiro de 2023]
- Krebs, K., Murphy, P. P., Bertrand, N., Hansler, J., & Regan, H. (2023). *Wagner chief Prigozhin is in Belarus following armed rebellion, Lukashenko says*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/06/28/europe/belarus-wagner-prigozhin-lukashenko-russia-intl-hnk/index.html> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Kubicek, P. (2008). *The History of Ukraine*. Westport: Greenwood Publishing Group.
- Kudelia, S. (2018). When Numbers Are Not Enough: The Strategic Use of Violence in Ukraine's 2014 Revolution. *Comparative Politics*, 50(4), pp. 501–521. <https://www.jstor.org/stable/26532701>
- Laenen, R. (2012). Russia's 'Vital and Exclusive' National Interests in the Near Abroad. In M. Freire, & R. Kanet (Eds.), *Russia and its Near Neighbours* (pp. 17-38). Palgrave Macmillan London. <https://doi.org/10.1057/9780230390164>
- Lally, K. (2014). *Yanukovich says he will not ask Russia to intervene militarily in Ukraine*. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/europe/yanukovich-says-he-will-not-ask-russia-to-intervene-militarily-in-ukraine/2014/02/28/b0381734-a082-11e3-a050-dc3322a94fa7_story.html [Acedido a 21 de janeiro de 2023]
- Lohsen, A, & Morcos, P. (2022). *Understanding the Normandy Format and Its Relation to the Current Standoff with Russia*. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/understanding-normandy-format-and-its-relation-current-standoff-russia> [Acedido a 07 de fevereiro de 2023]
- Lopez, C. T. (2021). *Aegis Ashore in Poland on Target for 2022*. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/2849023/aegis-ashore-in-poland-on-target-for-2022/> [Acedido a 03 de abril de 2023]

- Lough, J. (2021). *Myth 03: 'Russia was promised that NATO would not enlarge'*. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2021/05/myths-and-misconceptions-debate-russia/myth-03-russia-was-promised-nato-would-not-enlarge> [Acedido a 27 de fevereiro de 2023]
- Luhn, A. (2014). *Ukrainian troops "demoralized" as civilians face down anti-terror drive*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/16/ukrainian-troops-civilians-kiev-anti-terrorist-krutov> [Acedido a 02 de fevereiro de 2023]
- Luhn, A. (2015). *National Endowment for Democracy is first 'undesirable' NGO banned in Russia*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/28/national-endowment-for-democracy-banned-russia> [Acedido a 06 de abril de 2023]
- Lvivcenter (2023). OUN: *THE BEGINNING AND THE END OF INDEPENDENCE*. Disponível em: <https://lia.lvivcenter.org/en/themes/reherit/oun/> [Acedido a 26 de junho de 2023]
- Lynch, J. (2019). *Zelensky Flounders in Bid to End Ukraine's War*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/10/11/zelensky-pushes-peace-deal-ukraine-war-russia-donbass-steinmeier-formula/> [Acedido a 26 de junho de 2023]
- Magalhães, C.M., (2001). Capítulo 1: *Á Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo*. In C.M. Magalhães (Ed.), *REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO* (pp. 15-30). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. (T. Possenti Trad.) (1.^a ed.). São Paulo: Parábola Editorial.
- Maiorov, A.V., & Hautala, R. (2021) From the Great Western campaign to the decline of the Golden Horde: new tendencies in the study of the Mongol factor in the history of Eastern and East Central Europe. In A. V. Maiorov, & R. Hautala (Eds.), *The Routledge Handbook of the Mongols and Central- Eastern Europe* (pp. 1-12). Abingdon: Routledge.
- Marshall, T. (2015). *Russia and the Curse of Geography: Want to understand why Putin does what he does? Look at a map*. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/10/russia-geography-ukraine-syria/413248/> [Acedido a 03 de junho de 2023]
- Marten, K. (2020). The GRU, Yevgeny Prigozhin, and Russia's Wagner Group: Malign Russian Actors and Possible US Responses. *Hearing the Committee on Foreign Affairs*

Subcommittee on Europa, Eurasia, Energy, and the Environment United States House of Representatives.

McBrien, T. (2023). *Why the U.S. Should Close Its Overseas Military Bases*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/05/16/military-defense-overseas-bases-united-states-force-posture/> [Acedido a 11 de outubro de 2023]

McBride, J., Berman, N., & Chatzky, A. (2023). *China's Massive Belt and Road Initiative*. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative> [Acedido a 01 de abril de 2023]

McDermott, R. N., & Bartles, C, K. (2022). *Defining the "Special Military Operation"*. Russian Studies No.5/2022. Disponível em: https://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=777#_edn14 [Acedido a 10 de fevereiro de 2023]

McDonald, M. (2008a). Constructivism. In P. D. Williams (Ed.), *Security Studies: An Introduction* (pp. 59-72). Abingdon: Routledge.

McDonald, M. (2008b). Securitization and the Construction of Security. *European journal of international relations*, 14(4), pp. 563-587. <https://doi.org/10.1177/1354066108097553>

McSweeney, B. (1996). Identity and security: Buzan and the Copenhagen school. *Review of international studies*, 22(1), pp. 81-93. <https://doi.org/10.1017/S0260210500118467>

McSweeney, B. (1999). *Security, Identity and Interests. A Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mearsheimer, J. J. (2001), *The tragedy of Great Power politics*. New York: W. W. Norton & Company.

Mearsheimer, J. J. (2007). Structural realism. *International relations theories: Discipline and diversity*, 83, pp. 77-94.

Mearsheimer, J. J. (2014). Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin. *Foreign Affairs*, 93(5), pp. 77-89. <https://www.jstor.org/stable/24483306>

- Mearsheimer, J. J. (2022). *The Causes and Consequences of the Ukraine War*. Disponível em: <https://www.cirsd.org/en/horizons/horizons-summer-2022-issue-no.21/the-causes-and-consequences-of-the-ukraine-war> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Memcott, M. (2013). *World Is Watching, U.S. Diplomat Tells Ukraine*. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2013/12/11/250215712/world-is-watching-u-s-diplomat-tells-ukraine> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- Ministério da Defesa da Federação Russa (2022). *Forms of application of the Armed Forces of the Russian Federation*. Disponível em: https://encyclopedia.mil.ru/encyclopedia/dictionary/details_rvsn.htm?id=14014@morfdictionary [Acedido a 10 de fevereiro de 2023]
- Ministério da Defesa da Federação Russa (2023). *Makirovka*. Disponível em: https://encyclopedia.mil.ru/encyclopedia/dictionary/details_rvsn.htm?id=13494@morfdictionary [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Modern Diplomacy (2022). *Merkel's confession could be a pretext for an International Tribunal*. Disponível em: <https://modern diplomacy.eu/2022/12/13/merkels-confession-could-be-a-pretext-for-an-international-tribunal/> [Acedido a 08 de abril de 2023]
- Morgenthau, H. J. (1947) *Scientific Man Versus Power Politics*. Londres: *Latimer House Limited*.
- Morgenthau, H. J. (1952). Another Great Debate: The National Interest of the United States. *American Political Science Review*, 46(4), pp. 961-988. <https://doi.org/10.2307/1952108>
- Morgenthau, H. J. (1985). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (6^a ed.). Beijing: Peking University Press.
- Mumford, A. (2013). *Proxy Warfare*. Cambridge: Polity.
- Murray, N. (2016). *Attrition Warfare*. Disponível em: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/attrition_warfare [Acedido a 02 de fevereiro de 2023]
- New Cold War–Know Better (2015). *Support for Russian language as the 2nd official*. Disponível em: <https://newcoldwar.org/from-russification-to-ukrainisation-a-survey-of-language-politics-in-ukraine/support-for-russian-language-as-the-2nd-official-in->

[regions-according-to-2005-survey-by-the-national-institute-of-strategic-research/](#)

[Acedido a 04 de fevereiro de 2023]

Norberg, J. (2014). *The Use of Russia's Military in the Crimean Crisis*. Disponível em:

<https://carnegieendowment.org/2014/03/13/use-of-russia-s-military-in-crimean-crisis-pub-54949> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]

Nuechterlein, D. E. (1976). National interests and foreign policy: A conceptual framework for analysis and decision-making. *Review of International Studies*, 2(3), pp. 246-266.

<https://doi.org/10.1017/S0260210500116729>

Nye, J. S. (2011). Power and foreign policy. *Journal of Political Power*, 4(1), pp. 9-24.

<https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.555960>

Nygren, B. (2008). *The Rebuilding of Greater Russia: Putin's foreign policy towards the CIS countries*. Abingdon: Routledge.

Ogarkova, T. (2018). *The Truth Behind Ukraine's Language Policy*. Disponível em:

<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/the-truth-behind-ukraine-s-language-policy/> [Acedido a 25 de janeiro de 2023]

Oliveira, A., Espain, A., Abelheira, I., & Lemos, L. (2021). Reflexão Crítica sobre Análise de Discurso. In A.P. Costa, A. Moreira, & P. Sá (Eds.), *Volume 3 - Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados* (pp. 29-44). Universidade de Aveiro.

Pallin, C. V., & Hjelm, M. (2021). Technology and Security Policy: Moscow's Digital Offensive - Building Sovereignty in Cyberspace. *Swedish Defence Research Agency*, pp. 1-8.

Paniotto V. (2014). *Euromaidan: Profile of a Rebellion*. Disponível em:

<https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/euromaidan-profile-of-a-rebellion>

[Acedido a 20 de janeiro de 2023]

Pavlova, U. (2023). *Chechen special forces withdraw from Rostov following Wagner retreat*.

Disponível em: https://edition.cnn.com/europe/live-news/russia-ukraine-war-news-06-25-23/h_57623de7fdcdd41bfb0878abff136f46 [Acedido a 29 de junho de 2023]

Pawlak, J., & Croft, A. (2013). *Ukraine's Yanukovich vetoes EU push to save trade deal*.

Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ukraine-eu-idINDEE9AS0AA20131129> [Acedido a 18 de janeiro de 2023]

- Pidkuimukha, L. (2020). *Law of Ukraine “On ensuring the functioning of Ukrainian as the state language”: The status of Ukrainian and minority languages*. Disponível em: <https://ukrainian-studies.ca/2020/10/20/the-official-act-on-the-state-language-entered-into-force-on-16-july-2019-the-status-of-ukrainian-and-minority-languages/> [Acedido a 04 de fevereiro de 2023]
- Pifer, S. (2014). *Poroshenko Signs EU-Ukraine Association Agreement*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2014/06/27/poroshenko-signs-eu-ukraine-association-agreement/> [Acedido a 06 de fevereiro de 2023]
- Pifer, S. (2017). *Will Ukraine join NATO? A course for disappointment*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/07/25/will-ukraine-join-nato-a-course-for-disappointment/> [Acedido a 28 de fevereiro de 2023]
- Pifer, S. (2019). *Five years after Crimea’s illegal annexation, the issue is no closer to resolution*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/03/18/five-years-after-crimeas-illegal-annexation-the-issue-is-no-closer-to-resolution/> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]
- Plokyh, S. (2017). *Ukraine in the Flames: 1917 in Kyiv*. Disponível em: <https://hurl.harvard.edu/news/ukraine-flames-1917-kyiv-serhii-plokhii> [Acedido a 10 de janeiro de 2023]
- Puglisi, R. (2015). *A People’s Army: Civil Society as a Security Actor in Post-Maidan Ukraine*. Istituto Affari Internazionali (IAI). <http://www.jstor.org/stable/resrep09682>
- Qiu, L. (2022). *Theory About U.S.-Funded Bioweapons Labs in Ukraine Is Unfounded*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/03/11/us/politics/us-bioweapons-ukraine-misinformation.html> [Acedido a 01 de março de 2023]
- Rakov, D. (2022a). *Russia’s New Naval Doctrine: A ‘Pivot to Asia’?* Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/08/russias-new-naval-doctrine-a-pivot-to-asia/> [Acedido a 10 de dezembro de 2022]
- Rakov, D. (2022b). *Russia’s New Maritime Doctrine Focuses on the Arctic and Asia, with the Middle East a Top*. Disponível em: <https://jiss.org.il/en/rakov-russias-new-maritime-doctrine/#:~:text=The%202022%20Doctrine%20adds%20a,security%20toolbox%2C%20including%20military%20force> [Acedido a 13 de dezembro de 2022]

- Regan, H., & Kesaieva, Y. (2023). *US rejects Russia's 'ludicrous claim' it was behind alleged attack on Kremlin as Moscow warns of 'open-armed conflict'*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/05/04/europe/russia-accuses-us-drone-attack-conflict-ukraine-intl-hnk/index.html> [Acedido a 28 de junho de 2022]
- Reuters (2022a). *Russia calls up 300,000 reservists, says 6,000 soldiers killed in Ukraine*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/russias-partial-mobilisation-will-see-300000-drafted-defence-minister-2022-09-21/> [Acedido a 21 de fevereiro de 2023]
- Reuters (2022b). *Kremlin dismisses 'stupid' claims Russia attacked Nord Stream*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/kremlin-dismisses-stupid-claims-russia-attacked-nord-stream-2022-09-28/> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- Roskin, M. G. (2001). National Interest: From Abstraction to Strategy. In J. R. Cerami & J. F. Holcomb (Eds.), *U.S. ARMY WAR COLLEGE GUIDE TO STRATEGY* (pp. 55–67). Strategic Studies Institute, US Army War College. <https://www.jstor.org/stable/resrep11998.8>
- Rothschild, E. (1995). What Is Security? *Daedalus*, 124(3), pp. 53–98. <http://www.jstor.org/stable/20027310>
- Rudling, P. A. (2011). *The OUN, the UPA and the Holocaust: A Study in the Manufacturing of Historical Myths*. Universidade de Pittsburgh.
- Rumer, E., & Sokolsky, R. (2022). *Russia's National Security Narrative: All Quiet on the Eastern Front*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace. https://carnegieendowment.org/files/Rumer_Sokolsky_Russia_NatSec_1.pdf
- Ryan, M., & Timsit, A. (2022). *U.S. wants Russian military 'weakened' from Ukraine invasion, Austin says*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/04/25/russia-weakened-lloyd-austin-ukraine-visit/> [Acedido a 13 de maio de 2023]
- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Monteiro, F., Silva, N., Silva, J., Piedade, J., Santos, R. Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Sauer, P. (2023). *What does the future hold for Prigozhin and Wagner after the mutiny?* Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jun/25/what-does-the->

- [future-hold-for-prigozhin-and-wagner-after-the-mutiny](#) [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Schake, K. (2017). *Safe Passage: The Transition from British to American Hegemony*. Massachusetts: President and Fellows of Harvard College.
- Schewe, E. (2022) Security Studies: Foundations and Key Concepts. JSTOR Daily. Disponível em: <https://daily.jstor.org/security-studies-foundations-and-key-concepts/> [Acedido a 18 de outubro de 2022]
- Sciutto, J. (2023). *Early stages of Ukrainian counteroffensive 'not meeting expectations,' Western officials tell CNN*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/06/22/politics/ukraine-counteroffensive-western-assessment/index.html> [Acedido a 28 de junho de 2023]
- Searle, J. R. (1976). A classification of illocutionary acts. *Language in society*, 5(1), pp. 1-23. <https://doi.org/10.1017/S0047404500006837>
- Security Council Report (2022). *Ukraine: Briefing on the Zaporizhzhia Nuclear Power Plant*. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2022/09/ukraine-briefing-on-the-zaporizhzhia-nuclear-power-plant.php> [Acedido a 22 de março de 2023]
- Sharikov, P. (2018). *Understanding the Russian Approach to Information Security*. Disponível em: <https://www.europeanleadershipnetwork.org/commentary/understanding-the-russian-approach-to-information-security/> [Acedido a 15 de dezembro de 2022]
- Simes, D. A. (2022). *The Donbas Rebels in Their Own Words*. Disponível em: <https://www.theamericanconservative.com/the-donbas-rebels-in-their-own-words/> [Acedido a 01 de fevereiro de 2023]
- Sindelar, D. (2014). *Was Yanukovich's Ouster Constitutional?* Disponível em: <https://www.rferl.org/a/was-yanukovichs-ouster-constitutional/25274346.html> [Acedido a 21 de janeiro de 2023]
- SIPRI (2023). *World military expenditure reaches new record high as European spending surges*. Disponível em: <https://www.sipri.org/news/2023/world-military-expenditure-reaches-new-record-high-european-spending-surges-0#:~:text=The%20United%20States%20remains%20by,the%20world's%20second%20largest%20spender>. [Acedido a 10 de junho de 2023]

- Sorokin, O., & Ponomarenko, I. (2019). *Ukraine agrees to 'Steinmeier Formula,' green-lights elections in occupied Donbas*". Disponível em: <https://www.kyivpost.com/post/9548> [Acedido a 26 de junho de 2023]
- Soros, G. (1993). *Toward a New World Order: The Future of NATO*. Disponível em: <https://www.georgesoros.com/1993/11/01/toward-a-new-world-order-the-future-of-nato/> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Stanford University (2022). *Mapping Militant Organizations: "Azov Movement"*. Disponível em: https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/azov-battalion#_ftn71 [Acedido a 02 de fevereiro de 2023]
- State Statistics Committee of Ukraine (2001). *General results of the census*. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/> [Acedido a 04 de fevereiro de 2023]
- Statista Research Department (2022). *Military spending in Russia from 1993 to 2021*. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1203160/military-expenditure-russia/> [Acedido a 19 de dezembro de 2022]
- Statista Research Department (2023). *Do you approve of the activities of Vladimir Putin as the president of Russia?* Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/896181/putin-approval-rating-russia/> [Acedido a 22 de março de 2022]
- Stepaniuk, N. (2022). Limited Statehood, Collective Action, and Reconfiguration of Citizenship in Wartime Volunteer Engagement Amidst the Donbas War. In D.R. Marples (Ed.), *The War in Ukraine's Donbas: Origins, Contexts, and the Future* (pp. 83-107). Budapeste: Central European University Press.
- Stolberg, A. G. (2012). Crafting National Interests in the 21st Century. In J. B. Bartholomees (Ed.), *U. S. Army War College Guide to National Security Issues* (pp. 13–26). Strategic Studies Institute, US Army War College. <http://www.jstor.org/stable/resrep12027.4>
- Tang, I. C. (2022). *Line: Ukraine's International Legion and a History of Foreign Fighters*. Disponível em: <https://hir.harvard.edu/the-latest-in-a-long-line-ukraines-international-legion-and-a-history-of-foreign-fighters/> [Acedido a 21 de fevereiro de 2023]
- Tanno, G. (2003). A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, 25 (1), pp. 47-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292003000100002>

- TASS (2014). *Russia's military doctrine remains defensive — Putin*. Disponível em: <https://tass.com/russia/768153> [Acedido a 05 de dezembro de 2022]
- TASS (2015). *The Federation Council has included the Soros Foundation and the National Endowment for Democracy in its "stop list" of foreign NGOs*. Disponível em: <https://tass.ru/politika/2099879> [Acedido a 6 de abril de 2023]
- TASS (2022). *Medvedev believes Ukraine's political regime must be dismantled*. Disponível em: <https://tass.com/politics/1520391> [Acedido a 11 de março de 2023]
- TASS (2023). *Authorities not to persecute Wagner fighters participating in mutiny — Kremlin*. Disponível em: <https://tass.com/politics/1637963> [Acedido a 29 de junho de 2023]
- Tenisheva, A. (2022). *Pro-Russia 'Victory' in Staged Ukraine Referendums Clears Path to Annexation*. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2022/09/28/pro-russia-victory-in-staged-ukraine-referendums-clears-path-for-annexation-a78913> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- The Center (2023). *What is LGBTQIA+?* Disponível em: <https://gaycenter.org/about/lgbtq/> [Acedido a 02 de dezembro de 2022]
- The Guardian (2013). *John McCain tells Ukraine protesters: "We are here to support your just cause"*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/15/john-mccain-ukraine-protests-support-just-cause> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- The Guardian (2014a). *Agreement on the Settlement of Crisis in Ukraine - full text*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/feb/21/agreement-on-the-settlement-of-crisis-in-ukraine-full-text> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- The Guardian (2014b). *Pro-Russian gunmen seize key buildings in eastern Ukraine*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/12/pro-russian-gunmen-storm-police-station-ukraine> [Acedido a 01 de fevereiro de 2023]
- The Kyiv Independent (2022). *Hollande: 'There will only be a way out of the conflict when Russia fails on the ground'*. Disponível em: <https://kyivindependent.com/hollande-there-will-only-be-a-way-out-of-the-conflict-when-russia-fails-on-the-ground/> [Acedido a 06 de agosto de 2023]
- The Times of Israel (2023). *Putin calls Canada's former house speaker 'an idiot' for applauding Nazi war veteran*. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/putin>

[calls-canadas-former-house-speaker-an-idiot-for-applauding-nazi-war-veteran/](#)

[Acedido a 07 de outubro de 2023]

Trenin, D. (2014a). *RUSSIA'S BREAKOUT FROM THE POST-COLD WAR SYSTEM: The Drivers of Putin's Course*. Moscovo: Carnegie Endowment for International Peace.

Trenin, D. (2014b). *2014: Russia's New Military Doctrine Tells It All*. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/57607> [Acedido a 02 de dezembro de 2022]

Trenin, D. (2021). *Russia's National Security Strategy: A Manifesto for a New Era*. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/84893> [Acedido a 18 de novembro de 2022]

Tsygankov, A. P. (2019). *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity* (5^a ed.). New York: The Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc.

UkraineWorld (2018). "Little Russia": What Ukraine Would Look Like If The "16 January Laws" Had Been Implemented. Disponível em: <https://ukraineworld.org/articles/ukraine-explained/diktatura-v-zakoni-shcho-bulo-bi-yakbi-zakoni-16-sichnya-diyali-sogodni> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]

UNIAN (2008). *Text of Putin's speech at NATO Summit (Bucharest, April 2, 2008)*. Disponível em: <https://www.unian.info/world/111033-text-of-putin-s-speech-at-nato-summit-bucharest-april-2-2008.html> [Acedido a 27 de fevereiro de 2023]

Varsovic, A., & Croft, A. (2014). *U.S., EU set sanctions as Putin recognizes Crimea "sovereignty"*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-idUSBREA1Q1E820140317> [Acedido a 28 de janeiro de 2023]

Wæver, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. D. Lipschutz (Ed.), *On Security* (pp. 50-81). New York: Columbia University Press.

Walker, S. (2013). *Vladimir Putin offers Ukraine financial incentives to stick with Russia*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/17/ukraine-russia-leaders-talks-kremlin-loan-deal> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]

Walker, S, & Luhn, A. (2014). *Petro Poroshenko wins Ukraine presidency, according to exit polls*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/may/25/petro-poroshenko-ukraine-president-wins-election> [Acedido a 06 de fevereiro de 2023]

- Walt, S. M. (1991). The Renaissance of Security Studies. *International studies quarterly*, 35(2), pp. 211-239. <https://doi.org/10.2307/2600471>
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of international politics*. Califórnia: Addison-Wesley Publishing Company.
- Waltz, K. N. (1996). International Politics Is Not Foreign Policy. *Security Studies*, 6(1), pp. 54-57. <https://doi.org/10.1080/09636419608429298>
- Weber, y. (2022). Russia's New Maritime Doctrine. *MES Insights*, 13(4), pp. 1-4. Disponível em: <https://www.usmcu.edu/mes/> [Acedido a 10 de dezembro de 2022]
- Weldes, J. (1996). Constructing national interests. *European journal of international relations*, 2(3), pp. 275-318. <https://doi.org/10.1177/1354066196002003001>
- Wettengel, J. (2023). *Gas pipeline Nord Stream 2 – Symbol of failed German energy policy*. Disponível em: <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/gas-pipeline-nord-stream-2-links-germany-russia-splits-europe> [Acedido a 23 de fevereiro de 2023]
- Wierzbowska-Miazga, A., Iwański, T., & Żochowski, P. (2014). *The farce of the 'referendum' in the Donbas*. Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2014-05-14/farce-referendum-donbas> [Acedido a 06 de fevereiro de 2023]
- Williams, M. C. (2003). Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International studies quarterly*, 47(4), pp. 511-531. <https://doi.org/10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x>
- Williams, P. D. (2008). *Security Studies: An Introduction*. Abingdon: Routledge.
- Wolfers, A. (1962). *Discord and Collaboration: Essays on International Politics*. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- Yanakiev, Y. (2019). The process of evaluation of national interests as the basis for security policymaking and strategy development. In M. Mitrevska, & B. Maksut (Eds.), *CONTEMPORARY MACEDONIAN DEFENCE* (pp. 11-24). Skopje: Ministry of Defence of the Republic of North Macedonia.
- Zafra, M., & McClure, J. (2023). *Where Ukraine is counter-attacking and the Russian's 2,000 km fortification line*. Disponível em: <https://www.reuters.com/graphics/UKRAINE-CRISIS/MAPS/klvygwawavg/2023-06-16/where-ukraine-is-counter-attacking-and-the-russians-2000-km-fortification-line/> [Acedido a 28 de junho de 2023]

- Zimmerman, J.D. (2022). *Ukrainians have fought for independence for more than a century*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2022/06/13/ukrainians-have-fought-independence-more-than-century/> [Acedido a 10 de janeiro de 2023]
- Zinets, N., & Polityuk, P. (2013). *Ukrainians stage mass rally against Yanukovich's U-turn on Europe*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ukraine-eu-yanukovich-idINDEE9B004R20131201> [Acedido a 20 de janeiro de 2023]
- Zonova, T., & Reinhardt, R. (2014). Main vectors of Russia's foreign policy (1991-2014). *Rivista Di Studi Politici Internazionali*, 81(4), pp. 501–516. <http://www.jstor.org/stable/43580683>